



# AS MULHERES DA RESISTÊNCIA EM BARCARENA (PA)

**COMUNICAÇÃO, TERRITÓRIO E LUTA**

Leonardo de Souza Silva





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LEONARDO DE SOUZA SILVA

**AS MULHERES DA RESISTÊNCIA EM BARCARENA (PA):**

comunicação, território e luta

**BELÉM, PA**

**2024**

LEONARDO DE SOUZA SILVA

**AS MULHERES DA RESISTÊNCIA EM BARCARENA (PA):**

comunicação, território e luta

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Linha de pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Torres Costa.

**BELÉM, PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S586m Silva, Leonardo de Souza.  
As mulheres da resistência em Barcarena (PA) : comunicação,  
território e luta / Leonardo de Souza Silva. — 2024.  
244 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Vânia Maria Torres Costa  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2024.

1. Megaprojetos. 2. Mulheres. 3. Território. 4. Luta. 5.  
Barcarena. I. Título.

CDD 658.45

---

**LEONARDO DE SOUZA SILVA**

**AS MULHERES DA RESISTÊNCIA EM BARCARENA (PA): comunicação,  
território e luta**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Linha de pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Torres Costa.

**Data de aprovação:**

**Conceito:**

**Banca examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Torres Costa - Orientadora e presidente da Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro - Avaliador interno (PPGCOM/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Maria Albino Steinbrenner - Avaliadora interna (PPGCOM/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> May Waddington Telles Ribeiro - Avaliadora externa (CFCS/UFPA)

---

Prof. Dr. André Luís Assunção de Farias - Avaliador externo (NUMA/UFPA).

## AGRADECIMENTOS

Geralmente, os agradecimentos são as últimas palavras que escrevemos quando encerramos uma etapa acadêmica. Porém, eles contêm as primeiras palavras a serem lidas pela banca de defesa, por aqueles(as) que encontram o nosso trabalho e têm o interesse em lê-lo, e por todos(as) aqueles(as) que acompanharam a nossa jornada, seja ela universitária ou não, e pretendem ver o que alcançamos, conquistamos e que por muito tempo sonhamos.

Vejo nos agradecimentos, uma oportunidade primária de mostrar que sonhos são possíveis de serem alcançados, principalmente quando não estamos sozinhos. Esta tese, a conclusão deste Doutorado, é um exemplo disso, afinal, aonde um jovem negro da periferia de Ananindeua chegaria se não fosse a presença de várias pessoas que me mostraram caminhos possíveis, apoiaram e me incentivaram? Os meus agradecimentos de hoje vão para essas pessoas que me ajudaram a trilhar esta trajetória.

Primeiramente, eu agradeço a minha família. Ao meu pai, a minha mãe, a minha irmã, as minhas duas sobrinhas, a Maitê e a Mariah que infelizmente partiu deste mundo para outro plano, assim como a minha avó Nira e a minha tia Maria que me levavam para passear quando criança e faziam os meus dias mais felizes, mas que hoje permanecem vivas nos meus pensamentos e no meu coração.

A minha família foi a base de tudo! Ela foi a minha inspiração, a minha força! Lembro das dificuldades que já passamos e do quanto meu pai e minha mãe se esforçaram para nunca faltar algo para a minha irmã e eu. Me recordo de quando não fui aprovado na primeira tentativa de vestibular e chorando sentado em uma cadeira, meu pai chegou até mim e falou que haveria outra oportunidade. Uma chance que foi criada por ele e pela minha mãe que trabalhavam como feirantes e juntavam as suas moedas para pagar um cursinho na esperança da minha aprovação. Em 2014 eu passei, e foi aí que surgiu mais um grupo de pessoas que merecem toda a minha gratidão.

Agradeço as minhas amigas conquistadas durante a graduação em Museologia, em especial as minhas amigas Rayana, Erika, Aymêe e Mikaela, e ao meu amigo Mateus. Vocês são muito especiais para mim! Acabamos de completar uma década de amizade e eu só tenho a dizer um muito obrigado por todos os momentos juntos, as conversas, as piadas, os memes, as celebrações e as palavras de apoio e

carinho, principalmente quando eu passei por momentos difíceis e vocês eram algumas das únicas pessoas a estarem ali, do meu lado.

Agradeço a Sue Costa que me aceitou como bolsista e orientando durante a graduação. Ela foi a pessoa que deu o pontapé para o surgimento do meu interesse na pós-graduação. Ela acreditou em mim, me escutou, me confortou quando eu pensei que tudo daria errado e me incentivou nos momentos em que eu duvidei de mim mesmo.

Agradeço a minha professora e orientadora Vânia Costa pelos ensinamentos, por também confiar em mim, ser compreensiva durante os momentos difíceis e tornar a minha passagem pelo PPGCOM mais leve e tranquila.

Agradeço aos membros da banca, as(os) professoras(es) Rosane Steinbrenner, May Ribeiro, Fábio Castro e André Farias, por terem lido, acompanhado e contribuído para o desenvolvimento desta tese desde a etapa de qualificação. As contribuições e os caminhos apresentados por vocês foram importantíssimos para prof. Vânia e eu seguirmos em frente.

Também sou bastante grato as pessoas de Barcarena que sempre me receberam tão bem desde que comecei a realizar pesquisas na cidade, especialmente a Rosilda, a Patrícia e a Socorro que toparam e confiaram em mim para escrever um pouquinho sobre elas, as suas histórias de vida e resistência. Todas elas demonstraram muito carinho por mim e esta tese é uma pequena forma de retribuir a esse apreço e confiança.

Finalizando, quero agradecer imensamente a todos(as) vocês! Eu não seria o mesmo, tampouco alcançaria este objetivo se não fosse a presença de vocês na minha vida. Eu sou um homem de sorte por conter pessoas tão incríveis assim fazendo parte dela. Eu agradeço de coração e deixo aqui um abraço bem apertado em vocês. Muito obrigado!

“Eu sou a continuação de um sonho, da minha mãe, do meu pai, de todos que vieram antes de mim. Eu sou a continuação de um sonho, da minha vó, do meu vô, quem sangrou pra gente poder sorrir” (BK' - Continuação de um sonho)

## RESUMO

A ideologia da modernidade presente na América Latina trata-se de uma ontologia criada pelos governos europeus, cujos pilares foram construídos com base no racismo e no patriarcalismo. Essa herança adentrou as nossas veias e encontra-se presente na Amazônia brasileira a partir dos megaprojetos de mineração, os principais exemplos contemporâneos da modernidade planejada pelos ocidentais, especialistas na comercialização da natureza. Baseada na ausência do diálogo e dando jus ao histórico, a atividade promove a desigualdade entre minorias como as mulheres. Os megaempreendimentos apresentam implicações nas vidas das mulheres e, pensando nisso, nos propomos a investigar e alcançar narrativas de mulheres que fazem parte desta realidade. Com base em etnografias e análise de conteúdo temática, pesquisamos as histórias de vida, os impactos da mineração e as lutas de três lideranças femininas de Barcarena (PA) contra os megaprojetos. Analisamos as suas memórias e narrativas sobre a mineralização do território, os seus conhecimentos e os caminhos aderidos para resistir. E destacamos o uso do *WhatsApp* como principal dispositivo interacional de organização e mobilização da luta. Esta pesquisa pretende ressoar as narrativas dessas personagens historicamente invisibilizadas, julgadas e apresentadas como destituídas de agência política no território mineralizado, mas que utilizam as vozes, o corpo, a união e a esperança para resistir, negando o que está posto e lutando por direitos.

**Palavras-chave:** Megaprojetos; Mulheres; Território; Luta; Barcarena.

## ABSTRACT

The ideology of modernity present in Latin America is an ontology created by European governments, whose pillars were built on racism and patriarchy. This legacy has entered through our veins and is present in the Brazilian Amazon through mega-mining projects, the main contemporary examples of modernity planned by Westerners, experts in the commercialization of nature. Based on the absence of dialogue and in line with history, the activity promotes inequality among minorities such as women. Mega-projects have implications on women's lives, and considering this scenario, we propose to investigate and reach narratives of women who are part of this reality. Based on ethnographies and themed-content analysis, we researched the life stories, the impacts of mining, and the fights of three female leaders from Barcarena (PA) against the mega-projects. We analyze their memories and narratives on the mineralization of the territory, their knowledge, and the paths adopted to resist. We also highlight the use of WhatsApp as the main interactive device for organization and mobilization of the fights. This research aims to resonate the narratives of these historically invisibilized characters, judged and presented as devoid of political agency in the mineralized territory, but who use their voices, body, unity, and hope to resist, denying what is established and fighting for rights.

**Keywords:** Megaprojects; Women; Territory; Struggle; Barcarena.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa que Rosilda Santos me presenteou .....	16
Figura 2 - Lixão localizado em Bom Futuro .....	35
Figura 3 - Lixão localizado em Bom Futuro .....	36
Figura 4 - Frente e verso do exame toxicológico de Patrícia, feito no ano de 2018.....	38
Figura 5 - Poste no qual Patrícia pensou em tirar a própria vida .....	39
Figura 6 - Certificado de capacitação alimentar, conquistado por Patrícia em 2018 ....	41
Figura 7 - Foto com Patrícia, realizada durante a visita ao lixão de Bom Futuro .....	42
Figura 8 - Socorro da Costa, em entrevista realizada para o Amazônia Real .....	43
Figura 9 - Foto da sede onde será criado o Museu Quilombola Januária Rodrigues (MQJR) .....	48
Figura 10 - Foto do começo da audiência pública .....	49
Figura 11 - Foto do mapa com as possíveis áreas afetadas, apresentado durante as audiências da época .....	50
Figura 12 - Rosilda Santos .....	54
Figura 13 - Lixão localizado em Bom Futuro .....	55
Figura 14 - Cachorro no lixão .....	55
Figura 15 - Casa de madeira em Bom Futuro .....	57
Figura 16 - Casas de madeira em Bom Futuro .....	57
Figura 17 - Caminho pelo qual Patrícia nos guiou em visita ao Bom Futuro .....	58
Figura 18 - Praça em construção no Bom Futuro .....	59
Figura 19 - Mapa desenhado durante a caminhada em Burajuba .....	60
Figura 20 - Ramal Burajuba .....	61
Figura 21 - Quadra esportiva de Burajuba .....	62
Figura 22 - Assembleia de Deus Nova Esperança .....	62
Figura 23 - Assembleia de Deus Vitória em Cristo .....	62
Figura 24 - Igreja São Sebastião do Burajuba .....	62
Figura 25 - Construção inacabada/abandonada .....	63
Figura 26 - Um dos carros estacionados ao longo do Ramal Burajuba .....	63
Figura 27 - Uniformes característicos da empresa <i>Hydro</i> Alunorte .....	64
Figura 28 - Rio Burajuba .....	65
Figura 29 - Registro de uma das fotos dos momentos de comemoração da família de Cristina no Igarapé .....	66

Figura 30 - Plantação de bacaba .....	67
Figura 31 - máquina de costura da Cristina .....	67
Figura 32 - Máquina de bater açaí da Cristina .....	68
Figura 33 - Livro sobre Burajuba doado pela Cristina .....	68
Figura 34 - Mapa dos principais empreendimentos localizados próximo as cinco comunidades quilombolas de Barcarena .....	69
Figura 35 - Mapas dos principais pontos de interesse em Burajuba .....	69
Figura 36 - Via PA-483 .....	71
Figura 37 - Legenda das informações presentes no mapa .....	73
Figura 38 - Mapa com comunidades cercadas por empresas .....	73
Figura 39 - Quintal com plantações no terreno da casa de Rosilda Santos .....	75
Figura 40 - Leitão que caminhava pelo quintal enquanto a entrevista acontecia .....	75
Figura 41 - Trapiche utilizado pela família no quintal do terreno .....	75
Figura 42 - Propaganda realizada pela Andrade Gutierrez na Revista Realidade de 1972. A construtora ficou responsável por erguer muitos empreendimentos na Amazônia ....	88
Figura 43 - Propaganda realizada pela SUDAM na Revista Realidade de 1972 .....	92
Figura 44 - Localização do município de Barcarena (PA) .....	96
Figura 45 - Templo inicial da atual Igreja de São João Batista .....	98
Figura 46 - Igreja de São João Batista atualmente .....	98
Figura 47 - Anúncio de fuga de escravizado no Carnapijó. Foto: Jornal Treze de Maio .....	99
Figura 48 - Praia da Vila do Conde atualmente .....	101
Figura 49 - Igarapé Dendê atualmente, ao lado da comunidade Ilha São João .....	101
Figura 50 - Vista aérea da Vila dos Cabanos, Barcarena (PA) .....	104
Figura 51 - Visão aérea do Porto de Vila do Conde, Barcarena (PA). Foto: Ministério do Planejamento .....	105
Figura 52 - A configuração do complexo industrial de Barcarena (PA), com base no Google Earth .....	105
Figura 53 - Unidade da ALBRÁS em Barcarena (PA) .....	106
Figura 54 - Unidade da ALUNORTE em Barcarena (PA) .....	107
Figura 55 - Antiga PPSA, atualmente <i>Imerys</i> .....	109
Figura 56 - Fachada da IRCC .....	110
Figura 57 - Cartaz do “Bingo da Nayara” .....	137
Figura 58 - Placas de rota de fuga .....	150

Figura 59 - Casas noturnas na Vila do Conde, década de 1980 .....	163
Figura 60 - Reportagem sobre a prostituição de meninas pobres na Vila do Conde ....	164
Figura 61 - Prostituição de meninas na Ilha Trambioca, em Barcarena .....	164
Figura 62 - Registro de Dorothy Stang .....	178
Figura 63 - Dilma Ferreira com a camisa do MAB .....	180
Figura 64 - Na foto vemos Rosilda Santos e Patrícia dos Santos na área onde ocorreu o vazamento de rejeitos pela <i>Hydro</i> Alunorte, em 2018 .....	184
Figura 65 - Fachada da Ziran Norte gravada por Rosilda Santos .....	194
Figura 66 - Ação de vacinação realizada junto ao SUS, em Burajuba .....	195
Figura 67 - Sede quilombola em frente à casa de Socorro da Costa, espaço no qual ocorreu a ação .....	195
Figura 68 - Socorro da Costa se fazendo presente no dia da ação .....	195
Figura 69 - Socorro da Costa após bate-papo com estudantes universitários .....	196
Figura 70 - Poster do curta metragem “Socorro” .....	197
Figura 71 - Fluxograma com os dispositivos interacionais e o circuito comunicacional identificado .....	205
Figura 72 - Registro de uma das ruas após o incêndio .....	207
Figura 73 - Pessoas são atendidas por UTI móvel em frente ao complexo esportivo da Vila do Conde .....	207
Figura 74 - Moradores(as) interditam via na comunidade do Massarapó em protesto ao desastre na IRCC .....	208
Figura 75 - Moradoras(es) protestam em frente a <i>Imerys</i> .....	208

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Quadro produzido para analisar os depoimentos .....	32
----------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	
<b>CAPÍTULO I – DO PERCURSO METODOLÓGICO A INSERÇÃO NO CAMPO: AS LIDERANÇAS E AS SUAS COMUNIDADES</b> .....	
<b>1.1. Como se deu a escolha do percurso metodológico desta pesquisa</b> .....	
<b>1.2 Três mulheres: Três histórias</b> .....	
1.2.1 Patrícia Neris dos Santos, uma personagem da resistência no Bom Futuro ..	
1.2.2 Maria do Socorro Nery da Costa, uma personagem da resistência em São Sebastião do Burajuba .....	
1.2.3 Rosilda Santos, uma personagem da resistência no Arienga Rio .....	
<b>1.3 As três comunidades estudadas: Da experiência etnográfica a compreensão de Rosilda Santos sobre o Arienga</b> .....	
1.3.1 Um relato etnográfico sobre a comunidade do Bom Futuro .....	
1.3.2 Um relato etnográfico sobre a comunidade de São Sebastião do Burajuba ..	
1.3.3 O Arienga Rio, segundo minhas experiências antigas e relatos da Rosilda Santos .....	
<b>CAPÍTULO II – A MODERNIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS GOVERNOS MILITARES E A CONSTRUÇÃO DE MEGAPROJETOS EM BARCARENA (PA)</b> .....	
<b>2.1 Ideologia da modernidade: O (Neo) extrativismo mineral como herança colonial</b> .....	
<b>2.2 Entendendo os megaprojetos da modernidade</b> .....	
<b>2.3 A inserção da Amazônia brasileira na modernidade dos megaprojetos: Da década de 50 à atuação militar</b> .....	
<b>2.4 Pensando o contexto da pesquisa: A mineração em Barcarena (PA)</b> .....	
2.4.1 Uma breve história sobre Barcarena (PA) de acordo com a academia .....	
2.4.2 O complexo Albrás (Alumínio Brasileiro S/A) - Alunorte (Alumina Norte Brasil S/A) .....	
2.4.3 O complexo de caulim PPSA (Pará Pigmentos S/A) -IRCC ( <i>Imerys</i> Rio Capim Caulim) .....	
<b>2.5 Uma breve história sobre Barcarena (PA) segundo as interlocutoras</b> .....	
2.5.1 A Barcarena do passado conforme as três interlocutoras .....	
<b>CAPÍTULO III – IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA VIDA FEMININA: O CASO DE BARCARENA</b> .....	
<b>3.1 Implicações dos megaprojetos nos territórios</b> .....	
<b>3.2 Um novo cenário com implicações específicas: O caso das mulheres</b> .....	
<b>3.3 A mineração no contexto da pandemia do COVID-19 e as suas consequências</b>	

**sobre as mulheres** .....

3.4 Vida impactada e o surgimento de sentimentos negativos .....

3.5 As empresas e o outro lado das suas atividades .....

3.6 Mulher: responsabilidade, medos e dificuldades .....

3.7 A pandemia que intensificou as dificuldades e tornou-se um perigo a mais .....

**CAPÍTULO IV – COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMININA CONTRA A MINERAÇÃO: O CASO DE BARCARENA** .....

**4.1 “Empurradas” para os caminhos da resistência: as dificuldades de ser uma mulher que questiona a mineração** .....

4.2 A luta feminina em Barcarena: significado e importância .....

4.3 Luta: experiências e intimidações .....

4.4 *WhatsApp*: um dos dispositivos da luta comunicacional .....

4.5 Síntese interpretativa final sobre o capítulo .....

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** .....

**REFERÊNCIAS** .....

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre as mulheres da resistência em Barcarena (PA) é fruto de um conjunto de afetos desenvolvidos desde o meu mestrado em Antropologia, logo após minha formação no curso de bacharelado em Museologia.

Tudo começou quando eu estava assistindo televisão na sala da minha casa e me deparei com uma reportagem sobre o vazamento de rejeitos de bauxita da empresa *Hydro Alunorte*, em Barcarena, transmitida pelo Jornal O Liberal 2ª edição, da TV Liberal, afiliada da Rede Globo. Estávamos no mês de junho e a TV continuava exibindo reportagens sobre o caso que havia sido denunciado por moradores (as) locais no dia 17 de fevereiro de 2018. O vazamento foi confirmado pelo Instituto Evandro Chagas (IEC) no dia 22 do mesmo mês. O assunto me despertou a atenção e imaginei que esse poderia ser o meu tema de pesquisa. Com todo o imaginário que eu possuía sobre um antropólogo, prontamente eu me projetei indo a campo desbravar o assunto.

Em resumo, o que me levou a estudar a cidade de Barcarena foi a curiosidade. Pronto! A partir dali eu tinha o meu tema, mas obviamente precisei refiná-lo, o que não foi um problema, haja vista que a orientação e a empolgação em ser um antropólogo me levaram a lugares como bibliotecas, sites e jornais que me ajudaram a ter a noção de que naquela cidade havia conflitos entre moradores (as), organizações locais, instituições públicas, Governo Federal e Municipal e as mineradoras. Sabendo disso, fui a campo verificar na prática, e foi lá que a curiosidade se transformou em afeto.

Mas o que seria esse afeto que estou ressaltando? Para entendê-lo, invoco as contribuições de Jean Luc Moriceau (2020), que em seu texto sobre afetos na pesquisa acadêmica, ajudou-me a entender o processo pelo qual passei em campo. Para o autor, o afeto é acolher, vivenciar e sentir a temática observada e os sujeitos envolvidos a partir do máximo de sentidos. Ele surge na proximidade entre pesquisador(a) e pesquisado(a), e permite ir além de uma mera representação da realidade. O afeto se relaciona com o conjunto de experiências que você vivência em campo e possibilita rever o que você leu antes da prática, gerando um movimento que lhe faz pensar de forma contínua.

Segundo o autor, a pesquisa envolve o jogo de afetar e ser afetado em um processo de trocas. O autor sugere que não sejamos pesquisadores (as) distantes, que apenas descrevem e representam aquilo que observam, mas sim que nos deixemos afetar

e sentir possíveis incômodos. Ao explicar sobre o afeto, ele nos faz o seguinte questionamento: a sua pesquisa lhe afeta? Em que sentido e como ela lhe afeta?

Hoje, posso alegar que foi isso que me fez chegar até o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) para a realização do Doutorado. A pesquisa anterior me afetou, a partir do momento em que tive contato com narrativas de elevadas cargas emocionais. Eu sempre lembro que tudo começou quando conheci o Sr. Belmiro Barros, um ex-pescador que reside nos arredores da Vila do Conde, em Barcarena, e que sofre com cegueira e doenças cutâneas adquiridas no contato com a água poluída por rejeitos minerais. Na época em que o entrevistei, em 2018, ele contava a sua história com receio de que eu fosse alguém vinculado às empresas. Além disso, ele coçava constantemente as pernas e os braços, demonstrando o desconforto que diariamente sentia. O seu desconforto me desconfortou, mas no sentido da indignação que senti sobre o que ele estava passando.

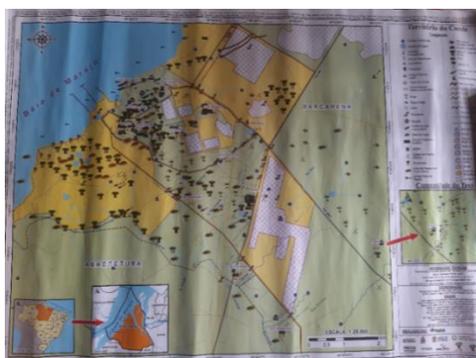
Além de Belmiro, conheci na praia da comunidade de Vila do Conde, pessoas como o Isaac Santos, um pescador que aprendeu o ofício da pescaria com o seu pai e o seu avô, mas que não desejava, de jeito algum, que o seu filho continuasse a prática herdada ao longo de gerações, porque, segundo ele, tudo era muito difícil em Barcarena, principalmente a pescaria, uma vez que “os peixes foram embora” com a chegada da poluição e das grandes embarcações que por ali transitam diariamente. E, enquanto ele falava isso, o seu filho e a sua filha, duas crianças, brincavam na praia ao fundo, mas sem tocar na água, e essa cena me provocou reflexões e indignação, afinal elas não podiam ter as experiências que o pai delas viveu no passado. Vivências que, naquele momento, ele estava compartilhando comigo.

E, dentre outros encontros, conversei com a Maria das Graças Costa, uma senhora que reside na comunidade Canaã, uma área de invasão que surgiu a partir dos deslocamentos exigidos para a construção das mineradoras. Ela é uma senhora que passou por dois deslocamentos e que me afirmou ter enfrentado problemas de depressão e tristeza profunda pelo medo de ser expulsa novamente. No mesmo dia, ela se predispôs a mostrar-me como se faz um matapi, um instrumento utilizado na pescaria de camarão. E levou-me até o rio para mostrar que os seus matapis permaneciam vazios, mesmo após serem inseridos na noite anterior.

Essas histórias, presentes em minha dissertação (SILVA,2020)<sup>1</sup>, expressam um pouco do quanto eu já fui afetado e afetei as pessoas ao conversar com elas, fazê-las lembrar esses momentos e escutar as suas narrativas repletas de afetividades, nostalgias, indignações, desejos e sonhos por uma vida diferente. O passado não volta mais, porém o futuro pode e precisa ser construído de outra forma. E eu espero, de alguma forma, ajudar na elaboração deste futuro por eles(as) almejado, contribuindo com uma pesquisa que vá para além da representação e que os (as) ajude nas suas resistências.

Inclusive, comecei a frequentar mobilizações e a adquirir contato com lideranças barcarenenses que questionam a realidade local, e foi essa aproximação que me fez chegar ao tema atual. Posso dizer que esta proposta de tese começou quando conheci a Rosilda Santos, ex-líder da comunidade do Arienga, que me apresentou a outras lideranças e sempre compartilhou comigo informações sobre a mineração e as iniciativas locais. Ela me incluiu em grupos de *WhatsApp*, frequentados por lideranças e demais moradores, além de presentear-me com um mapa (Figura 1) que, segundo ela, comprovava a existência de sua comunidade.

Figura 1: Mapa que Rosilda Santos me presenteou<sup>2</sup>.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2019).

Esse contato foi primoroso, pois adentrei o PPGCOM com vínculos estabelecidos e isso foi bastante importante para que a professora Dra. Vânia Costa e eu, tivéssemos um “norte” em nossa pesquisa. O projeto sofreu alterações. Observei que as denúncias, mobilizações e compartilhamentos de informações em grupos virtuais, eram

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://ppga.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/659-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

<sup>2</sup> Conforme informações presentes no mapa, quem o realizou foi o Movimento Barcarena Livre (MBL) com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade da Amazônia (UNAMA).

majoritariamente realizadas por mulheres, algo que me gerou questionamentos, afinal, por que isso acontecia? E como era atuar nessa frente de resistência?

Essas são perguntas iniciais que foram se intensificando com o passar do tempo, a ponto de prepararmos esta tese que contará com narrativas de três mulheres líderes comunitárias que atuaram na denúncia do caso acima destacado, o vazamento de bauxita pela empresa *Hydro Alunorte*. São elas a Socorro da Costa, mulher quilombola e liderança da comunidade de São Sebastião de Burajuba; a Patrícia dos Santos, líder da Associação de Catadores da comunidade de Bom Futuro; e a Rosilda Santos, líder da comunidade Arienga Rio.

A presença dessas narrativas é crucial, afinal, é na existência delas que a comunicação se faz presente. Elaborarei melhor este pensamento no capítulo quatro, contudo, posso adiantar que narrar é comunicar. De acordo com Paul Ricoeur (2010), a narrativa resulta da compreensão de fatos e experiências vivenciadas por alguém. Quando elas são compartilhadas com outra pessoa, estamos compartilhando a nossa interpretação sobre o mundo e o que nele ocorre, isto é, estamos comunicando. Esse compartilhar (comunicar) permite ao outro interpretar o que leu ou escutou, amparado nos seus próprios horizontes, ou seja, nas suas perspectivas de mundo

Percebamos que compartilhamento e experiências são palavras fundamentais para as narrativas, pois se elas compartilharam, comunicaram, se seguirmos os ensinamentos de José Luiz Braga (2017), autor que aprofunda na comunicação como um compartilhamento. E no que diz respeito a experiência, a entendemos com base na interpretação de Muniz Sodré (2009) e Walter Benjamin (1985). Para o primeiro autor, a experiência é o conhecimento adquirido na vida prática, ou seja, na vida vivida, no dia a dia. E para o segundo, ela é a fonte do narrador, ou seja, é a fonte dessas mulheres que narraram parte das suas histórias para mim.

Sobre como consegui entrar em contato com essas mulheres e ter acesso às suas experiências compartilhadas, as duas primeiras foram contactadas com o apoio da Rosilda, que me ajudou a diminuir os possíveis “estranhamentos” iniciais entre o pesquisador e suas novas interlocutoras (ROCHA; ECKERT, 2008). E após os primeiros contatos presenciais em minhas visitas nas suas comunidades, as duas,

juntamente a Rosilda, aceitaram contribuir para esta tese ao contarem as suas histórias de vida e de resistência, que serão apresentadas no desenvolver dos capítulos.

Além disso, é preciso explicar também que os nossos questionamentos e inquietações orientaram a escolha do tema, mas que trabalhá-lo tornou-se ainda mais necessário, à medida em que fomos aliando as dúvidas com a prática do campo e as teorias sobre a mineração e os seus impactos<sup>3</sup> nas vidas das mulheres.

Por que estudar Barcarena? Por que estudar as mulheres da resistência? Por que estudar as mulheres da resistência em Barcarena? O trabalho precisava ser justificado para além dos afetos. E foi no exercício bibliográfico e na pesquisa de campo que encontramos mais força e necessidade para aprofundarmos o tema, em diálogos com as nossas interlocutoras, que aqui encontrarão uma parcela escrita das suas próprias histórias.

O que moveu esta investigação foi descobrirmos que, em se tratando de cidades “mineralizadas<sup>4</sup>”, as relações e desigualdades de gênero são acentuadas a ponto de não existir mineração sem a submissão das mulheres (ANDRADE, 2020; CASTILHOS; CASTRO, 2006). Como explicaremos no decorrer desta tese, em especial no capítulo três, as mulheres são “empurradas” para o âmbito doméstico e o cuidado para com a família, afinal os projetos são criados por homens e para homens, em sua maioria brancos, o que pode dificultar a escuta e a compreensão das vozes femininas, principalmente daquelas que se mostram insatisfeitas e passam a questionar, por exemplo, a ausência de empregos ou as péssimas condições de trabalho nas mineradoras (FAUSTINO; FURTADO, 2013; CABNAL, 2010).

Trata-se de um tema complexo, uma vez que as violências são interseccionais<sup>5</sup>, ou seja, elas se alteram e se intensificam conforme a cor de pele, a condição econômica, a etnia, a idade, o corpo e a sexualidade de cada mulher presente no entorno de

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que o uso do termo impacto nesta Tese, remonta as reflexões de Carlos Bernardo Vainer (2008, p. 5) em seu artigo intitulado “O conceito de atingido: uma revisão do debate”. O autor considera que impacto é o “processo de mudança social e físicas que interferem várias dimensões e escalas, espaciais e temporais”. Dessa forma, entendo que ele condiz com efeitos positivos e/ou negativos, que alteram o espaço e o tempo em grande ou pequena proporção. Dito isso, reforço que poderíamos utilizar outras categorias teóricas, mas o ‘impacto’ se encaixa melhor na nossa proposta.

<sup>4</sup> Cidades “mineralizadas”, segundo Horacio Aráoz (2013), são aquelas nas quais a mineração se faz presente. O autor costuma alertar que os territórios são “mineralizados”, em alusão a mineração, uma prática que muda bastante a realidade do território no qual ela é implantada.

<sup>5</sup> No decorrer dos capítulos, explicaremos este e outros conceitos utilizados nesta investigação.

mineradoras (CRUZ, 2020; FAU AL, 2021). Vale ressaltar que algumas dessas violências atravessam nossas reflexões neste trabalho, mas outras não, haja vista que ainda não encontramos leituras que explicassem as violências específicas que ocorrem sobre todos esses corpos. Talvez, nesse sentido, esse tenha sido o nosso maior desafio na escritura dessa tese.

Podemos destacar também que o objetivo geral deste estudo é compreender os danos sofridos e os processos de resistência aos megaprojetos por mulheres na cidade de Barcarena, especialmente nas comunidades de São Sebastião do Burajuba, Bom Futuro e Arienga Rio. Buscamos apresentá-las, descrever as suas comunidades e os seus cotidianos, explicar os danos sofridos antes e durante a pandemia e as suas práticas de resistência, enquanto comunicação e luta, pois como veremos, especialmente nos capítulos três e quatro, não há luta sem comunicação (SCOTT, 1990). São mulheres que pretendemos analisar conforme os nossos objetivos específicos, que são:

- a) Descobrir como é o cotidiano e como a mineração impacta em suas vidas.
- b) Compreender e analisar as críticas e estratégias dessas mulheres que resistem contra os megaprojetos.
- c) Identificar a existência e importância de ‘dispositivos interacionais’ utilizados na resistência, enquanto práticas comunicacionais.
- d) Compreender o circuito comunicacional a partir dos dispositivos interacionais identificados.
- e) Explicar como a pandemia da COVID-19 influenciou suas vidas e as ações de resistência aos projetos de mineração.

E considerando que, segundo José Luiz Braga (2011), um tema/objeto pode começar a ser investigado por meio de ‘hipóteses de pesquisa’ geradas por experiências de campo e leituras anteriores, temos como hipótese central a compreensão de que as mulheres de Barcarena lidam com efeitos específicos e particulares da mineração. Pressupomos que as lutas femininas contra a mineração são resultado do que Delmy Hernández (2016) denuncia como a masculinização e a patriarcalização dos territórios por grandes projetos, algo que explicaremos em laudas posteriores.

Como hipóteses auxiliares temos: 1) as lutas femininas envolvem não somente os questionamentos sobre a poluição por parte das mineradoras, mas também contra o silenciamento feminino, o desemprego e o bem-estar da família e da comunidade; 2) as mulheres são os principais nomes das resistências das comunidades porque elas não são priorizadas pelas indústrias, principalmente no quadro funcional; 3) as mulheres são as principais denunciadoras dos impactos ambientais; 4) elas sofrem com ameaças, intimidações e violências pelo fato de serem mulheres.

Barcarena é uma cidade que tem 70% da sua economia amparada na mineração, desenvolvida por projetos como a Alumínio Brasileiro S/A (Albras), a Alumina Norte Brasil S/A (Alunorte) e a *Imerys* Rio Capim Caulim (IRCC) (MAIA, 2017). No município encontra-se o principal polo industrial do Estado do Pará, composto por uma estrutura que, além das mineradoras, conta também com portos como o da Vila do Conde, Depósitos de Resíduos Sólidos (DRSs)<sup>6</sup> e empresas de serviços terceirizados que vêm impactando a população local de forma social, econômica, ambiental e cultural, o que modifica e/ou impacta o modo como algumas pessoas, principalmente as que nasceram em Barcarena, veem e vivenciam um território que até a década de 1980, era foco de atividades de autossustento e consumo como a pescaria, a agricultura familiar, a caça e a produção de carvão (Cf. MAIA, 2017; SILVA, 2020).

Contudo, apesar dos impactos sobre esses saberes e viveres, há poucas bibliografias acerca dos efeitos específicos desses projetos sobre as vidas das mulheres que vivem em Barcarena. Em nossas buscas por referências, descobrimos com Rosane Maia (2017) que no passado, moradores (as) da comunidade quilombola de São Lourenço, resistiram - através da instalação de barricadas e intimidação armada - às investidas da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), órgão que nas décadas de 1970 e 1980, foi responsável por esvaziar e preparar as terras nas quais as empresas seriam criadas. Na época, a liderança de maior destaque foi a Dione da Cruz e Souza, uma mulher que teve a sua casa de madeira derrubada por um trator durante a noite. Após o episódio, ela foi residir no bairro do Laranjal onde sofreria um segundo despejo porque a Codebar queria “limpar o terreno”. Armada de um terçado e parada

---

<sup>6</sup> Os DRSs são popularmente conhecidos e denominados pelas interlocutoras como “bacias”, portanto, a partir daqui, será comum eu me referir a eles com este termo!

em frente à sua casa, ela conseguiu evitar com que os tratores da agência estatal avançassem como antes.

Naquele tempo, a Amazônia era apresentada pelo Governo militar brasileiro como uma região a ser civilizada, desenvolvida e integrada à economia nacional e internacional. Para atingir tais objetivos, os governantes, a partir da década de 60, associaram o progresso da região à criação e ao funcionamento de empresas do setor mineral, não medindo esforços para a presença de um empresariado majoritariamente estrangeiro, inclusive submetendo os povos amazônicos a esse processo. Assim como em outros locais da região, essa atitude gerou imbróglios em Barcarena, pois algumas pessoas se recusaram a sair das terras que ocupavam para dar espaço a uma possibilidade incerta e não dialogada de desenvolvimento e progresso amazônicos (MAIA, 2017).

No período da criação e início do funcionamento das mineradoras em Barcarena, entre as décadas de 1960 e 1980, era comum que quilombolas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista retornassem às terras cercadas pelas empresas para fazer uso de fornos de farinha, carvão e roças clandestinas, algo que era eminentemente proibido e vigiado por seguranças e policiais. Não foram raros os casos de violência militar contra essas ações, que geralmente eram praticadas por mulheres que trabalhavam com a terra e ainda mantinham a esperança de darem continuidade às suas atividades praticadas antes dessa nova realidade (MAIA; ACEVEDO MARIN, 2014, 2018).

Em pesquisas mais recentes como a de Rosane Maia e Rosa Acevedo (2018) em comunidades quilombolas, observamos que tanto os homens quanto as mulheres, lidam com a falta de oportunidades, principalmente de empregos, sendo obrigados (as) a resistir contra as mineradoras e os governantes, ação que geralmente é praticada pelas mulheres quilombolas (MAIA; MARIN, 2018). Essa investigação nos instigou a pensarmos especificamente sobre as mulheres de outras comunidades, a partir de um novo panorama, composto por reflexões ligadas ao campo comunicacional como, por exemplo, a ideia de circuito e dispositivos comunicacionais, apresentada por José Luiz Braga (2017) e que será elaborada e debatida no nosso quarto capítulo.

Uma outra pesquisa importante é a dissertação da Andressa Arielly de Santos (2020), que trabalhou com lideranças masculinas e femininas presentes em audiências

públicas sobre o caso do vazamento de rejeitos pela *Hydro* Alunorte, em 2018. Ela verificou que a maioria das lideranças comunitárias com quem conversou eram mulheres e, a partir do seu recorte, a autora conseguiu apresentar os caminhos face a face e midiáticos<sup>7</sup> que elas e os homens tomavam para criticar a empresa e reivindicar os seus direitos frente ao vazamento.

Encontramos apenas uma pesquisa específica sobre as mulheres de Barcarena e a mineração. Trata-se do artigo sobre a resistência de “bromélias” e “vitórias régias<sup>8</sup>”, escrito por Francisca Souza e Jondison Rodrigues (2019). Este trabalho descreve e analisa as narrativas de resistência e algumas transformações sociais envolvendo as mulheres residentes das comunidades quilombolas de São Sebastião do Burajuba e do Sítio São João, reforçando que elas são protagonistas políticas e lidam com efeitos da mineração no âmbito familiar.

Devemos ressaltar que, atualmente, observamos uma prática comum de resistência que também envolve as mulheres: é a produção do que Eunápio Dutra do Carmo (2020) destaca como “contrainformação”, que é elaborada por meio do contato com pesquisadores (as) e entidades locais e nacionais como o Movimento pela soberania popular na mineração (MAM), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Barcarena Livre. A “contrainformação” condiz com as narrativas elaboradas pela população local, sejam elas lideranças ou não, ou seja, são narrativas não hegemônicas do grupo que se sente impactado.

Todavia, essa “contrainformação” caracterizada por informações, questionamentos e politização de pessoas insatisfeitas com a atuação das mineradoras em Barcarena, não consegue “furar” o que o autor denomina de “bolha tecnológica”, que corresponde às informações entendidas como oficiais. Uma dessas “bolhas” é a imprensa local que de acordo com Rosane Steinbrenner *et al.* (2019), não apresenta as (os) moradoras (es) como seres políticos e aprofunda as suas invisibilizações ao não as (os) nomear e explaná-las (os) como militantes devidamente articuladas (os). O jornalismo local, segundo a autora, prioriza especialistas e fontes oficiais, enquanto as (os) moradoras (es) e as lideranças, em sua maioria mulheres, são deixadas (os) à margem dessa produção jornalística.

---

<sup>7</sup> Segundo Santos (2020), o WhatsApp é o meio de comunicação mais utilizado para as mobilizações contemporâneas.

<sup>8</sup> Nomes fictícios utilizados pelos(as) autores(as).

Esses são fatores que, somados aos afetos formados e desenvolvidos em pesquisas anteriores, nos fazem acreditar que esta investigação é necessária, uma vez que permitirá compreender as implicações das atividades da mineração sobre as vidas de mulheres amazônicas, em especial de três lideranças femininas de Barcarena (e por que não, de outras mulheres?), sem esquecer de apresentar não somente as suas práticas de resistência, mas também as suas comunidades, haja vista que, segundo Arturo Escobar (2005), não podemos produzir pesquisas que foquem na ação da resistência, esquecendo ou desconsiderando a possibilidade de reconstruir as histórias das (os) personagens, os seus modos de vida e os lugares nos quais as(os) eles (as) existem e resistem.

Ressalto que esta tese tem como eixo central de pesquisa e reflexão a questão das mulheres, focando em personagens de comunidades ainda pouco ou sequer abordadas por investigações acadêmicas, mas que, de acordo com dados obtidos em campo e que serão apresentados no desenvolvimento deste trabalho, participaram de uma iniciativa de “invasão” às terras da mineradora *Hydro Alunorte*, após perceberem uma coloração avermelhada nas águas da chuva que estavam empoçadas pelas ruas e em seus quintais. Foram elas que denunciaram o caso que eventualmente veio a ser noticiado Brasil afora, mas que, como argumenta Rosane Steinbrenner *et al.* (2019), basicamente não aparecem nas reportagens sobre o ocorrido. Os seus protagonismos não foram apresentados!

Nesta ordem de ideias e inspirados em Zuleica Castilhos e Nuria Castro (2006) e em Cíndia Brustolin e Sislene Silva (2021), autoras que refletem sobre a presença das mulheres em cidades mineralizadas, as pesquisas de campo realizadas para esta tese, foram regidas por indagações como: quem são as lideranças femininas que denunciaram a *Hydro Alunorte*, em 2018? Como foi a denúncia? Quais são as suas histórias? Como e com quem elas resistem? Elas sofrem intimidações? Se sim, quais? Elas são questionadas por serem lideranças? Se sim, como e por quem? Como as mineradoras impactaram as suas vidas? A mineração gerou ou intensificou desigualdades de gênero nos seus cotidianos?

Além disso, esta tese tem a originalidade de refletir sobre o contexto pandêmico no cotidiano dessas mulheres em uma cidade que, segundo dados

desatualizados da prefeitura local<sup>9</sup>, lidou com 12.488 casos confirmados e 226 mortes em decorrência do COVID-19. Aqui também investigamos as implicações da pandemia sobre essas lideranças femininas, orientados por indagações como: De que forma a pandemia as afetou? Como foi lidar com a necessidade do isolamento social? A resistência contra a mineração parou ou continuou durante a pandemia? Se a resistência continuou, por onde ela foi realizada? Se parou, por que parou? O que mudou na resistência durante a pandemia?

A consideração do contexto pandêmico é importante não somente porque nos encontramos nessa realidade que dificultou os contatos presenciais, mas também porque, segundo Ana Queiroz (2021), a mineração não parou, pelo contrário, ela foi essencializada e intensificada, algo que, como argumentaremos no terceiro capítulo, corroborou para o aumento da desigualdade de gênero ao sobrecarregar e violentar fisicamente e psicologicamente as mulheres que convivem com as mineradoras e que precisaram ficar em casa para evitar a propagação do novo coronavírus (VIEIRA, 2021). Inclusive, na pandemia, aumentaram os números de ameaças, estupros e assassinatos de ativistas ambientais na América Latina, em especial na Amazônia Brasileira, sendo as mulheres os principais alvos dessas violências (FAU AL, 2021; VIEIRA; GUIMARÃES, 2020).

Ao final, temos uma tese dividida em quatro capítulos. No primeiro, procura-se apresentar as interlocutoras que compartilharam os seus conhecimentos e experiências comigo, mais as comunidades nas quais elas residem e/ou lutam. Em seguida, o segundo capítulo discorre sobre os megaprojetos como heranças coloniais inseridas na Amazônia brasileira, enfatizando e apresentando a história e as mineradoras de Barcarena, local da pesquisa. No terceiro mostra-se os impactos da mineração na vida feminina, conforme as narrativas das interlocutoras. E no último capítulo enfatiza-se as ações de resistência e a importância da comunicação nesse processo de luta.

---

<sup>9</sup> Números retirados do Portal da Transparência presente no site da prefeitura de Barcarena. Disponível em: <<https://www.barcarena.pa.gov.br/transparencia/projeto/covid-19>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

## CAPÍTULO I – DO PERCURSO METODOLÓGICO A INSERÇÃO NO CAMPO: AS LIDERANÇAS E AS SUAS COMUNIDADES

O capítulo um destina-se a apresentar o processo de escolhas metodológicas utilizadas durante a investigação, as comunidades e as personagens que selecionamos para esta pesquisa. Busca-se, a partir do olhar etnográfico/ observação participante e das entrevistas semiabertas, apresentar como se deu a inserção em campo, as experiências nele vivenciadas e as observações sobre o cotidiano dos (as) moradores (as). Pretende-se destacar as interlocutoras entrevistadas para o desenvolvimento desta Tese. A ideia é apresentá-las de forma breve para que você possa entender quem são essas mulheres que resistem aos megaempreendimentos, mas que também possuem outras histórias para compartilhar.

### 1.1. Como se deu a escolha do percurso metodológico desta pesquisa

Em busca de compreender as implicações dos megaprojetos de mineração nas vidas das mulheres líderes comunitárias de Barcarena, com atenção para as suas memórias, narrativas e resistências antes, durante e depois da pandemia do COVID-19, iniciamos com a pesquisa exploratória que, de acordo com José Paulo Junior (2011), é a primeira etapa de uma investigação que se amplia com o passar do tempo. Ela inicia o(a) pesquisador(a) ao tema e objeto investigado e pode ser realizada por meio da internet, economizando tempo e investimento (ARATANGY, 2011; SEVERINO, 2017).

Tendo essa explicação em mente, a nossa pesquisa exploratória para esta tese se iniciou pela internet ao buscarmos e encontrarmos bibliografias em sites de militância feminina e ambiental como o do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS)<sup>10</sup>, do Movimento pela soberania popular na mineração (MAM)<sup>11</sup>, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>12</sup> e do Coletivo *miradas críticas del territorio desde el feminismo*<sup>13</sup>. Os portais fornecem um conjunto de publicações

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://pacs.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://www.mamnacional.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

<sup>12</sup> Disponível em <<https://mab.org.br/>>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://territoriofeminismos.org/>>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

produzidas por mulheres latino-americanas sobre a mineração e os seus impactos na vida feminina, e ajudaram em nossa familiarização com o tema.

Por conseguinte, a pesquisa exploratória teve a sua continuidade via aplicativo de mensagens instantânea, *WhatsApp*. Por meio dele foi realizada no dia 23 de junho de 2021, em áudio, uma entrevista informal com a Rosilda Santos, liderança da comunidade do Arienga. A entrevista contou com um roteiro cujos tópicos guias foram: A sua comunidade, a resistência, a divulgação de suas denúncias e a sua vida durante a pandemia.

As suas respostas nos ajudaram a perceber que a mineração muda de forma diferente as vidas masculinas e femininas de Barcarena, em especial do Arienga. Por exemplo, durante a conversa, Rosilda falou que muitos homens não atuam nas frentes de liderança porque eles são contratados pelas empresas locais. Logo as críticas à atuação das mineradoras são deixadas a cargo das mulheres, que estão à margem desse mercado ao não serem contratadas. Segundo ela, “eles jamais vão criticar o patrão!”.

Em nosso diálogo, Rosilda também contou que ela produziu vídeos para a TV Rede Brasil sobre a situação das vias de acesso à sua comunidade, explicou um pouco sobre a sua história na resistência e que algumas ações foram paralisadas por causa da pandemia, mas que os questionamentos continuam por meio de grupos de *WhatsApp*. Ela contou também sobre a sua relação com a imprensa local e afirmou que ela não publica o que as (os) moradoras (es) pedem. E ressaltou algumas conquistas que ela alcançou desde a última vez que tínhamos nos encontrado pessoalmente, em 2019.

Posteriormente, com a pesquisa exploratória realizada e percebendo que a nossa investigação poderia ter um campo fértil, aderimos pelo começo da prática etnográfica envolvendo as comunidades de São Sebastião de Burajuba e Bom futuro, locais de moradia e atuação das nossas interlocutoras Patrícia dos Santos e Maria do Socorro Costa (Socorrinha) que, como apresentado na introdução, foram contactadas a partir da Rosilda Santos, experiência que será melhor detalhada adiante neste capítulo.

A pesquisa etnográfica também incluiu a comunidade do Arienga Rio e a presença da Rosilda Santos, todavia, como explicarei no decorrer deste capítulo, devido a impossibilidade de retorno à comunidade durante o período desta investigação, ela foi escrita com base em anotações, registros e lembranças das minhas investigações durante

o mestrado (Ver SILVA, 2020), atreladas a registros fotográficos e narrativas da própria Rosilda sobre a sua comunidade.

A etnografia foi selecionada porque ajuda o (a) pesquisador (a) a tentar compreender o “outro”, a partir de uma imersão descrita com base nas vivências em campo, um local no qual as pessoas apresentam significações e desenvolvem atividades comuns e/ou cotidianas às suas realidades (ROCHA, 1988; SILVERMAN, 2009). Quem se propõe a etnografar precisa estar atento(a) aos detalhes mais “triviais” e cotidianos, usufruindo do máximo de sentidos, mas principalmente do olhar, da escuta e da fala, que são importantes para gerar uma interação e, por conseguinte, uma empatia necessária para a escrita dessas vivências (OLIVEIRA, 1996; ROCHA; ECKERT, 2008; SILVERMAN, 2009).

A etnografia, de acordo com Isabel Travancas (2005), é um profundo e longo “mergulho” interpretativo do(a) pesquisador(a), que precisa de um preparo bibliográfico que o(a) inicie no tema pesquisado e o(a) ajude a descobrir as possíveis dificuldades e riscos do campo. O nosso preparo começou com a pesquisa exploratória, mas não podemos esquecer que as relações de afeto já estavam estabelecidas com algumas pessoas de Barcarena, devido às investigações desenvolvidas durante o meu mestrado. Ressaltar isso é importante para reforçar que “não partimos do zero” para interpretarmos e analisarmos a realidade alheia.

Além deste preparo, a etnografia, segundo Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert (2008), requer o uso de técnicas conciliadas de coleta de dados, que culminarão em uma escrita semelhante a um romance, a uma narrativa romântica orientada por inquietações e questionamentos vivenciados na relação com a pessoa ou o grupo pesquisado. São elas, a observação *in loco*, ou seja, direta, em campo; e conversas e/ou entrevistas que, conforme Travancas (2005), não podem ser ‘fechadas’. É esse conjunto composto por observação, escuta e escrita, acompanhadas de análises teóricas sobre os dados obtidos, que produz um trabalho etnográfico (ROCHA e ECKERT, 2008).

Dessa forma, a nossa investigação seguiu os seguintes passos. Como evidenciará este capítulo, fui a campo realizar observações sobre as comunidades, revelando e descrevendo um pouco da dinâmica local, a partir de conversas formais e

informais com as nossas interlocutoras e somente informais com pessoas transeuntes<sup>14</sup>. A observação praticada foi a participante, ou seja, tentamos ir além da observação objetiva, motivados na iniciativa da interação (SEVERINO, 2017).

Por meio da observação participante evitamos com que esta pesquisa ficasse restrita a representações das comunidades e das ações de nossas interlocutoras por meio de um olhar “de fora para dentro”, mas sim por um olhar minimamente inserido e entendedor da realidade (BOGDEWIC, 1992). Lembrando que a prática é uma “via de mão dupla”, haja vista que ao adentrar o campo, eu não somente observo, mas também sou observado, e a minha presença pode ter alterado a rotina dos eventos que participei. Porém, este é um processo que foge do controle de quem está investigando (TRAVANCAS, 2005).

Todas as observações e interações foram anotadas no que Rocha e Eckert (2008) denominam como um caderno de nota, um caderno no qual escrevemos e/ou desenhamos os dados adquiridos durante a observação e as entrevistas. Nele eu elaborei pequenos “mapas” e escrevi anotações, ou melhor, tópicos sobre os eventos que participei, a comunidade e as pessoas com quem conversei e/ou que transitavam durante as minhas andanças, principalmente por Burajuba e Bom Futuro.

Além do caderno de nota, as autoras ressaltam que devemos ter um diário de campo. Diferente do anterior, o diário de campo conta com informações escritas após a vinda do campo. Nele você escreve sobre as diárias inquietações decorrentes do contato e da interação. Ademais, essas anotações ajudam a analisar os próximos passos que uma pesquisa precisa dar, a avaliar e a corrigir problemas que possam ter ocorrido em campo, a rever conceitos, procedimentos e a própria conduta no trabalho teórico e prático.

Em meu diário de campo, foram anotadas todas as informações importantes relacionadas a questionamentos, dúvidas e alterações definidas após os campos e as orientações com a professora Vânia. As páginas foram datadas para lembrar-me dos momentos em que cada alteração foi elaborada, seja ela em relação às comunidades que

---

<sup>14</sup> Os(as) transeuntes eram as pessoas que surgiam em meu caminho durante as visitas de campo. Sempre que tenho a oportunidade, costumo abordar e conversar com essas pessoas, criando uma interação que me ajuda a entender o dia a dia da comunidade. Geralmente, por serem conversas imprevistas, eu não peço para gravar o diálogo. Neste caso, uso o caderno de nota para escrever tópicos sobre o que foi conversado.

fomos selecionando para trabalhar, as interlocutoras que apresentaremos nesta tese, a metodologia, a estrutura do sumário ou aos conceitos e os (as) autores (as) que optamos por usar para analisar os dados.

Em relação às entrevistas que, segundo Maria Cecília Minayo (2007), são a principal estratégia de um trabalho de campo, devido à finalidade de construir informações com base em conversas entre o (a) pesquisador(a) e o(a) interlocutor(a), optamos, a princípio, pela realização de entrevistas narrativas que, conforme Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2008), são entrevistas que procuram estimular alguém a contar histórias e a reconstruir acontecimentos. Nela você deixa o interlocutor livre para contar o que e como quiser, sendo mínimas as nossas interferências durante a sua fala.

Entretanto, como argumenta Luís Braga (2011), o campo ou a pesquisa empírica nos faz revelações que mudam as nossas ideias iniciais. Nem sempre a teoria ou a metodologia pensada previamente atende a complexidade do nosso objeto. Então, como o autor ressalta que a revisão e a troca de abordagem são processos naturais de uma pesquisa, em campo, quando eu estava pela primeira vez face a face com as minhas interlocutoras, decidi aplicar entrevistas semiabertas, usufruindo de um roteiro que havíamos produzido conforme as reuniões de orientações, mas que, obviamente, pela troca inesperada, apresentou lacunas que precisaram ser revistas posteriormente, o que não foi um problema, haja vista que George Gaskell (2008) argumenta que não devemos nos prender a roteiros.

A decisão pela troca ocorreu porque as suas respostas me geraram mais perguntas específicas e porque deixá-las falar livremente não estava ajudando a tocar em assuntos como, por exemplo, as violências específicas sobre as mulheres de Barcarena. Durante as observações de campo, notei que é comum vermos homens com uniformes de mineradoras, tanto caminhando pela cidade, quanto pelos arredores das empresas. Todavia, não é comum vermos mulheres uniformizadas, e quando as vemos, geralmente é atuando em serviços de limpeza.

Essa observação me fez perguntar para dona Patrícia, a primeira com quem eu conversei, se ela sente que os homens e as mulheres lidam com impactos diferentes dessa mineração. Ela respondeu que os impactos são os mesmos, haja vista que a poluição afeta a homens e mulheres. Tal resposta me fez refletir e pensar que

deveríamos rever a metodologia, o roteiro e as perguntas aplicadas, pois, como descobrimos na pesquisa exploratória, há situações específicas que somente as mulheres lidam em meio a realidade da mineração, inclusive em Barcarena. Porém não estávamos conseguindo “alcançar” esses dados. Era preciso repensar!

Após retornar para casa e termos novas orientações que nos permitiram refletir sobre o que ocorreu em minhas idas a campo, decidimos obter as próximas informações por meio de entrevistas semiabertas, ou seja, entrevistas que possuem um roteiro ou tópico guia com questões que as regem, mas cujas perguntas apresentam uma abertura para que o(a) interlocutor(a) tenha liberdade e menos direcionamentos em suas respostas (DUARTE, 2005; GASKELL, 2008).

De acordo com Jorge Duarte (2005), a entrevista semiaberta conta com perguntas gerais e iniciais elaboradas antes de ir a campo e que são tratadas como abertas durante a entrevista, entretanto, no decorrer das respostas, novas e específicas perguntas podem surgir. É somente depois de sentir que a questão foi esgotada, que o(a) entrevistador(a) passa para a próxima pergunta geral, reproduzindo o processo anterior como se fosse um funil. Nesse tipo de entrevista a condução se dá, em grande parte, pelo(a) entrevistado (a) que compartilha o seu conhecimento, porém com os ajustes realizados pelo(a) entrevistador(a) que precisa evitar possíveis distanciamentos e ter a capacidade de tocar em assuntos que enriqueçam a investigação, mas que não estavam sendo contemplados pela fala do(a) interlocutor(a).

Para a realização das entrevistas semiabertas, os nossos roteiros ou tópicos guias foram construídos após a realização da pesquisa exploratória, mas passaram por alterações e complementações conforme as experiências de campo nos mostravam que o roteiro estabelecido não estava esgotando e/ou contemplando questões para essa pesquisa. No geral, os nossos roteiros foram focados na contemplação dos três últimos capítulos do sumário, portanto os tópicos foram a história das interlocutoras, a vida na comunidade, as memórias sobre a mineração, a pandemia em Barcarena e as resistências.

Durante a realização das entrevistas, em especial das primeiras com cada interlocutora, eu procurei seguir os conselhos de George Gaskell (2008), que explica que devemos apresentar brevemente a intenção da conversa e agradecer a gentileza das

interlocutoras em dispor um pouco do seu tempo para falar comigo. Logo após, eu informava que precisava gravar o áudio com o celular para registrar e poder transcrever o que foi dito, sem cair na possibilidade de esquecer alguma informação importante (DUARTE, 2005). Ambas toparam sem demonstrar desconforto ou desconfiança.

Ressalto que durante as entrevistas, continuei realizando anotações no caderno de notas. Elas correspondiam aos comportamentos das interlocutoras e ao ambiente no qual as entrevistas foram realizadas, assim como envolviam dúvidas e inquietações que me ocorreram durante as conversas (DUARTE, 2005). Além disso, quando possível, fiz fotografias durante as visitas nas comunidades e as entrevistas, principalmente de cenários, documentos e/ou objetos importantes apresentados pelas interlocutoras. Esperamos conseguir apresentar uma boa etnografia que, segundo Mariza Peirano (2014), só acontece quando contribui teoricamente para um assunto.

E pensando em aprimorar a análise, principalmente nos dois últimos capítulos que abordarão os impactos sofridos e as resistências praticadas pelas interlocutoras, finalizamos o processo metodológico fazendo uso da análise de conteúdo temática, apresentada por Romeu Gomes (2007). Segundo o autor, a Análise temática (AT) é uma forma de analisar dados qualitativos centralizando em temas que deles emergem. A AT também visa descobrir os núcleos de sentido presentes no material investigado, ou seja, tudo o que aparece repetidamente e apresenta força em meio aos dados.

Para elucidar esse procedimento, Gomes (2007) explica que a trajetória de análise de conteúdo temática conta com três etapas que são a leitura compreensiva<sup>15</sup>, a análise do conteúdo<sup>16</sup> coletado e a síntese interpretativa<sup>17</sup>. Cada uma delas tem a sua

---

<sup>15</sup> A leitura compreensiva nos ajuda a ter uma visão do todo coletado, a apreender as suas particularidades, a elaborar as premissas que orientarão a sua análise e interpretação, a selecionar maneiras iniciais de categorizar e determinar os conceitos teóricos que serão utilizados na análise (GOMES, 2007)

<sup>16</sup> A Análise de Conteúdo condiz com a distribuição dos fragmentos pelo esquema de categorização, a uma leitura dialogando os fragmentos distribuídos por cada categoria, a identificar os núcleos de sentido presentes nos fragmentos categorizados, a dialogar esses núcleos aos pressupostos, a analisar os núcleos de sentido presentes nas categorias para buscar o(s) tema(s) de discussão, a reagrupar os fragmentos por meio do(s) tema(s) encontrado(s); a fazer uma redação por tema(s) encontrado(s), sem esquecer de relacioná-lo(s) com os conceitos teóricos (GOMES, 2007).

<sup>17</sup> A síntese interpretativa concerne a uma redação coerente que dialoga com o(s) tema(s), os objetivos, questionamentos e premissas presentes na pesquisa (GOMES, 2007).

importância e encontram-se esmiuçadas pelo autor por meio de um exemplo hipotético<sup>18</sup> que nos ajudou a selecionar, organizar e interpretar os dados obtidos em campo.

Gomes (2007), ao ilustrar como se faz uma análise de conteúdo com um exemplo hipotético, nos apresentou um trajeto que se inicia na existência do objetivo e perpassa por fundamentação teórica, forma de coletar os dados, transcrição, leitura compreensiva e princípios de categorização dos depoimentos, ou seja, as categorias encontradas após a leitura.

Isso dá luz a um conjunto de fragmentos de depoimentos que são analisados e descritos de modo a gerar premissa(s), núcleos de sentido, temáticas e dois tipos de redação, uma com a interpretação do autor sobre os depoimentos, sem abandonar os núcleos de sentido encontrados; e outra relacionando os depoimentos a referenciais teóricos que ajudem a dissecar os temas apontados. De forma a elucidar este processo pensando na minha pesquisa, ou seja, nos depoimentos que obtive em campo, preparei uma tabela no *Word*, cujas informações requeridas foram as seguintes (Ver quadro 1):

Quadro 1: Quadro produzido para analisar os depoimentos

Categorias	Fragmentos de depoimentos			Análise de conteúdo temática			
				Descrição dos depoimentos	Premissa(s) amparada(s) no meu conhecimento teórico	Núcleos de sentido identificados	Apontamento de temas com base nos núcleos de sentido identificados
<b>CAPÍTULO 3 – IMPACTOS</b>							
Vida	Rosilda	Socorro	Patrícia				
<b>CAPÍTULO 4 – RESISTÊNCIAS</b>							
Luta	Rosilda	Socorro	Patrícia				

Fonte: produzido pelo autor

Conforme ilustra o quadro acima, os fragmentos de depoimentos das três interlocutoras foram alocados conforme a categorização realizada. Ressalto que as categorias “são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de

<sup>18</sup> No texto, o autor realiza uma análise hipotética acerca da categoria preservativo para entender as representações femininas sobre o seu uso (GOMES, 2007).

uma fala será organizado” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p,16). Elas podem ser definidas com base em diversos critérios, dentre eles o sintático que inclui categorias relacionadas a substantivos e outros (GOMES, 2007), que foi o que escolhemos.

Definida a opção por substantivos, procurei perceber nos depoimentos quais palavras apareciam nas entrevistas das três interlocutoras. Surgiram seis substantivos, sendo eles: vida, empresa, mulher, pandemia, luta e *WhatsApp*. Eles foram alocados nas macrocategorias impacto e resistência, que foram selecionadas porque Gomes (2007) argumenta que as categorias podem ser acolhidas por princípios de categorização amparados nos conhecimentos que o(a) pesquisador(a) possui sobre o tema investigado. Neste caso, como a intenção desta tese é dissertar sobre os impactos da mineração sobre as mulheres de Barcarena e as suas resistências diante dessa realidade, essas foram a macrocategorias escolhidas e respectivamente direcionadas para os capítulos três e quatro.

Em seguida, com os depoimentos categorizados, realizei uma descrição do conjunto de depoimentos sobre cada uma das seis categorias e identifiquei os núcleos de sentido presentes nos fragmentos. Por fim, elaborei os temas com base nesses núcleos encontrados e apontei as premissas sobre o que compreendi do conjunto de depoimentos presentes em cada categoria, conciliando com o conhecimento teórico que possuo sobre os temas.

Esse procedimento me ajudou a organizar e analisar os depoimentos para chegar no importante momento da redação, que como ressaltai anteriormente, possui duas etapas: uma relacionando os depoimentos com os núcleos de sentido, e outra relacionando de forma coerente os depoimentos e/ou a sua descrição ao conhecimento teórico sobre os temas identificados.

Desse modo, optei por transformar cada categoria em um tópico da redação, começando a escrevê-los relacionando os depoimentos entre si, destacando as aproximações e as especificidades do que foi dito pelas interlocutoras em relação a categoria, e os encerro com uma síntese interpretativa na qual trago a luz as minhas referências para refletir sobre os depoimentos e encerro com a sua descrição geral.

## 1.2 Três mulheres: Três histórias

### 1.2.1 Patrícia Neris dos Santos, uma personagem da resistência no Bom Futuro

Como destacado na introdução desta tese, o meu primeiro contato com a Patrícia ocorreu por meio do *WhatsApp*. Consegui o seu número com a Rosilda e quando lhe enviei a primeira mensagem, o “meio de campo” já estava feito, haja vista que Rosilda a havia informado sobre mim e a minha pesquisa. Quando falei com Patrícia, ela me recebeu de braços abertos e prontamente aceitou falar comigo assim que eu fosse a Barcarena. Informou o seu endereço e explicou como chegar. Fiquei de avisá-la com antecedência sobre a minha ida a campo e a visita que eu lhe faria.

Em consequência da pandemia e de questões acadêmicas e financeiras, optei por ir a campo no dia 04 de setembro de 2021 com o objetivo de conseguir dados para a produção de um artigo de disciplina e de fazer o primeiro contato com as interlocutoras da tese, afinal eu não as conhecia presencialmente. Patrícia, ou melhor, dona Patrícia, como costumo lhe chamar, foi a primeira de nossas interlocutoras que pude conversar face a face, lembrando que, naquele momento, a pandemia do coronavírus apresentava maiores perigos. A vacinação ainda estava em seu começo, e isso adiou a prática do campo.

A visita foi previamente avisada, conforme havíamos combinado. Na manhã do dia 09 de setembro de 2021, eu lhe chamei no *WhatsApp*, perguntando sobre a possibilidade de vê-la a tarde ou nos próximos dias. Patrícia informou que eu poderia vê-la no mesmo dia, entre as 15:00 e as 16:00 horas da tarde. Prontamente aceitei e assim o fiz.

Acompanhado de minhas amigas<sup>19</sup> que estiveram presentes em minhas idas a campo, cheguei na casa de Patrícia por volta das 15:40. O acesso foi tranquilo, haja vista que a sua casa fica localizada no começo da comunidade, e Barcarena, principalmente por parte da tarde, apresenta um cenário bem tranquilo e noturno em algumas localidades. Bom futuro foi uma delas.

Ao chegarmos em sua casa, munido de uma máscara, devido à pandemia do coronavírus, um caderno de nota, uma caneta e um celular para a realização da entrevista, bati palmas e chamei por “Dona Patrícia”, e ela não tardou a nos atender. De forma educada e simpática, ela nos perguntou se estávamos bem e se foi tranquilo

---

<sup>19</sup> Rayana Alexandra e Erika Mourão são duas amigas minhas que vivenciaram essa experiência de campo junto comigo. Acho bom pontuar isso, pois a presença delas pode ter tido alguma influência no contato inicial. Nas visitas de campo, geralmente estou acompanhado.

chegarmos ali. Dissemos que sim. Ela nos ofereceu água e logo em seguida pegou uma cadeira para sentar-se em frente à sua casa e começar a compartilhar a sua história. No momento, a sua filha e a sua neta estavam na casa também e, posteriormente, sentaram-se ao seu lado para escutar e até participar de parte da conversa. E eu estava sentado na calçada, de frente para Patrícia.

Com o meu caderno de campo em mãos, aberto na página com 25 possíveis perguntas que eu havia elaborado na noite do dia anterior, fiz uma breve apresentação da minha intenção e da pesquisa que eu estou desenvolvendo, com o objetivo de deixá-la a par do assunto. As perguntas não foram feitas por completo, afinal o tempo precisava ser cadenciado e a conversa poderia levar a novos caminhos e perguntas. Para conhecer Patrícia, comecei lhe perguntando qual era a sua história, e a partir desse questionamento, a conversa foi se desenvolvendo sem se prender ao roteiro.

Patrícia é uma mulher negra, de 54 anos, natural da cidade de Moju, mas que reside em Barcarena desde 2005, na mesma rua. Ela começou enunciando que “a minha história de vida não é essas coisas boas não, sabe?”. Sua vida está muito relacionada à presença da mineração e de um lixão (Figuras 2 e 3), localizado a poucos metros de sua casa, mas que, segundo ela, “era muito para lá! Não dava nem pra ver!”, disse-me apontando para a direção oposta à sua casa. Hoje o lixão é seu vizinho, fonte de renda e parte do seu cotidiano.

Figura 2: Lixão localizado em Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Figura 3: Lixão localizado em Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Patrícia é presidente da Associação de catadores de Bom Futuro, e como tal, tem a responsabilidade de gerenciar, organizar e lidar, segundo ela, com mais de 142 catadores que trabalham e lutam contra a fome, o odor e a contaminação noite e dia. São catadores que, em sua fala, não recebem apoio de empresas como a *Hydro Alunorte* e que, apesar de enfermidades adquiridas no serviço diário, dependem da permanência do lixão para extrair renda, o que é um problema, haja vista que há boatos de fechamento do espaço para a sua conversão em um aterro sanitário. Sobre isso, Patrícia ressaltou que:

Nós vive na quarta cidade industrial e não temos ajuda. Eu, por exemplo, tenho catador aqui, tenho 142 catadores e nunca uma empresa chegou aqui pra me fornecer um emprego prum catador meu! Me entristece isso porque tão falando em fechar o lixão. Essas pessoas vão pra onde? Pra onde que eu vou? Que eu também sou catadora... Eu sou presidente, mas também trabalho! O meu esposo trabalha! É daí que nós tira a nossa renda. É o nosso meio de vida! Nós vamos fazer o quê depois disso?

[...] Ouvi uma notícia da outra presidente, da associação dos moradores que vão tirar o lixão daqui e fazer um aterro sanitário. Você já imaginou um aterro sanitário dentro de um bairro? Aí vai ser mais crítica a nossa vida! (Patrícia dos Santos, 2021).

Patrícia afirmou ser catadora, porém, logo depois destacou que parou de exercer a atividade para dar a sua vaga para alguém de outra família. Atualmente, somente o seu marido está atuando como catador no lixão e proporciona renda para uma família, em grande parte, desempregada. Além de seu marido, Patrícia tem filho(a), netos(as), mãe, pai e um irmão. Somente o seu irmão possui emprego formal, na empresa de água São Francisco.

Hoje em dia, atua como gestora do Lixão para evitar possíveis conflitos entre catadores(as). Ela acorda de manhã, se alimenta e caminha até o lixão para verificar se os horários estão sendo cumpridos corretamente, haja vista que ela dividiu o quantitativo de catadores por turnos: o matutino, o vespertino e o noturno, criados para

que os catadores possam ter o que encontrar e evitar uma “competição” entre eles, que possa vir a gerar algum tipo de discussão e/ou violência. Essa é uma grande preocupação de Patrícia que visita o espaço durante todos os turnos, inclusive de madrugada.

Eu acordo de manhã, tomo um café, vou lá no lixão com o meu catador ver como é que tá né, venho aqui em casa. Vou quatro, cinco vez no lixão. Vou lá ver. Hoje eu vou ter que subir lá que é pra ver se estão cumprindo com o horário pra um não atormentar o outro. A minha vida é todinha assim! daqui pra lá de lá pra cá. faço todinhas as minhas atividades aqui e vou pra lá. Tem dia que eu não como, cês acreditam? Tem dia que eu não boto uma pitada de comida porque não tem tempo.

[...] Aí eu com meu filho entramo lá e organizamo! Gente, borá pensar na fome, no bucho um do outro senão a gente morre tudo de fome. A turma do dia trabalha até 18 da tarde e das 18 da tarde entra outra turma que trabalha até 2hrs da manhã. Das 2hrs da manhã entra outra turma que deixa 9hrs da manhã, porque se não fizer assim não dá uma garrafa pet pra cada um! (Patrícia dos Santos, 2021).

O começo da sua atuação na Associação de catadores surgiu pelo contato com outras lideranças femininas, como a Rosilda Santos, a irmã Graça e a Socorro do Burajuba. Esse contato foi intensificado durante o vazamento de rejeitos pela empresa *Hydro Alunorte*, em 17 de fevereiro de 2018, acontecimento que afetou diretamente a comunidade de Bom Futuro - haja vista que ela é vizinha as instalações da mineradora – e, por conseguinte, a Patrícia.

Levantando-se da cadeira e apontando com as mãos, Patrícia contou que, na época, parte de sua casa foi engolida pela água vermelha de bauxita, alcançando uns 65 centímetros de altura. Todavia, outras pessoas enfrentaram maiores problemas com o vazamento e resolveram denunciar e pedir ajuda para às lideranças. Uma delas foi a Rosilda Santos, liderança do Arienga que convidou Patrícia para ajudar a Maria Salustiana, uma amiga e moradora de Bom Futuro, que havia perdido parte da sua criação de galinhas e patos, devido aos metais pesados presentes na água.

No contato com lideranças e na presença do vazamento de rejeitos minerais da *Hydro*, Patrícia passou a perceber que Bom Futuro carecia de representação nas denúncias e questionamentos sobre o ocorrido. Então, desde esse tempo, ela tem atuado nas frentes de resistência, inclusive representando a Associação de catadores e defendendo o lixão que, na época, foi apontado por algumas pessoas como o responsável pelo acúmulo de água na comunidade.

Desde que eu mudei pra cá, eu comecei a conhecer as pessoas. A irmã Graça, a Rosilda, a Socorro do Burajuba. Aí comecei a me interessar a brigar pelas pessoas. Eu não era liderança nenhuma! Aí como ninguém brigou pelo Bom

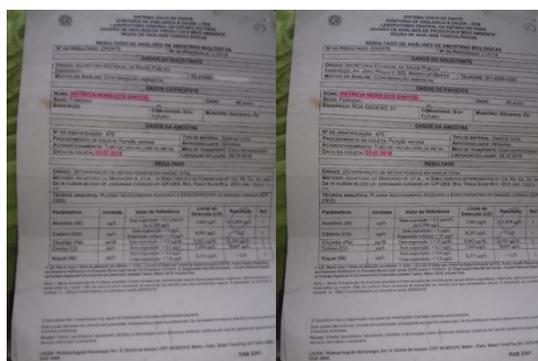
Futuro eu entrei na justiça, a favor do Bom Futuro. Aí comecei as minhas brigas com a empresa né.

[...] O meu vínculo com a associação começou assim né, na época do transbordo eu tava um dia de manhã aqui e a Rosilda me ligou “Patrícia, Patrícia, vai acudir ali a irmã Salustiana que a casa dela tá no fundo!”. O meu marido tinha um carro e a gente já saiu daqui doidinho. Chegamo lá e a irmã tava no fundo. As galinha dela tava morrendo tudo! Pato! Você já viu pato morrer afogado? Pois é, tava morrendo tudo! Galinha, pato, cachorro... E isso ali me comoveu! (Patrícia dos Santos, 2021).

As suas histórias de resistência serão apresentadas nos capítulos seguintes, contudo, pode-se antecipar que Patrícia já foi alvo de ameaças de morte por seus questionamentos, principalmente em relação ao Lixão, a melhora da situação de vida dos catadores e a poluição ocasionada pela mineração. Inclusive, esse conjunto de preocupações adoeceu Patrícia física e psicologicamente.

Ela tem exames (Figura 4) que comprovam a presença elevada de metais pesados como alumínio, chumbo e níquel em seu sangue, o que lhe fez perder fios de cabelo e, por conseguinte, ter a sua autoestima afetada. Ademais, Patrícia também lidou com graves problemas de depressão que a fizeram pensar em tirar a própria vida. Seu quadro depressivo surgiu quando ela passou a atuar como liderança. Em meio a risadas, contou-me que “foi se envolvendo com isso”. Antes ela não era depressiva.

Figura 4: Frente e verso do exame toxicológico de Patrícia, feito no ano de 2018.



Fonte: Foto enviada por Patrícia, via *WhatsApp* (2021)

Em frente à sua antiga<sup>20</sup> casa há um poste de iluminação de fácil acesso (Figura 5). Patrícia apontou para ele e falou que pensou em subir e se jogar dele, devido a seu quadro depressivo, gerado e intensificado pelas preocupações provenientes da sua atuação como liderança, somadas ao medo das ameaças sofridas e da possibilidade de um transbordo semelhante ao de Mariana (MG)<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Após essa pesquisa de campo a Patrícia mudou-se de casa, porém ainda reside no Bom Futuro.

<sup>21</sup> De acordo com Mirian Barradas (2021), o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG),

Eu peguei uma depressão terrível nesse lugar! Peguei tanta depressão que se você olhasse com o olho torto pra mim eu chorava. Eu passava as noites aqui nessa janela olhando, com medo de ter um transbordo. De eu morrer com a minha filha! Eu morava sozinha com a minha filha né.

Fiquei muito mal. Fiquei doida! Até tentar me matar eu tentei. Eu queria subir lá naquele poste e me jogar lá de cima de tanta depressão que eu fiquei (apontou para o poste em frente à sua casa). Eu chorava noite e dia no banheiro. Eu fiquei tão doente. Fiquei com medo! Eu tinha medo de mandarem me matar e tinha medo do transbordo porque assim, aconteceu lá em Mariana, né? Aconteceu em tanto lugar aí dessas barragens transbordar, então por que que aqui não? Aqui não é diferente meu filho! E aqui é muito grande!

Era aquele desespero. Tudo que eu fazia eu chorava! Ai depois começou a vir aquela vontade de eu me matar. Eu só pensava naquele poste. De me jogar lá de cima! Eu me afastei um pouco da igreja, eu sempre fui crente desde criança, aí depois eu voltei pra igreja, pedi pra deus me curar... (Patrícia dos Santos, 2021).

Figura 5: Poste no qual Patrícia pensou em tirar a própria vida.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Seu quadro depressivo permanece, porém, passou por acompanhamento psicológico e tem sido amenizado por sua atuação na liderança, haja vista que estar ocupada a ajuda a lidar com a situação. Em suas palavras “ainda tenho muita depressão, mas eu já fico nessa correria de lá pra cá pra ver se desocupa a mente. Tem aquele ditado de mente vazia, oficina do inferno. Aí eu fico fazendo coisa de um, coisa de outro”.

Antes de mudar para Barcarena, Patrícia não atuava como liderança comunitária ou algo semelhante, logo não tinha as preocupações atuais. Em Moju, ela possuía terras e, como mulher de conhecimentos tradicionais, era acostumada a

---

ocorreu no dia 05 de novembro de 2015. O rompimento provocou o derrame de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerais que atingiram 41 cidades e 3 reservas indígenas, provocando centenas de desalojamentos e a morte de 19 pessoas. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/ciencia/seis-anos-apos-o-rompimento-da-barragem-de-mariana-ecossistema-marinho-continua-sofrendo-os-impactos-do-desastre/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

trabalhar com a criação de animais e na produção de farinha. Lá, tanto o seu marido, quanto o seu pai, tinham empregos formais na Prefeitura da cidade, o que evitava maiores problemas, especialmente financeiros. Nas suas narrativas ela conta:

Lá em Moju eu tinha uma terra. Eu tinha casa na cidade, mas eu morava mais no interior porque eu gosto muito de criar. Lá eu trabalhava, eu tinha roça, sempre trabalhei no pesado mesmo. Trabalhava na roça, criava muito, vendia muita galinha, muito pato, muito peru. Eu vivia assim! Fazia a minha farinha. O meu marido era empregado, trabalhava na prefeitura.

[...] Meu pai trabalhou lá em Moju 17 anos na prefeitura de Moju, veio pra cá e já lutou pra conseguir um emprego. Meu pai era fiscal na prefeitura de Moju e nunca arrumou um emprego aqui. Tá velho com quase 80 anos e vive fazendo bico. Doente que só! E ele luta, coitado (Patrícia dos Santos, 2021).

Entretanto, a sua mudança para Barcarena ocorreu após seu irmão e sua cunhada terem conseguido emprego na cidade. Patrícia e seu marido mudaram-se em busca de maiores oportunidades, mas até o momento não obtiveram êxito. A sua intenção era conseguir emprego como cozinheira em alguma das grandes, médias ou pequenas empresas criadas em Barcarena, em decorrência das mineradoras. Ela sempre sonhou em atuar em uma cozinha, pois, segundo ela, cozinhar é uma das suas paixões.

E mudou pra cá um irmão meu, aí com pouco tempo a minha cunhada disse “aqui em Barcarena é muito bom pra viver!.Lá no Moju o custo de vida é melhor, mas também não tem emprego né. Não vamos dizer que Moju é um mar de rosas porque não é! Mas assim, o custo de vida era razoável.

Aí nós viemos em busca de emprego né, que era bom. Eu sempre tive o sonho de trabalhar numa cozinha e tô velha. Agora não vou me empregar mais. Tô com 52 anos. Agora que eles não vão me empregar mais, mas nós viemos em busca de emprego e tamo aqui, desempregado (Patrícia dos Santos, 2021).

Patrícia participou de um curso de capacitação sobre a manipulação de alimentos e possui um certificado que ela exhibe com orgulho (Figura 6). Ela espera, algum dia, ter uma casa mais estruturada, na qual ela possa investir na venda de lanches e comidas. Essa seria a sua fonte de renda e a concretização de seu sonho em atuar com a culinária. Nas palavras dela:

Eu quero ficar na frente da minha casa fazendo o meu baiãozinho, temperando a minha carnezinha, vendendo o meu churrasquinho bem bonitinho, tudo limpinho pra mim tirar o meu dinheirinho pra mim pagar a minha energia, a minha água. Eu quero ter uma camazinha, um ar-condicionado, ter a minha geladeira, a minha água, o meu fogãozinho e paz! (Patrícia dos Santos, 2021).

Figura 6: Certificado de capacitação alimentar, conquistado por Patrícia em 2018.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Quando perguntada sobre um possível arrependimento pela mudança de cidade, ela disse não se arrepender porque tem construído o seu legado em Barcarena. Ela se orgulha de lutar pelos(as) moradores(as) e catadores e pretende continuar na resistência, apesar de afirmar que mudaria de Bom Futuro caso houvesse a oportunidade. Patrícia gostaria de mudar de sua comunidade, porém sem sair de Barcarena, município no qual ela até já pensou em se candidatar como vereadora.

P. E a senhora se arrepende de ter vindo pra cá?

Patrícia: Arrepender, arrepender, não né? Porque assim, eu tenho um legado aqui nesse lugar, porque eu lutei pelas pessoas, tenho meu catador, cuido dos meus catadores, se eles querem uma coisa eu corro atrás, eu tenho muito prazer em ajudar, então não me arrependo de tá aqui. Tô sofrendo, mas tá bom!

Eu quero ficar mais tempo aqui, tanto que se eu mudar. Se vier uma indenização, eu não quero mudar de Barcarena, mas de bairro. Eu vou continuar aqui brigando com as empresas. Velhinha. Mas eu quero tá aí lutando pelo povo! Eu nunca vou deixar de lutar! ((Patrícia dos Santos, 2021).

Finalizando esta breve apresentação, a maioria dos sonhos de Patrícia são coletivos. Ela tem esperança em ver os catadores empregados por empresas locais, as pessoas de Bom Futuro sendo indenizadas e tendo oportunidades e respeito por parte das mineradoras, principalmente da *Hydro*, que fica ao lado da comunidade. Ela deseja ver o Lixão ser remanejado para outro local, mas com carros das grandes empresas buscando os catadores da Associação para levá-los ao trabalho. Ela sonha em ver os catadores uniformizados. Certamente, o seu pensamento coletivo é um dos motivos para Patrícia ser tão querida e respeitada pelos catadores que desejam que ela continue à frente da Associação por bastante tempo.

Ao fim da entrevista, ela nos acompanhou até o Lixão que, no momento, recebia um caminhão de lixo. Lá eu pude ver como os catadores se amontoam em meio aos resíduos em busca de reciclados e afins que possam ser úteis. Ao mesmo tempo,

Patrícia deu maiores detalhes sobre esse cotidiano, mas essas são histórias que apresentaremos mais para frente. Por fim, tiramos uma fotografia juntos (Figura 7). Esse foi um dos dias que eu jamais esquecerei.

Figura 7: Foto com Patrícia, realizada durante a visita ao lixão de Bom Futuro.



Fonte: Rayana Alexandra (Viagem de campo, 2021)

### **1.2.2 Maria do Socorro Nery da Costa, uma personagem da resistência em São Sebastião do Burajuba**

Para conversar com a Socorro da Costa, fui a campo com os mesmos objetos que utilizei na conversa com Patrícia e segui o mesmo roteiro de perguntas, mas sem prender-me a ele, haja vista que há especificidades entre as duas interlocutoras. Maria do Socorro é uma mulher popular e bastante conhecida em Barcarena e na Amazônia como “Socorro do Burajuba”. Há várias reportagens sobre ela na internet e, desde o mestrado, diversas pessoas já haviam citado o seu nome para mim, porém, até então, eu não a conhecia pessoalmente.

O encontro com Maria do Socorro ocorreu na manhã do dia 10 de setembro de 2021. Assim como no caso de Patrícia, a minha ida até a sua casa foi previamente agendada por *WhatsApp*. No dia, a conversa com ela ocorreu no quintal de sua casa, antes da realização de sua reunião com outras lideranças, ligadas à Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama), organização da qual Socorro é presidenta. Devido a sua agenda, o nosso primeiro contato foi “regrado” para que não a atrasássemos para o seu próximo compromisso.

Havia cadeiras no quintal, situadas em uma determinada distância, para que conversássemos respeitando um mínimo de distanciamento, em razão da pandemia. Socorro nos ofereceu água e perguntou a mim: “Me diga! O que você quer de mim?”. Respondi a ela que eu gostaria de escrever sobre a sua história de vida e de resistência

em Barcarena, e me apresentei como estudante e pesquisador da Universidade Federal do Pará.

A priori, Socorro mostrou-se meio distante, mas essa atitude, conforme foram ocorrendo a conversa e as interações posteriores, mostrou-se ser resultado de um contato constante com outros(as) pesquisadores (as) que a procuram, mas que dificilmente lhe apresentam um retorno do trabalho feito. Desde esse dia, fiquei alerta para a minha obrigação em fazer diferente. Esse trabalho precisa e será entregue para ela.

Para entender quem é Maria do Socorro, mulher negra e quilombola de 56 anos de idade (Figura 8), comecei lhe pedindo para contar um pouquinho da sua história. Esse foi o começo de uma interação que me permitiu descobrir que ela não gosta de ser chamada de “Socorro do Burajuba”. Ela prefere “Socorrinha”, logo foi assim que passei a chamá-la durante a entrevista e as nossas posteriores interações.

Figura 8: Socorro da Costa, em entrevista realizada para o Amazônia Real



Fonte: Amazônia Real (2020)

Socorrinha pediu-me para não tirar foto dela e com ela, pois ela já deu várias entrevistas para jornalistas e pesquisadores, logo as suas fotos encontram-se presentes na internet, em reportagens e em vídeos que ela nem assiste. Ademais, também percebi que ela é uma pessoa bastante enfática e que fala sobre Barcarena, Burajuba e a natureza com bastante propriedade, a ponto de se denominar como uma “doutora da floresta” e defensora do meio ambiente. Nas palavras dela:

Hoje você olha e eu tenho tanto açazeiro, tenho laranjeira, cupuaçu, coco, enfim. Eu me considero uma doutora da floresta! Defensora do meio ambiente! É difícil? É muito difícil! [...] Sou povo da floresta! Sei viver com a cobra, com qualquer um animal da floresta eu sei viver (Socorro da Costa, 2021).

Em relação ao meu pedido inicial, Socorrinha contou-me que ela não contém apenas uma história. Para ela, há várias histórias que ela não escolheu, mas nas quais ela foi inserida, seja por herança ou imposições. Socorrinha destacou que ela está presente em histórias de contaminação, doenças, óbitos, ativismo e quilombo. Algumas dessas histórias, ela não queria estar contando. Talvez, em alguns casos, ela tenha somente histórias para contar.

Na verdade, a gente não escolhe a nossa história. No meu caso, tem dois momentos: Eu não escolhi pra tá numa história e uma história me escolheu. Eu tô inserida em várias histórias. Eu tô inserida na história da contaminação, das doenças e óbitos. Eu tô inserida como uma ativista. Eu sou inserida como quilombola.

Bem, essa não é a história que eu queria tá contando. Eu queria tá contando outra! Outra história! Eu queria tá contando que eu tô bem, que eu sou feliz com o meu povo, minha cidade, nossa água, nosso plantio, nossas atividades, nossos costumes. Essa é a história que eu queria tá contando né, mas infelizmente o rumo da vida tomou outro, até na própria família, nos amigos... Dentre uma bacia hídrica, onde eu tinha uma atividade e hoje eu não tenho mais. Daonde eu sobrevivia e não sobrevivo mais! Daonde eu era feliz e hoje não posso ser mais. Eu só tenho história pra contar... (Socorro da Costa, 2021).

Também faz parte de sua história fazer o apelo para que os pesquisadores retornem e ajudem a melhorar a situação das comunidades, de Burajuba, de Barcarena e da Amazônia. Esse é um pedido que Socorrinha - uma mulher que se diz revoltada com a vida e que fala gesticulando de forma veemente - faz para nós, universitários(as) e pesquisadores (as). Ela ressalta que o seu conhecimento é gratuito e pede para que nós levemos o retorno como uma obrigação. Nós somos aqueles que podem encontrar o “remédio” para a contaminação do povo da floresta. Ela, assim como as demais pessoas, só quer viver!

Vocês chegam e eu digo sempre “eu quero contar uma história, mas por mais que eu não esteja mais nesse mundo. Que vocês que irão se formar, voltem nessa comunidade e diga ‘antes era assim, hoje dá pra fazer assim’. Volte depois de formado! Não venham só agora! Voltem nas comunidades!

Hoje eu sou muito revoltada com a vida que eu levo, com a história que eu tenho que contar. A gente tem muitos universitários pra várias formação. Eu troco o meu conhecimento, eu dou o meu conhecimento, eu não cobro nada! A única coisa que eu quero! Que vocês levem isso como uma obrigação! Voltem nessas comunidades, ajudem elas! Devem encontrar alguma solução, um remédio para curar essa contaminação que tá no solo, que tá na água, na vida humana. Nós só queremos viver!

[...] Eu só tenho a terceira série, mas parece que todo mundo se esquece que eu tenho cabeça. Pra mim tá hoje com os senhores que estudaram tanto, eu digo que eu dou conta de responder tudo pros senhores e ajudar vocês. Mas em troca, cuidem de voltar nessas comunidades, no município de Barcarena, dentro do Estado do Pará, em alguma outra comunidade que esteja precisando de seus conhecimentos, das suas influências. Hoje o meu papel é pedir ajuda! Que ajudem o meu povo! Todos eles são povo da floresta! (Socorro da Costa, 2021)

Socorrinha tem uma íntima relação com a natureza, proveniente dos ensinamentos de seus pais e avós. Foi com eles que ela aprendeu a trabalhar com a terra e a identificar quando ela ou os outros estão bem de saúde, quando a água e os frutos estão bons para consumo. Em meio a mais uma de suas críticas ao não retorno acadêmico, uma de suas falas que reforçou essa herança e que me chamou a atenção foi a dos passarinhos que pousam nas árvores para comer os frutos. Se há passarinhos comendo, o fruto está bom; se não há, o fruto não está. Como ela enfatizou: “um passarinho me contou!”

O que eu tenho pra dizer pra vocês é que foi isso que eu aprendi com os meus avós. Capinar, plantar, colher, tudo da floresta. Eu sei te dizer também quando eu tô bem de saúde, quando a água tá boa, quando eu posso comer um fruto.

Eu via tanto pássaro com abundância, mas hoje sumiu. Até falei lá. Eu fiz uma matéria para a the guardian , internacional, um livro que tá pra lá. É 180 reais esse livro e eles não me mandaram um pdf pra mim ver.

Quem me sacudi foi os pássaros! Porque assim, goiaba caindo e não deu nenhum pássaro. Tem um fator relevante. Esse fator dele é que me dá o conhecimento de que algo está estranho ali e por isso ele não veio. E a água... a gente do rio tem a pele muito bonita, porém, ultimamente as pele são cheias de mancha, uma coisa estranha (Socorro da Costa, 2021).

Socorrinha lida com a constante poluição do ambiente barcarenense, devido à atuação das mineradoras na cidade. Os impactos, que serão explicados nos capítulos seguintes, a obrigam a ser uma mulher da luta, do ativismo ambiental. Essa é a sua principal pauta. E por atuar nessa luta, ela é vista por outras pessoas como uma mulher polêmica. Contudo, Socorrinha ressalta que apenas está lutando pelos seus direitos. Não lhe falta coragem para lutar pelo que ela acredita!

Outros dizem que eu sou polêmica. É assim mermo, pra eu conquistar eu tenho que lutar, eu tenho que brigar! Hoje tá assim o mundo. Se a gente quer respeito a gente tem que bater, que lutar, ir pra cima. Não importa se é juiz, se é doutor, quem que seja, nós temos a coragem. E decidimos, pra salvar a população, a água, essa floresta, os pássaros, pra continuar multiplicando.

Esse é o nosso emprego! Pescar, plantar, ajudar a multiplicar fauna e flora, ser feliz! Nós somos capazes de lidar com a *Hydro* ou qualquer outra mineradora? Sim! Mas nós não queremos! Nós queremos a nossa luta, a nossa atividade, o nosso meio de comer, de plantar, de sobreviver. Nós mais idosos (Socorro da Costa, 2021).

Socorrinha é uma grande crítica das mineradoras, principalmente da *Hydro* Alunorte que, para ela, desrespeita as pessoas e os seus modos de vida ao gerar poluição e enfermidades. Há uma incompatibilidade entre o ramo da empresa e das pessoas, sendo que a mineradora não procura escutá-las(os), mudar a sua forma de atuar no ambiente local e dar suporte aos moradores e moradoras de Barcarena. Por

isso, Socorrinha move ações contra a empresa e questiona o desenvolvimento que elas alegam trazer.

Nós temos várias ações contra ela! Ontem mesmo o doutor Raimundo Santana, um juiz da quinta vara. Acho que mandei pra você! E pra mudar, porque a contaminação é muito grande! Nós não só criticamos. Nós damos uma maneira, nós temos um advogado especialista em crime ambiental e se dá soluções pra que se adapte. Ninguém quer que a empresa saia, mas não aceitamos ela não nos respeitar! Viver junto com nós e não se adequar. Ela viva com o ramo dela e deixe nós viver com o nosso.

A empresa deveria custear todas as nossas despesas. Exame, remédios, educação, tratamento, seja aqui, seja em São Paulo, no Rio de Janeiro, seja na Holanda, seja aonde for. O prejuízo foi ela que deu! Tem que pagar!

Como se pode chamar de progresso se não deixa nós acompanhar? Estamos muito longe do desenvolvimento em Barcarena! (Socorro da Costa, 2021).

E por atuar na resistência, ela percebe “olhares tortos” de pessoas que a veem como estranha. Algo que ela também acha de si mesma, afinal, ela diz que não teve acesso a uma educação de qualidade e a sua família sempre foi bastante humilde. A maioria da sua família não aprendeu a escrever e Socorrinha pouco frequentou a escola. Ela não se acostumou com a realidade da sala de aula.

Eu sempre fui muito estranha no meio de muitos. Sou muito estranha porque muitos não aceitam o meu jeito. Meus avôs tinham o que pra me oferecer? Uma educação? Não! Não tinha escola pro meu avô, pra minha bisá. Ela era escrava. Então foi aprendendo assim no tempo. A gente é muito ruim de lápis e caneta.

[...] Se eu disser que 2% da minha família tem um curso... A maioria não tem. A minha avó, o meu avô, o meu pai, a minha mãe, as minhas tias... tem muitos que não sabem nem escrever. Eu não consegui sentar na escola, não consegui pegar lápis. Sou essa pessoa, mas eu sou legal, sou boa, luto pelo povo. Se eu ver alguém fazendo um mal que não pode fazer eu vou pra cima (Socorro da Costa, 2021).

Como antecipa a narrativa acima, Socorrinha ressalta que a sua família é proveniente da escravidão em Barcarena, o que aumenta o estranhamento que ela sofre e sente para consigo mesma. Por conta disso, ela vive em um constante processo de se entender como mulher negra, quilombola e descendente de pessoas escravizadas. Ela desconhece parte de suas raízes parentais. É o caso de sua bisavó, Januária Rodrigues do Couto, mulher negra que, segundo ela, foi escravizada e morta em um dos antigos engenhos da cidade, mas cujo corpo, fisionomia e história carecem de informações. Constantemente ela busca descobrir quem era a sua ‘bisa’ e, para tal, recorre a pesquisadores(as) que possam desenvolver laudos que levem a essas informações.

Também, por conta de sua atuação como liderança de Burajuba, da Cainquiama e da Associação da Comunidade Quilombola de São Sebastião de

Burajuba (ACOMQUISSB), Socorrinha é uma mulher que vive em estado de alerta. Ela recebe ameaças constantes que lhe obrigam a sempre andar acompanhada, por exemplo, por seguranças que ajudam a manter a sua integridade física. Outra atitude que ela tomou e que chamou a minha atenção foi a de gradear cada cômodo da sua casa. Sempre que ela vai atender as visitas, ela abre cada um dos cadeados. Nesse primeiro contato, não pude tirar fotos dela ou de sua casa, mas parte dessa realidade pode ser vista no Youtube<sup>22</sup>, em vídeos nos quais ela se apresenta.

Entretanto, Socorrinha também é uma mulher que recebe apoio. Ela é muito querida por diversas pessoas, dentre elas a Patrícia, que lhe teceu diversos elogios durante a conversa que tivemos. Hoje em dia, Socorrinha é convidada para dar palestras e participar de eventos dentro e fora da Amazônia e do Brasil. Devido ao seu ativismo, diz que atualmente muitos apontam e enfatizam as suas qualidades, como uma mulher que luta pelo povo e pela natureza.

E daí eu comecei a ser convidada para vários lugares. Hoje eu sou reconhecida como ativista, palestrante. Alguns me criticam, mas são muito poucos. Muitos falam das minhas qualidades, o que eu faço, do que eu sou capaz de fazer. Antes não tinha nada disso (Socorro da Costa, 2021).

Socorrinha, assim como Patrícia, apresenta sonhos coletivos e individuais. Ela é uma mulher que se preocupa muito com as futuras gerações e se pergunta: como serão os jovens sem conhecer a identidade do seu povo? Ela luta para manter boas condições ambientais que não comprometam a vivência dos mais novos e de quem venha a nascer nessa realidade na qual a mineração se faz presente em Barcarena. Quando perguntada sobre qual era o seu sonho, responde:

O meu objetivo é que todo mundo tenha direito à saúde, da gente continuar com a nossa identidade<sup>23</sup>. Cuidar do nosso povo e da futura geração. Que a *Hydro* não polua mais a nossa água, que ela aceite a nossa opinião e que entenda que quem tem a caneta é a Cainquiama! Nenhuma ação vai sair de lá! Pode ela comprar toda a Barcarena, mas a diretoria ela não compra! Nós não vamos ficar com pena dela! Porque o que nós perdemos foi vida! Foi as futuras geração! (Socorro da Costa, 2021).

E como algo específico a ela, Socorrinha tem o sonho de criar um livro sobre a sua história e um museu no espaço da sede situada em frente a sua casa (Figura 9). Confesso que essa foi uma resposta que me emocionou bastante, pois como antropólogo

<sup>22</sup> Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_MPFfSahvpY](https://www.youtube.com/watch?v=_MPFfSahvpY)>. Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>23</sup> Conforme Elizabeth Jelin (2002) a identidade é o “sentido de permanência” que temos em relação ao mundo e o tempo que muda gradativamente. Ela é o que nós somos, isto é, refere-se a uma análise que fazemos de nós mesmos para nos entendermos no mundo e em relação as outras pessoas. Ela se constrói nas nossas memórias, portanto considera o que já vivemos e construímos ao longo das nossas vidas. Em períodos de traumas ou gradativas mudanças, ela passa a ser alvo constante de nossas reflexões.

e museólogo, ver um museu em Barcarena também é um dos meus sonhos. Prontamente, me disponibilizei a ajudá-la e, desde então, temos conversado na esperança de criarmos o livro e, principalmente, este espaço denominado “Museu Quilombola Januária Rodrigues”<sup>24</sup>, o MQRJ, em memória a sua bisavó. Estes são dois projetos com os quais continuaremos trabalhando após a defesa desta tese.

Figura 9: Foto da sede onde será criado o Museu Quilombola Januária Rodrigues (MQRJ).



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Atualmente o espaço está passando por reformas com verbas adquiridas em editais. A Socorro da Costa elaborou projetos voltados para a criação de espaços destinados a biblioteca comunitária, balé, aulas de reforço, cinema e costura, mas ainda são compartimentos inacabados. O sonho está próximo e algum dia estaremos presentes nessa inauguração!

### 1.2.3 Rosilda Santos, uma personagem da resistência no Arienga Rio

Para escrever sobre a Rosilda, preciso retornar ao ano de 2019, período no qual a conheci, durante a minha pesquisa de mestrado. Na época em que comecei a pesquisar a cidade de Barcarena e os seus impactos socioambientais para o mestrado, por não conhecer a cidade, muitas das minhas idas a campo foram, de certo modo, “aleatórias”, nas quais eu abordava moradores(as) e perguntava sobre as implicações do vazamento de rejeitos pela *Hydro* Alunorte nas suas vidas. Ressaltemos que o caso ocorreu em 2018, justamente no meu ano de acesso na pós-graduação, então o tema estava a “todo vapor” na cidade e na mídia.

---

<sup>24</sup> Com o andamento e o reconhecimento do projeto, há algumas reportagens locais sobre o futuro museu quilombola de Burajuba. Uma delas é a do G1 Pará! Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/13/quilombo-sao-sebastiao-do-burajuba-prepara-a-sede-para-montar-museu-quilombola-em-barcarena-no-para.ghtml>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Na época, eu contava com uma equipe de pesquisa composta por mais quatro pessoas, que caminhavam comigo em meio a comunidades que íamos conhecendo conforme as andanças e indicações feitas pelas pessoas com quem conversávamos. Inclusive, foi assim que fui ampliando o meu conhecimento sobre várias comunidades de Barcarena, haja vista que uma das pessoas indicava alguém de outra comunidade e, com o uso do GPS, chegávamos no endereço da pessoa indicada para poder conhecê-la e iniciar as conversas.

Essa era uma estratégia bem arriscada, afinal poderíamos encontrar alguém de má índole que viesse a fazer algo conosco, mas foi dessa maneira que conheci as primeiras lideranças comunitárias. Na época, uma delas era a Jaqueline, ex-líder de uma comunidade conhecida como Jardim Cabano, que me contou sobre uma audiência pública que ocorreria na igreja Assembleia de Deus, na principal praça da Vila dos Cabanos. A audiência ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2019, o seu tema era denominado como “Caso *Hydro*: 1 Ano” (Figura 10), haja vista que se completava 1 ano do vazamento de rejeitos de bauxita pela empresa.

Figura 10: Foto do começo da audiência pública.

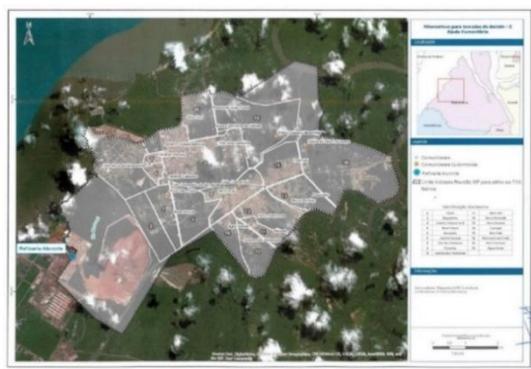


Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2019)

A entrada no espaço da audiência pública era restrita apenas a lideranças, mas como eu conhecia a Jaqueline há quase seis meses, ela relatou na portaria que eu seria o seu “repórter pessoal”, conseguindo assim o meu acesso a uma audiência na qual as lideranças questionavam a ineficácia e a demora do Estado em medidas paliativas, assim como o descaso da empresa para com os “afetados”. Representantes do Ministério Público intermediavam o debate que se acalorava a cada fala e posicionamento das pessoas ali presentes. Nesse dia eu aproveitei a oportunidade para fazer registros fotográficos e audiovisuais, mas também para adquirir o contato telefônico das principais lideranças de Barcarena.

Foi aí que eu consegui o contato da Rosilda e prontamente lhe enviei uma mensagem pelo *WhatsApp*, demonstrando interesse em conhecê-la e visitar a sua comunidade, algo que ela se mostrou super receptiva. Vale ressaltar que na época exista um mapa (Figura 11) apresentado nessas audiências públicas, no qual o conteúdo nele presente seriam as possíveis comunidades afetadas pelos rejeitos minerais do vazamento. Isso era questionado por representantes de outras comunidades que se diziam também afetadas(os), mas que não estavam inclusas nesse “mapeamento”. A Rosilda era uma das pessoas que fizeram esses questionamentos.

Figura 11: Foto do mapa com as possíveis áreas afetadas, apresentado durante as audiências da época.



Fonte: Foto enviada via *WhatsApp* pela Jaqueline, em 2019.

Iniciados os primeiros contatos, fui até a casa da Rosilda na manhã do dia 30 de dezembro de 2019. Acompanhado da minha amiga Andressa que também investigava o caso *Hydro* para a sua dissertação em outro programa de pós-graduação, chegamos na residência da Rosilda e ela foi bastante receptiva conosco. Juntamente a sua mãe e a sua irmã mais nova, as três nos contaram sobre as suas vidas e os impactos provocados pelo caso *Hydro* nas mesmas. Ao fim da conversa, por volta das 13hrs, Rosilda nos convidou para almoçar e ainda nos presenteou com um mapa, o mesmo que ressaltei na introdução desta tese e que veio a me ajudar no recorte da minha pesquisa na época.

Depois dessa visita, eu não fui mais ao Arienga Rio e concluí o mestrado, porém a Rosilda e eu mantivemos contato pela internet. Por considerar importante contar com a participação de pesquisadores(as) na divulgação das suas histórias e lutas, ela me enviava informações como reportagens e me incluía em grupos de *WhatsApp* com lideranças e moradores(as) de Barcarena. Permaneço em um deles até hoje, o que me ajuda a saber de demandas, informações e questionamentos envolvendo as pessoas e a cidade.

Entretanto, mesmo sempre me ajudando, visitar a Rosilda atualmente é um grande problema. Na época, a visitei enquanto estava de carona com a minha amiga, ou seja, havia um carro a minha disposição, o que facilitou a nossa ida até a comunidade do Arienga Rio que, como explicarei mais a frente, carece de serviços públicos de infraestrutura e transporte, portanto de acesso. Mesmo assim, conversando com a Prof.<sup>a</sup> Dra. Vânia Torres durante os nossos encontros de orientações, decidimos que eu poderia fazer uma entrevista informal via *WhatsApp* com a Rosilda, até encontrarmos uma alternativa para um encontro presencial<sup>25</sup>.

A entrevista ocorreu à tarde do dia 23 de junho de 2021 em formato de áudio. Nela eu fiz perguntas sobre a realidade da comunidade do Arienga Rio e as formas e experiências de resistência da Rosilda ao longo da sua vida. Nesse momento, ela contou que a sua vida no passado havia sido bastante difícil, mas que ela e a sua família sobreviviam em meio a problemas que, até então, não contavam com a poluição por minerais pesados. A pesca, a caça, a roça e a produção de carvão eram atividades pesadas e cansativas, mas era com elas que a sua família se mantinha. E com o passar do tempo e o surgimento das empresas, Rosilda passou a lidar com um “progresso” que, segundo ela, trouxe prejuízos para ela e a sua comunidade, beneficiando somente as empresas. Em suas palavras:

Começou o progresso das empresas, mas pra nós, prejuízo, porque, hoje mesmo, nós não tamo conseguindo muito emprego aqui porque a maioria aqui é de índio né. Nós somos descendentes de índio Mortigura, então a maioria não estudou. Nossos avós eram e nós ainda temos a descendência. A maioria não foram alfabetizado porque na época não tinha recursos (Rosilda Santos, 2021).

É importante ressaltar duas questões. A primeira delas é essa perspectiva da descendência indígena que a Rosilda possui em suas falas, pois ela sempre destaca que Barcarena e em especial o Arienga Rio, eram povoados por indígenas cujos ensinamentos e modos de vida perduraram ao longo dos anos. E a segunda é a sua compreensão de “prejuízo” porque, conforme explicarei adiante, ela passou a ter uma outra visão sobre a presença das empresas, considerando que elas trouxeram alguns benefícios que não podem ser desconsiderados, ainda mais lembrando de tudo o que ela viveu durante a sua infância.

---

<sup>25</sup> Saliento que o principal motivo para a entrevista presencial não ter ocorrido nesse período se deu mais pela dificuldade logística e financeira do que a presença da pandemia, haja vista que a pesquisa continuou sendo desenvolvida com as demais interlocutoras durante o período pandêmico, mesmo sob os novos percalços, dificuldades e cuidados exigidos por ela.

Todavia, voltando ao que conversamos neste primeiro momento, a Rosilda também destacou que ela tinha 44 anos, era assistente social, artesã e que sobrevivia financeiramente a partir de alguns aluguéis de residências que ela possui. Sobre as suas atividades de artesanato, o comum era que ela viajasse pelos interiores para repassar os seus ensinamentos. Já em relação à assistência social, ela costuma ajudar as pessoas em projetos para as comunidades locais, dentre elas o Arienga Rio, além de dar palestras e participar de reuniões.

Eu trabalho como artesã e dou palestra com a assistente social. Como eu te falei, eu vou pros interior do Acará pra cá. Ensino a fazer muitas coisas de artesã. Boneca, garrafa decorada, sabão, amaciante... E também sobrevivo de uns aluguéis que eu tenho, mas se for de emprego... Eu já corri atrás, mandei currículos e nada! Mas tá dando pra sobreviver (Rosilda Santos, 2021).

Ademais, ela também ressaltou que atuava como líder da comunidade, a partir da CAINQUIAMA, a Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia, presidida pela Socorro Costa. Ela também atuava nas ações do sindicato dos professores locais e produzia vídeos denúncias que ela divulgava em grupos de *WhatsApp* ou encaminhava para a imprensa formal ou independente. Ela me enviou alguns desses vídeos e eu escreverei sobre eles com maiores detalhes nos capítulos seguintes.

Nesse tempo, Rosilda relatou que se sentia bastante cansada e insatisfeita com a situação, então uma das suas metas era ir embora para Curitiba (PR) em busca de uma vida melhor e de novas experiências. As suas filhas já haviam se mudado de Barcarena para outros estados porque não possuíam emprego, logo ela queria seguir um caminho parecido e assim ela fez em 2021. A Rosilda passou meses fora do Pará, o que impediu o nosso contato presencial almejado pela minha orientadora e por mim. Todavia, em 2022 ela retornou e demos um jeito de encontrá-la para conseguir incluir um pouco da sua história nesta tese.

Com o seu retorno, consegui entrevistá-la presencialmente no dia 14 de junho de 2023, em sua outra casa, localizada na comunidade Boa Vista. A entrevistei nesse local, pois ir ao Arienga Rio foi uma experiência que eu não possuí durante o período do doutorado, devido às dificuldades de acesso e as orientações da própria Rosilda que me aconselhou a não ir, pois seria arriscado tentar visitá-la sem um carro próprio.

Dito isso, a entrevista ocorreu no pátio da sua casa, por volta das 18:00 horas da noite. No momento eu estava acompanhado do meu caderno de nota, caneta e celular para registrar o seu áudio. Ao fundo da conversa tínhamos uma *playlist* de forró e

reggae tocada na casa de um dos seus vizinhos. Ademais, durante a entrevista, a Rosilda fazia pequenas pausas para responder as demandas em seu *WhatsApp*.

Agora com 49 anos, a Rosilda continua atuando com serviços voluntários em prol de comunidades como o Arienga Rio e Boa Vista, a primeira é o local no qual ela nasceu e a segunda é onde ela reside atualmente porque, segundo ela, a mantém mais próxima dos principais serviços urbanos e lhe dá maiores possibilidades de deslocamento e recursos. Atuar voluntariamente não gera renda, mas é o que ela ama fazer:

Hoje, agora, meu dia a dia é assim, eu trabalho mais serviço voluntário e em serviço social. Voluntário e social. Eu acho muito serviço, mas não tenho salário de ninguém, nem no governo, nem bolsa família, nem nada! Mas tô sobrevivendo, graças a Deus! E amo o que eu faço! Serviço voluntário! (Rosilda Santos, 2023).

Ela permanece fazendo os seus artesanatos e adquirindo renda a partir de seus aluguéis, mas em contrapartida, não possui um quintal grande que permita ter grandes plantações. Boa Vista, por ficar ao lado da Vila dos Cabanos e ser uma área de invasão, possui características mais urbanas e terrenos menores, diferente do Arienga no qual “tinha quintal, tinha tudo. Tem plantio, galinha, cacau. Tem tudo!”. No máximo ela consegue plantar um pouco de macaxeira:

Aqui, a única coisa que eu fiz é plantei macaxeira, aí pra trás. Que eu gosto disso, plantar macaxeira. E lá no sítio a mamãe tava mexendo com o plantio de cacau. Roça agora eu não sei se a mãe mandou fazer, porque ela tá com uma idade já, coitada, bem avançada. Mas quanto a quintal, essas coisa, criar galinha, a gente ainda mexe. Lá no meu quintal, até porco tá sendo criado. No Peteca (O Peteca fica no Arienga Rio)! (Rosilda Santos, 2023).

Além disso, nessa entrevista a Rosilda explanou uma outra perspectiva sobre a presença dos empreendimentos de mineração, pois hoje ela considera que as empresas incentivaram ou trouxeram consigo a criação de vias de acesso a sua comunidade e serviços públicos que não existiam no passado de Barcarena. Esses são pontos que serão trabalhados no decorrer dos capítulos, mas antecipo que a luta de Rosilda envolve o sonho de ver Barcarena como uma cidade modelo, com boa infraestrutura e oportunidades para todos(as), sendo as empresas antigas ou porvindouras as principais agentes dessa transformação.

E para finalizar esta breve apresentação da terceira personagem desta tese, ao final da nossa conversa, perguntei à Rosilda se ela poderia enviar-me uma foto sua para adicionar neste trabalho, afinal já havia anoitecido e não tínhamos como tirar uma boa foto juntos ou somente dela. E ela complementou que nem seria possível porque ela não

estava arrumada, então ela escolheria uma foto bonita e me enviaria depois. A foto escolhida é a presente na figura 12, que exhibe não somente a Rosilda, mas também uma das suas paixões, a praia.

Figura 12: Rosilda Santos.



Fonte: Foto enviada via *WhatsApp* pela Rosilda, em 2023.

### **1.3 As três comunidades estudadas: Da experiência etnográfica à compreensão de Rosilda sobre o Arienga Rio.**

#### **1.3.1 Um relato etnográfico sobre a comunidade do Bom Futuro**

Foram três idas a campo para escrever sobre o Bom Futuro, uma comunidade que eu não conhecia, mas que já havia lido o seu nome em reportagens sobre o caso *Hydro* em 2018, como a matéria “Laudo confirma vazamento de rejeitos de mineradora em Barcarena, no PA”<sup>26</sup>. Na reportagem, Bom Futuro aparece como uma das três áreas afetadas pelo vazamento de rejeitos de bauxita.

Vale ressaltar que desde 2018, quando comecei a pesquisar sobre Barcarena, não encontrei referências bibliográficas que abordassem a comunidade, então as minhas únicas referências eram as reportagens que só citavam Bom Futuro como área contaminada e que este era o ajuntamento no qual a Patrícia dos Santos reside, lidera e havia se prontificado a me acompanhar durante as andanças para que eu pudesse conhece-lo e fotografá-lo, haja vista que o mesmo, segundo ela, é uma “área vermelha” na qual há grandes possibilidades de assalto, ainda mais se lembrarmos que as pessoas notam quem não reside na comunidade, algo comum nas experiências de campo.

---

<sup>26</sup> Publicada no dia 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2023.

No dia 09 de setembro de 2021 ocorreu a primeira ida ao Bom Futuro, na verdade a um trecho dele, haja vista que intuito do campo era aprender mais sobre a Patrícia e não andar pela comunidade, tendo em vista o tempo que uma entrevista leva. Contudo, ao fim da conversa, Patrícia levou minhas amigas e eu ao citado lixão que já apresentei anteriormente ao escrever sobre ela. A Patrícia tem uma forte relação com o espaço e ele faz parte das suas práticas de resistência e sobrevivência.

Para chegar até lá, precisamos andar apenas alguns metros, pois, na época, a casa de Patrícia ficava em frente à rua que leva ao acesso do lixão. E quando o visitamos era umas 17h30 da tarde, portanto o sol estava prestes a se pôr, formando um lindo céu que contrastava com a presença de pessoas e animais como os urubus e cachorros que frequentavam o local em busca de algo útil para a sobrevivência (Figuras 13 e 14).

Figura 13: Lixão localizado em Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Figura 14: Cachorro no lixão



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Trata-se de uma sobrevivência acompanhada de bastante sofrimento, não só percebido por mim que pude ir até o local, mas ressaltado por dona Patrícia que comentou que em um cenário ideal, o lixão não deveria existir ali e que Bom Futuro é

muito sofrida, principalmente em dias chuvosos. Segundo ela, tivemos sorte de visitá-la em um dia ensolarado.

Com tanta empresa que tem, esse lixão nem era pra tá mais aqui! Já era pra ter ido pra outro lugar, arrumava um carro sabe... pra buscar catador porque tem né como fazer isso, mas a empresa não faz! A gente vive nesse sofrimento! Esse bairro aqui é um bairro muito sofrido! Hoje vocês entraram num dia muito bom porque tá verão né, mas entra no inverno pra você ver. No inverno essa rua aqui não fica ninguém passando. Nem carro entra aqui porque naquela rua ali se forma uma cratera tão grande que não passa nada! A gente fica interditado pra cá! É muito ruim! (Patrícia dos Santos, 2021).

Bom futuro é uma área proveniente de invasão que faz fronteira com instalações da *Hydro* Alunorte, ou seja, a princípio era um local impróprio para moradia. Todavia, com a necessidade por terras, pessoas começaram a invadir e a resistir nesse grande terreno, dando início ao entendimento popular local de Bom Futuro como uma invasão. Ao pergunta-lhe se ela sabia como surgiu a comunidade, a Dona Patrícia narrou que:

Na verdade, esses terreno aqui, ele tinha um dono! Todos os terrenos aqui do bom futuro, eles tinham dono. Mas, porém, o dono não fazia uso desses terrenos. Aí, a primeira moradora que veio para cá foi a dona Vânia e a Mara Cardoso né. E depois a Dominga com o Curica. Aí foi chegando pessoas. Na verdade, já tinham tentado ocupar essa terra aqui, só que tinha um povo que vinha e tirava as pessoas daqui, né? Aí depois veio a Mara, a Mara Cardoso com a dona Vânia e o pessoal do Curica ali, o Domingos, o Curica.

Vieram e começaram fazer casa, fazer casa, e começou as ameaças né. Mas aí eles também não correram né. Vieram morar debaixo de lonas, são os pioneiros daqui, né? E aí começaram a morar e começou a povoar. Quando eu cheguei em 2005 aqui, pra vim pra cá não tinha rua. A única casa que tinha aqui era da irmã Maria, que mora bem aqui, que é veterana também, né? Parece que é a quarta ou quinta pessoa que veio morar nesse lugar, que veio pra cá pra dentro do mato (Patrícia dos Santos, 2023).

Em um passado recente, Bom Futuro sequer era considerado um bairro de Barcarena porque não havia sinais de urbanização. A dona Patrícia contou que somente no governo do finado prefeito Antônio Carlos Vilaça que urbanizaram a área que antes tinha somente “caminhos” por meio do mato. Este foi basicamente o começo do bairro.

A gente vinha por caminho... Aí foi que começou a movimentar, movimentar. Foi movimentando e no mandato do prefeito Vilaça, ele urbanizou aqui o bairro Bom Futuro, se tornou bairro de verdade né. O pessoal dizia que era uma invasão, mas o começo do bairro do futuro foi assim. É assim que é a história do Bom Futuro na verdade né (Patrícia dos Santos, 2023).

Por tratar-se de uma antiga invasão, Bom Futuro apresenta muitas carências de serviços públicos e infraestrutura urbana. Na comunidade há apenas igrejas como espaços de socialização. Sequer há um campo ou quadra de futebol para a interação dos populares, principalmente dos mais jovens, algo que existe não só no Arienga e no

Burajuba, mas também em outras comunidades que conheço, mas que não fazem parte deste trabalho.

Igreja tem! Tem uma aqui atrás, tem essa bem aqui, tem a católica, tem a assembleia de deus, tem a igreja do pastor Raimundo. Acho que são só essas. 5 Igrejas! Não tem nenhum órgão público, nada! A única coisa que tinha aqui era a escola e o prefeito tirou. Bom futuro não tem escola, não tem posto de saúde, não tem nada! O Bom Futuro não tem nada! (Patrícia dos Santos, 2022).

Em outros dois trabalhos de campo realizados em agosto de 2022 e em junho de 2023, pude observar um pouco mais dessa carência. Notei que a maioria das residências são simples, pequenas e feitas de madeira (Figura 15 e 16), o que me gerou inquietações, na verdade interpretações não respondidas. As casas são de madeira devido a uma influência ribeirinha que a cidade possui? As casas são feitas de madeira porque as pessoas não possuem condição financeira para fazê-las em alvenaria? Ou as casas são de madeira porque as pessoas vivem na iminência de um deslocamento ou sob o medo de um rompimento da bacia de rejeitos que fica a metros de distância?

Figura 15: Casa de madeira em Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Figura 16: Casas de madeira em Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2023)

Nota-se pelas fotos acima que não há asfalto e que grande parte das casas estão presentes em terrenos grandes e cheios de vegetação, o que demonstra de fato um abandono por parte do poder público. Creio que os tempos de chuva, principalmente

durante o inverno amazônico, realmente gerem muitas dificuldades para os(as) moradores(as) do Bom Futuro, afinal a água não tem para onde escoar e as ruas e os caminhos pelo qual andamos devem ficar bastante alagados e enlameados (Figura 17).

Figura 17: Caminho pelo qual Patrícia nos guiou em visita ao Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Difícilmente você vê alguém pelas ruas, pois geralmente as pessoas estão dentro das suas casas. Além disso, destaco que há muitas casas abandonadas em terrenos cheios de vegetação que corroboram com as falas de Patrícia. Muitas pessoas não querem viver no Bom Futuro porque as dificuldades são muitas! Lidar com a ausência de políticas públicas e ser vizinho(a) de uma bacia de rejeitos da *Hydro* gera uma sensação não só de sofrimento, mas também de abandono e desprezo. Na verdade, segundo ela, o Bom Futuro é “Sem Futuro!”

Olha, meu filho, na verdade, sinceramente abandono. Bom Futuro, ela vive tipo num desprezo, sabe? Até mesmo as pessoas não querem morar no bom futuro. As que já estão localizadas aqui, já não estão. Outras pessoas não querem vir porque é definido assim, um “Sem Futuro”. As pessoas, a maioria, não chamam Bom Futuro, chamam sem futuro (Patrícia dos Santos, 2023).

Finalizando esta breve apresentação sobre o Bom Futuro, destaco que na última ida a campo, em junho de 2023, dona Patrícia comentou sobre uma praça que está sendo criada na comunidade (Figura 18). Após a nossa conversa, fomos caminhando até a praça que está sendo construída pela prefeitura municipal para gerar um espaço de socialização, interação e diversão para crianças, jovens e adultos.

Figura 18: Praça em construção no Bom Futuro



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2023)

Ao chegarmos em frente à obra da praça, fiz o registro enquanto Patrícia dos Santos e eu conversávamos sobre a sua criação. Trata-se de um projeto cuja estrutura encontrava-se em seu início, mas na qual era possível notar a criação de uma quadra de futsal. Para a Patrícia dos Santos, a praça - mesmo com a quadra esportiva - provavelmente ficará abandonada com o passar do tempo e será mais um local para os usuários de drogas que vivem na comunidade.

### **1.3.2 Um relato etnográfico sobre a comunidade de São Sebastião do Burajuba**

Dia 13 de maio de 2022, data da terceira pesquisa de campo para esta tese. Após duas idas a campo, uma focada no contato inicial com as interlocutoras e as suas histórias, e a outra voltada para entender o museu que a Socorrinha pretendia criar, a terceira viagem de campo tinha por interesse a observação<sup>27</sup> do cotidiano da comunidade de São Sebastião do Burajuba. A intenção era caminhar pelas ruas, conversar/interagir com moradores(as), anotar e fotografar o que me chamasse a atenção.

Para esta imersão, contei com a participação da minha amiga Erika Ferreira e com o apoio da Socorrinha, que permitiu que nós deixássemos as nossas mochilas e pertences em sua casa, enquanto caminhávamos por Burajuba. Assim fizemos e fomos andar pela comunidade acompanhados de cadernos, canetas e um celular para fazer as fotografias que achássemos necessárias.

É importante salientar que antes de ir a campo realizei leituras sobre a comunidade em algumas bibliografias que encontrei durante a pesquisa exploratória na

---

<sup>27</sup> A casa de Socorrinha fica perto da entrada de Burajuba, então, por mais que eu houvesse ido na comunidade em outras duas oportunidades, a tarde daquela sexta-feira era uma grande novidade para mim, haja vista que não havia observações sobre o restante do local.



Ao adentrar as ruas de Burajuba, nota-se que é um local sem grandes luxos, completamente diferente, por exemplo, da Vila dos Cabanos que foi criada sobre parte das suas terras (MAIA 2017). Na Vila dos Cabanos há infraestrutura urbana, grandes franquias de supermercados, casas inspiradas em um formato estadunidense<sup>31</sup>, espaços de lazer como praças e prédios de serviço público, como escolas e unidades de saúde.

Já em Burajuba, observamos a simplicidade nas ruas e nas residências. Faltam serviços básicos de pavimentação, saneamento e iluminação pública (Figura 20), e as casas, majoritariamente, são de alvenaria, todavia há algumas de madeira, sendo que há um padrão nessas habitações. Todas elas possuem quintais, compondo o que os (as) moradores (as) nomeiam como “sítios”. Porém, alguns dos terrenos não são muito extensos e é visível que há separações entre eles por meio de muros ou cercas, geralmente de madeira e/ou arames farpados.

Figura 20: Ramal Burajuba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Burajuba também não conta com muitos espaços de socialização. O que existe nesse sentido é uma quadra esportiva que estava desocupada quando a visitei (Figura 21). Talvez o desuso seja resultado do sol daquela tarde, haja vista que o espaço não conta com cobertura. Além disso, há três igrejas que estavam fechadas, portanto sem a possibilidade de uma observação interna. São elas a Assembleia de Deus Nova

---

<sup>31</sup> Roberta Rodrigues e Maria Célia Coelho (2007), explicam no artigo sobre a “Vila dos Cabanos e suas transformações recentes” que o espaço foi criado pela Codebar para atender a funcionários do complexo Albrás/Alunorte que geralmente eram de outras cidades ou estados brasileiros. O mesmo foi planejado como uma “cidade aberta”, sem muros e cercamentos nos terrenos, cuja capacidade populacional seria de 70.000 pessoas, mas que até 2007 continha somente 6.029 habitantes, funcionários ou não das mineradoras. As residências foram divididas por classes e, com o passar dos anos, passaram a apresentar cercas e muros devido ao desejo dos (as) moradores (as) em salientar que a casa era uma propriedade privada, portanto criando delimitações no terreno. Atualmente o núcleo é de responsabilidade da prefeitura de Barcarena e, segundo as autoras, apresenta uma infraestrutura de provocar inveja para as demais áreas da cidade e até para Belém.

Esperança (Figura 22), a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Figura 23) e a igreja São Sebastião do Burajuba (Figura 24).

Figura 21: Quadra esportiva de Burajuba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Figura 22: Assembleia de Deus Nova Esperança



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Figura 23: Assembleia de Deus Vitória em Cristo



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Figura 24: Igreja São Sebastião do Burajuba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

As ruas e os quintais são bem arborizados com gramíneas e plantações típicas, como coqueiros e açazeiros, tão comuns às comunidades tradicionais e de invasão que já visitei em Barcarena. Também há algumas construções inacabadas, o que passa uma impressão de “abandono”, seja por moradores que possam estar saindo da comunidade ou pelo próprio descaso do poder público (Figura 25).

Figura 25: Construção inacabada/abandonada



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Quando você caminha por Burajuba, é visível que as pessoas utilizam meios de transporte como carros, caminhonetes, motos e bicicletas, pois você os vê nas ruas, em pequenas garagens e em frente às residências. Dificilmente você vê alguém a pé, inclusive isso me chamou a atenção, já que era uma tarde de sexta-feira, o que me deixava preparado para encontrar uma maior movimentação de pessoas. Em contraponto ao que eu imaginei, Burajuba é bem tranquila (Figura 26).

Figura 26: Um dos carros estacionados ao longo do Ramal Burajuba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

O máximo de agitação que encontrei foi um senhor que estava trabalhando na construção de uma casa, que não sei se era dele, e de um grupo de rapazes que estava em um quintal escutando um “piseiro<sup>32</sup>” em uma caixinha de som *bluetooth*. Ademais, presenciei um senhor voltando ou levando de bicicleta duas crianças com uniformes de um colégio infantil, e constatei que é comum encontrar casas com espaços de vendas de

---

<sup>32</sup> Piseiro é um subgênero musical inspirado no forró, mas com fortes influências do funk e do brega funk. Disponível em: < <https://www.deezer-blog.com/br/piseiro/>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

pequenos produtos como carvão, farinha, açaí, ‘chopp’ e ‘cremosinho’, o que gera pequenas movimentações quando alguém chama o responsável para fazer alguma compra.

Algo que também chamou a minha atenção foi um conjunto de uniformes, provavelmente, de funcionários da *Hydro Alunorte* que avistei sobre um muro de uma das residências locais (Figura 27). Esse fato me faz pensar que algumas pessoas da comunidade conseguiram empregos formais nas mineradoras, porém fica o questionamento sobre qual o papel exercido por esses(as) funcionários(as) dentro dessas empresas? Pelos tipos dos uniformes, imaginei que seja algo relacionado ao trabalho braçal, portanto, algo que requer força física, o que é um ponto a se refletir, afinal as pessoas de Burajuba conseguem algo além do trabalho braçal? São questões que o campo produz.

Figura 27: Uniformes característicos da empresa *Hydro Alunorte*



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Durante a andança, pude passar próximo a um rio que corta a comunidade (Figura 28). Em conversa com uma moradora que denominarei ficticiamente como “Paula”, devido à ausência de autorização do uso do seu nome, descobri que as pessoas o chamam de Rio Burajuba, mas que está praticamente “morto” por poluentes, portanto inviável para as práticas tradicionais locais.

Figura 28: Rio Burajuba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Paula estava capinando o seu quintal e parou para conversar comigo quando a chamei. Perguntei se ela poderia me confirmar o nome da rua em que estávamos. No caso a rua Raimundo Padre Severino, à qual eu havia adentrado, mas até então tinha a certeza do seu nome, por consequência da ausência de sinalização urbana. Essa conversa informal que tivemos ajudou-me a compreender que a situação atual praticamente não mudou, se relacionada às referências que li antes de ir a campo.

Paula, que nasceu em Barcarena e reside há dez anos em Burajuba, não possui um emprego formal. Ela é artesã e contou-me que a comunidade passa por diversos problemas, sendo os maiores deles a possível criação de uma ferrovia que cortará Burajuba e que gerará o deslocamento de algumas pessoas, e a existência da pandemia que atingiu moradores(as) com poucas opções de acesso a medicamentos e serviços de saúde pública.

Terminando a conversa com ela, optei por caminhar para a direita da via. Foi nesse momento que vi a quadra esportiva e resolvi, mais à frente, parar para comprar um sorvete “moreninha” em uma das residências locais. Essa foi a oportunidade de tomar algo naquele dia ensolarado e de tentar conversar com mais uma pessoa, a partir da compra do seu produto. Foi assim que conheci a “Cristina”<sup>33</sup>, uma senhora de 65 anos que compartilhou comigo algumas narrativas sobre o seu dia a dia e a sua história.

Ao fazer a compra, perguntei se ela morava há muito tempo em Burajuba e se a comunidade era tão tranquila assim diariamente. Ela disse que sim e, após um tempo conversando, lhe indaguei se ela se importaria de contar um pouquinho sobre a sua vida em Burajuba. Ela disse que não e nos convidou para entrar. Percebo que essa receptividade é muito comum em alguns locais de Barcarena, principalmente nas comunidades tradicionais e de invasão. As pessoas querem e gostam de conversar e

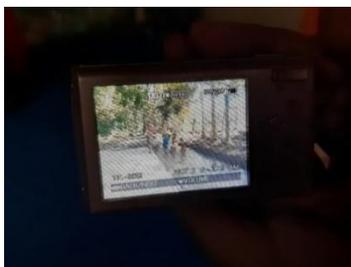
---

<sup>33</sup> Nome fictício pela ausência de autorização do nome real. A conversa também não foi gravada, logo os dados aqui apresentados correspondem a anotações no caderno de nota!

contar as suas histórias, além de receberem pesquisadores (as) com frequência, então não enfrentei grandes impeditivos em meus trabalhos de campo.

Sentados(as) em cadeiras no pátio de sua casa, Cristina contou que nasceu em Burajuba, mas que passou parte da sua vida fora da comunidade, até retornar a 15 anos atrás. Nessa época, segundo ela, havia um abundante igarapé aos fundos de seu terreno e lá ocorriam comemorações em família (Figura 29). Hoje em dia, isso não ocorre mais porque a água amarelou em decorrência das fezes que a chuva arrasta para o local. Como falei acima, Burajuba carece de infraestrutura urbana e isso afeta Cristina e os seus espaços de interação. Durante o período chuvoso, o igarapé enche, mas ela tem medo de contrair doenças.

Figura 29: Registro de uma das fotos dos momentos de comemoração da família de Cristina no Igarapé



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Segundo ela, a chuva também expõe as pessoas aos perigos da contaminação por minérios como a bauxita. A água avermelhada adentra os sítios, o que é um problema para ela que gosta de ter os seus frutos e os seus cachorros passeando no quintal de sua casa. No quintal ela possui plantações de abacaxis, bacaba e açáí (Figura 30), mas parte dos frutos “nascem brocados”, algo que condiz com frutos que apodrecem ainda nos galhos, em fase de nascimento, portanto que estragam antes do tempo previsto.

Figura 30: Plantação de bacaba



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Este torna-se um problema maior se pensarmos que Cristina é aposentada e que tem a sua renda complementada pela venda de sorvetes “moreninhas” e “cremosinhos”, mais o seu ofício de costureira (Figura 31), reconhecido por pessoas que levam roupas para ela arrumar. Ela também vendia os frutos do seu terreno, mas diminuiu essa prática por causa da contaminação. Inclusive, há no pátio de sua casa, uma máquina de bater açaí (Figura 32), mas que está inutilizada no momento. Segundo ela, o equipamento nunca foi usado para o comércio do seu açaí. No máximo, para consumo próprio.

Figura 31: máquina de costura da Cristina



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Figura 32: Máquina de bater açafá da Cristina



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

Ela também contou que a pandemia a afetou bastante porque o seu costume era poder sair à vontade, em qualquer momento do dia, sem os impedimentos da COVID. Contudo, ela teve que ficar em isolamento social para evitar contrair o vírus, principalmente depois de perder um irmão e ter o seu filho contaminado. Inclusive, ela contou que quase desenvolveu um quadro depressivo devido à quebra da sua rotina.

A conversa com Cristina foi tão boa que no final ela nos ofereceu dois abacaxis como lembrança para a nossa viagem. Erika e eu ficamos muito felizes e a agradecemos bastante. Depois disso, ela contou-me que parte de sua história estava escrita em um livro. Perguntei sobre ele e Cristina disse que tentaria conseguir mais um exemplar para nos dar de presente. Trocamos contato e, no dia seguinte, ela estava com um bolo e o livro que se chama “Saudades da floresta: Memórias de vida e luta da comunidade quilombola São Sebastião de Burajuba” (Figura 33). Tomamos café da manhã, tiramos uma foto e eu agradei por tudo!

Figura 33: Livro sobre Burajuba doado pela Cristina



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2022)

No livro publicado em 2021, há informações sobre cinco famílias que residem na localidade. O conteúdo dos relatos envolve a origem indígena de Barcarena e Burajuba, as suas histórias, relações e práticas das famílias no território quilombola. Também há três mapas sobre Burajuba, sendo que dois deles me chamaram a atenção. O mapa (Figura 34) sobre a proximidade da comunidade das instalações da *Hydro* e das demais áreas quilombolas, e o mapa (Figura 35) sobre os principais pontos de interesse do território quilombola e que revela a presença de três escolas e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Figura 34: Mapa dos principais empreendimentos localizados próximo as cinco comunidades quilombolas de Barcarena.



Fonte: Adriana de Oliveira Silva (2021)

Figura 35: Mapas dos principais pontos de interesse em Burajuba



Fonte: Adriana de Oliveira Silva (2021)

Essa foi a minha experiência inicial na comunidade quilombola de São Sebastião de Burajuba, na qual eu consegui visitar apenas duas vias, sendo que encerrei a caminhada por volta das 18:30. Ao caminhar pelas ruas do ajuntamento eu pude perceber que é bastante grande e que poderia ter outras visadas, portanto fiz o mesmo exercício posteriormente.

O meu retorno a Burajuba ocorreu durante a quarta viagem de campo, realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2022. Naquele momento eu voltei disposto a rever o trajeto anterior, caminhar por outras ruas e visitar a dona “Cristina” para levar-lhe um bolo e convidá-la para a pesquisa. Acompanhado de quatro amigas, comecei visitando a “Cristina” por volta das 16:00 horas da tarde do dia 19.

Nessa visita ela contou-nos mais informações sobre a sua vida enquanto comíamos um bolo que levamos para retribuir a sua hospitalidade e gentileza na primeira vez que nos vimos. Como foi uma conversa informal, não realizei gravações, mas tiramos fotos no igarapé que cortava os fundos da sua casa. Nesse dia havia água limpa, afinal não estávamos em período chuvoso e ela havia limpado o quintal para poder usufruir do espaço.

Tiramos algumas fotos, mas como a Cristina aparece nos registros, optei por não as acrescentar em meio a estes parágrafos. Inclusive, falei acima que havia a intenção de convidá-la para participar desta pesquisa, o que de fato aconteceu e foi aceito durante as interações nesse dia, todavia, posteriormente ocorreram alguns problemas pessoais na vida da Cristina que impediram a presença da sua história nesta tese.

Dito isso, ao fim da visita, minhas amigas e eu resolvemos pegar outros caminhos para retornar a Vila dos Cabanos, local no qual estávamos hospedados(as). Burajuba é um bairro “situado” na Vila, logo fica próximo, portanto, o percurso de ida e volta pode ser realizado a pé, dependendo do horário. Como encerramos a visita por volta das 17:40, conseguimos vir por outras ruas nas quais eu pude observar que existe ruas mais urbanizadas em Burajuba, mas são justamente aquelas que fazem fronteira a Vila dos Cabanos que, como eu escrevi anteriormente, é a área de maior infraestrutura de Barcarena.

Nessas ruas há asfalto com irregularidades, pessoas transitando, pequenos comércios, maior tráfego de veículos e postes de iluminação. Não tirei fotos, mas pude perceber que Burajuba tem esse misto de realidades. A área onde reside os(as) quilombolas é bem mais calma e soturna, já a área onde residem diversas pessoas temos esse aspecto mais “comum” para quem reside na capital e arredores do nosso estado. Um percurso movimentado e distante da calma sentida anteriormente.

### 1.3.3 O Arienga Rio, segundo minhas experiências antigas e relatos da Rosilda Santos

Como escrevi anteriormente no tópico de apresentação da Rosilda Santos, a primeira vez que conheci o Arienga Rio ocorreu no dia 30 de dezembro de 2019, durante as pesquisas do mestrado e em uma condição muito específica na qual havia um carro para facilitar a visita. O Arienga encontra-se localizado próximo à fronteira entre as cidades de Barcarena e Abaetetuba, mas esse trajeto é de difícil acesso pela quantidade limitada de transportes público e ausência de infraestrutura da via PA-483, iluminação, segurança e calçada para quem se desloca a pé ou de bicicleta. Há grandes riscos de atropelamentos, assaltos, abusos e assassinatos, principalmente para os(as) desavisados(as), logo o carro é um veículo que dá maior possibilidades e segurança para quem se desloca pelo trajeto.

Para a realização desta tese eu não contei com um veículo, ou seja, as visitas foram feitas a pé ou de ônibus. Em Barcarena não é comum o uso de aplicativos de mobilidade urbana como o *Uber* e o *99*. Os poucos motoristas existentes nessas plataformas transitam praticamente pela Vila dos Cabanos e arredores, essa prática é comum porque, segundo os próprios motoristas que pude conversar durante corridas pela Vila e Barcarena Sede, o valor das viagens não compensa os gastos com o conserto dos veículos. As ruas nas demais comunidades são precárias, um exemplo disso é a PA-483 e a PA-481 que apesar de serem vias que permitem viagens intermunicipais, são deveras esburacadas e cheias de lama (Figura 36).

Figura 36: Via PA-483.



Fonte: Foto autoral retirada durante viagem de campo em 2019.

Existem outros aplicativos de mobilidade urbana que funcionam melhor em Barcarena como o Urbano Norte e o *Driver PA*, porém caem no mesmo problema dos anteriores quando se trata de visitar comunidades mais distantes e carentes de infraestrutura urbana. Ademais, há um outro problema que me atingiu, principalmente por visitar as comunidades com a finalidade da pesquisa, que é o horário. Apesar desses aplicativos serem mais viáveis na cidade, muitos motoristas não aceitam corridas dependendo do horário. Logo, para mim que terminava as entrevistas e visitas nas comunidades geralmente pelo anoitecer, não havia maiores possibilidades de retornar ao alojamento porque os motoristas evitam aceitar, independentemente do valor da corrida que, no caso do Arienga, ultrapassa os 60 reais somente a ida ou a volta.

Dito isso, ressalto que não consegui visitar o Arienga Rio durante esses quatro anos de doutorado. Houve tentativa, mas devido ao tempo que a Rosilda passou fora da cidade e a ausência de carro próprio, infelizmente não consegui. Dessa forma, resolvi apresentar a você leitor(a) as minhas impressões sobre a comunidade considerando as anotações e a visita feita em 2019, no decorrer do mestrado, conciliada a tentativa falha de visita e com as falas da Rosilda sobre a sua comunidade, proferidas durante as duas entrevistas que fizemos virtualmente e presencialmente.

Como expliquei acima, fui ao Arienga Rio em 2019 e, naquela época, por estar de carro, não percebi a dificuldade de acesso enfrentada por quem tenta fazer o percurso para o Arienga ou até mesmo para Abaetetuba, visto que ao fim da comunidade encontra-se a ponte de acesso ao município vizinho. Nessa visita, junto a uma amiga, cheguei à casa de Rosilda pela parte da manhã e logo na chegada pude perceber que a casa na qual ela morava ficava de frente a um grande terreno da *Hydro*. Tratava-se de um terreno com quilômetros de distância e que aparentemente era voltado para fornecimento elétrico para a empresa. Nele havia diversos portões espalhados entre os quilômetros da sua grande cerca de ferro e arame.

Chegando na casa dela, a chamamos batendo palmas, ela nos recebeu e na casa estavam presentes ela e alguns familiares. Conversamos, terminamos a entrevista e, como destaquei anteriormente, ela nos convidou para almoçar e nos presenteou com um mapa que segundo ela tinha a função de provar a existência do Arienga e de outras comunidades próximas. Na foto apresentada na introdução, não dá para ler exatamente o as informações do mapa, portanto o trago agora em “partes” para que você possa

visualizar que tanto o Arienga quanto os demais ajuntamentos já se encontravam, naquele ano, cercados por empreendimentos relacionados à atividade da mineração (Figuras 37 e 38).

Figura 37: Legenda das informações presentes no mapa.



Fonte: Foto autoral.

Figura 38: Mapa com comunidades cercadas por empresas.



Fonte: Foto autoral.

Na primeira figura nós temos as legendas explicitando as informações sobre todas as comunidades mapeadas. Dentre os informes temos a localização das

comunidades, empresas, postos de saúde, escolas, cemitérios, portos, campos de futebol, igarapés, rios; áreas de roça, caça e pesca; vias, linhões de energia etc. E na segunda figura nós temos o mapeamento que identifica as comunidades existentes e explicita as áreas ocupadas por empresas. Tudo que está destacado em amarelo são áreas que hoje pertencem aos empreendimentos, mas que antes pertenciam a essas ou a outras comunidades atualmente extintas.

No caso do Arienga, não há um destaque para o nome da comunidade no mapa, mas a Rosilda apontou-me a sua real localização. Ela fica situada nessa circunferência destacada em vermelho. No mapa podemos observar que, na época, o Arienga possuía áreas de pesca, casas de farinha, região de lagos, nascentes, fornos de carvão, plantações, campo de futebol e empresas, uma delas a *Hydro* (Destacada em amarelo na imagem) que possui instalações em frente ao terreno da família da Rosilda.

Outras informações importantes que merecem destaque no mapa é a via que leva ao Arienga Rio e a presença do “Trevo do Peteca”. A via de acesso é a PA-481 (Linha cinza entre a área da *Hydro* e o Arienga) que leva para a cidade de Abaetetuba e possui um grande fluxo de carros; e o “Trevo do Peteca” é o ponto de encontro entre a PA-481 e a PA-483. É nele que alguns ônibus fazem o retorno, antes de entrar no território do Arienga. Os demais coletivos que acessam essa área são uns ônibus verdes que vão para a cidade vizinha e que demoram bastante para passar.

Em relação a Rosilda, quando a visitei, pude ver pessoalmente que a sua casa continha um grande terreno no qual havia algumas dessas informações presentes no mapa. Dentre elas, existia um quintal com plantações, criações, embarcações e um trapiche em frente a um igarapé que passa atrás do terreno (Figuras 39, 40 e 41). Essas práticas remontam ao cotidiano ribeirinho, tradicional e indígena que Rosilda diz ter recebido de sua família e seus antepassados.

Figura 39: Quintal com plantações no terreno da casa de Rosilda Santos.



Fonte: Foto autoral retirada durante viagem de campo em 2019.

Figura 40: Leitão que caminhava pelo quintal enquanto a entrevista acontecia.



Fonte: Foto autoral retirada durante viagem de campo em 2019.

Figura 41: Trapiche utilizado pela família no quintal do terreno.



Fonte: Foto autoral retirada durante viagem de campo em 2019.

Depois dessa ida ao Arienga e diante da impossibilidade de retornar, realizei a entrevista via *WhatsApp* na qual a Rosilda contou que a comunidade possui este nome em referência ao rio Arienga. O nome antigo era “sítio terra pobre, depois mudou! O vovô morreu e mudou o nome pra Arienga Rio!”. Na época ela disse que a comunidade tinha como principais espaços de socialização uma igreja e um campo de futebol, apesar de ser bastante povoada.

O Arienga todo tem umas oitocentas família, mas aqui nas comunidades que é em frente da CAP que agora é *Hydro*, nós moramos umas 60 famílias só! 50 a 60 famílias porque vem uns, vai embora... O Arienga geral é grande!

[...] A única coisa que a gente tem aqui na comunidade é campo de futebol e igreja que a gente faz parte (Rosilda Santos, 2021).

Na tarde do dia 14 de maio de 2022 eu tentei ir até o Arienga utilizando o transporte público para poder fotografar esses locais citados por ela, porém descobri que o ônibus não ultrapassa o Trevo do Peteca. Na realidade ele dá o retorno e o Trevo do Peteca acaba sendo a última parada para quem pretende ir ao Arienga. Acontece que a comunidade fica a quilômetros de distância do trevo, então eu, que estava acompanhado de três amigas, tentei ir a pé, mas percebi que era muito perigoso porque não há calçadas para caminhar e os acostamentos da estrada eram preenchidos por caminhões de grande porte que estavam estacionados, tal como mostrei acima na figura 36.

Com os carros estacionados no acostamento da via, restava caminhar com bastante cuidado entre os veículos e a estrada que possuía o tráfego de carros que iam e voltavam de Abaetetuba. Além disso, o sinal de celular para de funcionar em determinado trecho da via, o que me impossibilitou de entrar em contato com a Rosilda para perguntar se ela estava em sua casa para nos acolher e dar orientações.

Depois de tentar insistir, resolvi desistir pelo medo de sofrermos algum acidente ou de acontecer algo com as minhas amigas, haja vista que há muitos homens nesse trecho do Trevo do Peteca, muitos deles caminhoneiros. Voltamos para o alojamento e, à noite, enviei mensagem para a Rosilda falando sobre a frustrada tentativa e ela me disse que foi o melhor a se fazer porque acontecem vários acidentes, assaltos e até estupros ao longo da via que é muito soturna e má iluminada, portanto muito perigosa.

Após essa tentativa frustrada, a melhor opção foi aproveitar a entrevista presencial para perguntar a própria Rosilda como ela resumiria o Arienga Rio. Em sua resposta ela comentou que a comunidade foi transformada em uma área industrial na qual poucas pessoas querem continuar residindo. As chuvas causam alagamentos pelo alteamento do terreno da *Hydro* situada no outro lado da rua. Segundo ela, o desejo da maioria é receber alguma indenização que permita a mudança.

E no Arienga... Nós mora só numa ilha que agora tudo é área industrial, entendeu? Cercado de empresa! Então, lá no Arienga, o que eu queria, não só eu, como os que moram lá, pras empresas indenizar, pra gente sair de lá. Quando chove, também tá indo pro fundo lá! Que a água que vem do outro lado da empresa, devido a empresa ser mais alto. Aí lá pra baixo, não só eu, como o povo de lá, tudo quer ser indenizado! (Rosilda Santos, 2023).

Para finalizar, perguntei para a Rosilda quais os principais espaços presentes na sua comunidade. Segundo ela, a igreja e o campo de futebol continuam sendo os únicos locais de socialização do Arienga. Ambos são importantes para unir as pessoas e gerar um pouco de lazer para uma comunidade que lida com tantos problemas.

## **CAPÍTULO II – A MODERNIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS GOVERNOS MILITARES E A CONSTRUÇÃO DE MEGAPROJETOS EM BARCARENA (PA)**

Este capítulo procura apresentar como se deu a inserção da Amazônia brasileira na ocidental ideologia da modernidade, explorando a participação do regime militar, o principal responsável por criar políticas de desenvolvimento para a região. Após essa contextualização, pretende-se adentrar em uma realidade específica, a do município de Barcarena (PA), cujos projetos de beneficiamento mineral surgiram em consequência dessas ações estatais.

### **2.1 Ideologia da modernidade: O (Neo)extrativismo mineral como herança colonial**

Eduardo Galeano (2019, p. 17), em seu livro “As veias abertas da América Latina”, conta que “alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder”. Nessa distinção, do lado de quem ganha, estão as nações colonizadoras que adentraram os mares em busca de riquezas que pudessem resolver as suas demandas. E do lado de quem perde, temos a América Latina, o lugar cuja garganta foi cravada pelos dentes dos colonizadores.

Até hoje a América Latina continua machucada por essas feridas. São feridas que não curam e que persistem diante da continuidade do ato de machucar, agora por novas maneiras. Trata-se de uma América Latina serviçal, que continua vivendo e sobrevivendo conforme os desejos dos outros. É uma região rica em matérias-primas, mas pobre em autonomia. Observa-se uma América Latina que satisfaz as necessidades alheias, mas que não satisfaz a si própria (GALEANO, 2019).

Do paraíso do ouro e da prata ao Eldorado. Desde que Colombo adentrou o Caribe e avistou indígenas com pequenas peças de ouro, mitos sobre uma riqueza “inesgotável” foram criados, impostos e transformados no decorrer da história (GALEANO, 2019). Dentre estas e outras práticas impostas, como diria o antropólogo Eric Wolf (2005), separou-se o mundo entre a Europa e os povos sem história, ou seja, entre os ocidentais e os povos silenciados e subalternizados.

Hoje as ciências sociais refletem sobre essa separação por meio de categorias contemporâneas específicas como a da modernidade <sup>34</sup> (RIBEIRO, 2014). A modernidade é uma ontologia dualista que tem construído o mundo a partir de separações, principalmente entre os seres humanos e a natureza, o nós e o eles, e entre a mente e o corpo (ESCOBAR, 2015). Ela faz parte de uma transformação institucional de origem ocidental que ganhou forças a partir do século XV com as invasões europeias a outros continentes ou regiões como, por exemplo, a que hoje conhecemos como América Latina (GALEANO, 2019).

Os homens europeus que aqui chegaram preocupados em adquirir produtos que solucionassem os seus fracassos econômicos e que compensasse as perdas de tripulantes durante as viagens nas débeis embarcações, passaram a impor táticas violentas de exploração das terras e o apagamento dos povos indígenas que aqui viviam, sob o discurso da construção de uma sociedade mais moderna (PIZA; PANSARELLI, 2012).

O eurocentrismo nasceu neste momento de violência e teve como marco inicial a separação entre um centro constituído pela Europa e as várias periferias caracterizadas pelos demais continentes. A civilização “precisava” transgredir e, para tal feito, surgiu a justificativa do sacrifício do sujeito incivilizado e periférico como a estratégia necessária para o alcance de um estágio civilizatório perfeito (DUSSEL, 1993).

Segundo Boaventura de Souza Santos (2007), essa separação pode ser definida como a concretização de um pensamento abissal caracterizado por uma grande linha com dois lados que não podem conviver entre si. Há o universo “deste lado da linha” hegemônica e o universo “do outro lado da linha” que deve desaparecer da realidade e, portanto, é radicalmente excluído porque não corresponde com o universo pensado pelos ocidentais.

De acordo com o autor, não há modernidade sem a sub-humanização e o sacrifício de alguém, ou seja, não há um projeto moderno sem a participação de uma violência física e simbólica sobre o outro empurrado para “o outro lado da linha”. Esse

---

<sup>34</sup> Lembremos que a modernidade na história ocidental data dos séculos XVII e XVIII em decorrência das influências do iluminismo europeu que fortaleceu uma perspectiva de Europa como o centro do conhecimento, civilização e evolução da espécie humana (QUIJANO, 2009). Nesse período, os europeus passaram a ter mais consciência do seu poder e de como controlar os povos dos demais continentes (PIZA; PANSARELLI, 2012).

processo que teve seu início com as invasões europeias é visto por Walter Mignolo (2005)<sup>35</sup> como uma colonialidade que tem as suas bases bem delimitadas.

Para Mignolo (2005), a colonialidade é o lado obscuro da modernidade. Ela é uma face escondida por meio de narrativas de civilização e conquistas que maquam a inferiorização e/ou eliminação da vida humana. Mignolo (2017), juntamente a Anibal Quijano (2009), explicam que a colonialidade/ modernidade tem um pilar constituído pelo racismo e o patriarcado, enraizados com a atuação da ciência ocidental.

Todas as ações e relações das pessoas pertencentes a estes grupos, desde a colonização, são caracterizadas como inadequadas para o progresso humano. Por exemplo, as relações amigáveis dos (as) indígenas com a natureza foram questionadas, uma vez que ela era vista pelos ocidentais como um recurso. E essa perspectiva da conquista e do controle foi ensinada e naturalizada ao longo da história (MIGNOLO, 2017, 2009).

Atualmente, compreende-se que a modernidade altera comportamentos e práticas, e cinde modos de vida alheios ao olhar moderno/ ocidental. Ela evita perigos e melhora o bem-estar em alguns grupos, mas gera riscos<sup>36</sup> para outros, principalmente para todos aqueles que lembram os perfis historicamente colonizados e que têm nas práticas tradicionais<sup>37</sup> as suas formas de se relacionar com o mundo (GIDDENS, 2002). Estes grupos, definitivamente, não condizem com o atual modelo de modernidade (GELLERT; LYNCH, 2003).

Dito isso, a modernidade é uma ideologia imposta que molda as formas de ver, de ser e de estar no mundo. Quem foge de um padrão moderno é apresentado como o

---

<sup>35</sup> Para Mignolo (2005) a modernidade foi criada em meio ao processo de colonização do outro e, desde 1500 a 2000, apresentou três fases complementares: A fase ibérica/católica espanhola e portuguesa (1500 a 1750); a fase “coração da Europa” (1750-1945) que surgiu com Inglaterra, França e Alemanha como novas potências; e a terceira fase liderada por um Estados Unidos (1945-2000) que passou a dar as cartas econômicas globais após a segunda guerra mundial.

<sup>36</sup> Risco é uma categoria que na década de 1970 foi relacionada pelas ciências sociais à possibilidade que um indivíduo ou um grupo de pessoas tem em sofrer danos, sejam eles físicos ou emocionais (PRATES, 2017). Ele virá à tona novamente durante o capítulo três desta tese.

<sup>37</sup> Os povos tradicionais são aquelas pessoas que possuem uma íntima e sustentável relação com a natureza e os seus recursos, a modo de produzir conhecimentos e modos de vida que são repassados ao longo de gerações, geralmente, via oralidade. Devido a essa intimidade com a natureza, gera-se um território no qual esses grupos, com fortes relações de parentesco e compadrio, se reproduzem econômica, culturalmente e socialmente, sem a exigência e necessidade do acúmulo de capital e de tecnologias de alto impacto ambiental (DIEGUES, 2000). São exemplos desses grupos: seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores (ALMEIDA, 2008).

desviantes, o antiquado, o atrasado, o limitado etc. Todas as vivências e saberes alheios a ela são subjugados e redirecionados para um novo caminho, o da exploração do ambiente e da marginalização dos corpos circundantes (PIZA; PANSARELLI, 2012).

A modernidade faz parte de uma construção epistemológica dominante, de origem europeia, que procura encobrir o outro em todas as suas nuances (DUSSEL, 1993). Começou no colonialismo recheado por violências físicas e simbólicas contra os outros povos e, hoje, permanece por outros moldes cujos caminhos levam à colonialidade, afinal, ela dá-se como um direcionamento criado para lidar com o mundo e com o outro, mas de forma unívoca e não dialogada (PIZA; PANSARELLI, 2012)

Como afirma Nelson Maldonado Torres (2019), a modernidade nasce colonialista e se comporta como uma guerra constante que atinge os descendentes dos antepassados colonizados por diferentes vias. Uma delas, se considerarmos as colocações de Anselmo Chizenga (2016), é o aprofundamento do Extrativismo<sup>38</sup> e o surgimento do Neoextrativismo que interferem diretamente na continuidade das cosmologias, dos saberes e fazeres desses corpos.

Para falarmos sobre o assunto, vale ressaltar que o extrativismo em si, ou seja, a retirada de bens da natureza, sempre existiu. Entretanto, com o processo de colonização na América, África e Ásia ele foi intensificado para sustentar economias voltadas para a retirada e exportação, principalmente dos bens minerais presentes nos solos e subsolos. Trata-se de um sacrifício da natureza em prol do capital que “mata”, aos poucos, regiões como a América Latina (CASTRO, 2017; GALEANO, 2019).

A colonização legitimou o saque e a utilização da natureza local como recursos financeiros/ econômicos, criando uma herança secular que chega aos dias atuais com maiores investimentos e com mão de obra especificamente voltada para o aumento da produtividade e o atendimento a demandas externas extremamente voláteis, mas insubstituíveis e imparáveis, dada a importância dos minérios para a industrialização de países emergentes e a manutenção do bem-estar das nações do norte global (CASTRO, 2017).

---

<sup>38</sup> Para entendermos o conceito de extrativismo, destaco Silva *et al.* (2016, p. 3) que alertam que “o termo extrativismo é utilizado para designar atividades de extração e coleta de produtos encontrados na natureza (não cultivados), sejam elas predatórias ou não, voltadas para trocas ou para o consumo familiar”, ou seja, o extrativismo abarca tanto as atividades de autossustentabilidade de povos tradicionais, quanto as de acúmulo e exportação desenvolvidas pelos megaprojetos que logo mais explicarei.

O conceito de extrativismo, segundo Helena Barreto (2016) e Bruno Milanez e Rodrigo Santos (2013), tem uma dimensão histórica construída por uma violência estrutural que, como ressaltado anteriormente, finda com formas específicas de existir. É uma prática predatória que usufrui de um grande volume de bens naturais sem preocupar-se com o seu processamento, logo comercializando o “produto” em sua forma mais bruta, o que, por consequência, dá um retorno financeiro menor se comparado ao produto processado.

O extrativismo é uma prática constante ao longo da história do mundo, principalmente na América Latina, e esteve presente em grandes períodos econômicos como o do imperialismo europeu que definiu a região como fonte de recursos; o liberalismo econômico que aprofundou as desigualdades; o desenvolvimentismo pós-guerras que se apoiou na globalização como forma de incentivo; o neoliberalismo dos anos 1980 que veio para amenizar a derrocada econômica das décadas anteriores; e o surgimento do Neoextrativismo, um “novo extrativismo” interligado à ascensão progressista nos países latino americanos (SILVA, 2020).

De acordo com Barreto (2016), o Neoextrativismo surgiu na América Latina, no começo do século XXI, em países como o Uruguai, a Bolívia, o Equador e outros, cujos governantes de esquerda colocaram-se como personagens atentos a questões sociais. Os governos progressistas alinharam-se em discursos nos quais a redistribuição da renda adquirida por meio da mineração, justificaria o aprofundamento da atividade ao possibilitar o surgimento de políticas públicas de combate à pobreza.

Ao contrário do extrativismo, o Neoextrativismo traz consigo um “salto de qualidade” no processo produtivo ao incorporar novas formas de extração e meios de processamento técnico, visando o beneficiamento do produto para depois exportá-lo (RÊGO, 1999). Mas não há grandes alterações se comparado ao modelo anterior, afinal continuam as características estruturais, a predação sobre a natureza e a subordinação da região na economia global, mas agora com um foco maior em aprofundar-se nas relações globais, aproveitando-se de um mercado internacional mais consolidado e do surgimento de novas demandas por minérios (BARRETO, 2016; MALDONADO, 2013).

Do final dos anos 1990 ao começo dos anos 2000, houve uma alta nos preços das *commodities*<sup>39</sup>, conhecida como o boom mineral. Países asiáticos como a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e principalmente a China, despertaram a profunda atuação de empresas transnacionais em países latino-americanos de alto potencial mineral em suas jazidas, como o Chile, rico em cobre, e o Brasil, abundante em minério de ferro. No Neoextrativismo houve de fato uma aceleração da mercantilização por meio de ações dos governos e das empresas interessadas em expandir os investimentos para outros territórios até então não incluídos nesse modelo de desenvolvimento (GONÇALVES, 2016).

Dessa forma, podemos afirmar que o extrativismo colonial permanece nos dias de hoje sob outros moldes. Há mudanças políticas e econômicas, mas o extrativismo desenfreado continua sendo o principal fruto da América Latina que alimenta a criação e ampliação de megaempreendimentos e o surgimento de violentos<sup>40</sup> conflitos e confrontos com minorias<sup>41</sup>, povos tradicionais, pesquisadores (as) e movimentos sociais que pensam em desenvolver por novos horizontes (BARRETO, 2016).

## 2.2 Entendendo os megaprojetos da modernidade

Como explanado acima, a retirada de bens naturais para exportação é um dos exemplos de caminhos coloniais impostos pelo ideal de modernidade. A partir da colonização, como ressaltamos por meio de Galeano (2019), as veias da América Latina foram e permanecem abertas, logo podemos pensar que há uma herança de conversão da natureza em *commodities*. Esta modificação, segundo Maryellen Lima (2018),

---

<sup>39</sup> De acordo com a Cartilha mulheres e mineração no Brasil, produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), “*Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa mercadoria. O termo é usado sobretudo com referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos “*in natura*”, cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade, dependendo de sua conservação. No âmbito internacional, as *commodities* têm seu preço determinado em bolsa de valores.” Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2019/01/mulheres-e-mineracao-final-2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

<sup>40</sup> De acordo com Barreto (2016), estudos presentes no relatório da *Global Witness*, em 2015, mostram que países latino-americanos como o Brasil e a Colômbia são líderes em assassinatos de ativistas ambientais. Em 2014, das 116 mortes, 88 ocorreram nas duas nações.

<sup>41</sup> Atentos (as) aos debates acerca do conceito de minoria, acreditamos que é relevante apontar que abraçamos a explicação de Muniz Sodré (2005) em seu artigo intitulado “Por um conceito de minoria”, no qual ele ressalta que minoria pode ser considerada como todos (as) aqueles (as) que lutam por direitos sociais e que atuam contra as hegemônicas e delimitadas instâncias de poder.

movimenta as rodas do capitalismo global e desvaloriza qualquer perspectiva que não veja a natureza como recurso a ser explorado e dominado pelos seres humanos.

Por exemplo, pensando nos bens minerais, a América Latina foi convertida em uma das principais fronteiras de expansão mineral do planeta, fornecendo minérios de ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro para os principais setores industriais. Há um fascínio pelo extrativismo que ganhou bastante força no começo do século XXI, quando países asiáticos como a China, o Japão, a Índia e a Coreia do Sul, apresentaram demandas por minérios que resultaram em seus desenvolvimentos industriais (GONÇALVES, 2016).

Todavia, temos que alertar que atender as demandas só é possível diante da presença e atuação de megaprojetos. São vários os grandes projetos de desenvolvimento instalados por diversos países latino-americanos, que prometem lucros rápidos a partir da mercantilização da natureza<sup>42</sup>. Dada como naturalmente abundante, a América latina é fonte de cobiça e tem posição estratégica na internacional geopolítica mineral, então carecemos de maiores explicações sobre o assunto (GONÇALVES, 2016).

O conceito de megaprojeto remonta à máxima expressão do discurso e da ideologia da modernidade, contudo muitos países de língua portuguesa não utilizam este termo. No Brasil, por exemplo, vários (as) pesquisadores (as) usam expressões sinônimas que destacam uma não consensualidade e/ou padronização do tema. Aqui temos Grandes Projetos, Grandes Projetos de Desenvolvimento, Grande Projeto de Investimento (GPI), Projeto de Grande Escala (PGE) e outros (SILVA, 2015).

Considerando estas possibilidades conceituais, temos Paul Gellert e Barbara Lynch (2003) que observam os megaprojetos como empreendimentos que, visivelmente e imediatamente, transformam paisagens com o amparo do poder e capital estatal. São projetos que apresentam quatro tipologias<sup>43</sup>, a primeira voltada para a infraestrutura, com exemplos como portos e ferrovias; a segunda condiz com a extração de minérios,

---

<sup>42</sup> Como nesta tese não pretendemos aprofundar nos exemplos e construções de megaprojetos pela América Latina, indicamos a leitura da dissertação “Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!”: A percepção dos ‘Filhos de Barcarena (PA), sobre os megaprojetos de alumínio e caulim”, produzida e defendida pelo autor que vos escreve, em 2020. No trabalho há uma explanação profunda acerca dos principais projetos atuantes na região.

<sup>43</sup> A maioria dessas estruturas geralmente se combinam. Há, por exemplo, projetos de barragens de rejeitos que precisam da criação de estradas e de linhas de energia para garantir o acesso e funcionamento (GELLERT; LYNCH, 2003).

óleo e gás; a terceira está relacionada à produção e tem as plantações industriais e as zonas de processamento para exportação como os seus exemplos; e, por fim, a do consumo, exemplificada por grandes instalações voltadas para o turismo, os shoppings, os parques temáticos e afins.

Outro autor que enriquece a discussão é Chizenga (2016) que afirma que os megaprojetos remontam a grandes e complexos empreendimentos econômicos representativos do atual capital global cujas repercussões se apresentam de forma diferenciada, a depender da esfera social à qual é analisada. Sabe-se que são projetos que buscam vantagens seletivas e que são lidos pela ótica do investimento que dará retorno monetário e/ou pela via dos projetos que promovem impactos socioambientais.

De acordo com Gustavo Lins Ribeiro (2014), os projetos de grande escala (PGE), ou seja, os megaprojetos, são denominados como tal devido a três características principais que exaltam as suas dimensões estruturais. São elas: O gigantismo relacionado à grandiosidade das arquiteturas e aos fluxos de capital e trabalho promovidos por grandes corporações; o isolamento que carece de um sistema logístico que sane as suas necessidades produtivas; e o caráter temporário do empreendimento, afinal os projetos são criados rapidamente e, após a inauguração, há uma desmobilização da produção anterior realizada no seu entorno.

Ainda segundo o autor, os megaprojetos são marcados por uma “ideologia da redenção” na qual as cerimônias de inauguração são regadas por demonstrações políticas de poder, nacionalismo e orgulho pela criação de uma obra que, ao longo de sua construção, contou com a participação de acadêmicos que ajudam a erguê-la, a defendê-la e a divulgá-la para a base formada por funcionários de atividades mais pesadas e o público externo a ela, com o objetivo de diminuir os conflitos que surgirão pelas péssimas estruturas de trabalho ou pelos impactos socioambientais no (s) território (s) do entorno.

Os megaprojetos são obras extremamente problemáticas porque, segundo Norma Valencio *et al.* (2011), são personagens da violência contra o território e os grupos sociais que nele se encontram. Tudo que não se apresente como funcional ao projeto construído para o desenvolvimento precisa ser substituído. Esses empreendimentos apresentados como “maravilhas da modernidade” são verdadeiros

símbolos de ousadia e poder que reproduzem as características e os erros do passado em busca de controlar a natureza, os corpos e as vidas de determinadas pessoas (SILVA, 2015).

Eles são caracterizados como os únicos empreendimentos que podem promover o desenvolvimento para a região na qual são implantados. Este é um dos principais argumentos para a sua criação no Brasil, desde a década de 1960 quando ocorreu um foco na elaboração dessas arquiteturas, até os dias atuais. Entretanto, quem lucra com eles são os políticos, empresários e as grandes construtoras/ empreiteiras que apoiam o surgimento de novos projetos que lhes retornarão mais capital. Inclusive, não são raras as suas doações para partidos políticos que têm poder de decisão inerente à vontade das comunidades (SILVA, 2015).

De forma geral, podemos considerar que os grandes projetos de desenvolvimento são inversamente proporcionais às demais alternativas de vida. Eles desqualificam os (as) sujeitos (as) e decidem os seus destinos sem o direito a contestações (RIBEIRO, 1989). Esses empreendimentos são um dos principais pilares de um extrativismo contemporâneo que provoca mudanças sociais, criminaliza e reprime quem o contesta (SVAMPA, 2012).

O encontro entre os agentes do megaprojeto e as comunidades que vivem em um território provoca o choque entre diferentes culturas. Uma com valores etnocêntricos modernizadores e outra que valoriza a floresta, o ambiente e as vivências (CARMO, 2010; CASTRO, 1999). Por essa e outras, concordamos com Carlos Vainer (2011) que observa os megaprojetos como verdadeiros bichos que sabemos da existência e que precisam ser de fato conhecidos para que possamos saber lidar com eles.

### **2.3 A inserção da Amazônia brasileira na modernidade dos megaprojetos: Da década de 50 à atuação militar**

Um exemplo desse choque de realidades que precisa ser mais bem conhecido e debatido por todos (as) é a região amazônica, em especial, a Amazônia brasileira que, de acordo com Dilger (2012), começou a lidar com uma grande quantidade de indústrias e megaprojetos a partir da década de 1960, devido a políticas de cunho

desenvolvimentistas aplicadas pelo governo militar que imperou no Brasil até os anos 80.

Segundo Violeta Loureiro (1989) a Amazônia é uma região entranhada pelas amarras da colonização, o que moldou as suas atuais características socioeconômicas. Terras que eram tratadas por povos indígenas como um bem comum, começaram a ser colonizadas por portugueses, espanhóis, holandeses e franceses e passaram a sofrer com uma neocolonização por meio de políticas externas nacionais, dentre elas as do governo militar envolvendo a temática dos megaprojetos (CASTRO, 2010; HÉBETTE, 1989).

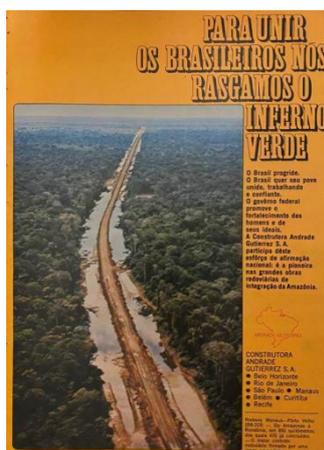
Até o presente momento, a região passou por diversos projetos econômicos amparados em mitos como o do *El Dorado*, que permanece presente, mesmo que implícito, nas atuais relações entre parte dos seres humanos e a natureza (CASTRO, 2010). Na Amazônia a vida humana local sempre foi deslegitimada em prol da exploração externa de seu subsolo cheio de minérios como ouro, manganês, bauxita, cassiterita, níquel, cobre, rochas calcárias e afins. As suas águas, floresta, flora e fauna sempre foram vistas externamente sob as lentes do potencial econômico (PANDOLFO, 1989).

Seguindo essa linha, podemos dizer que pre(conceitos) impulsionaram a Amazônia para uma nova etapa de ocupação e integração que viria a gerar novos capítulos na história da sua população (CASTRO, 2010). De acordo com Rosineide Bentes (1989), até as décadas de 1950, 60 e 70 a Amazônia era reduzida e propagada como uma região vazia<sup>44</sup> e de lendas. Ela era um “inferno verde” desbravado por verdadeiros “heróis” que enfrentavam os “selvagens” indígenas (Figura 42). A sua economia não decolava, ainda mais que o Estado nacional reduzia as suas ações ao centro sul do país.

---

<sup>44</sup> Márcio Souza (2001) argumenta que a Amazônia nunca foi um vazio demográfico, afinal, antes dos europeus pisarem nessas terras no século XVI, havia sociedades habitadas por milhares de indígenas, com hierarquias, sistemas de produção de ferramentas, agricultura diversificada, ritos, ideologias e sistema político estabelecido. Contudo, a noção de vazio surgiu porque os europeus, sob a lente do choque cultural e do preconceito racial e religioso, viram essa realidade como atrasada, primitiva e bárbara, a ponto de exterminar os povos indígenas. E por causa da violência da colonização, esses preconceitos foram reforçados e disseminados ao longo da história, por exemplo, pela própria ciência que, a princípio, era praticada por naturalistas europeus. Eles corroboraram para com a forma como pessoas de “fora” a interpretam e a reduzem até os dias atuais.

Figura 42: Propaganda realizada pela Andrade Gutierrez na Revista Realidade de 1972. A construtora ficou responsável por erguer muitos empreendimentos na Amazônia. Foto: Acervo Ricardo Cardim



Fonte: WANZEL (2020)

Lembremos que no século XIX a Amazônia era descolada do Brasil. Devido a facilidades de navegação, as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro apresentavam estreitas relações políticas e econômicas com a coroa portuguesa. Políticos e empresários locais tinham a possibilidade de viajar e entrar em contato direto com Lisboa, ou seja, sem depender da administração lusa presente no Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil (LOUREIRO, 1989; SOUZA, 2001).

Nesse período, a economia local ultrapassava a exclusiva prática do extrativismo colonial. Havia portugueses residindo e estabelecendo uma rede comercial focada na pecuária, na pesca e principalmente em produtos como o açúcar, o algodão e o cacau, exportados diretamente para a Europa. Essa comercialização ajudou a estabelecer uma burguesia luso-brasileira que veio a se opor às novidades da independência do Brasil em 1822, mas que a aceitou um ano após, sob a certeza da permanência de suas regalias<sup>45</sup> (LOUREIRO, 1989; SOUZA, 2001).

Na metade do século XIX, a Amazônia passou a ser fonte da produção e exportação de borracha. A goma elástica foi descoberta e aperfeiçoada pelos indígenas Omáguas, virou alvo de interesse econômico dos portugueses, que passaram a lhe atribuir novas possibilidades de uso. Em 1800 surgiram as primeiras exportações e, a partir daí, criou-se um “ciclo” que atendia ao mercado europeu e norte-americano, mediante a exploração dos seringueiros (LOUREIRO, 1989; SOUZA, 2001).

<sup>45</sup> Para manter um padrão de vida, a classe dominante composta por políticos, comerciantes e proprietários de terras, precisava contar com a opressão e exploração de indígenas, negros, caboclos e brancos pobres que habitavam a Amazônia nesse período. Inclusive, o aumento da desigualdade entre as classes foi um dos motivos que fizeram eclodir a cabanagem, um movimento que destacaremos posteriormente (LOUREIRO, 1989).

O seringueiro era o sujeito responsável por caminhar em meio às matas amazônicas em busca das seringueiras<sup>46</sup>. Geralmente eles utilizavam facões e pequenas tigelas para extrair e colher o látex e eram responsáveis por criar trilhas que unissem as árvores entre si. Eles lidavam com ataques de animais, chuva, umidade, má alimentação, conflitos com indígenas que geralmente resultavam na morte de ambos e com um violento sistema de aviamento<sup>47</sup> imposto pelos “coronéis da borracha”. Com isso, era baixa a sua expectativa de vida, mas a demanda pela borracha era alta, portanto, o governo focou no incentivo à vinda<sup>48</sup> de nordestinos que intensificassem essa produção e, por consequência, a exploração humana (LOUREIRO, 1989; SOUZA, 2001).

Entre 1877 e 1879, os nordestinos enfrentavam fortes e longas secas, o que fortaleceu as suas vindas para a Amazônia em busca de oportunidades de emprego, enriquecimento e melhores condições de vida para eles e as suas famílias. Só no Ceará houve mais de 65.000 pessoas partindo para a Amazônia com essa intenção. Porém, ao chegarem aqui eles passaram a enfrentar os mesmos problemas que os seringueiros locais e a gerar riqueza para os coronéis interessados em europeizar a região com a “*belle-époque tropical*”<sup>49</sup>. Ademais, eles também contribuíram para o crescimento populacional da região que passou de 323.000 pessoas para 1.217.024, de 1870 a 1910 (LOUREIRO, 1989; SOUZA, 2001).

Posteriormente a borracha amazônica perdeu força devido à plantação racional

---

<sup>46</sup> Árvores das quais se extrai o látex da borracha (LOUREIRO, 1989).

<sup>47</sup> De acordo com Violeta Loureiro (1989), o aviamento era o sistema de trabalho aplicado nos seringais. Ele era como uma rede de créditos que permitia a troca de mercadorias entre firmas exportadoras, casas aviadoras, “barracões” e seringueiros, sendo este último o mais frágil do processo. Nos seringais, o seringueiro entregava a bola borracha no “barracão” do seringalista que era semelhante a um armazém de produtos básicos de alimentação, armamento e trabalho na mata. Em troca, ele recebia algum desses artigos, mas ele sempre ficava em dívida, haja vista que o valor da borracha era sempre inferior ao dos produtos. Endividados, os seringueiros não poderiam abandonar ou fugir do seringal porque eles eram controlados por vigias armados, portanto eles permaneciam em trabalho de cativo, até a morte. Enquanto isso, o barracão negociava as bolas de borrachas com as casas aviadoras que, em seguida, as vendiam para as firmas exportadoras financiadas por bancos e que negociavam diretamente com o exterior, portanto lucrando mais sobre um produto fruto da exploração.

<sup>48</sup> Junto aos nordestinos, o governo também apostou na vinda de migrantes estrangeiros como chineses, japoneses, espanhóis e italianos que pudessem trabalhar com a agricultura e fortalecer o abastecimento das cidades amazônicas, haja vista que a população existente estava tão focada na extração e coleta do látex que começou a faltar alimentos no comércio local, o que aumentou os preços dos produtos existentes. Essa migração gerou problemas porque muitos estrangeiros não se adaptaram ao solo amazônico (LOUREIRO, 1989).

<sup>49</sup> Segundo Márcio Souza (2001) a *Belle-époque tropical* corresponde ao momento no qual os coronéis da borracha resolveram reproduzir de forma irresponsável a arquitetura e os costumes europeus em terras amazônicas, principalmente em Belém e em Manaus. A cidade recebia infraestrutura europeia, amparada em um mercado explorador e incerto, haja vista que carecia de demandas. Na época, o que importava era o luxo!

da seringueira em outros continentes, principalmente na Ásia. A Amazônia até chegou a ensaiar outro ciclo durante a Segunda guerra mundial, mas a concorrência e o fim da guerra a impediram. Com isso, a região voltou a enfrentar dificuldades econômicas pela queda da produção, demanda da borracha e do aumento populacional. A população, principalmente a rural, voltou a focar na agricultura e muitas vezes produzia somente o necessário para sobreviver e realizar trocas de produtos, haja vista que não dispunham de grandes tecnologias e mercado consumidor (LOUREIRO, 1989).

E esse cenário ganhou novas configurações no pós-guerra. Com os estadunidenses moralmente declarados vencedores do conflito e tomando as rédeas da economia global, os países latino-americanos e por consequência a Amazônia, foram inseridos em um novo padrão de dominação externa, uma vez que os Estados Unidos, em seus planos liberais, defenderam que indústrias precisavam ser instaladas em países de menor poder econômico para que o mercado internacional ganhasse força (SILVA, 2020).

Posteriormente, esse processo começou a ser conhecido como globalização, uma expressão que corresponde a uma ascensão econômica repleta de vantagens e desvantagens de acordo com o país analisado, ou seja, é algo que apesar de benefícios tecnológicos e científicos, não deixa de ser uma nova forma de submissão e dependência velada por uma falsa ideia de unificação econômica global. Ela reflete na Amazônia principalmente na forma extrativa, dado o histórico de retirada e imaginário da nossa natureza como recurso econômico (SILVA, 2020).

Junto a isso, vale reforçar que o mundo se encontrava em meio a crises econômicas, especialmente em relação ao petróleo, o que interferia no desenvolvimento de países que consumiam muita energia elétrica (CARMO, 2010; SANTOS, 2010). Com a crise, as principais multinacionais que atuavam nos continentes africano e asiático começaram a sentir os impactos. A ausência do petróleo quebrava a economia, o que gerava uma insatisfação popular a ponto de levar, segundo Bentes (1989), a uma “descolonização” desses continentes, pois os investidores foram obrigados a procurar novas alternativas econômicas. Dessa forma, a Amazônia, em especial a brasileira, conforme a autora, passou a configurar-se como o principal celeiro de recursos para esses empreendimentos.

Empreender na Amazônia era viável, afinal existiam diversas vantagens, dentre elas uma riqueza natural destituída de rigorosas políticas de proteção; a possibilidade de mão de obra em grande quantidade, mas desmobilizada e sem direitos trabalhistas; e a

perspectiva de um bom mercado consumidor para produtos internos e externos. A década de 1950, apesar do foco estatal no centro-sul, apresentou-se como o cenário de iniciação aos megaprojetos, a julgar pela criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)<sup>50</sup>, em 1953, e de rodovias como a Belém-Brasília<sup>51</sup>, entre 1956 e 1960 (BENTES, 1989).

Ainda nos anos de 1950, a Amazônia começou a figurar entre as regiões constituídas por grandes projetos de mineração, em decorrência do interesse do então presidente Gaspar Dutra por um minério escuro e pesado encontrado em 1943 pelo caboclo Mário Cruz, na Serra do Navio, território correspondente ao atual Amapá. O geólogo alemão Ackerman foi até o local e verificou que ele era rico em manganês, mineral utilizado na produção de vidros, ligas metálicas, baterias e eletrodos. Pensando na quantidade de investidores que poderiam se interessar pelo mineral, o governante baixou um decreto nacionalizando a reserva (LOUREIRO; PANDOLFO, 1989).

Quem ganhou o direito de explorar o minério foi a Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), em 1947. Por ser uma empresa estatal que em 1950 vinculou-se à estadunidense *Bethlehem Steel Corp*, a venda proporcionou aos norte-americanos diminuir a distância para a União Soviética e a transformar o manganês no principal mineral amazônico durante duas décadas. Entretanto, em contrapartida, a sua população local recebeu poucos benefícios, dentre eles apenas centenas de empregos. A venda a qualquer custo não valeu a pena para ela, cabendo ressaltar que a reserva foi exaurida (esgotada) em 1997, 50 anos após o começo da lavra (LOUREIRO, 1989; OLIVEIRA, 2008; PANDOLFO, 1989)

Entretanto, a exploração mineral na Amazônia foi potencializada após o golpe militar de 1964, pois o governo apresentava ideais desenvolvimentistas atrelados ao uso da violência. Na época, a partir da ausência do diálogo, eclodiu a venda de terras já ocupadas por pessoas cujas vivências não correspondiam à lógica da exploração da natureza e, sob a capa da “integração” da Amazônia ao âmbito nacional, foram criados vários programas de desenvolvimento que desrespeitaram as ‘Amazônias’<sup>52</sup> aqui

---

<sup>50</sup> Apesar de sua inauguração ocorrer no ano de 1953, durante o segundo governo Vargas, a sua idealização surgiu em meio ao governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, com o objetivo de gerir e direcionar 3% da receita tributária nacional para o desenvolvimento da Amazônia. Na década de 1950, findou de a SPVEA delimitar o que seria a Amazônia Legal, a sua zona de atuação (OLIVEIRA, 2008).

<sup>51</sup> A Belém-Brasília fez parte dos Planos de Metas de Juscelino Kubitschek, presidente que apresentou o objetivo de integrar a Amazônia ao centro-sul brasileiro para atender a interesses de empresários da indústria automobilística, banqueiros e investidores em matérias primas (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

<sup>52</sup> Porto-Gonçalves (2001) afirma que a Amazônia é uma região plural e diversa, na qual há diferentes

presentes (LOUREIRO, 1989; SILVA, 2020).

O primeiro programa elaborado pelos militares para alcançar os seus objetivos de integração econômica e ocupação<sup>53</sup> da região amazônica foi a “Operação Amazônia”, em 1966. Ele visava a atuação direta do governo nacional, conciliada com a privatização das nossas terras. Por meio dele foram criadas a Lei nº 5.173/66 que substituiu a SPVEA<sup>54</sup> pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que planejava e executaria projetos de ocupação e desenvolvimento na região, priorizando grandes investidores (Figura 43); a lei nº 5.172/66 que criou o Banco da Amazônia (Basa), responsável por administrar créditos para o setor privado; e a Lei nº 5.174/66 voltada para a elaboração de incentivos fiscais que atraíssem empresários interessados em investir à Amazônia (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

Figura 43: Propaganda realizada pela SUDAM na Revista Realidade de 1972. Foto: Acervo Ricardo Cardim



Fonte: WENZEL (2020)

Essas leis impulsionaram o avanço da privatização da Amazônia ao conceder incentivos fiscais absurdos. Grandes empresas não precisavam pagar impostos durante 10 anos, com possibilidades de renovação. Além disso, o Estado também garantia que empresários que criassem empresas filiais seriam eximidos de 50% dos impostos, e que

---

agentes cujas próprias histórias produziram as suas verdades sobre o espaço. Dito isso, é importante não a reduzir a uma unicidade, o que proporciona um maior respeito para com o outro e as suas verdades.

<sup>53</sup> É importante ressaltar que os megaprojetos fomentaram novos estímulos a migração para a Amazônia. O governo tinha o seu planejamento para a ocupação da região e não media esforços para atrair, principalmente nordestinos e sulistas para comprar e atuar nas terras amazônicas e nos grandes empreendimentos que seriam construídos. O governo fazia propagandas da Amazônia como um “paraíso de oportunidades” e criava infraestrutura, programas e concedia incentivos para empresários de fora da Amazônia (HAZEU, 2015; WENZEL, 2020).

<sup>54</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

quem importasse maquinarias inéditas e fizesse circular mercadorias<sup>55</sup>, também receberia incentivos fiscais (BENTES, 1989).

De acordo com Loureiro (1989), a década seguinte foi um cenário de projetos oficiais de colonização da Amazônia, pois ocorreram mais incentivos governamentais que começaram com o confisco de terras amazônicas em nome do “desenvolvimento nacional” e que foram aprofundados pelo Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criados durante o governo Médici (1970-1974) para fomentar a ocupação dessas terras.

O PIN foi o programa responsável pelo financiamento do Radar da Amazônia (RADAM)<sup>56</sup>, criado<sup>57</sup> para mapear a riqueza mineral local com a utilização de radares, e também foi responsável pela criação da rodovia Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, corredores que deveriam ser “ocupados” por nordestinos agricultores, mas acabou por beneficiar mais as pessoas vindas do centro sul-sudeste do Brasil. Inclusive, ele corroborou para o aumento de conflitos por terras na Amazônia (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

Em 1972, Médici pôs em prática o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) que incentivava a ocupação da Amazônia por projetos agropecuários e agrominerais. Todavia, em 1973 o plano foi substituído devido a uma intensa crise do petróleo que afetou a economia brasileira, desacelerando os efeitos das iniciativas tomadas pelos militares até então. Em meio à crise, novas ações foram tomadas durante o governo Ernesto Geisel, dentre elas, abrir ainda mais a Amazônia para o capital internacional, através da instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do Programa de Polos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (BENTES, 1989; MAIA, 2017; OLIVEIRA, 2008; SARMENTO;

---

<sup>55</sup> Esses benefícios foram cruciais para a criação de espaços como a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967. A ZFM surgiu para implantar centros comerciais, industriais e agropecuários, acompanhados de livre comércio de importação e exportação, facilitando a integração a negócios externos à cidade. Ela recebeu isenção municipal, estadual e governamental. Foram 10 anos (com possibilidade de acréscimos) sem pagar impostos para a sua instauração e importação de maquinarias e produtos industrializados (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

<sup>56</sup> Vale ressaltar que antes do RADAM ser criado, os minérios já estavam sendo mapeados por empresas nacionais patrocinadas por negócios externos na década de 1960. Por exemplo, em 1966, o manganês de Marabá (PA) foi descoberto pela CODIM, empresa vinculada a *Union Carbide*. Um ano depois, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da *United States Steel*, encontrou reservas de ferro em Carajás, Pará, que viriam a compor o Projeto Ferro-Carajás (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

<sup>57</sup> O RADAM foi organizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão encarregado em lidar com direitos e legislações minerais presentes no código nacional de mineração (BENTES, 1989; GUEDES, 2015).

PASTORE JR, 2006).

O primeiro vigorou de 1975 a 1979 e tinha a intenção de aprofundar a ocupação da Amazônia por meio de grandes projetos, aproveitando as prospecções minerais realizadas anteriormente pelo RADAM<sup>58</sup> e da riqueza florestal e hídrica que poderiam transformar o Brasil em uma grande potência energética em um momento de crise petrolífera mundial. Para o governo militar, a Amazônia ajudaria<sup>59</sup> a solucionar a crise econômica nacional através da mineração e das usinas hidrelétricas (LÔBO, 1996; OLIVEIRA, 2008; SARMENTO; PASTORE JR, 2006; SILVA, 2020).

E o segundo foi instituído em 1974 para usufruir do potencial agropecuário, agroindustrial, florestal e mineral amazônico, gerando polos integrados e destinados ao desenvolvimento de uma atividade produtiva. No total, foram estabelecidos 15 polos, foram eles: Xingu-Araguaia; Carajás; Araguaia-Tocantins; Trombetas; Altamira; Pré-Amazônia Maranhense; Rondônia; Acre; Juruá Solimões; Roraima; Tapajós; Amapá; Juruena; Aripuanã e Marajó (MONTEIRO, 2005a; OLIVEIRA, 2008; REIS, 2013; SARMENTO; PASTORE JR, 2006).

Esses polos seriam os locais específicos para os benefícios fiscais e, em contrapartida, atrairiam novos empreendimentos e empregos em suas regiões. Para os militares, somente os megaprojetos conseguiriam dar um retorno financeiro imediato e alavancar a economia amazônica e nacional, logo eles não mediriam esforços para gerar a infraestrutura necessária (usinas hidrelétricas, portos etc.) para atender a esse desejo, mesmo que com o aumento da desigualdade envolvendo a população amazônica (OLIVEIRA, 2008).

A partir do Polamazônia, no polo Amapá, a Icomi ampliou as suas atividades na cidade de Santana ao criar uma usina de beneficiamento mineral cujo valor de implantação foi parcialmente pago pelo Governo Federal. Para além, o Programa contribuiu para que a empresa Caulim da Amazônia (Cadam) iniciasse em 1977, as suas operações de extração e beneficiamento de um Caulim que é transportado para Almeirim (PA), local onde é embarcado e exportado para o mundo (MAIA, 2017; OLIVEIRA, 2008).

Outro polo que o Programa fomentou a exploração foi o Trombetas que tinha

---

<sup>58</sup> Radar da Amazônia.

<sup>59</sup> Conforme Thaise Sarmiento e Floriano Pastore (2006), o II plano também objetivou integrar a Amazônia ao nordeste e ao centro-oeste, a partir da relação entre mão-de-obra, terra e recursos naturais; e gerar maiores relações para com o centro-sul, por meio da importação de mercadorias, tecnologia e capitais pelas rodovias.

como foco a cidade de Oriximiná (PA)<sup>60</sup>, onde atua a Mineração Rio Norte (MRN), empresa implantada em 1979 para a produção da bauxita descoberta<sup>61</sup> nos anos 1960 (BENTES, 1989; MAIA, 2017; OLIVEIRA, 2008). A MRN foi criada a partir da união entre a *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), após a empresa canadense começar a implantar o projeto e paralisá-lo em 1972, alegando não ter verbas. Neste momento, o Governo deu continuidade à construção ao fechar, em 1974, um acordo entre as empresas (MONTEIRO, 2005b; OLIVEIRA, 2008).

Além de Oriximiná, o Polamazônia queria alcançar os municípios paraenses vizinhos de Alenquer, Óbidos e Monte Alegre com a atuação do projeto Trombetas, tanto que concedeu 15 anos de isenção de impostos e empréstimos para a MRN<sup>62</sup>. Além disso, o Programa, sabendo que a bauxita é utilizada na cadeia produtiva da alumina e do alumínio, incentivou a criação do complexo Albras/ Alunorte, em Barcarena, que como explicarei mais à frente, foi construído para beneficiar a bauxita e exportar alumínio (MAIA, 2017; OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2020).

Em 1979, quem assume o Governo militar é o general João Figueiredo com a missão de lidar com as turbulências sociais que questionavam a ditadura e com uma nova crise do petróleo. Neste cenário foi criado, em 1980, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), visando a intensificação da exploração mineral na Amazônia. Por ele foi criado o Programa Grande Carajás (PGC), cujo objetivo era acelerar a criação dos megaprojetos estagnados pela crise, usufruindo de mais recursos públicos para a criação de infraestrutura (HAZEU, 2015; MAIA, 2017; OLIVEIRA, 2008).

O PGC abrangia 825.265 km<sup>2</sup> de terras paraenses, maranhenses e tocantinenses com um olhar especial para projetos do setor minero-metalúrgico como o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte e a Alumínio do Maranhão (Alumar), porém também atuava nos segmentos agroflorestal e infraestrutural focando em obras como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) (BENTES, 1989; MONTEIRO, 2005a). Para Maia (2017: 222) a criação do Programa foi possibilitada por quatro fatores:

“A existência de enorme potencial mineral, como ferro, com 18 bilhões de toneladas, bauxita (matéria-prima para fabricação de alumínio e alumina),

---

<sup>60</sup> Antes da MRN, o município tinha atua economia regida pelo extrativismo e agricultura de subsistência, praticada por comunidades quilombolas de 200 anos de existência (OLIVEIRA, 2008).

<sup>61</sup> A descoberta foi feita pela Bauxita Santa Rita Ltda, empresa relacionada a Aluminium Limited of Canada (ALCAN) (BENTES; OLIVEIRA, 1989)

<sup>62</sup> É bom destacar que a MRN continua recebendo benefícios federais (OLIVEIRA, 2008).

ouro, cobre, manganês, cassiterita, níquel e minerais não metálicos; a existência de grande massa florestal necessária para a fabricação de carvão vegetal (insumo necessário à fabricação de ferro-gusa); o potencial hidrelétrico, com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí; e a situação econômica favorável pelo interesse dos Estados Unidos e Japão, que procuravam parceiros em países subdesenvolvidos para transferir indústrias minerais que requeriam muita energia elétrica”.

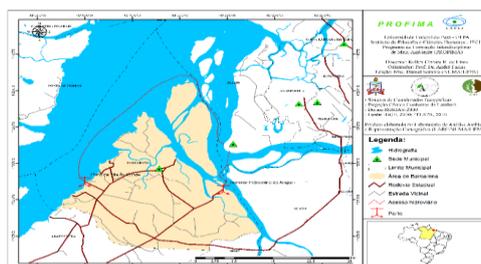
Pode-se afirmar que o PGC gerou diversas facilidades para o empresariado externo à Amazônia, a ponto de as empresas conseguirem competir em um mercado internacional que se encontrava em crise constante. Entretanto, o Programa que reforçou a região como fornecedora de matéria-prima, teve o seu fim após a queda do Governo militar, deixando de herança alterações profundas nas cidades amazônicas. Um exemplo é a cidade de Barcarena, o foco desta tese (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008).

## 2.4 Pensando o contexto da pesquisa: A mineração em Barcarena (PA)

### 2.4.1. Uma breve história sobre Barcarena (PA) de acordo com a academia

O município paraense de Barcarena, cuja área total corresponde a 1.310.588 km<sup>2</sup>, está situado a 25 km em linha reta da capital Belém. Cercada pelas baías do Guajará e do Marajó e pelos municípios interioranos de Moju, Abaetetuba e Acará (Figura 44), a cidade apresenta uma grande história de ocupação que foi iniciada pela criação de pequenas vilas e povoados indígenas como a Vila do Conde (1653) e a Vila de São Francisco Xavier (1709), a mais antiga da região (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Figura 44: Localização do município de Barcarena (PA)



Fonte: (LIMA; FARIAS; SOMBRA, 2016).

Os seus primeiros habitantes foram os nativos indígenas. Pelas margens dos rios e em meio às matas locais havia diferentes grupos, dentre os mais conhecidos, temos os Gibiríé, os Mortiguras e os Aruãs cuja vivência é comprovada por meio das pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia. Por exemplo, o Museu Paraense Emílio Goeldi salvaguarda alguns vestígios cerâmicos que remontam a esse período e

que foram encontrados em meio a escavações realizadas às terras que atualmente abrigam a empresa Alumina Norte Brasil S/A, vulgo Alunorte (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Inclusive, de acordo com Nascimento e Freitas (2010), esta presença dos povos originários teve ação direta na nomeação da cidade, uma vez que estes povoados presenciaram uma grande e suntuosa embarcação denominada como “Arena”. Esta embarcação foi batizada de barca, o que anos depois foi reunido em uma só palavra, gerando o nome Barcarena.

Todavia, Jacobson Estumano *et al.* (2018), afirmam que o nome da cidade é proveniente do outro lado do Atlântico, haja vista que a região passou pela colonização portuguesa. De acordo com os autores, perto de Lisboa há uma pequena Freguesia de Barcarena, datada do século XIV, que, no passado, comportou os arsenais de pólvora portuguesa, mas que atualmente abriga o Museu de Pólvora. A aplicação do nome em nosso continente seria uma das políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que buscou assegurar o domínio luso renomeando os indivíduos e os povoados locais com base em nomes portugueses.

O século XVII foi o marco da ocupação europeia sobre essas terras indígenas. Os dois povoados até então existentes, passaram a lidar com missões religiosas lideradas pelos jesuítas. Foram duas missões denominadas como Missão Gibiríé e Missão dos Mortiguras. Em relação à primeira, o seu começo se deu por meio da “doação” de terras pelo Francisco Rodrigues Pimenta aos padres jesuítas que, posteriormente, assumiram a futura igreja São Francisco Xavier para as suas ações de catequização dos indígenas locais (ESTUMANO *et al.*, 2018).

No que diz respeito a Missão dos Mortiguras (atual Vila do Conde), instalada em 1653, o seu papel de destaque envolveu o aprofundamento da catequização indígena. A missão foi responsável por deslocar e aculturar os indígenas Aruãs da Ilha do Marajó, local no qual eles viviam. Pela quantidade de indígenas, a missão ficou entre as cinco mais populosas da Amazônia e recebeu a alcunha de “Arca de Noé”. Atualmente, o seu principal resquício é a Igreja de São João Batista (Figuras 45 e 46), antiga sede da missão, situada de frente para a baía do Marajó (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Figura 45: Templo inicial da atual Igreja de São João Batista



Fonte: Adailton, coordenador da Igreja de São João Batista (Viagem de campo, 2021)

Figura 46: Igreja de São João Batista atualmente.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

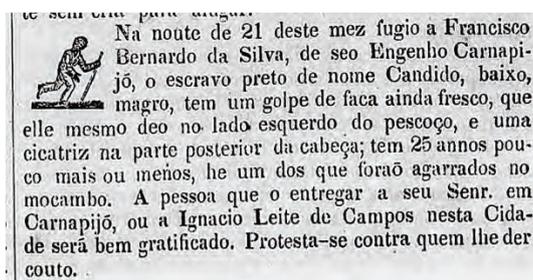
Vale ressaltar que, posteriormente, os jesuítas perderam força na cidade de Barcarena, devido às intervenções pombalinas que via os padres como um poder interno praticante de uma educação atrasada. Por meio da nomeação do seu irmão D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado para administrar a província do Grão-Pará, Pombal expulsou os jesuítas e aprofundou o controle dos indígenas pelo Estado português, os renomeando, os aculturando e os colocando para trabalhar conforme os interesses portugueses (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Além das igrejas de São Francisco Xavier e de São João Batista, devido ao colonialismo, há na cidade outras arquiteturas e/ou monumentos de origem europeia como a Igreja de Nossa Senhora das Dores, na vila de Itupanema; o monumento de Nossa Senhora do Tempo, em Carnapijó, o mesmo local onde encontra-se as ruínas do Engenho<sup>63</sup> Mateus; as ruínas do Engenho d'água, no Arrozal; e as ruínas do Engenho Conceição de Guajará da Costa e do Engenho de São José (SIMONIAN, 2004).

<sup>63</sup> De acordo com Estumano *et al.* (2018), há cerca de 25 ruínas de engenhos espalhados por Barcarena.

Para além dos grupos indígenas, outro grupo que lidou com um palco de violência em Barcarena foi o de pessoas negras escravizadas, deslocadas do continente africano. Engenhos como o São Mateus, em 1871, continha 37 homens negros e 28 mulheres negras escravizadas que atuavam nos canaviais e nos engenhos para a produção de cachaça. Muitos (as) fugiam<sup>64</sup> (Figura 47) desses engenhos e adentravam às matas, um processo que deu origem ao surgimento das atuais comunidades quilombolas de São Sebastião de Burajuba, Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/ Boa Vista, Sítio São João e Gibrié do São Lourenço, todas reconhecidas pela Fundação Palmares (ESTUMANO *et al.*, 2018; MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2016).

Figura 47: Anúncio de fuga de escravizado no Carnapijô. Foto: Jornal Treze de Maio.



Fonte: Estumano *et al.* (2018)

Em meio as amarras coloniais, entre 1835 e 1840, Barcarena também foi palco de mobilização de uma das principais revoluções populares do Brasil, a Cabanagem. O movimento questionava a supremacia portuguesa por meio da luta armada regada a um sentimento de patriotismo e anticolonialismo que também buscou destruir engenhos e assassinar os seus donos. Inclusive, dois dos principais nomes do movimento morreram e foram sepultados na localidade, são eles os líderes exilados Batista Campos<sup>65</sup> e o Eduardo Francisco Nogueira Angelim<sup>66</sup> (HAZEU, 2015; REIS, 2013; RICCI, 2007; SIMONIAN, 2004).

<sup>64</sup> De acordo com Estumano *et al.* (2018), um dos casos mais emblemáticos de resistência negra envolveu o extinto quilombo de Mucajuba, situado no Rio Arauaia, em Aicará. Em 1855 os jornais anunciaram a sua “destruição” e o João Bala, homem negro e chefe do quilombo, organizou, em meio a emboscada, a fuga de nove pessoas por meio do Rio Moju. Para os autores, João Bala é um personagem que poderia ser comparado a Zumbi dos Palmares.

<sup>65</sup> Conforme Estumano *et al.* (2018) e Simonian (2004), o Batista Campos faleceu na Fazenda Boa Vista, em Atiteua, atual furo do Arrozal, no dia 31 de dezembro de 1834, após diversas perseguições por parte do governador provinciano Bernardo Lobo de Souza. A sua morte decorreu de um ferimento com navalha em seu rosto, que ele adquiriu enquanto fazia a barba. Os seus restos mortais foram depositados em uma urna na Parede da Igreja de São Francisco Xavier.

<sup>66</sup> Eduardo Angelim foi capturado em 1836 e remetido para lugares como o Rio de Janeiro e Fernando de Noronha como punição por suas ações. Depois de um tempo de exílio ele retornou para Barcarena e viveu

Devido a influência dos dois personagens e do movimento da Cabanagem na história de Barcarena, seus nomes permanecem em ruas, praças, embarcações e escolas. O maior exemplo disso é a existência da Vila dos Cabanos, antigo Bairro de Operações, criado para atender a funcionários das empresas Alumínio Brasileiro S/A (ALBRÁS) e Alunorte. No próximo tópico falarei mais sobre este local, mas de momento, ressalta-se que desde 1985, o nome do bairro e das suas ruas, travessas e avenidas fazem referência à Cabanagem e seus personagens (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Sobre a sua formação quanto município emancipado político e administrativamente, Barcarena foi reconhecida como tal no dia 30 de dezembro de 1943, quando o governador do Estado Joaquim de Magalhães Cardoso Barata lançou o Decreto-Lei de nº 4.505 voltado para uma área, até então comumente acessada por meio de pequenas embarcações (REIS, 2013). No mesmo ano, o distrito de Aicará, uma área rica em antigos engenhos e localidades como o Cafezal, e a Ilha das Onças foram anexados (as) à cidade (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Três anos depois a sua sede administrativa foi deslocada de São Francisco Xavier para as margens do Rio Mucuruça, onde hoje encontramos a Barcarena Sede. Em 4 de fevereiro de 1962 foi inaugurado o prédio no qual atua a prefeitura local, e esse processo de deslocamento veio acompanhado de promessas políticas como a do antigo prefeito Laurival Campos Cunha (1963-1967) que incentivava as pessoas a se mudarem para os arredores da prefeitura sob a alegação de que escolas, hospitais, comércio, transportes e demais serviços urbanos seriam criados e/ou implementados para facilitar o cotidiano dos (as) habitantes (ESTUMANO *et al.*, 2018).

Caminhando para o fim desta breve apresentação sobre a história da localidade, pode-se lembrar que o município tem grande potencial turístico, haja vista que, além dos monumentos e arquiteturas de origem portuguesa, há um conjunto de praias, rios e igarapés. Dentre as (os) mais conhecidas (os) temos as praias do Cariipi, Trambioca, Sirituba, Itupanema e Vila do Conde (Figura 48), e os igarapés Arienga, Dendê (Figura 49), Murucupi e Furo do Arrozal. Soma-se a esta riqueza natural a presença de três pequenas ilhas que reforçam as experiências e vivências ribeirinhas e indígenas do

---

no Engenho Madre de Deus, situado na Ilha Trambioca, local onde veio a falecer e a ser sepultado nas proximidades de sua casa, em 1882. Posteriormente, os seus restos mortais foram transportados para o Memorial da Cabanagem, localizado em Belém, onde sofreu com o vandalismo por ausência de políticas públicas (ESTUMANO *et al.*, 2018; SIMONIAN, 2004).

passado local, a ilha das Onças, a ilha de Trambioca e a ilha de Arapiranga, cujos povoados foram se desenvolvendo após os acontecimentos históricos envolvendo o território (ESTUMANO *et al.*, 2018; REIS, 2013; SIMONIAN, 2004).

Figura 48: Praia da Vila do Conde atualmente.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Figura 49: Igarapé Dendê atualmente, ao lado da comunidade Ilha São João.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2019)

Vale ressaltar que, de acordo com Estumano *et al.* (2018), na década de 1980, esse processo de deslocamento e urbanização ganhou novos contornos com a instalação das primeiras empresas de mineração, as já citada ALBRÁS e ALUNORTE que impulsionaram a criação de bairros como a Vila dos Cabanos, o Pioneiro e o Laranjal que juntos contribuíram para o aumento populacional de uma região que, em 1980, apresentava 20.021 habitantes e, em 2010, segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)<sup>67</sup>, alcançou um total de 99.859 pessoas. Todavia, as transformações ocasionadas por essas indústrias em uma cidade de características rurais, ribeirinhas, quilombolas e tradicionais serão apresentadas logo mais (PRESSLER; MATHIS, 2007).

---

<sup>67</sup> Ibge. 2010. Barcarena: Panorama. Rio de Janeiro.

#### **2.4.2 O complexo Albrás (Alumínio Brasileiro S/A) - Alunorte (Alumina Norte Brasil S/A)**

Devido às ações do Polamazônia e do PGC, a mineração na Amazônia passou a relacionar os polos estabelecidos. Por meio de incentivos estruturais e fiscais, o governo militar investiu na criação de projetos de beneficiamento mineral com o intuito de atribuir valor à mercadoria. Um dos exemplos dessa iniciativa foi o complexo Albrás-Alunorte, construído na cidade de Barcarena (PA) para beneficiar em alumina e alumínio a bauxita produzida pela MRN na cidade paraense Oriximiná (SILVA, A., 2007; SILVA, 2020).

Nos anos de 1970, o governo militar, em meio a crise de petróleo (1973 e 1979), promoveu negociações com empresas japonesas para fazer parcerias que ajudassem os dois países a se sobressaírem à crise. O Brasil continha uma grande dívida externa e carência de projetos e investimentos modernos, enquanto o Japão carecia de alternativas para a produção de alumínio, essencial para um país que chegou a consumir 1,2 milhão de toneladas do produto nessa década (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2020).

O empresariado japonês não hesitou em começar as negociações em 1973, afinal 78% de sua energia elétrica utilizada na produção nacional de alumínio era proveniente de termoeletricas e petróleo e, com os dois choques do petróleo, o país foi obrigado a procurar outros países que possuíssem uma geografia alheia à dependência do óleo, ou seja, que fossem abundantes em fontes hídricas e carvão vegetal capazes de produzir uma energia barata e necessária para a produção do alumínio<sup>68</sup> (BENTES, 1989; OLIVEIRA, 2008; SILVA, S., 2007).

As negociações avançaram e, em 1974, o Governo Federal colocou a CVRD para atuar ao lado da *Light Metal Smelters Association* (LMSA), uma associação composta por negócios japoneses<sup>69</sup> unidos para estudar a viabilidade do projeto e que, em 1975, alegaram que os custos para a criação da infraestrutura necessária estavam muito elevados, portanto o negócio seria inviável. Porém, o Governo brasileiro tomou para si a iniciativa de arcar - via PGC - com os custos e criar a infraestrutura necessária (BENTES, 1989; MONTEIRO, 2005a; OLIVEIRA, 2008).

---

<sup>68</sup> Além de potencial hídrico e madeireiro, como dito anteriormente, a Amazônia também continha mão de obra barata, legislação ambiental frágil e um governo disposto a investir e dar benefícios (MONTEIRO, 2005a)

<sup>69</sup> Dentre eles estavam a *Nippon Light Metal*, a *Mitsui Aluminium*, a *Showa Denko*, a *Sumitono* e a *Mitsubishi* (BENTES, 1989).

Em 1976 foi assinado um acordo que inseria<sup>70</sup> Barcarena (PA) na era do alumínio com a criação das empresas Albras, voltada para a produção de alumínio primário, e a Alunorte, focada na fabricação de alumina, material necessário para a feitura do alumínio pela primeira empresa (BENTES, 1989; HAZEU, 2016). Essa escolha, segundo Terezinha Madeiro e Vera Gomes (2007, p. 3-4), foi determinada por cinco fatores:

- a) proximidade de usina hidrelétrica de Tucuruí, cuja construção deveria ser providenciada para garantir o fornecimento da energia elétrica necessária ao processo produtivo; b) a possibilidade de atracação e manobra de navios de grande porte, uma vez que a produção deveria estar essencialmente voltada para a exportação, seguindo assim, a orientação de prioridades do II PND e III PDA; c) condições físico-naturais favoráveis a instalação da fábrica que requeria: vastas extensões de terra, inclusive para construir áreas de proteção ambiental; topografia plana; subsolo firme para o suporte das fundações; e, existência de água em volume e qualidade necessários para o uso industrial; d) Proximidade de Belém, metrópole regional; e) Proximidade das reservas de bauxita”.

Ainda no começo das negociações o governo brasileiro havia criado a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) para erguer a usina em Tucuruí<sup>71</sup> (PA), que fornece energia a baixo custo e tem 15% de seu potencial atual consumido pela Albras. O projeto foi criado em 1984, quando as duas primeiras unidades geradoras da UHT<sup>72</sup> começaram a entrar em ação. O Estado militar também criou as linhas de transmissão que cortam vários municípios paraenses (CARMO, 2015; MONTEIRO, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Além disso, o governo brasileiro também atuou na criação da Vila dos Cabanos e do porto de Vila do Conde (OLIVEIRA, 2008). A primeira (Figura 50) trata-se de uma *Company Town*, ou seja, uma “cidade da companhia” que começou a ser planejada em 1979, mas que foi instalada em 1982 sem estar 100% concluída. O projeto inicial previa uma vila para 70 mil pessoas, contudo a capacidade atual não ultrapassa 7 mil habitantes (RODRIGUES; COELHO, 2007).

---

<sup>70</sup> De acordo com Marcel Hazeu (2015, p. 97) “Nem a população local, nem o poder público municipal, enquanto ente político e de gestão, foram ouvidos ou considerados nas decisões de implantação do projeto, uma vez que o poder decisório e a gestão estavam centrados no governo federal, autoritário e ditatorial, que dividia algumas ações com o governo estadual. Os impactos dos projetos e planos elaborados em Brasília recaíram sobre a população e os gestores de Barcarena, sem que estes tivessem direito a voz e voto”.

<sup>71</sup> A usina localizada a 325 km de distância do complexo, usufrui do potencial hídrico do Rio Tocantins (BENTES, 1989).

<sup>72</sup> Jondison Rodrigues (2019) ressalta que vários países possuem ricas reservas de bauxita, contudo carecem de um potencial energético semelhante ao do Brasil, o que cria empecilhos em suas práticas de exploração mineral.

Figura 50: Vista aérea da Vila dos Cabanos, Barcarena (PA)



Fonte: Estumano *et al.* (2018)

A vila que foi espelhada em um modelo norte-americano de urbanização, mas que com o passar do tempo passou a aderir gradeamentos e muros por causa da violência urbana, foi criada pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar) para alocar empresários e funcionários do complexo (RODRIGUES; COELHO, 2007). O órgão foi o responsável por projetar a urbanização da cidade e desapropriar<sup>73</sup> as pessoas que residiam nas terras em que o núcleo urbano foi construído (MAIA, 2017; SILVA, 2020).

Já o Porto da Vila do Conde (Figura 51) foi criado em 1985, em uma área de 3.748.891,74 m<sup>2</sup>, para promover o transporte, armazenamento e distribuição/exportação de óleo, alumina, alumínio, bauxita, coque, piche, madeira, granéis líquidos e gado bovino (RODRIGUES, 2008, 2019; SILVA, S., 2007; SILVA; FERREIRA; SILVA, 2020). Atualmente<sup>74</sup> ele está ampliado e consegue receber navios de até 60.000 toneladas em um local que no passado era ocupado e chamado de Ponta Grossa (SILVA, S., 2007).

<sup>73</sup> As pessoas foram deixadas à própria sorte após serem deslocadas – sem escolha - para os assentamentos do Laranjal, da Colônia Agrícola do Bacuri e da Vila Nova União, todas sem o mesmo planejamento urbano. Atualmente a Vila dos Cabanos possui redes de hipermercados, sistema de saúde, escolas e universidade particular espalhadas por uma área de mais de 60.000 hectares (Ver SILVA, 2020).

<sup>74</sup> Hoje em dia, para além da ALBRÁS e da ALUNORTE, o porto atende a diversos empreendimentos atraídos pela estrutura criada na cidade, dentre eles: Ipiranga Produtos de Petróleo; Alubar; Yara Brasil Fertilizantes, Convicon/ Tecon, Bavic, Movimento Transporte & Locação de Máquinas, MS Terraplenagem, Norte Operações de Terminais, BF Fortship Agência Marítima, Norte Trading Operadora Portuária, Plena Serviços, Atlântica Navegação e Logística, Mega Logística Serviços Portuários e Transportes, Tlx Operações Portuárias, Atlântica Navegação e Logística, Brasco Logística Offshore, Brazil Marítima, Soares e Guido Transportes; Masterlog Logística e Transporte Eireli, Mega Logística Serviços Portuários, Transportes e Saveiros Camuryano Serviços Marítimos S.A e Terminal Químico de Aratu S.A (RODRIGUES, 2019).

Figura 51: Visão aérea do Porto de Vila do Conde, Barcarena (PA). Foto: Ministério do Planejamento



Fonte: Reunião (2022)

Localizado entre o furo do Arrozal e a foz do rio Arienga, no rio Pará, o Porto da Vila do Conde foi criado com ações de outro órgão estatal, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI), instituída em 1976 para desapropriar<sup>75</sup> e indenizar as pessoas que residiam nas terras de interesse do complexo (Figura 52) (MAIA, 2017; PRESSLER e MATHIS, 2007; S. SILVA, 2007). Vale ressaltar que o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ajudaram nesse processo ao fornecerem recursos normativos e financeiros para tal (CASTRO, 2019).

Figura 52: A configuração do complexo industrial de Barcarena (PA), com base no Google Earth



Fonte: Elaborado por Sabrina Nascimento (2019)

Desenvolvida a estrutura necessária, a Albras (Figura 53) teve a sua primeira fase inaugurada em 1985<sup>76</sup>, com a presença do então presidente José Sarney que a narrou como um sonho e a solução para o atraso da região (OLIVEIRA, 2008; MAIA, 2017). A mineradora foi criada na união entre a CVRD que detinha 51% das ações, e a corporação japonesa *Nippon Amazon Aluminium Corporation* (NAAC) que possuía

<sup>75</sup> Maia (2017) fala que a CDI efetuou 404 iniciativas de desapropriação/ expropriação de pessoas que residiam nas terras correspondentes aos projetos, sendo que a CODEBAR desapropriou 155 famílias. Em Silva (2020) há um quadro com os locais de destino de grande parte dessas pessoas desapropriadas entre 1979 e 1985, ano de criação da ABRÁS.

<sup>76</sup> A sua segunda fase foi inaugurada em 1991 (OLIVEIRA, 2008).

49% de participação (BENTES, 1989; MONTEIRO, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Figura 53: Unidade da ALBRÁS em Barcarena (PA)



Fonte: Resíduo (2021)

A empresa inaugurou com um limite de 80 mil toneladas de alumínio primário por ano, sendo que em 1989 a sua capacidade era de 320 mil t/ano (BENTES, 1989). Com a inauguração de sua segunda fase ela passou a produzir 359 t/ano, número que aumentou para 400 mil toneladas em 2001 devido ao aperfeiçoamento de sua estrutura e a presença da Alunorte. Esse quantitativo a levou a ser responsável por 30 % da produção<sup>77</sup> nacional de alumínio, um dos principais minérios utilizados no mundo (BARROS, 2009; NASCIMENTO, 2010; SILVA, 2020).

Já a Alunorte (Figura 54) começou a surgir em 1978 pela necessidade internacional de existir uma empresa direcionada para o beneficiamento de bauxita em alumina (BORDALO *et al.*, 2017; NASCIMENTO; FREITAS, 2010; OLIVEIRA, 2008). A intenção era construí-la junto com a ALBRÁS, mas foi criada somente em 1995 por causa da instabilidade econômica mundial, a desistência de investimento por parte da NAAC e as greves envolvendo os operários insatisfeitos com as precárias condições de trabalho (FONTES, 2003; OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2020; TRINDADE JR; BARBOSA, 2016).

---

<sup>77</sup> A sua produção é destinada ao Japão que possui esse acordo histórico com o Brasil, ao Estados Unidos, Holanda, Coreia do Sul, Bélgica e vários outros (BARROS, 2009). Vale ressaltar que o seu processo produtivo carece de muita precisão e atenção humana, pois envolve produtos químicos de elevada toxicidade e capacidade de corrosão (GUINALZ, 2007).

Figura 54: Unidade da ALUNORTE em Barcarena (PA). Foto: Pedrosa Neto/Amazônia Real



Fonte: Catarina Barbosa (2018)

Atualmente a Alunorte recebe, via minerodutos e embarcações que aportam no porto da Vila do Conde, a bauxita de Oriximiná e Paragominas, onde atuam, respectivamente, a MRN e a *Norsk Hydro*, empresa de capital norueguês<sup>78</sup> presente em 40 países e que adquiriu a maioria das ações da própria Alunorte e da Albras (51% das ações)<sup>79</sup> em 2010, aproveitando-se da privatização da CVRD durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (HAZEU, 2015; SANTOS, 2019; SILVA, 2020).

A Alunorte, segundo Bentes (1989), previa uma produção de 880 mil t/ano em 1989, antes do projeto ser construído. Após a construção, de acordo com Flávia Silva (2012), a produção alcançou 1.627 mil toneladas por ano, valor ampliado depois das expansões pelas quais a fábrica passou. Com a primeira expansão, entre 2000 e 2003, a empresa produziu 2.325 mil t/ano. Após a segunda expansão em 2006, o quantitativo saltou para 4,3 milhões de t/ano. Posteriormente, em 2008, ocorreu a terceira expansão que elevou a produção para 6,3 milhões de toneladas por ano.

Atualmente, a Alunorte gera cerca de 44% da produção nacional de Alumina, sendo que ela fornece todo o produto trabalhado pela Albrás e 50% dele é encaminhado para o mercado externo, atendendo a demandas de países do Oriente Médio, América do Norte e Europa (BARROS, 2009; NASCIMENTO, A., 2010; NASCIMENTO, S., 2019; SILVA, 2012). Juntas as fábricas impulsionaram a criação de novos megaprojetos e trouxeram uma nova realidade para o cotidiano da cidade (ESTUMANO *et al.*, 2018).

#### **2.4.3 O complexo de caulim PPSA (Pará Pigmentos S/A) - IRCC (Imerys Rio Capim Caulim)**

<sup>78</sup> Segundo Andrey Santos (2019), a *Hydro* foi fundada em 1905 e suas ações pertencem não somente ao capital norueguês, mas também, em menor proporção, a instituições estadunidenses, inglesas e chinesas.

<sup>79</sup> Vale ressaltar que a privatização ocorreu, mas não foi feita uma revisão do antigo licenciamento ambiental utilizado pela Vale, a antiga dona das ações (NASCIMENTO, 2019).

A queda da ditadura não significou um alívio amazônico em relação aos grandes projetos, afinal as políticas neoliberais e progressistas<sup>80</sup> continuaram beneficiando a sua criação na região. Em Barcarena, a década de 90 foi prova disso, pois além da criação da já prevista Alunorte, na mesma década, foram criadas mais duas mineradoras na cidade, a Pará Pigmentos S/A (PPSA) e a *Imerys Rio Capim Caulim* (IRCC) (SILVA, 2020).

Novamente o governo estadual atuou por meio do controle de terras que não eram suas. A CDI, por suas ações durante o governo militar, possuía terras compradas junto a prelazia de Abaetetuba, na qual o Padre Primo, segundo moradores (as) locais, colocou-se como o dono de terras vizinhas e as negociou diretamente com o Estado, desconsiderando a presença de famílias que nelas viviam antes de qualquer indício desenvolvimentista na cidade. Depois de compradas junto a prelazia, essas terras, denominadas como Montanha e Curuperé, duas comunidades tradicionais, foram vendidas para as empresas de caulim que seriam responsáveis por remanejar<sup>81</sup> e indenizar as pessoas, para assim erguerem seus portos, bacias e fábricas (MAIA, 2017; SILVA, S., 2007; SILVA, 2020).

Entretanto, apesar da menor participação estatal, ambas as empresas foram construídas sob vantagens fiscais, locacionais e econômicas que lhes permitiram criar as estruturas necessárias para o beneficiamento de um caulim explorado nos municípios paraenses de São Domingos do Capim e Ipixuna do Pará e depois transportado para Barcarena por meio de minerodutos de 160 e 180 km de extensão. Além dos benefícios e estruturas semelhantes, as empresas começaram a atuar no mesmo ano, em 1996 (HAZEU, 2015; SAAVEDRA, 2019; SILVA, 2020).

A PPSA (Figura 55) surgiu na articulação entre a CVRD e a Caulim da Amazônia (Cadam), e instalou-se em Barcarena com foco no caulim presente em Ipixuna. Minerodutos que cortam as cidades de Acará, Tomé-Açu, Abaetetuba e Moju eram os responsáveis por deslocar o minério a ser beneficiado e embarcado no porto construído em Barcarena. No ano de sua inauguração, a empresa apresentava uma capacidade produtiva de 240 mil toneladas por ano, o que aumentou seis anos depois para 475 mil t/ano (BARROS, 2009; HAZEU, 2015).

---

<sup>80</sup> Para aprofundar nestes modelos econômicos, leia Silva (2020).

<sup>81</sup> Os deslocamentos gerados pelas empresas e a resistência popular local a esse processo, podem ser melhor entendidos em Hazeu (2015).

Figura 55<sup>82</sup>: Antiga PPSA, atualmente *Imerys*.



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2021)

Nesse período a PPSA apresentava um quadro funcional de 185 pessoas em 2002 e de 223 no ano seguinte. Com poucos empregos e projetos voltados para a cidadania das comunidades do entorno, os maiores retornos da empresa foram a geração de impostos<sup>83</sup> na casa dos 6.816,000, em 2002, e 15.800,000, em 2003 (BARROS, 2009). Esses são alguns dos poucos números sobre uma mineradora de pequeno porte que não apresentava canais de comunicação e que, em 2010, teve 86,2% de suas ações compradas pelo grupo francês *Imerys* que estava interessado em ampliar a sua força no mercado mundial de papel (MONTEIRO, 2011; SILVA, 2020).

A história do grupo *Imerys* em Barcarena começou quando o Grupo brasileiro Mendes Júnior, aproveitando que possuía o direito sobre reservas paraenses de caulim, decidiu adentrar no crescente mercado do papel. Na ausência de recursos, o grupo que começou a construir em 1992 as instalações da então Rio Capim Caulim, realizou uma parceria com a francesa *Imetal*, atual *Imerys*, que hoje em dia contém mais de 99% de controle sobre a IRCC (Figura 56), enquanto que 0,66% pertencem ao grupo japonês

<sup>82</sup> A fotografia mostra o contraste de cenários em Barcarena, especialmente na comunidade da Vila do Conde, local da foto. Do ponto em que foi tirada a fotografia, há uma praia cujo cenário remete a atividades ribeirinhas, haja vista que há uma pequena embarcação atracada nas margens do rio. Há também algumas lixeiras improvisadas e uma placa que pede a colaboração dos frequentadores para evitar o descarte de resíduos sólidos nas águas do conde, todavia, ao mesmo tempo, há um pequeno resquício de esgoto tomando o caminho do rio. Em pesquisas de campo, já presenciei canos de tubulação rompidos, cuja água suja caía diretamente nas águas da praia. Ademais, nota-se ao fundo da imagem que há a grande arquitetura da antiga PPSA - hoje pertencente a *Imerys* - em meio a mata que, segundo falas de moradores locais, cobria grande parte da comunidade e da cidade até os anos 80. A instalação gera uma discrepância e chama a atenção, haja vista que ela destoa da vivência ribeirinha e pode ser vista de qualquer ponto da praia.

<sup>83</sup> Segundo Márcio Barros (2009), os impostos da PPSA e das demais empresas que apresentamos nesta tese, são direcionados para as três esferas governamentais, entretanto, o seu usufruto é mal-empregado, principalmente pelo governo municipal que falha no planejamento, execução e inauguração de obras voltadas, em grande parte, para os(as) moradores(as) locais. De acordo com o autor, geralmente os impostos são destinados a projetos de feiras de mercado informal, casas populares, escolas, casas de cultura, prédios para órgãos governamentais, usina de asfalto, praças, terminais rodoviários, paradas de ônibus, biblioteca municipal e reforma e/ou produção do estádio municipal e de quadras esportivas.

*Sumitono Corporation* (HAZEU, 2015; SILVA, S., 2007).

Figura 56: Fachada da IRCC.



Fonte: Leonardo Silva (2020).

Atuante em cerca de 50 países, o grupo *Imerys*, a partir da exploração mineral em São Domingos do Capim e na “adquirida” Ipixuna do Pará, veio a construir em Barcarena a maior planta de beneficiamento de Caulim no Brasil e no mundo<sup>84</sup>, atendendo principalmente a demandas de indústrias papeleiras dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia (HAZEU *et al.*, 2019; NASCIMENTO; FREITAS, 2010). Em 1996 a sua produção foi de 250 mil toneladas, chegando a 400 no final da década e a 600.000 toneladas após as suas duas primeiras ampliações (BARROS, 2009; SILVA, S., 2007).

A empresa que possui um escritório em Belém e a sua sede na França, é gerida pelo francês Gilles Michel, junto a uma diretoria completamente europeia e norte-americana. Os seus acionistas também seguem esse padrão, logo todas as decisões envolvendo investimentos e lucros são tomadas por pessoas que desconhecem Barcarena, mas que são privilegiadas pelo poder político federal, estadual e municipal, devido ao financiamento de campanhas políticas. Ainda hoje a IRCC cresce com leis favoráveis, benefícios fiscais e ausência de fiscalização em suas atividades (HAZEU *et al.*, 2019).

Em contrapartida, o retorno para as comunidades é mínimo, pois, por exemplo, em 2002, havia apenas 204 empregados atuando na fábrica. Em 2003 ocorreu uma pequena elevação para 230 pessoas, número ampliado para 251 funcionários em 2004 e para 288 no ano de 2005. Além disso, poucos foram os projetos criados para atender e capacitar as comunidades locais, logo a maior retribuição desse empreendimento tem sido os impostos (BARROS, 2009).

---

<sup>84</sup> Segundo Maria Saavedra (2019) discorre sobre a *Imerys*, a compra da PPSA impulsionou a IRCC a esse status. A empresa passou a produzir 71% do caulim exportado a nível nacional.

De acordo com Barros (2009), no começo do século XXI, a IRCC gerou 18.241,000 reais de impostos em 2003, número que decresceu nos anos de 2004 e 2005 para 8.241,000 e 8.028,000. Posteriormente, a empresa gerou valores maiores, como por exemplo em 2017, ano em que pagou 8,3 milhões de euros. O valor aumentou bastante, porém é pouco se considerarmos que a receita neste ano foi de 491.434.000,00 reais (124 milhões de euros), ou seja, menos de 7% desse quantitativo foi convertido em impostos para o país do qual a empresa de investimento estrangeiro retira a sua riqueza (HAZEL *et al.*, 2019).

## **2.5 Uma breve história sobre Barcarena (PA) segundo as interlocutoras**

Devido a esse histórico escrito com base em uma bibliografia acadêmica produzida por pesquisadores(as) que mergulharam neste campo complexo que é Barcarena, consegui organizar as minhas primeiras compreensões sobre como era a cidade antes da criação dos grandes empreendimentos, assim como fazer um resumo das empresas ali atuantes e escrever os tópicos acima. Todavia, aproveitando da riqueza narrativa apresentada pelas interlocutoras desta tese, creio ser importante fechar este capítulo destacando também o que elas sabem e/ou vivenciaram sobre a Barcarena do passado, enriquecendo este momento com as narrativas compartilhadas comigo durante as entrevistas.

Bem, começo este desafio fazendo a ressalva de que as narrativas aqui presentes poderiam estar - facilmente - expostas nos capítulos posteriores porque as narrativas se entremeiam com bastante força, gerando uma dificuldade na elaboração da estrutura escrita desta tese, contudo, em meio a minha tentativa de organizar e dar sentido ao que escrevo e que está sendo lido por você neste momento, fiz um recorte das falas para apresentar aqui o que organizo e entendo como uma breve história sobre Barcarena (PA), segundo as interlocutoras.

Para rememorar este passado, optei por começar com as narrativas da Rosilda e, em seguida, da Socorro e da Patrícia. Saliento que as três apresentam perspectivas diferentes sobre a cidade a partir das suas vivências, mas são visões que se relacionam e apresentam categorias importantes de se destacar e refletir, seja ao final deste tópico ou nos capítulos seguintes, haja vista que algumas delas se repetem e ganham mais força quando a analisamos em outro recorte.

### **2.5.1 Experiências compartilhadas: A Barcarena do passado conforme as três**

**interlocutoras.**

### **2.5.1.1 A Barcarena do passado segundo a Rosilda Santos.**

Para a Rosilda, a Barcarena do passado era um local bom, mas que apresentava diversos problemas e dificuldades que afetavam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Barcarena era uma cidade pacata, sem barulhos e contaminação, entretanto carecia de infraestrutura comum a capital, afinal era uma cidade interiorana com bastante vegetação e até então pouco desbravada pelo poder público.

Nesse sentido, a Rosilda Santos reflete sobre esse passado sem maiores idealizações. O passado era bom, mas ele apresentava dificuldades que mudaram somente com intervenções estatais que, nesse caso, se deram por meio da inserção de Barcarena na rota da mineração brasileira e internacional. Parte dessa perspectiva dela pode ser compreendida quando ela ressalta que Barcarena:

Era boa pelo um lado, por outro não! Pelo um lado não tinha essa contaminação, poluição, mas, porém, era tudo muito atrasado! Nós não tínhamos ruas e hoje tem as rodovia. Era só caminho! Hospital era só pra Abaetetuba, Belém... E Não tinha transporte como tem hoje. Era a coisa mais difícil! Pra gente ir, tinha que ser aqueles caminhão “pau de arara”. Pra ir pra Abaetetuba quando adoecia. A minha tia morreu que não conseguiu ir pro hospital! Depois de ter um filho, ela morreu, entendeu? Então era muito difícil! O recurso era muito difícil!

[...] No passado, Barcarena, foi sempre boa, mas era uma cidade muito pacata. Não tinha desenvolvimento, não tinha curso técnico, várias entidades que têm hoje, colégio particular, hospital... Hoje nós temos até dentista aqui, que também atende pelo SUS. Tem um hospital materno infantil, um mega hospital maravilhoso que parabeneizei o tratamento vip lá! (Rosilda Santos, 2023).

Essa narrativa dela é deveras interessante porque quando a conheci, anos atrás, ela se posicionava com bastante afinco contra a presença das mineradoras na sua cidade porque há efeitos negativos preocupantes como a poluição do ar e dos rios de Barcarena que afetaram não somente a ela, mas a sua família, vizinhos e demais conhecidos(as). Porém, com o passar dos anos, atualmente ela compreende que essas mudanças positivas pontuadas nos seus relatos acima, ocorreram juntamente com a chegada desses empreendimentos. Hoje ela não “taca apenas o pau” ou “só joga pedras” nas empresas, pois elas trouxeram consigo o que ela percebe como “progresso” e “desenvolvimento”, haja vista que melhorou a qualidade de vida dela e da sua família.

Antes eu batia muita “Ah, porque a empresa...”. Não! Também não vou bater só nisso porque trouxe progresso! E muito! Pra que nós vivia antes e hoje. Vem também as mazelas, infelizmente!

[...] Então teve desenvolvimento sim! Depois que as empresas veio, veio as mazelas, mas também veio muito o desenvolvimento, que melhorou muito Barcarena. Nós que somos descendente de índio, só nós índios Mortigura que morava aqui! (Risos) Hoje eu sou grata pela minha Barcarena aqui, hoje tá

melhor do que antes! (Rosilda Santos, 2023).

Em suas reflexões, Barcarena ainda precisa melhorar em muitas questões, mas ela acredita que problemas como a poluição e a ausência de políticas públicas não são provocados exclusivamente pelas mineradoras, mas também pela prefeitura da cidade e o governo do Estado que gere mal o dinheiro recebido por impostos pagos pelas empresas:

As empresas trouxeram melhoria sim pra cá! Falta muita coisa? Falta! Mas pelo menos muitas coisas melhorou em Barcarena, entendeu? Hoje eu tô com outra visão! Naquele tempo eu só meti o pau. Agora, foi tipo assim, eu acordei pra realidade!

[...] Eu também já não jogo muito na empresa, jogo culpa nos nossos governantes aqui, nosso prefeito, porque vem milhões pra imposto, não investe, entendeu? Hoje eu tô bem com a opinião bem mudada! E hoje vejo que as rua, muitos bairros, muitas coisas, pra mim, é falta de políticas públicas, entendeu? Não é só a empresa, porque as empresas pagam os impostos dela que não é barato. (Rosilda Santos, 2023).

Rosilda, ao analisar o seu passado e presente, ressalta que fatores negativos como a poluição realmente impedem o lado bom da pescaria, que era um hábito comum a muitas famílias locais, mas que hoje é praticado em menor proporção se comparado a décadas passadas. Porém, ela reforça que não era possível viver só de peixe! Ela não possuía poder de compra, as pessoas não possuíam um emprego que possibilitasse ter uma renda fixa e não havia cursos de técnicos e de capacitação que abrissem novos horizontes para quem não queria viver só da pesca. Hoje em dia, Barcarena, segundo ela, “tem muitas coisas!”. É “bem melhor! Melhorou muito!”.

As mudanças positivas ocorreram e permitiram com que os seus(suas) filhos(as) e sobrinhos(as) seguissem caminhos diferentes. A geração mais nova da sua família não precisa sair para plantar, colher e pescar, diferente dos mais antigos que o faziam e quase não possuíam remuneração. Nessa perspectiva, ela reforça que pensar em voltar somente para a prática da pescaria é regredir, afinal o progresso deve vir para facilitar a subsistência e o trabalho, principalmente os mais cansativos e pesados. É o que reforça a sua narrativa abaixo:

Porque eu também não tenho que pensar assim “Ah, eu tenho que voltar a pescar!”. Eu tenho que progredir, não regredir! Eu não vou querer que o meu neto vá com um cabo de machado. Ao contrário, ele vai fazer um curso técnico! Eu ia querer meu neto cavando um buraco? Capinando aqui? Não! (Rosilda Santos, 2023).

Hoje em dia o seu neto trabalha no RH de uma empresa, a sua filha fez cursos de capacitação e abriu um salão de beleza como o seu próprio negócio, a sua sobrinha

está terminando a faculdade em Santa Catarina, e esses são exemplos que só reforçam a interpretação de Rosilda sobre a existência das empresas em Barcarena. Exemplos que, inevitavelmente, são comparados pelas experiências vivenciadas por Rosilda no passado, afinal ela é uma mulher que viu e viveu diversas dificuldades, dentre eles o de trabalhar desde a infância e passar por preocupantes dias de fome:

Eu trabalhei em serviço pesado. Trabalhei em roça, trabalhei com carvão, eu trabalhei! Mas eu quero pra alguém da minha família? Claro que não! Quero o melhor!

“Ah não, eu quero esse pedaço aqui, eu quero pra plantar roça!”. Negativo!! Vou nada! Eu quero progredir! Isso aqui foi o meu passado e não foi bom trabalhar no serviço pesado de roça, de forno, de carvão. Nossa, era horrível! Passava muita fome! Chegamos a passar muita fome! (Rosilda Santos, 2023).

O seu trabalho não era valorizado, tampouco ela era reconhecida por fazê-lo. E junto a isso, Barcarena carecia tanto de infraestrutura urbana que durante a infância, diversas vezes a Rosilda viu parentes e conhecidos morrerem por meio de enfermidades e isso gerar todo um transtorno para a realização de um luto e um enterro digno. Os corpos eram colocados em caixões e carregados a pé por meio da mata até o que hoje se entende como a Vila do Conde. Era uma realidade desconfortável!

Não tinha conforto! Tinha que trabalhar muito e tu não era reconhecido em nada! Cansei de ver parente meu morrerem e, no caixão, pessoal amarrava aquelas vara e levava o caixão do Arienga pro Conde. Horrível andando com o caixão! Na época, como eu trabalhei no cartório, deu tipo uma febre, tipo o COVID que deu. [...] A mamãe falava, coitada, carregava (caixões). E outra, cheguei a ver levarem defuntos na vara, no caixão! Na época eu tinha 13 anos... Cheguei a ver isso aí! (Rosilda Santos, 2023).

Outra crítica de Rosilda a Barcarena do passado é a força de lendas como a do boto<sup>85</sup>. A crença ou o uso de lendas era uma constante na cidade que era bastante pacata e carente de meios de informação, entretanto, ela ressalta que a lenda do boto era usada pelas pessoas para esconder casos de gravidez e, em situações mais graves, de abuso sexual, principalmente envolvendo familiares:

Então foi muita coisa, era muito pacato, muito mesmo. Ainda existia um “ah, tem o boto!”. Acho que hoje eu tenho outra visão! Pai, parente engravidava filha, sobrinho, que era boto, que hoje, na minha lenda, não existe boto! Pra mim, depois eu li que isso era que usava o nome do boto, que entrava pra dentro do quarto pra engravidar! Como na minha família mesmo teve até estupro e tudo. “Ah, foi o boto!”. Que porra de boto? Que boto é um peixe! É o pessoal que abusou! Foi tio, avô que abusou e dizia que era boto. No

---

<sup>85</sup> De acordo com o artigo “O homem branco e o boto: o encontro colonial em narrativas de encantamento e transformação (médio Rio Solimões, Amazonas)”, escrito por Deborah de Magalhães Lima, em 2014, a lenda do boto diz respeito a um belo rapaz que sai das águas amazônicas durante a noite, para conquistar moças em festas e afins. Ele galanteia, conquista e engravida essas moças para depois, ao amanhecer, mergulhar no rio e sumir para sempre. A lenda é atribuída aos casos de gravidez envolvendo mães solteiras.

Ariega tem caso de irmão engravidar a irmã. Tem caso no Arienga! (Rosilda Santos, 2023).

Essa foi uma realidade que vigorava antes da alteração da vida em Barcarena pela criação das empresas de mineração, algo que a Rosilda viu acontecer e que trouxe também dificuldades para ela, afinal não foi um processo tranquilo e que envolveu expectativas dos(as) residentes da cidade, dentre eles(as), a própria Rosilda.

Quando a perguntei o que ela sabia sobre o processo de criação das grandes empresas na cidade, ela me respondeu que sabe de quase tudo, inclusive lembrando da época que começaram a abrir caminhos para as instalações da Eletronorte. Estávamos conversando no pátio da sua casa e, levantando-se para acender a luz, Rosilda falou em alto e bom tom que tudo começou com os padres da prelazia de Abaetetuba que, de acordo com ela, enganaram os(as) moradores(as), dentre eles(as) os seus bisavôs.

Ela era criança, mas lembra que os padres foram cruciais para convencer as pessoas a saírem das suas terras para a criação dos empreendimentos. De acordo com ela, foram eles que prometeram casas, mas entregaram casas de madeira para pessoas que residiam na extinta comunidade de Ponta Grossa, local no qual está construído atualmente o porto da *Hydro* Alunorte e a Albrás. O povo foi deslocado para outras terras, dentre elas a que originou a atual comunidade de Santa Maria, criado com a intervenção da CDI.

Então eles moravam tudo aí. Eu lembro que quando tiraram, o padre enganou que iam dar casa pra eles. Deu uma casa de madeira, entendeu? Uma casa de madeira! Aqui pro CDI, que é Santa Maria hoje, que tu sabe, né? O CDI Santa Maria... Levou o povo pra lá, tudinho do Ponta Grossa! (Rosilda Santos, 2023).

A Rosilda reflete que esse foi um processo problemático que gerou motivos plausíveis para as críticas dos(as) moradores(as) porque as pessoas tinham os seus modos específicos de viver, mas não foram priorizadas e ficaram desamparadas. Indivíduos que viviam da pesca e do plantio foram retiradas de perto dos igarapés e dos seus grandes quintais para sobreviver em pequenas casas de madeira e vendendo abacaxi, algo que elas não faziam antes!

E muitos, coitado, que a vida deles era viver naquela vida... Aí que vem aquela parte que as empresas chegaram, mas não priorizaram esse povo! Tipo, “vou te arrancar daqui e tu tira o peixe da água e deixa aqui em cima. Demora muito, morre!”. Levaram o povo que tinha o plantio, que trabalhavam na praia, que pescava e tal pra ali pro CDI, aonde não tem igarapé, nada! Fizeram umas casinha de madeira, de conjunto, uma do lado da outra, pra vender abacaxi, que nunca trabalharam com isso, uma coisa diferente! (Rosilda Santos, 2023).

Ela resume esse momento como uma enganação por parte das empresas que foram se instalando sem priorizar e dar dignidade a essas pessoas, e por parte do padre que as convenceu a sair e a assinar papéis que elas não compreendiam por que a maioria era analfabeta e jamais havia vivido situação semelhante. Aquela movimentação era algo novo e os(as) moradores(as), por desconhecimento e confiança na igreja, não conseguiam enxergar os problemas que a situação envolvia:

E isso foi que as empresas fez! Enganar! O padre enganou esse povo! Levou esse povo! Não sabiam ler qualquer coisa... A minha mãe não sabe ler! Muita gente analfabeta, não sabia ler nada, então tipo assim, assina aqui, a pessoa vai! Não sabia ler, não tinha conhecimento! Hoje que nós já temos conhecimento mesmo, a gente sabe que ainda tem gente que enrola o outro, né? E mesmo com o conhecimento de hoje, pleno século 21 né, ainda tem gente trapaceiro, entendeu? Que fica enganando, enrolando muitos! (Rosilda Santos, 2023).

No período dos acontecimentos, a Rosilda era uma criança que se espantava com o tamanho e imponência dos tratores que promoviam a derrubada de árvores que viviam nos terrenos até então ocupados por moradores(as) de Barcarena. Como ela ressalta abaixo, acontecia correrias de pessoas que ficavam com medo dessa prática por parte dos funcionários responsáveis pela “limpeza” da área. Ela, como criança, sentia medo e desespero porque todo mundo era “índio”, sem o conhecimento da situação:

Eu lembro que era bem criança, tanto que quando eu vi trator, fiquei a coisa mais medo do mundo, que eu corri num desespero. “Meu Deus!” Eu pensava, eu nunca tinha visto na minha vida um trator, nunca! Então eu vi aquilo vindo pra mim e parecia que o pau ia vir jogando, que ia cair em cima da gente naquela correria! Índio né? A gente era mesmo índio (Rosilda Santos, 2023).

Em suas lembranças, a primeira empresa a adentrar a cidade foi a extinta ‘Sade’, um empreendimento que até então eu desconhecia, mas que a Rosilda destacou que ela lembra porque ela vivenciou todo o processo quando criança e por ela ser uma liderança que nasceu e cresceu nas proximidades desse empreendimento que hoje dá lugar a uma grande churrascaria que atende a caminhoneiros e afins.

A primeira empresa que veio trabalhar aqui foi a Sade. Não sei se em alguma entrevista tu já ouviu falar nisso. Por que que eu tô te falando isso? Porque eu estou com 49 anos, fui nascida e criada lá, então muita gente fala história, mas muitos que chegaram aqui, muitas liderança aqui, veio pra cá já depois, mas nós que fomos nascidos e criados aqui, sabe a história tudinho, entendeu? Como o Henrique do Conde... Nós fomos nascido aqui, que acompanhamo tudo, como eu tô te contando aqui, tudo que eu vivi, desde criança, entendeu?

[...] eu lembro que quando chegou a Sade lá, foi ali perto do peteca, ali perto da minha casa, a Sade, era... Chega no Trevo do Peteca, aí tem aonde é um restaurante grande, tem uma churrascaria, perto de um lava jato... (Rosilda Santos, 2023).

A Sade foi a primeira, e trouxe com ela outras empresas, como a Eletronorte, responsável pelo fornecimento de energia elétrica para os grandes projetos. Junto a elas, várias pessoas de fora da cidade foram contratadas como mão-de-obra, o que Rosilda interpreta como resultado da falta de qualificação de quem vivia em Barcarena até então. Os(as) barcarenenses sequer possuíam documentação completa!

Desse lado lá, Léo, eu lembro que eu tô te falando, eu lembro como criança. Eu ia pra lá! Aí, a Sade contratou muita gente, trouxe muita mão-de-obra de fora pra fazer tudinho. Já tava a Eletronorte. O pessoal daqui, coitado! O pessoal daqui não tinha documento. Não tinha documentos! Mal tinha certidão de nascimento! O meu pai e os outros parentes nossos... Então, como é que vai arrumar emprego sem documento? Vão pegar um emprego numa empresa dessa? (Rosilda Santos, 2023).

Inclusive, em virtude da ausência de documentação, muitos(as) moradores(as) partiam para os portos visando pegar pequenas embarcações - os chamados “popopôs” – que os(as) levassem rumo a Belém para retirar os seus documentos. Era um processo árduo e desconfortável porque as pessoas eram transportadas em meio a animais e alimentos, ao mesmo tempo que encaravam a distância e o calor típico da capital paraense.

Então, aí não, aí depois começaram dar emprego pro nosso pessoal. Começaram a tirar documento pra Belém. A minha prima, minha filhota, tirou pra lá! A galera ia pra Belém tirar o documento. Esse tempo era muito difícil! Tinha que pegar o “popopô” aqui no São Francisco. Mano, era aquele “popopôzinho” fechado que Deus te livre pra chegar em Belém! E era aquele sacrifício! Era pato, galinha, farinha, naquela coisa. Era horrível! (Rosilda Santos, 2023).

E esse processo de dificuldade a marcou bastante. Com os olhos lacrimejados, Rosilda contou-me que ela e a sua família passavam fome em meio a esse período de criação e contratações por parte das empresas. Os dias de fome só passaram a ser amenizados quando as crianças pegavam as suas sacolas para coletar e dividir os restos de alimentos deixados pelos homens que trabalhavam nas obras. Como destaca a narrativa abaixo, ela denomina estes homens como “peões” e as sobras de comida como “babuja”:

Nós ficava que nem ali no chão. Nós ficava assim, um Monte de criança nós ia pra lá com a nossa saquinha lá pra pegar babuja! Os peão comiam, entendeu? Lá era um escritório imenso da Sade, de coisa de comida, aí os peão comiam e nós lá sentada ali na beira do Mato, se olhando. Aí os peão dava alguns tickets pra nós, um papel. Após eles comer, catava aquela babuja. Era aquela briga nossa! Dividia! Era muito pessoal, era uma galera! Nós dividia! (Rosilda Santos, 2023).

Ao chegar em casa, a “babuja” era colocada em uma bacia para que as mães

escolhessem o que ainda poderia ser consumido e logo em seguida temperava, principalmente com macaxeira e chicória para que todos(as) pudessem comer. Essa foi uma realidade completamente oposta ao que a Rosilda, naquela época uma criança de aproximadamente 10 anos, imaginava para ela e a sua família. Diante das promessas de emprego, ela possuía as suas expectativas, típicas de uma criança que pensava em ter uma casa melhor, roupas e brinquedos comprados pelo seu pai. Contudo, elas foram frustradas:

Sim, tinha! Eu tinha sim! Ah, meu pai! Olha, sonho de criança. Nós morava numa casa de palha de najá, de palha. Falei “Ah, meu pai vai trabalhar. Vamo ter uma casa boa!” Um sonho, né? “Vamo ter roupa, ter brinquedo!” Eu falava “meu pai, vai comprar boneca!”. Nós éramos 12 filho! Então “meu pai vai trabalhar empregado, nós vamo ter, não vamos passar mais fome!”. Ao contrário, aqui não passava fome porque a gente pegava babuja na realidade, entendeu? A minha expectativa foi frustrada, entendeu? Como criança! Porque eu vi que não teve essa realidade (Rosilda Santos, 2021).

Essa foi a Barcarena do passado para a Rosilda! Uma realidade difícil na qual ela passou por fome, medos, desesperos e quebra de expectativas. Trata-se de um processo difícil, ainda mais se lembrarmos que ela vivenciou tudo isso quando criança. Isso explica bastante a sua perspectiva não idealizada sobre a cidade, algo que me aguçou o olhar e os pensamentos porque antes dessa conversa, eu percebia que a maioria dos (as) interlocutores (as) que conversei durante esses anos de imersão no mundo da pesquisa, narravam a Barcarena do passado como algo melhor, de alguma forma a idealizando devido aos problemas do presente. Todavia, as narrativas de Rosilda estão aí para destacar que os problemas existiam, talvez até mais intensos do que possamos imaginar.

### **2.5.1.2 A Barcarena do passado segundo a Maria do Socorro**

Já para a Socorro da Costa, quando a perguntei sobre o passado de Burajuba e de Barcarena, em sua narrativa ela demonstrou que as suas lembranças estão bastante vinculadas a sua mudança de casa durante a infância. Ela lembra que na época ela era bastante nova e mudou-se com o seu pai do Icaraú - uma comunidade na qual ela se denomina como filha - para residir na casa da sua tia, em São Francisco, local no qual encontra-se o que atualmente compreendemos como a Barcarena Sede<sup>86</sup> e que ficava a 20 minutos do Icaraú.

---

<sup>86</sup> Relembrando que a Barcarena Sede é o local onde encontramos a sede da prefeitura, grandes supermercados e afins. Junto a Vila dos Cabanos, a Barcarena Sede é considerada como um local de maior infraestrutura e serviços públicos como, por exemplo, o escolar.

A razão da mudança foi a busca do seu pai por maiores oportunidades financeiras. No fim, após não conseguir, ele se mudou para Belém, onde viria a deixar de lado os seus dons da carpintaria para atuar como pedreiro, haja vista que esta foi a forma que ele encontrou para conseguir dinheiro. E nesse momento, a Socorrinha continuou residindo com a sua tia, em São Francisco, para seguir com os seus estudos. Em Icarauá, ela nasceu! Em São Francisco, ela cresceu!

Alguém colocava na cabeça dele que os homem tinha que ganhar dinheiro batendo massa e tal. O meu pai acabou no fim indo com o meu tio pra Belém e fazendo serviço de obra, batendo massa, vivendo como pedreiro. O meu pai era carpinteiro, aí acabou virando pedreiro. E a minha tia me trouxe pra mim estudar com ela lá em São Francisco. Foi assim que eu vim pra São Francisco. 20 minutos de Icarauá a São Francisco (Socorro da Costa, 2023).

Socorrinha se recorda que antes das empresas era rotineiro encarar os caminhos estreitos entre as matas para deslocar-se de um ponto a outro, o que corrobora com as colocações da Rosilda sobre a ausência de ruas e a dificuldade de se deslocar entre as comunidades. Todavia, para a Socorro, deslocar-se entre as matas era sempre uma experiência revigorante porque ela possuía esse maior contato com a natureza ao encontrar animais como cobras e tatus pelo caminho, além de ir colhendo frutas presentes nas vegetações.

Então o que acontece? Quando era de manhã, a gente passava, a gente vinha em um caminho bem estreito. Nós saía de lá assim umas 5 horas da manhã. 6 e pouco a gente tava lá no godura, em Itupanema. Pra ti chegar numa casa era muito longe, era quilômetros. Aproximadamente era uns 5 quilômetros uma casa da outra. Encontrava cobra, tatu, fruta no meio do caminho. Nós ia lá de pé, comprava o pão do Gordura, ele aprendeu a fazer pão né. E aí a gente voltava (Socorro da Costa, 2023).

Como demonstra o relato acima, para comprar pão ela precisava caminhar por cerca de 1 hora e 1 hora e meia, o que era cansativo, porém permitiu o estabelecimento de uma relação dela para com a natureza. Um vínculo que eu - atentando-me para não idealizar as possíveis dificuldades enfrentadas em seu passado - percebi que transparece no seu olhar, porque enquanto ela falava, os seus olhos pareciam demonstrar uma emoção quase a ponto de lacrimejar. O seu tom de voz também mudou quando ela comentou essa relação, afinal, como ressaltai anteriormente, ela é muito assertiva, contudo, a sua voz suaviza quando ela expõe esses detalhes e isso fica perceptível para quem a escuta atentamente.

A sua infância envolveu dificuldades financeiras em relação ao seu pai, mas o lado financeiro da família da sua tia Aurélia também não era dos melhores. O seu tio,

por exemplo, consertava rádios nas estradas, enquanto ela e a tia coletavam frutas para complementar o alimento na mesa. Essa foi uma ação praticada pela Socorro no Icaraú e que perdurou na sua nova casa, em São Francisco.

Nisso aí era difícil porque nem todo dia tinha dinheiro né. O meu tio gostava de ajeitar radinho nas estradas. O marido da tia Aurélia. Mas a gente juntava fruta. Mesmo vindo com ela morar, a gente continuou fazendo isso (Socorro da Costa, 2023).

O seu cotidiano contava com um trajeto principal composto por casa, escola e igreja. As terras eram grandes, os caminhos longos e as casas distantes umas das outras. Inclusive, ela se recorda que as moradias eram organizadas conforme o grau de parentesco, ou seja, por famílias. Os filhos viravam pais, em seguida criavam casas nos terrenos dos seus pais e assim a família ia crescendo e convivendo lado a lado, aproveitando da fartura de terras, igarapés e pescados.

E quando a gente ia era a mesma coisa. Igreja, escola, casa... Não tinha uma casa perto da outra. Uma casa era distante da outra até porque eu via que numa casa morava pai com a sua mulher, seus filhos, seus netos, numa casa só. Era o que eu via, mas era um grau parentesco. E era uma imensidão de terra, igarapé. Nós atravessava muito igarapé! E quando nós ia de volta, o titio com a titia já levava um peixe. Na travessia do igarapé eles tocava um peixe. Era 3, 4, 5, aqui era muito igarapé. Nós tinha que passar todo o Pau Vestido. O Pau Vestido era o igarapé que era mais largo, mais fundo que tinha. Nós tinha que atravessar! (Socorro da Costa, 2023).

Ao perguntar-lhe se ela tinha alguma expectativa para com a criação das empresas de mineração em terras vizinhas, Socorro narrou que ela não possuía grandes sonhos. Em sua realidade, o esperado era tornar-se mãe e dona de casa, afinal era para isso que ela e várias outras meninas eram criadas e treinadas ao voltar da escola. O papel da menina era aprender a conseguir o alimento e em seguida prepará-lo e cuidar das demais atividades domésticas, estabelecendo uma “programação” cotidiana. A criação das empresas não lhe trouxe um ânimo, afinal as crianças, principalmente as meninas, não cogitavam ser doutores(as), acadêmicos(as) e afins!

Não! A gente não tinha tantos sonhos. Eu lembro que a minha vó me criava, o meu pai, a minha mãe assim pra eu ser dona de casa. Treinavam a gente depois da escola. A gente tinha que aprender a pescar, preparar comida, como massar o açai, como passar uma roupa, botar brasa no ferro. Não tinha de pensar que era doutor, advogado. Eu nunca ouvi isso!

[...] A gente era preparada acho que pra isso! Pra casar, cuidar bem do marido, da casa, tomar bença, respeitar todo mundo, pegar uma caça, como pescar, como cuidar. Primeiro que o sítio é isso, uma programação!

Nossa vida era essa! Comer, dormir e pronto! Era, por exemplo, se fosse pra montar uma roça era multirão. Eu vou fazer comida, outra vai pegar agua, um vai botar de noite a malhadeira, o outro vai pescar, o outro vai preparar, e quem trouxesse já o peixe ou o camarão tirado lá, já tinha que lavar na primeira água lá do rio. Tinha que subir com ele assim bem tirado o sujo.

Preparava, fazia a janta. É isso! eu digo que a gente foi preparada pra casar! Até hoje eu sou uma boa dona de casa! (Socorro da Costa, 2023).

Diferente da Rosilda que presenciou com mais força essa chegada das mineradoras em Barcarena, o que está mais presente nas lembranças e narrativas da Socorro quando perguntada sobre a Barcarena do passado é essa “preparação” para o lar pela qual ela passava quando criança e adolescente, atrelada a ausência de estudos da sua família, algo que impedia outras possíveis perspectivas para a sua vida.

Mas é isso, são coisas que a gente nunca foi preparada. Eles nem sabiam. O meu pai não sabia de nada disso. Meu pai morreu sem saber escrever. Minha vó morreu sem saber escrever, meu avô morreu sem saber escrever, e muitos tios (Socorro da Costa, 2023).

No mais, as ações das empresas demoraram a chegar no seu dia a dia, sendo o primeiro contato a partir da sua observação sobre novos homens presentes nas terras barcarenenses, eram os engenheiros de obra responsáveis pelo erguimento dos projetos. Ademais, ela se relacionou brevemente com um rapaz que trabalhava no projeto Albras Alunorte. Segundo ela, essa era uma ação comum entre os homens que ali transitavam, pois eles embarcavam na cidade e se relacionavam com mulheres e adolescentes da área. Essas são as suas lembranças da época.

### **2.5.1.3 A Barcarena do passado segundo a Patrícia**

E no que se refere a Patrícia, tudo o que ela sabe sobre a Barcarena anterior as mineradoras é resultado das narrativas contadas pelos(as) moradores(as) nativos que conviveram com a situação. Por ser representante comunitária, ela escutou muitas pessoas sobre a realidade enfrentada e assim tirou as suas interpretações, a ponto de considerar que a cidade pouco mudou positivamente desse período para os dias atuais.

Olha, meu filho, Barcarena no passado, ela não tem, no meu ponto de vista, ela não teve muita mudança do passado pro presente, né? Do meu ponto de vista, que eu vejo né. Eu não sou barcarenense, vim em 2005 pra Barcarena. Conheço já bastante a história de Barcarena, porque sou uma representante do povo, mas não vejo muita mudança em Barcarena! (Patrícia dos Santos, 2023).

Para ela, o diferencial da cidade no passado para hoje em dia era a ausência da contaminação por metais pesados, o que permitia uma população mais saudável e distante dos perigos do câncer que, de acordo com ela, é um grande motivo de mortalidade em Barcarena:

A mudança que mudou é porque se tinha uma Barcarena limpa né, sem contaminações, porque não tinha muitas empresas, né? As pessoas viviam

mais com saúde, não tinha esse estado de câncer que hoje nós vive aqui em Barcarena. É uma cidade que contém muito câncer meu filho, muito! A maioria das pessoas morre em Barcarena, de câncer! Antes ela era menos doente, né? E agora ela tá mais doente! Barcarena, ela tá doente! (Patrícia dos Santos, 2023).

Quando diretamente perguntada sobre o que ela sabe acerca da criação das empresas, ela alega não ter tanto conhecimento, mas confirma o que a Rosilda narrou e que ressaltei anteriormente neste capítulo. As empresas se instalaram sem fornecer maiores informações, mas algumas pessoas aceitaram vender os seus terrenos acreditando ser um valor alto e suficiente para a continuidade da vida.

Olha, meu filho, o processo de criação das empresas eu não tenho muito conhecimento. Eu só sei que elas chegam e se alojam aqui sem dizer aonde vão, entendeu? A história que eu sei de Barcarena, dessas empresas que chegaram, é que as pessoas de antigamente, os mais antigos, eles tinham muita terra, muita terra, né? Aí, as empresas chegaram e tu sabe que a maioria da pessoa da classe média (creio que ela queria dizer classe baixa), eles têm uma condiçãozinha bem crítica, né? Quando oferece um dinheiro aí, acha que é um dinheirão, né? Aí já vai vendendo (Patrícia dos Santos, 2023).

Este foi um começo do que ela narrou como uma transformação de uma cidade farta em terras em um polo industrial no qual, segundo ela, “chegou chegando!”, sem dar maiores informações e/ou pedir permissões. A partir desse conhecimento e das suas interpretações como uma mulher que se tornou liderança local, ela apresentará maiores narrativas no quesito impactos e resistências a mineração. Algo que veremos nos capítulos que estão por vir.

### **CAPÍTULO III – IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA VIDA FEMININA: O CASO DE BARCARENA**

O presente capítulo procura explicar como os megaprojetos de mineração atuam sobre os corpos femininos, especialmente as mulheres de Barcarena. Considera-se os relatos apresentados pelas três interlocutoras envolvidas nesta tese e a existência da pandemia ocasionada pela COVID-19. Pretende-se detalhar essas implicações específicas, amparado em quatro categorias, que resultam das entrevistas com essas mulheres. São elas: vida, empresa, mulher e pandemia.

#### **3.1 Implicações dos megaprojetos nos territórios**

Não bastasse a sobreposição às formas de ver a natureza, os megaprojetos que, segundo Alexandra Silva (2015), são símbolos de um desenvolvimento imposto, violam também, recorrentemente, os direitos humanos das populações que residem nos territórios (ou nas proximidades) nos quais são construídos. Populações são excluídas dos processos decisórios acerca de sua criação. A elas, geralmente resta as injustiças ambientais, principalmente se essas pessoas forem tradicionais, não brancas, pobres e/ou periféricas (ACSELRAD, 2018; LIMA, 2018).

Diante da exclusão, é comum presenciar cenários nos quais essas populações sofrem com a falta de recursos básicos para garantir a sobrevivência, enquanto ao lado encontram-se as arquiteturas dos megaempreendimentos esbanjando tecnologias e poderio econômico (ANTONINO, 2017). Um poder marcado pela insustentabilidade, haja vista que os métodos e ritmos produtivos se amparam no desperdício de água, energia e dos próprios minérios (GONÇALVES, 2016).

Os megaprojetos atendem a ambições de modernização e territorialização<sup>87</sup> de elites econômicas e políticas (GELLERT; LYNCH, 2003). Há uma hierarquização de direitos e culturas, à qual a cultura do desenvolvimento/ modernidade é colocada no topo (ACSELRAD, 2014). E há também um processo de “violência administrada” que inicialmente cria expectativas e depois frustra populações com a submissão e a forçada perda de autonomia, empurrando-as para terrenos imprevisíveis (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 2016; VALENCIO *et al.*, 2011).

---

<sup>87</sup> Territorialização, ou melhor, territorialidade, de acordo com Paul Little (2002), corresponde a ocupação, uso, controle e identificação que um grupo possui com parte de um ambiente. A partir dessas relações, gera-se o território. Entretanto, segundo Claude Raffestin (1987), deve-se lembrar que a territorialidade não se resume a presença de um espaço físico, pois relações específicas e coletivas podem ocorrer também sem a sua existência e, mesmo assim, contar com vínculos de produção, troca e consumo. A língua, a religião e as tecnologias são exemplos disso.

Javier Velásquez (2012) diz que a mineração deforma e coloniza diversas regiões do mundo, principalmente a partir da década de 1990. Independente das crises econômicas pelas quais a humanidade já passou, a atividade jamais parou, pelo contrário, continuou, ganhou aderência e força na geopolítica global. Não à toa há diversos megaprojetos construídos, principalmente nos países caracterizados como “subdesenvolvidos” ou de “segundo e terceiro mundo” (GONÇALVES, 2016).

Com a eclosão dessas grandes construções, as populações acima citadas, passam a lidar com transformações insustentáveis em seus territórios (GONÇALVES, 2016). Imagine o território como um local de sentidos e afetos, habitado por pessoas que se organizam, se articulam e se comunicam cotidianamente, a partir de suas vivências. O território é um espaço vivido e apropriado subjetivamente e coletivamente e que orienta os comportamentos sociais, culturais, estéticos, cognitivos e afins, ou seja, o território rege a presença e as agências dos seres humanos no mundo (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Todavia, esse território socialmente construído e que orienta os seus habitantes historicamente invisibilizados, é transformado, de acordo com Maristella Svampa (2016), em uma “área de sacrifício”, na qual os corpos e as vidas passam a ser descartáveis e sacrificáveis em prol de um modelo de desenvolvimento hegemônico e vertical. Pode-se considerar que projetos de grande porte como as mineradoras, visando o crescimento econômico e a exportação, tomam como principal ação a busca pela concentração do espaço, o que gera diversos conflitos, haja vista que os afetos e as relações entre os indivíduos e o território são antecessores a qualquer política desenvolvimentista (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Como afirmava Galeano (2019), o território e os seus sujeitos estarão condenados aos mais diversos tipos de sofrimentos e crimes institucionalizados, em decorrência de sua farta natureza. Tudo o que existia até então, precisa ser convertido ou substituído, e isso faz com que surja o que Zhouri (2018) chama de “violência das afetações”. Um processo árduo no qual os (as) moradores (as) passam a lidar com a destruição do ecossistema aos quais estavam habituados (as) e com a eliminação das suas fontes de renda e de seus modos de vida no território.

Compreende-se que a violência contra os territórios e os (as) seus (suas) habitantes por meio da criação de grandes projetos de desenvolvimento, apresentam algumas características contínuas principais que pretendemos sinalizar antes de

passarmos para o recorte investigado nesta tese, o caso do município de Barcarena (PA), que explicaremos mais adiante.

Segundo José Ribeiro e Leila Silva (2018), a prática mineral tem a sua importância social ao gerar matérias primas que são utilizadas na criação de bens e serviços, e ao possibilitar a criação de empregos diretos e indiretos, rendas e tributos no local em que se encontra. Contudo, há contrapontos que merecem ser destacados, uma vez que as comunidades do entorno precisam, por obrigatoriedade, readaptar as suas vidas para conviver com um megaempreendimento erguido - muitas vezes - sem diálogo. Ao colocar a sua presença na balança, tende-se a pesar para o desgaste que este provoca no cotidiano dos (as) moradores (as) da região.

Como antecipado, um dos maiores problemas na construção dos megaprojetos é a ausência do diálogo com as comunidades que terão os seus territórios alterados (SIGAUD, 1986). Há poucos estudos sobre o que Silva (2015) ressalta como o processo decisório envolvendo essas grandes obras, entretanto a autora afirma que a decisão é sempre longa e controversa independentemente do contexto econômico, social, político e jurídico na qual ocorre. A tendência é que as comunidades presentes na terra pretendida não sejam escutadas.

A partir de reflexões teóricas, Silva (2015) explica que essa controvérsia se ampara na complexidade técnica do projeto, na desinformação, no desequilíbrio de poder entre os (as) atores (as), nos interesses divergentes, na falta de transparência e de alternativas, e na exclusão das populações afetadas pela obra no momento de decidir sobre o passo a passo das construções. As comunidades não são escutadas e isso nos permite inferir como são vistas e invisibilizadas em seus saberes e propostas, por outro lado, quem entende do desenvolvimento são os governantes, os empreendedores, os engenheiros, os químicos, os físicos, enfim, os(as) cientistas contratados(as) para dar “cientificidade”, “credibilidade” e “seriedade” ao projeto.

Sob esse rótulo, impera a desinformação, apresentada pela autora como o maior problema do processo decisório, afinal todos os contratempos que aqui citaremos, não são apontados no momento de apresentar os projetos. Na desinformação surge a mentira e a desigualdade, uma vez que o desenvolvimento defendido tem várias faces (algumas omitidas e/ou negadas) e as opiniões e compreensões de mundo dos (as) populares são dadas como destituídas de conhecimento técnico e científico, o que “chancela” uma exclusão de um plano desenvolvimentista “pensado” para eles (as) mesmos (as).

Incluso neste processo está o estímulo aos deslocamentos forçados, definidos por Alfredo Wagner de Almeida (1996, p. 30) como “um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar as suas moradias habituais, os seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

Marcel Hazeu (2015) narra que a terra é a primeira a sofrer modificação física durante a construção dos megaprojetos. Para erguê-los é necessário ter uma delimitação fundiária de terras muitas vezes ocupadas por pessoas com suas relações, afetos, lógicas e dinâmicas estabelecidas. Para criar obras desse porte alguém precisa ser desapropriado e deslocado, e isso gera conflitos entre o antigo e o novo que está a se instalar. Quem se nega a sair é dado como o (a) inimigo (a), o empecilho ou o obstáculo para o desenvolvimento.

O desenvolvimento tem em seu linguajar a desapropriação e o deslocamento como o único meio para a sua concretização (GELLERT; LYNCH, 2003; LEVIEN, 2014). A ideologia da modernidade vê os deslocamentos como um sacrifício pelo bem público, mas segundo Gellert e Lynch (2003), eles dificilmente ocorrem com comunidades ricas e grupos étnicos dominantes. Há um grupo específico que precisa lidar com a saída do seu território e, portanto, com as eventuais dificuldades que isso lhe imputa. O deslocamento forçado é dinâmico, complexo e violento, e transforma o território de origem e de destino do indivíduo deslocado (HAZEU, 2015).

Há também a migração compulsória, ou seja, a chegada de pessoas de classes menos abastadas que vêm de outras regiões em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Considerando Carlos Vainer (1998), podemos pensar que há os megaprojetos selecionando o seu espaço e um conjunto de sujeitos assalariados e trabalhadores majoritariamente periféricos procurando por uma remuneração e outros elementos que um emprego nessas empresas pode oferecer. A desigualdade social rege esta procura e explica parte dos fluxos migratórios para as áreas mineralizadas.

Todavia, a geração de empregos é insuficiente para uma demanda de sujeitos que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho. O desemprego das pessoas que migram para atuar, principalmente nos canteiros de obras, não é em si uma culpa dos empreendimentos, mas fica nítido que a sua presença aumenta as taxas de desemprego na região de implantação. A cidade tradicional adentra uma realidade moderna na qual a

paisagem passa a ser marcada por problemas urbanos como a favelização, a marginalização, a mendicância, a criminalidade etc. (HAZEU, 2015; RIBEIRO; SILVA, 2018).

Esta desorganização dos territórios é ampliada com o surgimento de danos ambientais por parte dos empreendimentos e da falta de estrutura urbana. A extração ou o beneficiamento mineral gera dejetos líquidos e sólidos que são descartados diretamente na natureza do entorno. Na maioria dos casos, são os rios e igarapés que sofrem com acidentes, redes de esgoto e descarte clandestino/ criminoso de efluentes minerais (BORDALO *et al.*, 2012).

Em resumo, as relações humanas e culturais são condicionadas a um novo rumo. Como diz Araújo (2013), no território mineralizado ocorrem mudanças no ambiente, na paisagem, nos ânimos, nas relações e nos vínculos entre as pessoas, fomentadas pelo próprio Estado, que não aceita as formas como as minorias, principalmente os povos tradicionais, indígenas e quilombolas, lidam com o espaço e constroem o seu território (LITTLE, 2002).

### **3.2. Um novo cenário com implicações específicas: O caso das mulheres.**

Não bastasse o que foi exposto até o presente momento desta investigação, a mineração apresenta mais facetas que precisam ser expostas, analisadas e questionadas. Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2013) afirmam que a mineração gera riscos e danos que impactam a vida humana de forma específica, produzindo diversas situações nas quais cada grupo precisa lidar de maneira única. É o caso, por exemplo, das mulheres<sup>88</sup>.

Para as autoras, o patriarcalismo, o machismo e o sexismo construíram espaços destinados para as mulheres. A história mostra que, pelo simples fato de serem quem são, os homens as reduziram socialmente aos cuidados para com a casa e a família. Trata-se de um jogo de poder ocasionado pelo ‘gênero’, categoria de análise que foi

---

<sup>88</sup> A critério de informação e curiosidade, há outros grupos como crianças e idosos (as) que lidam com situações específicas provocadas pela mineração. Nos primeiros, é comum presenciarem embates e conviverem com traumas decorrentes da violência estatal e empresarial contra os seus familiares que questionam a mineração em suas terras. Além disso, as crianças crescem com maiores dificuldades de acesso e qualidade de ensino e lazer, e com condições de vida pouco agradáveis. Já os (as) idosos (as), cuja capacidade física não lhes permite uma boa locomoção e luta por terras, têm que lidar com as perdas do território e das suas práticas de lazer, economia e cultura antes realizadas sem a presença das grandes construções. Inclusive, a mineração, em muitos casos, infringe o art. 3 do Estatuto do Idoso, uma vez que eles são submetidos a condições desumanas ou degradantes e a trabalho excessivo ou inadequado para garantir a própria sobrevivência (FAUSTINO; FURTADO, 2013).

construída e “lapidada” por teóricas feministas como Joan Scott (1995)<sup>89</sup>, Adriana Piscitelli (2009)<sup>90</sup> e várias (os) outras (os) autoras (es) para ajudar a entender como a desigualdade aflige os diferentes corpos<sup>91</sup> presentes no mundo, dentre eles os femininos.

A partir desses e outros discursos e reducionismos sociais baseados no gênero, a modernidade, segundo Maldonado Torres (2019), não foi pensada para incluir as mulheres. Pelo contrário, tem como princípio controlá-las e marginalizá-las a ponto de elas representarem, a nível global, o segmento social mais desfavorecido por políticas de desenvolvimento (CASTILHOS; CASTRO, 2006). A elas restam promessas de governantes e/ou nações que se apresentam como comprometidas em promover equidade social e econômica, a ponto de reduzir os índices de pobreza que as prejudica, por exemplo, na falta de recursos e de acesso a serviços e oportunidades econômicas e políticas. As mulheres e as meninas representam a camada mais pobre do mundo, configurando cerca de 60% do bilhão de pessoas em situação de pobreza (CASTILHOS; CASTRO, 2006).

E, como apresentado anteriormente, os megaprojetos e a mineração são uns dos ângulos contemporâneos da modernidade, logo o gênero se faz presente neste campo e, por mais que ainda passe despercebido ou seja tão pouco debatido (ANDRADE, 2020), os territórios mineralizados são campos férteis para pensarmos as desigualdades impostas às mulheres, afinal, de acordo com Delmy Hernández (2016), eles são masculinizados e patriarcalizados, o que provoca um aprofundamento de violências sobre os corpos femininos.

---

<sup>89</sup> Para Scott (1995), não dá para analisar a desigualdade na qual as mulheres se encontram sem usufruir do gênero. Para ela, o conceito que nasceu em meio a manifestações de feministas norte-americanas contra o determinismo biológico que separava a sociedade pelo sexo, é muito caro para entender como o poder masculino se articula e é aplicado sobre os corpos femininos. De acordo com ela, o gênero tornou-se uma categoria de análise, a partir do momento em que as mulheres decidiram escrever as suas próprias histórias, e ganhou força quando, politicamente, passou a dialogar com as categorias de classe e raça, formando um tripé analítico acerca das narrativas femininas nos diversos âmbitos.

<sup>90</sup> Piscitelli (2009) ressalta que que no gênero temos uma abordagem cultural que contesta o caráter inato das diferenças socialmente produzidas e atribuídas a homens e mulheres com bases na biologia. Com ele, há críticas à destinação de espaços e ideais de feminilidade e masculinidade. De acordo com a autora, há uma trajetória acadêmica e militante que trabalhou o conceito a ponto de analisar os seres humanos pela cultura e não por suas genitálias e, posteriormente, aplicá-lo no entendimento de desigualdades sociais e na luta por direitos básicos não somente de mulheres brancas e negras, mas também de pessoas intersexuais, transexuais, travestis e homossexuais, que são socialmente desumanizadas.

<sup>91</sup> Segundo Piscitelli (2009, p. 146), o conceito foi reformulado no decorrer da história e pode ser aplicado em várias análises. Para ela, “o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixa classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres.”

Tendo isso em mente, o primeiro ponto para se pensar as mulheres na mineração, segundo Zuleica Castilhos e Nuria Castro (2006), é ressaltar que nos projetos de desenvolvimento elas são as mais desfavorecidas e sempre precisarão lutar por igualdade de gênero e de oportunidades. A atuação e a contribuição das mulheres no desenvolvimento social é historicamente descredibilizada e silenciada, principalmente se pertencerem a camadas sociais menos favorecidas de capital financeiro (CASTILHOS; CASTRO, 2006).

Além disso, ainda conforme as autoras, “em todas as sociedades a mineração é vista como um trabalho masculino, por ser duro, insalubre e requerer muita resistência física. Na percepção da sociedade, apenas um ser biologicamente superior poderia suportar essas precárias condições: o homem” (CASTILHOS; CASTRO, 2006, p. 42). Na mineração as mulheres não são contratadas, mesmo com a tecnologia amenizando as dificuldades e diminuindo o uso da força física, comprovando que há uma estrutura patriarcal que não deseja essa inclusão e a igualdade dos gêneros (CASTILHOS; CASTRO, 2006).

Quem constrói os megaprojetos geralmente são os homens brancos de classe alta que, como explanado acima, não escutam outras vozes historicamente invisibilizadas. Estes atores, a partir da hierarquização de gênero e classe, não têm como prioridade a contratação de mulheres<sup>92</sup> e, quando contratadas<sup>93</sup>, sofrem com ambientes não adaptados para recebê-las, sem banheiros e uniformes adequados, ou ficam responsáveis por serviços gerais de fundo doméstico como a limpeza das mineradoras ou das empresas terceirizadas que atuam para ela, logo apresentando um maior contato com possíveis poluentes que possam adoecê-las (CASTILHOS; CASTRO, 2006; QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Um outro fator importante de ressaltar é que dificilmente as mulheres contratadas são de origem da cidade na qual uma mineradora é instalada, o que não diminui a importância de denunciar as violências sobre as funcionárias que precisam lidar com um ambiente deveras masculinizado (CRUZ *et al.*, 2017). As mulheres que trabalham em mineradoras recebem a mesma cobrança no desenvolvimento de suas

---

<sup>92</sup> Há casos como o do município de Carmen de Chuchuri, em Santander, na Colômbia, no qual a mineração atuante na cidade possui 100% de seu quadro funcional composto somente por homens (FALAL, 2021).

<sup>93</sup> Para Furtado (2018), é importante questionar essas contratações, pois empresas como a Vale posicionam-se como uma exceção no mercado, inclusive gerando relatórios ressaltando que é uma firma contra as diferenças de gênero, mas que, em momento algum, publica a quantidade de funcionárias, os seus perfis, as funções que elas desempenham e os problemas que elas enfrentam dentro da empresa.

funções, porém os seus salários são menores que os dos homens, mesmo que o encargo realizado seja o mesmo (FAU AL, 2021; SILVA, 2017)

Essas mulheres também sofrem com frequentes violências psicológicas e sexuais como estupros e assédios, têm os seus feitos desvalorizados e são alvos de insultos machistas porque as mineradoras não seriam um “local para mulher”. Além de tudo, elas precisam ter outros cuidados com a própria segurança durante o desenvolvimento das suas funções, pois não são raros os casos de morte e mutilação<sup>94</sup> provocados pelo manuseio de grandes máquinas. E, na maioria das vezes, devido à imposição social dos papéis de gênero, elas têm que se preocupar também com o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças em suas casas, caso sejam mães, tias, avós e/ou irmãs, o que configura uma “dupla jornada” (FAU AL, 2021; SILVA, 2017).

Todavia, o cenário da mineração na vida feminina se agrava quando lembramos que também existem as mulheres não contratadas pelas mineradoras, mas que são vizinhas a elas e sentem também impactos relacionados as suas atividades (FURTADO, 2018). Com a contratação majoritária de homens e de algumas mulheres “de fora”, dois caminhos são “empurrados” para as mulheres nativas do local mineralizado, são eles: buscar outras formas de conseguir renda ou ficar em casa dependendo<sup>95</sup> financeiramente de um homem geralmente empregado em uma mineradora ou em empresas terceirizadas que prestam serviços para os grandes projetos (ANDRADE, 2020).

Em relação à busca por alternativas econômicas, é comum as mulheres migrarem para os centros urbanos mais próximos visando empregos no mercado informal, cujas condições geralmente são precárias (FAU AL, 2021). E quando não conseguem ter essas vias financeiras ou recebem um salário ínfimo, elas ainda são julgadas por não terem êxito em colaborar na renda da família e/ou dar melhores condições de vida a crianças, adolescentes, idosos ou enfermos presentes sob as suas responsabilidades (FURTADO, 2018).

Já no que diz respeito à redução das mulheres ao âmbito familiar, além da dependência financeira para um “provedor” masculino, elas passam a lidar com um

---

<sup>94</sup> De acordo com dados subnotificados trabalhados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 37.478 mil trabalhadores (as) da mineração brasileira sofreram com algum tipo de acidente enquanto desempenhavam as suas funções. O quantitativo corresponde a um levantamento feito entre os anos de 2012 e 2018 (BRASIL DE FATO, 2020).

<sup>95</sup> De acordo com Delmy Cruz *et al.* (2017), esse processo de dependência reforça que os homens são os “provedores” do lar, o que subordina e reduz as mulheres aos salários de seus companheiros e afins.

aumento do desvalorizado<sup>96</sup> trabalho doméstico. Isso ocorre porque a atuação das mineradoras aumenta a presença de partículas de poeira que invadem as residências do entorno, restando às mulheres adultas ou às adolescentes e meninas, manterem a casa limpa, algo que é cansativo, haja vista que a poeira é constante nesses territórios (QUEIROZ, QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Aliás, como dito no decorrer deste trabalho, essas partículas que atingem o ar não são os únicos exemplos de poluição. É comum as empresas contaminarem o solo e os efluentes, tanto pela poeira, quanto por rejeitos minerais presentes em suas bacias ou barragens (BORDALO; SILVA; SANTOS, 2012). Essa prática impacta as mulheres de diferentes formas. Por exemplo, devido à restrição ao âmbito doméstico, as mulheres, principalmente as que não atuam nas mineradoras, acumulam papéis de cuidados que envolvem o contato com a água poluída para lavar a roupa, fazer comida, banhar crianças e limpar a casa (CRUZ *et al.*, 2017; FAU AL, 2021).

Um outro papel imposto por sociedades patriarcais e que aproxima as mulheres da contaminação e de um eventual adoecimento, é o cuidado para com as pessoas acometidas por enfermidades ligadas à poluição (CRUZ *et al.*, 2017; FAU AL, 2021). Em um território mineralizado são recorrentes os problemas de “doenças de pele, respiratórias como silicose e tuberculose, câncer, doenças mentais, mau desenvolvimento fetal e abortos espontâneos, no caso das mulheres” (SOUZA; RODRIGUES, 2019, p. 9).

Nesse cenário, as mulheres podem adquirir outras preocupações provenientes do contato com substâncias poluentes, são eles: o estresse e a culpa por transmitirem doenças para os (as) familiares, principalmente quando se trata de crianças, tanto durante a gestação, quanto depois do nascimento. Trata-se de um laço afetivo que, somado aos trabalhos domésticos, faz com que, costumeiramente, as mulheres se encarreguem de providenciar água limpa<sup>97</sup>, principalmente para a ingestão por seus

---

<sup>96</sup> De acordo com Castilhos e Castro (2006), a desvalorização do trabalho doméstico acontece tanto por parte do homem que não reconhece os esforços das mulheres, quanto por parte das mulheres que, inseridas em ensinamentos machistas e patriarcais, não veem as suas ações como importantes ou, no máximo, consideram como importante, porém abaixo de qualquer atividade remunerada. Esse é um problema a ser trabalhado, pois, para a autora, o homem não teria o mesmo rendimento em seu trabalho caso não houvesse uma mulher, seja ela mãe, filha, irmã, esposa ou empregada, atuando dentro da casa. Em resumo, podemos invocar os dizeres de Miriam Garcia-Torres *et al.* (2020, p. 36, tradução pessoal): “a acumulação extrativista é estruturalmente dependente da apropriação do trabalho gratuito, oculto e subvalorizado realizado pelas mulheres!”

<sup>97</sup> A Associação de Mulheres Ambientalistas de El Salvador, que criticam o mal uso da água por megaprojetos no país, denunciam que há localidades nas quais as mulheres se deslocam a pé, por quilômetros, em busca de água potável, processo cotidiano que gera angústia, dores musculares e cansaço

pares e si própria, além da produção da alimentação (FAU AL, 2021; QUEIROZ, QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Apesar de todos os seus esforços no âmbito doméstico/familiar, as mulheres se defrontam com a falta de reconhecimento como as responsáveis pela família. Em casos de indenizações e ressarcimentos por deslocamentos e crimes ambientais provocados pelos empreendimentos, os representantes dos grandes projetos e dos órgãos estatais costumam procurar os homens para negociar e repassar os valores. Isso fere a autonomia feminina e delimita os usos dos recursos aos “homens da casa” (QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Com a criação das empresas, as mulheres também perdem autonomia alimentar. A alteração do território impede as suas práticas de agricultura realizadas com a ajuda das crianças. Os quintais tornam-se inusuais para as ações de plantio, principalmente em contextos nos quais a poluição do ambiente é uma constante. Além disso, os territórios comprados pelos megaprojetos são cercados para impedir a reutilização pelos (as) moradores (as), o que atinge diretamente a memória e as identidades dos (as) sujeitos (as) que sempre utilizaram as terras para esses fins (QUEIROZ, QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Além do uso da terra, em territórios de origem tradicional, negra e indígena, são culturais as formas de socialização envolvendo o uso dos rios e igarapés. Todavia, com a chegada da mineração e a poluição por ela provocada, as pessoas são obrigadas a se adequarem frente a uma nova realidade. Em relação às mulheres, um bom exemplo são as guatemalenses da cidade de Sololá, que lutam pelo Lago Atitlán. O local, segundo a cosmovisão delas, seria o lugar de interação com outras mulheres, espiritualidade, proteção e conexão com a natureza (FAU AL, 2021).

Um outro problema envolvendo as mulheres é a violência doméstica, na maioria das vezes impulsionada pelo consumo de drogas lícitas e ilícitas por parte de seus companheiros ou demais homens do cerco parental, que veem o uso como uma possibilidade de fuga do estresse, da pressão psicológica do trabalho, do medo do desemprego e de possíveis acidentes, principalmente quando atuam nas mineradoras. Trata-se de um problema que corrobora para dados assustadores como os do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que em sua cartilha ‘Mulheres e Mineração no Brasil’, alega que 31 % dos casos de violência contra as mulheres

ocorrem nos sete estados brasileiros no qual a mineração se faz presente (QUEIROZ, QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Os índices de violência sexual também crescem, uma vez que, para além do uso de entorpecentes, há uma ampliação da concentração e circulação de homens que atuam (ou não) nas empresas de forma constante ou temporária. Cria-se um cenário no qual as mulheres, especialmente jovens e adultas, sentem-se inseguras em caminhar sozinhas, sob o risco de ter o corpo violado. Em alguns casos, seja por meio do abuso ou por uma relação consentida, as mulheres engravidam de forma indesejada e passam a lidar sozinhas com os “filhos dos megaprojetos” ou os “filhos da mineração”, lembrando que ser mãe solo também gera julgamentos e sarcasmos (QUEIROZ, QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

Ainda relacionado ao corpo feminino, com o aumento do volume e circulação de homens nos territórios, há um incentivo à prostituição<sup>98</sup> e tráfico de mulheres. Tanto homens transeuntes, quanto funcionários, empresários e políticos procuram este tipo de atendimento durante os seus longos ou curtos períodos de estadia (HAZEU, 2015; VIEIRA, 2021). Em países como o Brasil, não há mineração sem prostituição! Tanto que há “mercados do sexo” envolvendo não somente mulheres adultas (Ver figura 57), mas também meninas e adolescentes, algo silenciado e/ou até incentivado pelo Estado, pois atende a demanda masculina que vive ou transita pelo território mineralizado e que faz o mercado da mineração fluir (SOUZA; RODRIGUES, 2019).

Figura 57: Cartaz do “Bingo da Nayara”. Foto: Reprodução do portal G1 Roraima



Fonte: Vanessa Fernandes (2022)

<sup>98</sup> Em muitos casos, as mulheres que atuam na prostituição são forçadas a adentrar na atividade por ausência de fontes financeiras, imposições familiares etc. Geralmente elas não são citadas e estudadas, o que só corrobora com as suas invisibilizações (CASTILHOS e CASTRO, 2006; GARCIA-TORRES et al, 2020).

A imagem acima é um exemplo recente, que mostra como há uma relação intrínseca entre a mineração e a prostituição. O caso trata-se de uma reportagem publicada no portal G1 Roraima. O cartaz divulgado no grupo de *Whatsapp* intitulado “Amigos do Rio Uraricoera”, remonta a um bingo que seria realizado no dia 28 de maio de 2022, no “Cabaré do Taituba”, e no qual os prêmios seriam 50 gramas de ouro, um relógio e uma mulher, caso o apostador fizesse a “quina”. O bingo não ocorreu devido à denúncia feita pela matéria, mas vale ressaltar que a maioria dos apostadores e frequentadores do espaço são garimpeiros que atuam ilegalmente em terras indígenas, tais como a Yanomami e a Raposa Serra do Sol (FERNANDES, 2022).

Para favorecer a prostituição, é comum que áreas mineralizadas possuam prostíbulos ou casas adaptadas para receber os homens interessados neste tipo de “serviço”. A presença dessa estrutura é mais um fator de preocupação para as mulheres mães, avós, tias e afins que sentem medo de que as suas filhas ou filhos adentrem no “mercado do sexo” para conseguir uma renda que dificilmente têm acesso em outros tipos de mercado. Soma-se a isso, o receio de uso de entorpecentes e a infecção dos (as) mais jovens por doenças sexuais (CRUZ *et al.*, 2017; GARCIA-TORRES *et al.*, 2020; QUEIROZ, 2021; SOUZA; RODRIGUES, 2019).

Podemos afirmar que as mulheres lidam com um conjunto de problemas de cunho político, econômico, ecológico, cultural e corporal (GARCIA-TORRES *et al.*, 2020). Elas são sobrecarregadas fisicamente e emocionalmente devido ao estresse e ao medo ocasionados pelo trabalho doméstico invisibilizado, o desemprego, as violências domésticas e sexuais às quais são suscetíveis, a insegurança alimentar delas e das suas famílias, a preocupação com os filhos e a possibilidade de rompimentos ou transbordos de barragens de rejeitos minerais que venham a gerar poluição e adoecimentos. Elas são coisificadas, apropriadas, sacrificadas e mal têm tempo de praticar autocuidados, porém não deixam de pensar no coletivo e exemplificar a resistência (GARCIA-TORRES *et al.*, 2020; QUEIROZ, 2021; RODRIGUES, 2021; SOUZA; RODRIGUES, 2019).

### **3.3 A mineração no contexto da pandemia do COVID-19 e as suas consequências sobre as mulheres**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a então epidemia da COVID-19, iniciada na Ásia, havia se tornado uma pandemia que deveria ser tratada com muita seriedade por todos os países do mundo, pois o vírus apresentava grande letalidade e, até então, não havia vacinas para solucionar o

problema. O vírus chegou na América Latina e no Caribe, onde encontrou um campo fértil para a sua propagação, a ponto de levar a região a ser a segunda com o maior número de contaminações, devido à desigualdade, à inoperância, ao descaso, ao desinteresse e/ou ao negacionismo científico propagado pelos governantes (FAU AL, 2021).

Na região, em 17<sup>99</sup> países, os governantes não trataram a pandemia com a devida preocupação. O cuidado para com a vida de determinadas populações continuou inexistindo, mas agora de forma mais acentuada, devido à ausência de políticas que ajudassem, principalmente pessoas pobres, negras e indígenas presentes em cenários de elevada desigualdade e vulnerabilidade social, econômica, política e cultural, como por exemplo, às terras onde o extrativismo mineral se faz presente. A vida desses (as) sujeitos (as) nunca foi uma prioridade e a pandemia só expôs as facetas dessa realidade (FAU AL, 2021).

Na contramão das medidas preventivas contra a COVID-19, os países da América Latina tomaram a iniciativa de dar continuidade e intensificar a mineração, sob o discurso de manutenção e recuperação econômica. Visando essencializar<sup>100</sup> a mineração, os governantes publicaram diversos decretos<sup>101</sup> e “sucatearam” órgãos de proteção ambiental. Um exemplo é o Brasil, onde o ex-ministro da agricultura, Ricardo Salles, afirmou que a pandemia seria uma oportunidade para “passar a boiada”, em prol das bancadas ruralistas, madeireiras e minerais, interessadas principalmente nas terras amazônicas (SANTOS, 2020).

A fala de Salles deveria ser criminalizada, porém o governo de Jair Bolsonaro<sup>102</sup>, amplamente baseado no negacionismo científico e na retirada de direitos,

---

<sup>99</sup> Ver a tabela elaborada e apresentada pela FAU AL (2021), nas páginas 45 e 46. Produzida com base nas páginas oficiais dos governos, a tabela mostra que 17 países, dentre eles o Brasil, permitiram a continuidade de atividades econômicas e extrativistas como a mineração, em alguns casos sem decretar quarentena, em outros, decretando quarentena, mas essencializando essas práticas.

<sup>100</sup> No Brasil, a mineração foi considerada como essencial em 28 de março de 2020, por meio da Portaria nº 165, do Ministério de Minas e Energia (MME) (VIEIRA; GUIMARÃES, 2020).

<sup>101</sup> O Fundo de ação urgente para a América Latina e o Caribe hispânico – FAU AL (2021), apresentou uma tabela repleta de informações sobre os decretos criados por 17 países, visando a continuidade e o favorecimento das atividades minerais, durante a pandemia. Além disso, a *Mining Watch Canada* (2020), em seu relatório “Vozes da terra: Como a indústria da mineração global está se beneficiando da pandemia de COVID-19”, apresenta como os governos têm ignorado a pandemia e as mineradoras vem ampliando as suas atividades pelo mundo.

<sup>102</sup> Vale lembrar que o desmonte não começou no governo Bolsonaro, mas sim desde o golpe à Dilma Rousseff, em 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência e atuou contra os povos indígenas, quilombolas e tradicionais, ao conceder terras e poderes a mineradoras e ao agronegócio, em busca de apoio para evitar acusações e a sua prisão. Inclusive, Temer nomeou o ruralista Osmar Serraglio para o Ministério da Justiça, e o general Franklimberg Ribeiro para a presidência da FUNAI. Além de consagrar, em 2017, o marco temporal, que significa assegurar o direito a terras, apenas para indígenas que

sobretudo de pessoas pobres, tradicionais, quilombolas/ negras e indígenas, proferiu medidas de sucateamento de órgãos ambientais e de direitos humanos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>103</sup>, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>104</sup> e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>105</sup> (SANTOS, 2020; TERENA, 2020).

Além disso, o presidente, via PL 191/2020, retomou o debate sobre mineração em terras indígenas, alegando que eles (as) lhe dizem que querem aproveitar a riqueza de suas terras, portanto que poderiam ser feitos os estudos e a lavra dos minérios em seus territórios. Essas falácias, haja vista que minerar em terras indígenas fere a constituição e que os movimentos indígenas negam tal desejo, compõem discursos que dão “passe livre” para invasores de terras que geram aglomeração e mais violências contra essas populações, principalmente as mulheres negras e indígenas (SANTOS, 2020; VIEIRA; GUIMARÃES, 2020).

São ações e posicionamentos que geraram novas preocupações para as mulheres, pois durante a pandemia surgiram novas urgências, a lembrar que as populações de territórios mineralizados geralmente lidam com problemas de acesso a direitos básicos como um bom sistema de saúde, mesmo com a constante contaminação ocasionada por minérios, algo que gera enfermidades que aproximam ou transformam as (os) moradoras (es) em grupo de risco<sup>106</sup> para a COVID-19 (FAU AL, 2021; MINING WATCH CANADA, 2020). Refletindo sobre o assunto no Brasil, Layza Queiroz (2020, p. 33) afirma:

“a pandemia não inaugurou e nem criou um estado de violações de direitos humanos no Brasil, mas tem contribuído para aprofundar as desigualdades raciais, sociais e de gênero. Defensoras e defensores de direitos humanos têm repetido cotidianamente que embora tenha sido uma elite econômica e branca que trouxe o vírus ao Brasil, não é ela que tem sofrido as maiores consequências da pandemia, nem no que diz respeito ao risco de morte

---

comprovem ocupação desde 1988 (TERENA, 2020).

<sup>103</sup> De acordo com a instrução normativa nº 13, o IBAMA passou a autorizar a regularização e venda de terras indígenas, além de diminuir a distância necessária entre povoados e locais de pulverização de agrotóxicos, algo que, se considerar o ano de 2019, aumentou em 100 vezes durante a pandemia, totalizando 150 novos agrotóxicos registrados e que atingem, principalmente os povos quilombolas que dependem das terras para realizar a agricultura (SANTOS, 2020).

<sup>104</sup> Durante a pandemia, o quadro de servidores foi reduzido de onze para cinco. Lembrando que o ICMBIO lida com 335 unidades de conservação, ou seja, já havia poucas pessoas para atuar no órgão (SANTOS, 2020).

<sup>105</sup> No dia da posse, Bolsonaro, por meio da MP nº870/ 2019, retirou a FUNAI do Ministério da Justiça e a transferiu para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sendo que as suas competências de identificação, demarcação e registro foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2019, o órgão publicou que não atuaria em prol de indígenas de terras irregulares (TERENA, 2020).

<sup>106</sup> Disponível em <<https://defatoonline.com.br/covid-19-grupos-de-risco/>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

causado pela doença, nem no que diz respeito ao impacto social e econômico em suas vidas”.

Podemos dizer que a partir da pandemia, a luta adquiriu novos formatos, demandas e patamares, pois direitos básicos precisam ser atendidos para evitar a circulação do vírus e um número elevado de mortes nas comunidades. A pandemia produziu tempos ainda mais difíceis para essas mulheres, sejam elas ativistas ambientais ou não, e isso precisa ser explicado mesmo que brevemente, haja vista que a produção científica sobre o assunto ainda é mínima e está apenas começando (FAU AL, 2021).

Segundo o Fundo de ação urgente para a América Latina e o Caribe hispânico - FAU-AL (2021), a pandemia gerou cinco principais desafios e/ou violências não isoladas, identificadas por mulheres atuantes na militância ambiental contra a mineração. São eles: 1) O aumento da violência doméstica; 2) Quarentena seletiva e precariedade econômica; 3) Racismo estrutural e precariedade dos serviços públicos; 4) Desinformação sobre a pandemia e 5) Medo e violência por parte do Estado. Sendo que, neste último, com base em Larissa Vieira e Lethicia Guimarães (2020), podemos incluir a atuação dos invasores de terras.

O aumento da violência doméstica é um dos problemas ampliados durante o isolamento social, necessário para evitar a circulação do vírus. Apesar de diminuir a quantidade de notificações, devido à ausência ou dificuldades de acesso a canais de denúncia, dados mostram que a violência aumentou dentro de casa, em países como Argentina (32%), Peru (48%), México (60%) e Colômbia (142%). São dados que contribuíram para os 2.487 feminicídios ocorridos na América Latina, durante o ano de 2020 (FAU AL, 2021).

O isolamento também afetou as mulheres ao gerar maior precariedade econômica e insegurança alimentar, afinal atividades culturais e financeiras não essenciais foram paralisadas para a realização das quarentenas. Como ficar em casa sem trabalhar se todo recurso possível é de grande importância para a sobrevivência das mulheres e suas famílias em territórios mineralizados? Como falar, por exemplo, a uma mulher quebradeira de coco-babaçu, para ela ficar em casa, se a sua forma de sobrevivência depende do trabalho coletivo entre mulheres, portanto de uma pequena aglomeração? (BEZERRA; ALVES, 2021; FAU AL, 2021).

Em países como o Peru, Chile e Honduras, a quarentena foi bastante rigorosa para as atividades consideradas como não essenciais, principalmente no âmbito rural. Por exemplo, no Chile, as Mulheres Pescadoras de Tocopilla foram proibidas de coletar

algas e moluscos que elas vendiam para obter renda. E em Honduras, as mulheres de Zacate Grande foram proibidas de ter acesso às praias, onde pescavam e coletavam moluscos, e não podiam dar continuidade à agricultura familiar, enquanto empresas maiores de agricultura tinham autorização policial para realizar as suas atividades (FAU AL, 2021).

Em ambos os casos, nota-se uma negação do acesso e comercialização dos produtos provenientes de suas práticas, fato que ocasionou desesperos, à medida que as mulheres de territórios com mineração já sofreram perdas consideráveis em suas formas de vida devido à atuação dos megaprojetos. O isolamento social foi uma medida que não considerou as suas específicas realidades e que também as “empurrou” para os trabalhos domésticos e os cuidados para com as crianças que precisavam estudar virtualmente, e com os familiares infectados pelo coronavírus. O isolamento as desolou e as sobrecarregou, pois não ocorreram outras políticas de amparo (FAU AL, 2021).

A situação piora se considerarmos negras (os) e indígenas, pois o racismo estrutural intensifica as restrições de acesso às terras e a políticas e serviços públicos de qualidade. O vírus é mais letal nesse grupo, pois o histórico de desigualdade racial e social lhes privou de direitos básicos, logo a prevenção e o tratamento são extremamente precários (VIEIRA; GUIMARÃES, 2020). Não à toa, Santos (2020), com base em dados subnotificados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), lembra que, até setembro de 2020, 167 quilombolas morreram de COVID-19 e que, até outubro do mesmo ano, 859 indígenas morreram ao contrair o vírus.

No Brasil, muitas comunidades quilombolas sequer foram incluídas em medidas emergenciais, sendo a vacinação uma conquista e não um direito atendido. Povos negros tiveram que lutar para que a vacinação fosse realizada em suas terras que, muitas vezes, careciam desde sabão e água potável, até máscaras e álcool gel. A pandemia foi muito violenta para essas pessoas, que dependem, em sua maioria, de aposentadoria, auxílios governamentais e da agricultura familiar, portanto, do uso da terra e da necessidade de transitar para vender a produção (ANDRADE, 2021; FAU AL, 2021).

A dificuldade também é muito grande para os povos indígenas, pois precisam encarar a pandemia em meio a difíceis condições sanitárias em seus territórios. Faltam centros de saúde e políticas de assistência médica que considerem os seus idiomas e a

medicina local apoiada no uso de ervas medicinais. Além disso, os testes de COVID-19 não chegam em suas comunidades e quando contraem a doença, precisam deslocar-se para os centros urbanos ou tentar adquirir medicamentos com preços inacessíveis (FAU AL, 2021).

Tendo em vista esses problemas, o isolamento tornou-se alvo de críticas, majoritariamente amparadas na seletividade de quem deveria praticá-lo e na “essencialidade” das atividades econômicas, haja vista que, se os pobres, os povos tradicionais, negros e indígenas, foram orientados ou obrigados a permanecerem em suas casas e comunidades sem a devida estrutura sanitária, por que a mineração continuou trabalhando intensamente em seus territórios? A mesma atividade cuja cadeia produtiva promove grandes aglomerações, portanto que aumenta os riscos de contaminação<sup>107</sup> e mortes<sup>108</sup> entre funcionários (as), transeuntes e moradores (as) do entorno (FAU AL, 2021; MINING WATCH CANADA, 2020).

Acrescentemos às indignações a desinformação<sup>109</sup> produzida por governantes latino-americanos acerca da pandemia. A desinformação também comprometeu as comunidades e as mulheres à medida que os auxílios financeiros foram sendo liberados durante a pandemia, porém as informações de onde e como adquiri-los não chegavam a quem reside longe dos centros urbanos. Tal situação fez, por exemplo, com que indígenas da Amazônia contraíssem coronavírus ao deslocarem-se aos centros em busca da informação necessária ou dos bancos para sacar os valores (FAU AL, 2021).

E o último desafio para as mulheres defensoras de territórios em tempos de pandemia, de acordo com publicação do FAU-AL (2021), é o medo da COVID-19 e da violência praticada pelo Estado. Um medo que inicialmente surgiu devido à ausência de informações sobre a pandemia, à possibilidade de contrair o vírus, aos posicionamentos dos governantes, e ao aumento das mortes, cotidianamente presentes nos meios de

---

<sup>107</sup> Em levantamento feito pelo Observatório de Conflitos da Mineração da América Latina OCMAL, ocorreram, em julho de 2020, 8.048 contaminações de trabalhadores da mineração contaminados por Covid-19 em países latino-americanos. O Chile foi o país que mais preocupou, haja vista que possuiu 5.000 casos. Os demais ficaram espalhados entre Brasil (1.850 casos), Peru (905 casos), Argentina (58 casos) e demais países. Foram 79 mortes na região, também em julho (FAU AL, 2021).

<sup>108</sup> A *Mining Watch Canada* (2020), constatou que os “protocolos” de segurança à pandemia, aplicados pelas mineradoras, foram questionados e desmentidos por funcionários (as) de diversas partes do mundo, haja vista que vários deles (as) morreram ao adquirirem coronavírus, durante o desenvolvimento de suas funções. No relatório, mostra-se que pessoas morreram no Canadá, Mali, Panamá, Peru, África do Sul e em outros países.

<sup>109</sup> A informação oficial de países como o Brasil, nunca foi uma fonte confiável, haja vista que Bolsonaro sempre demonstrou um despreparo e descaso para lidar com a situação, tratando a pandemia como uma “gripezinha” e negando a necessidade da quarentena, sob um discurso de impacto econômico, quando deveria estar elaborando medidas de amparo, conforme as necessidades de cada grupo presente no país (FAU AL, 2021; ZUCARELLI, 2021).

comunicação.

Entretanto, posteriormente o medo passou a ser ativado por meio da violência utilizada por aparatos estatais para “combater” a pandemia e punir todas (os) aquelas (es) que “desrespeitassem” as quarentenas e promovessem aglomerações. Na América Central, por exemplo na Guatemala, foi comum os territórios serem “militarizados”<sup>110</sup> pelo exército, a ponto de provocar lembranças nas mulheres guatemaltecas, referentes ao período da ditadura militar que realizou genocídios em prol da indústria agrícola no país (FAU AL, 2021).

No Brasil<sup>111</sup>, a polícia também atuou contra ativistas ambientais durante a pandemia. Um dos casos foram as agressões e ameaças de morte proferidas pela polícia militar à Maria Nasareth dos Santos, mulher pescadora e defensora dos direitos humanos, em Pernambuco. Oito PMs a torturaram com tapas e sufocamento, após arrastá-la para dentro de uma barraca. O crime, que durou cerca de 30 minutos, ocorreu nas margens do Rio Sirinhaém, local onde ela costuma pescar (SANTOS, 2020).

E, de acordo com Vieira e Guimarães (2020), as invasões às terras são mais um fator de medo para elas, pois como dito anteriormente, importantes órgãos ambientais foram “sucateados”, o que diminuiu o controle e a fiscalização da mineração, permitindo o avanço de madeireiros, mineradoras e garimpeiros que praticam violências<sup>112</sup>, principalmente contra as (os) indígenas Kayapó (MT, PA), Mundurucu (PA) e Cinta larga (MT, RO).

Por fim, tendo em mente tudo o que foi explanado até aqui e sabendo que há pouca<sup>113</sup> produção acadêmica sobre os impactos da mineração nas mulheres,

---

<sup>110</sup> Em El Salvador ocorreu situação semelhante, pois os militares foram convocados para “combater” a Covid-19, mas geralmente fazendo uso da força. A presença da polícia é uma “evidência simbólica” da possibilidade de repressão e assassinatos, o que gera medo nas mulheres, porque os seus corpos são mais vulneráveis em zonas de mineração. Ademais, a polícia procura evitar as mobilizações, geralmente hostilizando, agredindo e eliminando as lideranças locais, sob o discurso de controle da “aglomeração” e do “vandalismo” (FAU AL, 2021).

<sup>111</sup> Em casos envolvendo homens, em 16 de junho de 2020, houve prisões injustas de cinco agricultores quilombolas da comunidade de Barra do Parateca, na Bahia, sob a acusação de furto e organização criminosa pelo juiz João Batista Pereira Pinto, um grande interessado na posse das terras ainda não tituladas (SANTOS, 2020).

<sup>112</sup> Um dos casos recentes envolvendo outras indígenas, ocorreu em 25 de abril de 2022, em Roraima, na comunidade Aracaçá, em Waikás, Terra Yanomami, na qual garimpeiros invasores sequestraram uma menina de 12 anos e sua tia, uma mulher de 28 anos que estava acompanhada de sua filha de 4 anos. Os garimpeiros estupraram a menina até a morte, enquanto a mulher, que tentou impedir o abuso, foi jogada no Rio Uraricoera, junto com a criança. A mulher conseguiu se salvar, mas a criança sumiu em meio ao rio. A comunidade sofre ataques desde a década de 1960, mas os ataques aumentaram durante a pandemia e o atual governo (RAMALHO; FERNANDES; OLIVEIRA, 2022).

<sup>113</sup> De acordo com Maria Andrade (2020), as principais fontes bibliográficas sobre os protagonismos femininos são oficinas e cartilhas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Justiça nos Trilhos (JnT) e o

principalmente durante a pandemia, há a necessidade de pensarmos em espaços específicos que ajudem a aprofundar nesta demanda. A nossa intenção é acrescentar indagações e reflexões sobre esse modelo mineral que beneficia a poucos e redimensiona a vida feminina (BEZERRA; ALVES, 2021), partindo de mergulhos em um mar amazônico e minerário repleto de dúvidas, conflitos e resistências que é Barcarena, cidade localizada no Estado do Pará.

### 3.4 Vida impactada e o surgimento de sentimentos negativos

Vida<sup>114</sup>! Substantivo feminino que segundo o dicionário, relaciona-se a um conjunto de hábitos e costumes. Trata-se de uma forma de viver. Viver<sup>115</sup>! Um verbo intransitivo que de acordo com a mesma fonte, significa ter vida e existir. Estas são duas palavras que apareceram em meio às falas das interlocutoras. A primeira, por tratar-se de um substantivo, emerge nesta tese como uma das categorias identificadas durante o processo metodológico. A partir de agora, ela - assim como as demais que estarão presentes nos tópicos seguintes - nos ajudará a entender as experiências dessas mulheres na cidade de Barcarena.

Durante as entrevistas, as palavras ‘vida’ e ‘viver’ surgiram nas falas das três interlocutoras, chamando-me a atenção para a sua importância. Dentre os relatos, compreendi que viver em Barcarena é difícil! Duas das interlocutoras, a Socorro da Costa e a Patrícia dos Santos, citaram que a contaminação interfere diariamente nas suas vidas, levando-me a interpretá-la como um fator que dificulta esse dia a dia.

No caso da Socorro da Costa, a sua vida está relacionada a dores estomacais ocasionadas pela contaminação proveniente dos rejeitos minerais que são lançados diretamente nos efluentes e nas matas da cidade. Esse contato constante com poluentes gera em nossa interlocutora outros efeitos corporais como a perda de dentes. Ademais, ela sente receios de beber a água e de comer alimentos como a farinha produzida em Barcarena, como explicita o trecho abaixo:

Agora eu não consigo viver com essa dor no estômago, dessa água envenenada. Com a perda dentária! Eu não consigo! Eu não consigo beber a água, eu não consigo comer mais a farinha! (Socorro da Costa, 2021)

A contaminação que produz receios na Socorro da Costa é a mesma que faz Patrícia dos Santos afirmar que a sua vida é um sofrimento. Ela tem dificuldades para

---

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vida/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/viver/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

realizar o plantio de árvores frutíferas. A maioria não rende frutos saudáveis porque a terra está contaminada por minerais. Poucas plantas resistem nessa realidade e como vemos no seu relato abaixo, ela entende que somente a presença do lixão não provocaria tal efeito:

A nossa vida aqui é um sofrimento! A gente planta e num presta as plantas da gente. A planta que dá, não presta. A única planta minha que resiste a todas essas contaminações é esse limoeiro aqui que o resto não presta! Nenhuma planta que a gente planta aqui não presta e não é do lixão porque ele se localiza ali e a única coisa que prejudica a gente é só o odor. (Patrícia dos Santos, 2021)

Viver em Barcarena também é lidar com outras preocupações, dentre elas o desemprego que, segundo Patrícia dos Santos e Rosilda Santos, dificulta a permanência de algumas pessoas no município. A primeira ressalta a falta de assistência por parte das empresas de mineração e demonstra uma preocupação para com ela e os 142 catadores que utilizam do lixão para sustentar a si próprios e/ou a família, mas que diante de um eventual fechamento do espaço, não terão a quem recorrer:

Então assim, a nossa história de vida não é muito boa porque nós não temos ajuda de empresa. Nós vive na quarta cidade industrial e não temos ajuda. Eu, por exemplo, tenho catador aqui, tenho 142 catadores e nunca uma empresa chegou aqui pra me fornecer um emprego prum catador meu! Me entristece isso porque tão falando em fechar o lixão. Essas pessoas vão pra onde? Pra onde que eu vou? Que eu também sou catadora... Eu sou presidente, mas também trabalho! O meu esposo trabalha! É daí que nós tira a nossa renda. É o nosso meio de vida! Nós vamos fazer o quê depois disso? (Patrícia dos Santos, 2021)

Para ela, isso gera um sofrimento injustificável porque há muitas empresas e vagas de emprego, contudo esta é uma realidade que não alcança a ela e os catadores. Nas palavras dela “Aqui é muito sofrimento! Os bairros carentes de Barcarena sofrem muito e aqui não era pra sofrer! Tem muito emprego! Tem muita empresa!”.

Já para a Rosilda Santos, o desemprego surge em sua vida como uma consequência da sua atuação enquanto líder comunitária. Segundo ela, as lideranças dificilmente são assistidas pelas empresas porque são vistas como pessoas que fazem confusão demais. Esse é um fator que, na visão dela, faz a sua vida ser assim, de mulher desempregada, mas que luta por um progresso que gere melhorias para as comunidades:

E a vida que nós vive aqui é assim. Eu tô sem emprego! Como nós vive brigando por causa do progresso, lógico, a gente quer melhorias pras comunidades, então todos nós que estamos brigando com a prefeitura somos “queimados”. Nós não consegue emprego aqui. Eu tô querendo ir embora pra Curitiba. Quando veem o nosso nome lá “ah esse aí é de tal comunidade, esse aí faz confusão”. (Rosilda Santos, 2021)

Esses são problemas que, de acordo com a Socorro da Costa, demonstram que a vida dela não condiz com as atividades das mineradoras. Há uma incompatibilidade que se acentua, principalmente pelas ações dos empreendimentos, uma vez que ela ressalta que conseguiria viver ao lado das empresas desde que entendessem e respeitassem o seu direito à terra e as suas vivências. Para ela, há uma outra cidade dentro de Barcarena! Trata-se de uma cidade norueguesa, cujas ações impedem a vivência para com os “nativos” e “filhos da terra”.

Nós nativos filhos da terra conseguimos viver com uma empresa. Eu digo pro meu povo que temos uma cidade norueguesa dentro de Barcarena. Nos somos capazes de viver com eles e eles não são capazes de viver com a gente, porque quando eles chegaram, nós já estávamos. Esse chão onde tá a minha casa, onde tá o meu plantio, minha família, os meus netos, ninguém toma! Só Deus! (Socorro da Costa, 2021)

Aumentando o seu tom de voz, de forma a ser ainda mais assertiva, ela relembrou que viver em Barcarena era ver canoas repletas de camarão, peixe, açaí e farinha. Era viver ao lado de animais como a cobra, porque a mata era mais extensa. Era comum ver os “animais da floresta”! Hoje em dia, essa vida mudou! E mudou de tal forma que Patrícia dos Santos conta que viver em Barcarena é estar constantemente com o sentimento de abandono e desprezo entalados no peito. Emoções provenientes da ineficiência do Estado e do descaso das empresas.

Diante desses relatos relacionados à vida e tendo em mente que o termo foi compreendido nesta tese como uma categoria de análise, cuja redação deve, segundo Romeu Gomes (2007), encerrar-se com uma síntese interpretativa do(a) pesquisador(a), compreendo que a vida, enquanto palavra recorrente nas narrativas das interlocutoras, está relacionada a sentimentos de teor negativo como, por exemplo, o sofrimento.

O sofrimento, segundo Clarissa Prates (2017) é um tema multifacetado que vem sendo debatido em diversos campos, dentre eles o da antropologia, na qual passou a ser discutido de modo a dar abertura para o que se compreende como sofrimento social que, para Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni (2011) resulta da limitada possibilidade que sujeitos possuem para mudar a realidade que lhes é imposta. É como uma falta de autonomia para decidir e/ou dar os próximos passos em sociedade. Ele nasce na sensação de desigualdade.

É o que a Patrícia dos Santos expressa, afinal quando afirma que Barcarena é uma cidade sofrida, principalmente quando olhamos para bairros mais periféricos como o dela, no caso o Bom Futuro, percebe-se a sua interpretação sobre uma realidade

desigual. Quando ela afirma que há muitos empregos na cidade, mas são vagas que não incluem a ela e os seus próximos, aumenta-se a sensação de desigualdade e de impotência. Temos aqui um notório caso de sofrimento social.

Além do mais, o sofrimento é um substantivo que segundo o dicionário<sup>116</sup>, expressa dor física ou moral. Essa dor física e moral, ou seja, esse sofrimento, também está presente na Socorro da Costa quando indaga que a contaminação na cidade lhe gerou perda de dentes, dores no estômago e medo de consumir água e frutos da região. As mesmas dores encontram-se na Patrícia dos Santos porque ela não consegue plantar e, como destacamos na sua apresentação no primeiro capítulo, ela é comprovadamente contaminada por minerais pesados. Elas passam por dores físicas e psicológicas, portanto, por sofrimentos.

É válido ressaltar que já existem diversas pesquisas sobre os efeitos da contaminação em Barcarena, dentre elas a minha dissertação, na qual apresentei um levantamento do histórico<sup>117</sup> de desastres<sup>118</sup> envolvendo as atividades das empresas entre os anos de 2000 e 2018 (Ver SILVA, 2020). A contaminação produzida por todos os ocorridos gera enfermidades cancerígenas, cutâneas, respiratórias e digestivas, além de estragar os frutos ainda nas árvores, antes do seu amadurecimento (SILVA, 2013; 2020).

A outra face desse sofrimento está presente quando a Patrícia dos Santos e a Rosilda Santos dizem que as vagas de emprego não incluem a todos(as). Essa é uma realidade das cidades mineralizadas porque a quantidade de empregos é limitada e reservada a pessoas que possuem a qualificação exigida pelas empresas, o que muitas vezes é atendido somente por pessoas de fora da região que possuíam investimento, condições e/ou oportunidades para tal (SILVA, 2015; 2020). No caso delas e dos catadores auxiliados por Patrícia dos Santos, estes são empecilhos cruciais.

Soma-se a isso o fato de que o contingente populacional de uma cidade mineralizada aumenta em decorrência do número de pessoas que migram sob a

---

<sup>116</sup> <https://www.dicio.com.br/sofrimento/>

<sup>117</sup> De 2020 para os dias atuais, ocorreram outros acontecimentos como a explosão nos galpões de beneficiamento da Imerys Rio Capim Caulim S/A, em 2021. Na ocasião, foi lançado no ar o Hidrosulfato de sódio, um pó branco altamente poluente que gerou desmaios, problemas respiratórios, dores de cabeça e ardência nos olhos e na garganta de moradores que respiraram o componente químico. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/12/09/mineradora-imerys-que-causou-fumaca-toxica-em-barcarena-no-pa-atua-sem-licenciamento-desde-2012-dizem-deputados.ghtml>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

<sup>118</sup> O conceito de desastre é utilizado quando acontecem eventos que geram profundos efeitos materiais e humanos. Eles não são meros acidentes, inclusive, em alguns casos, podem ser produtos de desigualdades e vulnerabilidades. Eles também produzem sofrimentos. (ULLBERG, 2017).

expectativa de uma oportunidade de emprego, mas muitos não são absorvidos pelos empreendimentos, ampliando o total de desempregados(as)<sup>119</sup> e, portanto, ratificando os questionamentos dessas mulheres (NASCIMENTO, 2010).

Uma tese que corrobora para entender as influências da migração no contexto de instalação dos grandes projetos em Barcarena é a de Hazeu (2015). Conforme o autor, os grandes projetos na cidade aumentaram de forma rápida e significativa a população da cidade. Por exemplo, de 1970 a 2010, o contingente passou de 17.478 para 99.859 habitantes, criando uma instabilidade na região, pois eram muitas pessoas para pouca estrutura e vagas de emprego. Podemos afirmar que esse processo reforçou a atual associação da vida em Barcarena ao desemprego.

Analisando a sensação de incompatibilidade que esse sofrimento gera na Socorro da Costa, devemos salientar que os grandes projetos, sejam eles de mineração ou não, são – em sua maioria – idealizados e arquitetados por pessoas que desconhecem a região, o que provoca diversas situações problemáticas que mudam as vidas das pessoas que residem no entorno, dentre elas a contaminação, o desemprego e essa sensação de sofrimento e de que o modo de vida local não dialoga com as atividades minerárias (RIGOTTO, 2018; SILVA, 2015).

Para finalizar, em uma descrição geral, as interlocutoras expressam que viver em Barcarena é difícil e preocupante. Apenas uma delas, a Rosilda Santos, não relacionou a sua vida à contaminação, o que não quer dizer que esta não tenha influência sobre as suas vivências. Em contrapartida, todas elas demonstraram que se sentem desamparadas, especialmente pelas empresas que poderiam gerar mais benefícios para as comunidades menos assistidas da cidade.

Além disso, a contaminação por rejeitos minerais surgiu como um fator que provoca sentimentos negativos como o sofrimento, a dor e o medo em Socorro da Costa e em Patrícia dos Santos. No caso da última, há também a sensação de abandono e desprezo, não somente por parte das empresas, mas também pela atuação do Estado que se mostra ineficiente em Barcarena e, em específico, na comunidade do Bom Futuro.

### **3.5 As empresas e o outro lado das suas atividades**

---

<sup>119</sup> É importante ressaltar que o desemprego por elevado fluxo populacional não pode ser visto como uma responsabilidade dos grandes projetos, todavia, a sua presença impulsiona esse problema porque quanto mais pessoas atraídas por expectativas em torno da sua presença, mais vagas de emprego são solicitadas. Caso elas não abranjam esse contingente, aumenta-se o desemprego da região na qual o empreendimento se encontra (VAINER; ARAÚJO, 1992).

Percebe-se acima que a vida das interlocutoras em Barcarena está bastante associada à presença da contaminação e do sofrimento, ambos possuem agentes em comum que foram identificados como a segunda categoria de análise, as empresas<sup>120</sup>. Essa categoria, que também foi citada pelas três mulheres, denota um grau de responsabilidade na existência de uma vida difícil.

Neste momento, o termo empresa ganha relevância devido ao surgimento de enfermidades que, segundo as interlocutoras, são resultados diretos da contaminação gerada pelas mineradoras. A Rosilda Santos, por exemplo, destacou a produção de pó nas atividades de beneficiamento mineral. Trata-se de uma poeira que gera tosse, gripe e dores de garganta que afetam as pessoas. Nas palavras dela:

Complicado, por causa do pó, da contaminação! Que vem a tosse, vem a gripe né! Com mais essa poluição que vem aí, arrebitou. Eu mesmo tenho problema de garganta! Pra mim, eu falo que foi dessa empresa, do pó que eu sou alérgica. (Rosilda Santos, 2023)

Juntamente, a Socorro da Costa ressalta que o total de pessoas com câncer aumentou na medida em que empresas como a *Hydro* foram ampliando as suas instalações e, por consequência, o seu processo produtivo e a contaminação. Segundo ela, há casos de enterros de pessoas sem algumas partes do corpo devido às complicações da doença:

A gente enterra gente sem os seus órgãos genitais, todas mutiladas. Eu só sei te falar que o câncer avançou. Quando a empresa *Hydro* tinha só uma bacia e era pouca construção, não dava pra perceber nada. (Socorro da Costa, 2021)

Ademais, a Patrícia dos Santos, ao refletir sobre a experiência da gravidez da sua filha, observa que o processo passou por situações não corriqueiras como a constante falta de ar que a deixava bastante tempo no hospital. Outro ponto é que, das três interlocutoras, ela foi a que mais destacou a existência de exames comprovando a contaminação dela e da sua família por minerais pesados.

Tem um exame de cabelo que eu fiz. Eu tenho níquel no cabelo, tenho alumínio no sangue, eu tenho alumínio no meu fígado, tá? Eu passo mal, eu sofro muito. Eu engordo do nada em 2, 3 meses. Eu afino, fico magrinha com 40 e poucos kg e quando dá dois meses eu explodo de gordura. Eu tenho exame aí, o meu, do meu filho e da minha filha. A gente fez o exame aí e a gente tem e tenho alumínio no fígado! Não é fácil a minha vida com isso aí ó. E a gente não recebe ajuda! (Patrícia dos Santos, 2021)

---

<sup>120</sup> Ressalto que, em alguns momentos, as narrativas podem apresentar palavras sinônimas a essa, como por exemplo, mineradora. Todavia, as analisei sob o termo empresa para facilitar a organização dos trechos das entrevistas e a redação da tese.

Segundo ela, a contaminação é o maior mal produzido pelas empresas. E esses são empreendimentos que possuem muitos funcionários que, para ela, não têm culpa diante da situação, mas acabam sendo penalizados quando ocorrem protestos ou outras ações que interferem no funcionamento rotineiro das mineradoras. Essa é uma situação que gera desconforto em Patrícia, mas que acontece diante da necessidade de mudar a realidade enfrentada.

Na verdade, o mal que ela (as empresas) causa é a contaminação né. Mas tem muito pai de família lá, tanto que quando eu ia no protesto lá que a gente dormia umas três noites, eu via que tinha muitos pais de família lá. Foi na época que afastaram uns aí e me contaram. Afastaram<sup>121</sup> 60 pais de família porque reduziram. Aquilo tocou no fundo do meu coração porque eles não têm culpa né. (Patrícia dos Santos, 2021)

Apesar de a *Hydro* Alunorte ser citada anteriormente, especificar ou direcionar a responsabilidade dos efeitos da mineração para uma ou outra empresa é algo praticamente impossível. É o que a Patrícia dos Santos escutou durante conversas com um funcionário da mineradora. Ela questionou sobre a finalidade de exames feitos pela prefeitura e como resposta, ouviu que não há como fazer algo, ou seja, encontrar um culpado, porque Barcarena está repleta de empreendimentos cujos cuidados com o ambiente são questionáveis.

Um dia conversando com o fulano lá da *Hydro* eu perguntei pra ele “Fulano, e aquele exame que a gente fez pela prefeitura e deu que a gente tem bastante níquel no cabelo? Muito alumínio e ferro no sangue?” Ele disse “ah dona Patrícia, a gente não pode fazer nada porque não é só a *Hydro* que tem de empresa aqui, então a gente não sabe se foi a *Hydro*”. Quer dizer, são muitas empresas e por que que elas não se reúnem e fazem alguma coisa? Elas não fazem nada! (Patrícia dos Santos, 2021)

Todavia, quando se pensa em empresa, é a *Hydro* Alunorte que vem na mente da Socorro da Costa como a principal responsável pela contaminação da cidade, porque, como veremos no próximo capítulo, ela trava diversas lutas contra a mineradora e tem várias ações judiciais contra a empresa, por causa da contaminação que, segundo ela, utiliza a água presente nos rios da cidade nas suas atividades de beneficiamento e a devolve imprópria para uso.

A gente começou a ver o transbordo da bacia, começou a ouvir o Estado através de uma secretaria, que deram pra ela (a empresa) usar a água da nossa bacia, o rio Pará, e devolver. Mas ela devolve com PH, bauxita, alumínio,

---

<sup>121</sup> Em 2018, vários funcionários da *Hydro* foram afastados por meio de “férias coletivas”, devido a sua produção ser reduzida por decisão judicial, em julgamento ao vazamento que ocorreu em uma das suas bacias. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/hydro-anuncia-ferias-coletivas-para-400-funcionarios-mas-nega-demissoes-futuras.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2024.

milhões e milhões de litros de soda caustica. Todos podemos usar! Eu uso, mas devolvo sem contaminação. (Socorro da Costa, 2021)

Diante dos acontecimentos, a empresa, especialmente a *Hydro Alunorte*, é interpretada por ela como um empreendimento que precisa se adequar para que a contaminação e, por conseguinte, os problemas decorrentes dela, possam ser amenizados. Trata-se de uma perspectiva na qual a natureza precisa ser respeitada para que o seu modo de vida não seja suprimido pela produção mineral.

Nesse ponto, a Socorro da Costa faz as suas críticas, mas procura, junto a advogados, mostrar que adaptações podem ser feitas para que a empresa atue de forma segura. Ela afirma que não quer que a empresa saia da cidade, contudo clama por um respeito para com o povo local. Nas palavras dela:

Nós temos várias ações contra ela! Pra mudar porque a contaminação é muito grande! Nós não só criticamos. Nós damos uma maneira, nós temos um advogado especialista em crime ambiental e se dá soluções pra que se adapte. Ninguém quer que a empresa saia, mas não aceitamos ela não nos respeitar! Viver junto com nós e não se adequar. Ela viva com o ramo dela e deixe nós viver com o nosso. (Socorro da Costa, 2021)

Essa fala é um ponto importante a se destacar, pois conforme esta tese for discorrida, ficará explícito que todas as interlocutoras compreendem que as empresas não podem ser retiradas da cidade, afinal elas têm a sua importância, principalmente para a economia local. Porém, o modo de atuação delas precisa ser revisto com urgência, de modo que o principal mal, isto é, a contaminação, seja encerrado.

Percebe-se que a Socorro da Costa relaciona as empresas a um desrespeito. Essa sensação também está presente nas outras interlocutoras, mas a partir de outras qualificações. A Rosilda Santos, por exemplo, compreende que as empresas apresentam muitos preconceitos para com parte da população, principalmente com ex-detentos e mulheres. São dois grupos que não possuem oportunidades de emprego nas firmas.

No caso das mulheres em específico, ela critica que muitas mães já prepararam e encaminharam os seus currículos para as empresas, até para atuar em empregos de baixa remuneração, entretanto não há o aceite e a contratação. Diante disso, resta somente a “parte ruim” dos grandes projetos, que é a contaminação. Para ela, as empresas não trouxeram benefícios para este grupo:

Tem muitas mães de família que sofrem a mesma coisa. Pra mim é uma discriminação porque não dão oportunidades. Já mandemo vários currículos por aí, até de ajudante as mulheres querem, e nada! O que tem muito é as mazela. Poeira, contaminação porque quando chove fede de um enxofre horrível. Pra mim, mulher, não teve benefício nenhum. Ao contrário! (Rosilda Santos, 2021)

Já a Patrícia dos Santos percebe esse desrespeito na falta de compromisso das empresas para com a população. Por residir e lutar por Bom Futuro, uma comunidade vizinha à bacia de rejeitos da *Hydro Alunorte*, essa empresa é a mais criticada por ela. Um dos seus apontamentos sobre desrespeito é o descaso para com o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), um acordo junto ao Ministério Público que visa impedir a continuidade de condutas danosas aos direitos de um coletivo, assim como repará-las de modo a evitar processos judiciais entre os(as) envolvidos(as) (FERNANDES, 2021).

Nossa interlocutora nos diz que a empresa não respeitou o acordo de um ano de vale alimentação mais salário-mínimo, negociado em decorrência do crime ambiental em 2018. Na realidade, o que ela e outras pessoas receberam foi um tíquete alimentação no valor de R\$ 600,00 durante cinco meses. Isso lhe gerou um sentimento de frustração:

A gente vive em grupos de *WhatsApp* aí, né? São muitos grupos de *WhatsApp*, aí manda “olha, agora vai sair tal coisa, agora vai sair uma indenização da *Imerys*, vai sair a indenização da *Hydro*, tal coisa vai sair, e na verdade não sai nada, nem o resto dos 7 meses dos cartões que a *Hydro* assinou um contrato, um TAC com a gente, de responsabilidade com a gente, de 1 ano de tíquete alimentação, que era um salário, veio 600 reais e ainda veio 5 meses. Aqui não veio mais o resto, só metade! Era 1 ano! Essa responsabilidade eles nunca assumiram com o povo, entendeu? Então assim, a gente vive todo tempo frustrado, porque é só promessa, é só promessa, é só promessa e nada de resposta, né? (Patrícia dos Santos, 2023)

Outra demonstração de desrespeito para ela é a ausência de compromisso da *Hydro Alunorte* em criar um “cinturão” ou qualquer outro meio de segurança que impeça um possível rompimento da bacia de rejeitos que se encontra vizinha às residências do Bom Futuro. Mais uma alternativa seria indenizar os(as) moradores(as) para que eles(as) pudessem sair da área. Estas seriam medidas que, segundo ela, dariam credibilidade para a empresa junto à população.

Se eles viessem e socorressem a gente, seria melhor! A *Hydro* tem como fazer isso! Indenizar, construir um cinturão, um muro pras pessoas terem mais segurança. A empresa ficava com mais crédito com as pessoas, entendeu? Então, o que eu queria? Eu queria tanto que a empresa fizesse um gesto de bondade com a gente desse bairro, sabe? Porque esse bairro aqui foi afetado diretamente. Que eles indenizassem o povo daqui, fizesse um bocado de casinhas e desse pra gente. (Patrícia dos Santos, 2021)

Trata-se de uma situação que gerou problemas psicológicos na Patrícia dos Santos. Ela correlaciona a presença da mineradora ao surgimento da sua depressão e de um sentimento negativo que é o medo, afinal a preocupação de acontecer algo

semelhante ao que ocorreu em Mariana<sup>122</sup> e Brumadinho<sup>123</sup> transforma o seu cotidiano em algo crítico. Ela viu reportagens na TV sobre o que aconteceu nessas cidades e o quanto o sofrimento se estendeu para as pessoas ao buscarem por justiça, indenizações e moradia:

Olha, meu filho, viver ao lado dessas empresas é, sinceramente, é uma batalha de vida sabe, porque é bem crítico viver perto delas, é depressivo na verdade! Pra te ser sincera, é depressivo viver perto dessas empresas! Porque temos exemplos né, de empresas como Mariana, Brumadinho né... Que se romperam, mataram milhões de pessoas e, até hoje, se vê falar nas reportagens que as famílias das pessoas que se foram, ainda não receberam indenização. Ainda não têm moradia digna, entendeu? Os aluguéis que eles prometeram de pagar, eu vi um dia desses na televisão, não tão pagando direito. As pessoas ainda tão sem expectativa de vida! E lá que era uma empresa de nome, e renome, sobrenome, uma empresa muito famosa, né? (Patrícia dos Santos, 2023)

Inclusive, em suas reflexões, ela ressalta que empresas multinacionais do porte da *Hydro* Alunorte e da Albrás poderiam indenizar as pessoas antes da morte, o que denota uma preocupação além do medo do rompimento da bacia. Há ainda um conjunto de placas espalhadas pela cidade, várias delas no entorno do Bom Futuro e de Burajuba, que reforçam ainda mais essa preocupação. São as placas (Figura 58) que sinalizam para e por onde fugir, caso o fato venha a ocorrer.

Figura 58: Placas de rota de fuga



Fonte: Foto autoral (Viagem de campo, 2023)

<sup>122</sup> De modo a relembrarmos, conforme Andréa Zhouri (2018), o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em 2015, gerou 19 mortes imediatas e milhares de deslocamentos. Pessoas perderam as suas casas, terras, plantações e criações. A maioria passou a viver de aluguel, sem a certeza de indenizações. Rios foram contaminados e dezenas de cidades apresentaram dificuldades no abastecimento de água.

<sup>123</sup> O rompimento da barragem de Brumadinho ocorreu em 2019. Ela provocou mais de 300 óbitos e diversos impactos socioambientais, em decorrência dos 13 milhões de m<sup>3</sup> de lama com rejeitos que atingiram a população e os rios. Foi um desastre que mostrou que a Vale S.A, companhia responsável pela barragem, não aprendeu com o ocorrido em Mariana, com a Samarco, empresa da qual ela também faz parte (FREITAS et al., 2019).

Segundo ela, as placas apenas direcionam para um local “no qual todos(as) morrerão abraçados(as)”. Outra questão que ela destaca é que há também aquelas pessoas que não conseguiriam fugir devido à proporção e à velocidade da lama de rejeitos, que são os(as) idosos(as) que residem no meio da mata conhecida como o “cinturão”, a mata que “separa” as instalações da empresa da comunidade do Bom Futuro e que possui cerca de 150 metros, segundo informações repassadas a Patrícia dos Santos:

Aí fizeram uma reunião com o povo aqui pra fazer uma simulação que, se acontecer, tocar a sirene, aí nós corre todo mundo. A minha mãe, coitada, ela não vai correr porque ela não pode, né? Aí nós corre, os que dá conta de correr, vamos se encontrar tudo lá na pracinha que era a quadra lá. Lá é o ponto de encontro pra morrer todo mundo abraçado.

Mas meu filho, você acha que se tiver uma ruptura numa empresa, numa bacia dessa que é gigante, que eu já foi lá. Lá de cima se enxerga os prédios de Belém. Você acha que vai dar tempo de nós se encontrar pra morrer junto? É lógico que não, meu filho! No tempo do transbordo, mediram aí. Parece que é 150 metros, só que tem o “cinturão”, esse cinturão que eles falam aí. Tem mais casa aí pra dentro! (Patrícia dos Santos, 2023)

Reflexões sobre o medo e a morte também são verbalizadas por Rosilda do Santos e Socorro da Costa. A primeira citou que ela tem medo da bacia romper e acontecer algo semelhante a Brumadinho com a população de Barcarena. Enquanto a segunda associa um possível rompimento da bacia a uma eventual “morte lenta”. Refletindo sobre isso, ela ressaltou que há um problema além da lama que são os contaminantes utilizados no processo de beneficiamento. Eles são potencialmente prejudiciais à vida:

As nossas casas não são acima de 3 metros! Essa bacia da *Hydro* é acima de 30 metros! Se ela romper, não vai sobrar nenhum fio de cabelo porque essa química misturada é mais forte do que Mariana! Mariana eu costumo dizer que é uma morte rápida, aqui é uma morte lenta. (Socorro da Costa, 2021)

Outra preocupação associada pelas interlocutoras às empresas é a iminência da criação de novos empreendimentos que surgem para dar mais força a produção mineral na cidade e que gerarão outros impactos. Nas palavras de Socorro da Costa, “A empresa tá avançando em tudo! E agora vai chegar mais um trem, vai chegar mais mineroduto. E aí? Nós já somos doentes! Nós já vamos aguentar mais impacto?”.

A crítica que ela faz está embasada no fato da conversão da cidade em um polo multimodal com foco não somente na exportação mineral, mas também agrícola. Há três projetos autorizados pelo Ministério de Infraestrutura (MInfra), voltados para a criação

de três ferrovias cujo destino será o porto da Vila do Conde. Duas ligarão Barcarena ao Maranhão e uma à Santana do Araguaia, cidade localizada no sul do Pará (VAZ, 2022).

E como ressalta o trecho abaixo, para a Patrícia dos Santos, em uma década, as empresas ganharão força de modo a converter a cidade em um ponto empresarial. Ela faz essa observação amparada nas indenizações que estão ocorrendo em outras comunidades como a da Vila do Conde (possivelmente em decorrência do projeto ferroviário) e o Arienga.

E acredito, meu filho, que no futuro vai se tornar isso aqui com bem mais empresa né, porque tem lugar aí que elas já tão indenizando né. Pessoas como no Conde, as empresas já tão indenizando. Se as empresas indenizar todo mundo do Conde, o Conde vai virar só uma empresa. O Conde vai virar um ponto empresarial só de empresa mesmo. O Arienga também já estão saindo várias indenizações para pessoas que tem terra grande, então vai se tornar tudo empresa, né? Então eu acredito que daqui a mais uns 10 anos, Barcarena vai tá bem evoluída de empresa. (Patrícia dos Santos, 2023)

No fim, duas delas, a Rosilda Santos e a Patrícia dos Santos, associam as empresas a possíveis agentes de mudanças positivas. Para a primeira, as mineradoras poderiam tomar a iniciativa de converter os seus impostos em obras de infraestrutura nos bairros/ comunidades:

O que eu queria que a empresa fizesse é tipo assim, “ah, tem uma empresa chegando aqui”, eu vou pegar o bairro do Itupanema, Vila Nova, eu vou mandar arrumar todas as ruas, vai ser o meu imposto, viu prefeito? Pelo menos deixar uma cidade chique com água, com tudo que a cidade, pavimentação, tudo ótimo! A cidade mudaria! (Rosilda Santos, 2023)

Já para a Patrícia dos Santos, as empresas deveriam se unir e fechar metas visando a população. Dentre elas, a primeira seria priorizar a contratação de barcarenenses para as vagas de emprego; a segunda seria criar um bom hospital para atender as pessoas contaminadas por seus minerais; por conseguinte, elas deveriam disponibilizar cursos de capacitação para a população local, visando o seu aperfeiçoamento profissional; e por fim, elas deveriam se unir com a prefeitura local para urbanizar a cidade na qual elas atuam, transformando Barcarena em uma “cidade modelo”, ou seja, em um bom exemplo.

Sintetizando as minhas interpretações sobre o exposto neste tópico, primeiramente destaco dois problemas específicos da mineração com relação às mulheres de Barcarena. São eles, os efeitos da mineração na gravidez da filha da Patrícia dos Santos e a falta da contratação de mulheres para o quadro funcional da mineração, problema apontado por Rosilda Santos.

No que concerne à relação que Patrícia dos Santos estabelece entre a contaminação proveniente das empresas e os problemas que a sua filha apresentou durante a gravidez, esse elo contém pesquisas recentes que dão força a sua interpretação. Um exemplo é a publicação da FAU-AL (2021) que destaca que a gravidez de mulheres em áreas de mineração tende a apresentar dificuldades. Em alguns casos mais graves, ocorrem abortos espontâneos ou o bebê nasce com sequelas resultantes da contaminação sofrida pela mãe.

Enquanto em relação à não contratação de mulheres pelas empresas, é importante ressaltar que estamos apresentando perspectivas de três mulheres cujas parentes, conhecidas e amigas não estão inseridas nesse mercado. Não realizamos estudos dentro das empresas para estipular quantas mulheres fazem parte do seu quadro funcional, no que elas atuam e em que condições exercem, portanto é importante considerar este recorte para interpretar as críticas tecidas.

Inclusive, a *Hydro Alunorte* e a *Albras* divulgaram nos últimos anos, programas voltados para mulheres barcarenses. Um em 2022, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Barcarena, no qual mulheres acima de 18 anos receberiam capacitação em cursos profissionalizantes que as preparariam para atuar na área industrial (PROGRAMA, 2022); e outro em 2023, voltado para estudantes universitárias interessadas em estagiar em algumas das suas unidades. Para tal, elas deveriam estar cursando no mínimo o quarto semestre e possuir inglês intermediário (HYDRO, 2023).

Ambas as medidas são importantes e surgem para sanar um problema que já foi apontado na apresentação teórica do começo deste capítulo: o não favorecimento às mulheres em projetos de desenvolvimento, principalmente em territórios mineralizados nos quais as atividades são socialmente vistas como masculinas, portanto, somente realizáveis pelo homem que “possui” a força e a resistência necessária para lidar com a insalubridade (CASTILHOS; CASTRO, 2006; HERNÁNDEZ, 2016).

Todavia, apesar das iniciativas, temos que considerar que tais medidas não fazem parte da realidade das interlocutoras. Primeiro que elas e outras mulheres de diversas idades, não atendem ao perfil de participação em algumas dessas ações, como por exemplo a segunda citada, na qual estar no ensino superior e saber inglês intermediário são critérios de eliminação.

Por conseguinte, temos o fato de que estas mulheres, ao não conhecerem ou não enxergarem outras mulheres, principalmente das suas comunidades, atuando dentro

desses empreendimentos, seja em cargos de chefia ou em funções menos remuneradas, formam a sua interpretação e as suas críticas amparadas na sua realidade, ou melhor, nas suas observações.

No caso delas, a presença da mineração não se converteu em oportunidades para elas e/ou suas parentes. O maior exemplo disso é a Patrícia dos Santos que, como relatado no capítulo um, mudou-se para Barcarena na esperança de atuar como cozinheira, todavia não conseguiu, restando-lhe apenas uma certificação que comprova o seu potencial na função. Ainda no mesmo capítulo, temos também o exemplo da Rosilda Santos que interpreta que as oportunidades estão mais próximas das novas gerações que têm mais acesso a alternativas de ensino e qualificação.

As críticas das interlocutoras surgem como clamores por mudanças na maneira de atuação das mineradoras e não pela presença delas na cidade. Isso não significa que elas defendam ou minimizem o processo de criação dos projetos, todavia demonstra um entendimento de que eles são cruciais para sustentar a economia de Barcarena. Hoje em dia a cidade apresenta um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do estado e grande parte disso se dá pela produção das empresas que regem 70% da economia local, se sobressaindo a agropecuária (0,40) e outros serviços (29,01%), o que dá veemência a este posicionamento presente nas três mulheres (BORDALO *et al.*, 2017; NASCIMENTO; FREITAS, 2010).

As críticas estão intimamente vinculadas a uma sensação de desrespeito para com as suas vidas, os seus conhecimentos e o território. Isso fica explícito principalmente no posicionamento da Socorro da Costa que se denomina como uma “doutora da floresta”, ou seja, como alguém que apresenta vínculos profundos com a natureza.

Sabe-se que os grandes projetos alteraram essa relação em Barcarena, afinal já existem diversas produções acadêmicas – várias já citadas nesta tese - que evidenciam os impactos da mineração sobre os rios, as matas e a produção tradicional dos moradores da cidade. Essa mudança tem as suas especificidades, principalmente quando consideramos os povos amazônicos, cujos saberes ligados à terra resultam de anos de vivências no território e nos quais os rios são associados a experiências e lembranças por serem fundamentais à vida (CASTRO, 1999). E essa realidade foi vivenciada e narrada por Socorro da Costa, o que nos ajuda a entender parte da sua indignação.

Uma outra emoção que se uniu ao sofrimento apresentado anteriormente foi o medo. Ele surge nos relatos de todas as interlocutoras vinculado à presença das bacias

nas quais as mineradoras depositam os rejeitos minerais, ou seja, o que sobrou do processo de beneficiamento mineral. A presença do medo tem de veras relevância porque, segundo Luciana dos Santos (SANTOS, 2003), é uma emoção básica que se manifesta na percepção do perigo à integridade física e/ou a vida de um indivíduo e que, por conseguinte, gera reações de defesa como, por exemplo, a fuga. No caso desta tese, compreendo que a luta, estritamente relacionada à comunicação (SCOTT, 1990), seja um desses mecanismo de defesa, todavia só a detalharei no próximo capítulo.

Tendo essa compreensão sobre o que é o medo, identifico que a sensação de perigo das três mulheres é a “simples” presença das bacias de rejeitos, pois elas passam todos os dias com medo de que ocorra um rompimento semelhante ou pior ao que aconteceu nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho.

Todavia, levando em consideração as falas e o contexto no qual cada uma delas se encontra, compreendo que esse medo se apresenta com maior força na Patrícia dos Santos por três motivos: A proximidade da comunidade do Bom Futuro para com as bacias DRS1 e a DRS2 da *Hydro Alunorte*; as experiências negativas pelas quais ela já passou por causa do vazamento de rejeitos da empresa, em 2018; e o fato dela estar ciente sobre os desastres que ocorreram em Minas Gerais.

Dessa forma, podemos considerar que as empresas produzem não somente minérios, mas também o medo. Um medo que se atenua no fato de uma possível extensão do sofrimento. As duas emoções estão imbricadas, afinal só de pensar no que pode acontecer durante e após um possível rompimento de uma das bacias, as interlocutoras, em especial a Patrícia dos Santos, demonstram um sofrer amparado nas notícias que elas já leram ou viram sobre as pessoas que passaram por isso em Minas Gerais.

E essa relação apresenta ainda mais força quando encontramos autores(as) que desenvolveram pesquisas sobre os desastres em Minas Gerais, e que afirmam que o sofrimento ganha novos contornos após a concretização do acontecimento. Em um primeiro momento, as pessoas precisam lidar com os danos físicos e emocionais do fato em si, e posteriormente passam a encarar uma recorrente busca por afirmação e legitimidade das suas falas, acompanhadas de negação e indiferença de outros atores, dentre eles os empreendimentos e parte do próprio Estado, afinal são dois agentes que possuem vínculos e poderes, portanto interesses que muitas vezes impedem uma sensação de justiça (PENIDO, 2018; VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011).

Dadas as proporções, uma prévia deste sofrimento já foi apresentada a elas, pois quando a Patrícia dos Santos contou que a *Hydro Alunorte* não cumpriu com um combinado envolvendo ajuda de custo e tíquete alimentação, podemos interpretar que o sofrimento apresentou os seus primeiros contornos. Reforçando esta observação, Maria Penido (2018) argumenta que o sofrimento decorre de conflitos e diferentes perspectivas sobre um desastre, logo, se elas foram afetadas pelos rejeitos da citada empresa em 2018 e o previsto não foi cumprido, o status de ‘atingidas’ lhes foi negado, portanto o sofrimento se fez presente e ele fica expresso nos relatos das mulheres.

Um outro ponto importante de se analisar e apontar aqui é o fato de o medo gerar, principalmente na Patrícia dos Santos, uma vontade de mudar-se da comunidade. O medo cria a insegurança e vice-versa. E quando estes estão relacionados a presença de uma bacia/barragem, a vida cotidiana se transforma em uma progressiva exaustão física e emocional porque o presente e o futuro são permeados por incertezas (PRATES, 2017; VALENCIO *et al.* 2011). No caso dessas mulheres, será que amanhã elas acordarão bem?

Entendo que este combo foi qualificado por Socorro da Costa em outras palavras, no que ela disse ser uma “morte lenta”. A morte, de acordo com José Carlos Rodrigues (MELLO, 2016), é a última condição dos seres vivos, marcando o término da vida e da existência. Vida que, no caso das três mulheres, apresenta diversos problemas, dentre eles o sofrimento e o medo, como você pôde acompanhar até aqui.

No caso da Socorro da Costa, podemos associar a “morte lenta” à presença das bacias de rejeitos, afinal bacias e barragens, segundo Prates (2017), podem ser significadas como a morte, haja vista que pessoas que residem próximo a elas, dificilmente conseguem fugir da lama em caso de um rompimento, representando então o possível fim da vida desses indivíduos.

Todavia, compreendo que a “morte lenta” relatada por ela condiz também com o fato da sua vida ter sido constantemente alterada. De acordo com Carlos Mello (2016, p. 18), “a vida é tudo que há. O céu, as flores, pessoas, ruas. O coração que pulsa, os sentimentos, as indagações, assim como os problemas e as contradições”. No caso dela, os problemas, as contradições e os sentimentos negativos estão se sobressaindo ao que ela entende como viver, ou seja, à sua relação harmoniosa com a natureza.

Dessa maneira, o seu jeito de viver, portanto a sua vida, está sendo suprimida por um novo modo de vida agenciado pelas empresas. Assim sendo, por mais que ela esteja viva, ou seja, com o seu coração pulsando, a morte se apresenta mais que o seu

fim último que é o término dos batimentos cardíacos. Nessa situação, a morte, segundo ela, está acontecendo ainda em vida.

Findando este tópico sobre a categoria empresa, nota-se que as três mulheres qualificaram as mineradoras como as responsáveis por um conjunto de mazelas. Dentre elas, a que apresentou mais força foi a contaminação, devido às dificuldades que ela desencadeia na relação com a natureza, na saúde das pessoas e na continuidade dos seus saberes e fazeres.

Ao mesmo tempo, as empresas foram qualificadas como descompromissadas, preconceituosas, discriminadoras e desrespeitosas, termos que se unem a outras palavras de teor negativo como a depressão, o medo e a morte, profundamente relacionados às atividades de beneficiamento mineral e a existência das bacias de rejeitos minerais próximas as comunidades.

E, por último, mas não menos importante, a *Hydro* Alunorte foi a empresa mais<sup>124</sup> citada ao longo dos depoimentos, entretanto, isso não significa que somente ela seja a responsável pelos problemas enfrentados e que, portanto, precise se adequar. Todas as mineradoras são criticadas e necessitam atentar-se para os clamores dessas mulheres e dos(as) demais moradores(as) de Barcarena, de maneira a estabelecer relações mais próximas e saudáveis.

### **3.6 Mulher: responsabilidade, medos e dificuldades**

Outra categoria de suma importância proferida pelas interlocutoras é o substantivo mulher. O termo tem a sua relevância não somente por sua repetição nas falas, mas também por nos ajudar a entender um pouco sobre as especificidades da mineração sobre o corpo feminino, na ótica de três mulheres que atuam na liderança em Barcarena.

Para começar a minuciar a categoria mulher em meio a mineralização da cidade, relembro que já foi pontuado anteriormente que as mulheres sofrem com o desemprego. Aqui, neste momento, essa associação ressurge na voz da Patrícia dos Santos. Quando indagada sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, ela

---

<sup>124</sup> Não há um relato das interlocutoras que explique exatamente o que as leva a enfatizar o nome da *Hydro* Alunorte em suas críticas. Contudo, a partir das minhas observações, creio que a mineradora ganhe destaque negativo frente as outras porque está envolvida em um dos acontecimentos mais recentes na cidade, o crime ambiental de 2018. Soma-se a isso o que apresentarei mais à frente: o fato de o crime ambiental ter sido denunciado por elas a partir de uma “invasão” ao terreno da empresa; o não cumprimento dos acordos com as comunidades e ainda haver ações judiciais tramitando dentro e fora do Brasil, portanto sem resoluções e punições mais severas.

ressalta que encontrar uma mulher trabalhando é uma raridade, mesmo que estejam aptas a desenvolver profissionalmente atividades de cunho doméstico.

Nossa, mulher aqui é muito raro. Aqui nesse bairro, se tem cinco mulher empregada é muito! É muito pouco! Poxa, tem mulher aqui que sabe limpar um chão. Eu, por exemplo, sou profissional pra cozinhar. Não tenho certificado (diploma), mas cozinho muito bem! Mas nunca tive uma oportunidade de pegar um emprego numa empresa. (Patrícia dos Santos, 2021)

Para ela, é muito difícil ser mulher em Barcarena, especialmente em Bom Futuro porque não há oportunidades para elas. Exemplos vêm a sua mente, dentre eles a presença de professoras nas escolas próximas. Como destaca o fragmento abaixo, segundo ela, mulheres da cidade vizinha de Abaetetuba são contratadas e deslocam-se diariamente para atuar lecionando, limpando e cozinhando em colégios barcarenenses, enquanto em Bom Futuro há uma mulher professora que não exerce a sua profissão nas escolas por falta de oportunidade e priorização da própria prefeitura.

Mas mulher mesmo? Nem pensar! É muito raro emprego pra mulher nesse lugar. É muito difícil! Até mesmo nas escolas. Eles pegam gente lá de Abaetetuba. Aqui, quando tinha uma escola, vinha duas mulher, uma que trabalhava na área da limpeza e outra na cozinha. Elas vinham de Abaetetuba. As professoras também! E aqui no nosso bairro tem professora. A Nilza<sup>125</sup>, uma jovem senhora formada desde nova e nunca exerceu a sua profissão porque a prefeitura só dá emprego pra ela de zeladora, pra trabalhar na cozinha. Tudo isso é difícil pra nós aqui! (Patrícia dos Santos, 2021)

Além do desemprego, Socorro da Costa ressaltou que as mulheres lidam com o abandono pós gravidez, transformando-se em mães solo. Não raro, algumas se envolvem com funcionários das empresas, os “homens da cidade” segundo ela. São homens cujo emprego não é fixo e que em alguns casos já possuem família fora de Barcarena, contudo se envolvem de forma extraconjugal, engravidando mulheres e abandonando-as posteriormente.

Todavia, no caso das mulheres entrevistadas, ser mulher em Barcarena também está bastante associado à resistência, e quem detalhou essa realidade foi a Rosilda Santos. Segundo as suas observações, não é bom o tratamento recebido durante os protestos. Segundo ela, a Polícia Militar intervém com tons de ameaça e intimidações, diferente do que ocorre em relação aos homens presentes nos atos. Quando os protestos não são na rua e adentram espaços como o Ministério Público Federal (MPF), o tratamento muda para melhor, reflete ela:

---

<sup>125</sup> Nome fictício!

Não tratam a gente bem porque somos mulheres. Veem com tom de ameaça pra cima da gente, tudo armado. Lógico que a gente tem medo. Mas, nos órgãos públicos, quando viajamos pra Belém, pro MPF, eu achei um tratamento bom com nós mulheres. Demos entrevistas. Lá nos receberam muito bem! Mas, como mulher assim, a gente ainda sente muito medo. (Rosilda Santos, 2021)

As mulheres são associadas por ela a sentimentos como o medo e a coragem. O primeiro é produto das intimidações ressaltadas acima, e a coragem é proveniente do fato de que, geralmente, são elas que se inserem na luta. Uma das motivações, segundo a Rosilda Santos, é que as mulheres não possuem vínculos com as mineradoras, algo que foi detalhado nos tópicos anteriores desta tese. Soma-se a isso o fato de que os homens, por trabalharem ou possuírem maiores possibilidades de conquistar uma vaga de emprego nas mineradoras, evitam fazer maiores críticas aos projetos e à prefeitura, cabendo tal responsabilidade às mulheres, que correm os riscos de repressão nos atos.

Tem medo porque os nossos gritos de socorro demoram a ajudar a gente, por causa daquela coisa, é mulheres, então deixa pra lá. E infelizmente também, se você for ver, aqui, a maioria das lideranças são mulheres porque os homens são medroso, não têm coragem de ir pra luta. E quando tu vai entrevistar um homem, a maioria vai defender a empresa porque muitos homens daqui líder, tem emprego político. Lógico que não vai falar mal do prefeito, do patrão deles. Nós não! Nós mulheres vamos pra cima mermo! Corre risco de pegar splay de pimenta na cara! (Rosilda Santos, 2021)

E para finalizar essa associação entre os depoimentos das mulheres neste campo mineralizado que é Barcarena e dar início à redação da síntese interpretativa sobre eles, há um outro problema que envolve também parte da população feminina da cidade. Refere-se à prostituição que, segundo a Socorro da Costa, é algo corriqueiro durante as idas e vindas de navios que aportam no porto da Vila do Conde. Nas palavras dela, “as mulheres segue o barco, atravessa, vai pro navio fazer programa! Isso é legal? Não! Mas isso acontece!” (Socorro da Costa, 2023).

A prostituição em Barcarena é uma realidade que, de acordo com a Rosilda Santos, surgiu lado a lado com a criação dos grandes projetos. Muitas mulheres mudaram para a cidade em busca de lucros e estabilização financeira por meio da prostituição, fazendo proveito da grande presença de homens atuando em obras. Este é um problema que na época foi naturalizado, mas hoje é alvo de reflexões:

Olha, da prostituição, como te falei, muitas mulheres que vieram de fora, conheço, hoje são mulheres casadas, vive muito bem no Conde, entendeu? Outras aqui na Vila e outras muitas também morreram, entendeu? Teve amigas minhas que já morreram, que deixaram até patrimônio hoje, que chegaram aqui como prostituta, entendeu? Elas vinha pra ficar com os peão da Sade que vieram pra construir tudo aqui. Hoje que a gente, com outra visão, a gente vê onde que tá os erro gritante. (Rosilda Santos, 2023)

Inclusive, rememorando sobre o fato, ela relatou que a primeira casa de prostituição foi construída na entrada da comunidade do Arienga, no que hoje é conhecido como o Trevo do Peteca, cujo nome originou-se da denominação da boate intitulada “Peteca”. Posteriormente, a boate foi transferida para a Vila do Conde, comunidade na qual se encontra o complexo portuário, portanto os navios citados anteriormente pela Socorro da Costa.

Vieram como prostituta no Trevo do Peteca, tanto que por que Trevo do Peteca? Porque o nome da boate era peteca! Por isso que até hoje lá existe o Trevo do Peteca.

Boate do finado Bezerra e do finado bolão existiu lá, do lado da minha casa, lá que era a boate, que era o cabaré onde a mulher se prostituía. Aí depois que tiraram do Peteca e foi pro Conde. E o nome, até hoje, ficou Trevo do Peteca, entendeu? (Rosilda Santos, 2023)

Agora, sintetizando e interpretando o que foi dito em relação à categoria mulher, percebe-se que os problemas específicos a elas foram bem delimitados, apesar de comentados brevemente durante as suas falas. O primeiro deles é o desemprego. E, posteriormente, temos o aumento do total de mães solas e da prostituição, acompanhado da responsabilidade feminina na luta contra a mineração e da repressão aos atos.

A começar pelo desemprego, este é um dos principais incômodos observados e apresentados pelas interlocutoras. Elas não conhecem mulheres atuando nas mineradoras, principalmente mulheres das suas comunidades. Dentre as observações, elas destacam que as mulheres não atuam sequer em setores de limpeza, alimentação e educação.

Apesar de não comentarem sobre o porquê estas funções foram as primeiras a vir em seus pensamentos, percebe-se que há nessa observação feita principalmente pela Patrícia dos Santos, uma interpretação pautada nos papéis de gênero, afinal esse são empregos de menor remuneração e, com exceção do último que tem relação com a educação, são trabalhos que não exigem grande qualificação técnica.

São serviços historicamente atribuídos às mulheres, mas se as interlocutoras não as veem ou compreendem que apresentam dificuldades para conquistar essas vagas de emprego, posso interpretar que, no mínimo, as mulheres das citadas comunidades não estão tendo as mesmas oportunidades que outras, mesmo que sejam ocupações questionáveis ao lembrarmos da presença e divisão por papéis de gênero que delimitam os espaços nos quais as mulheres devem atuar (FAUSTINO; FURTADO, 2013; PINTO, 2018).

Um ponto que reforça esta minha interpretação é a fala da Patrícia dos Santos sobre a ausência ou pouca realização de cursos de capacitação profissional na cidade, aliada às dificuldades que algumas pessoas como os(as) catadores(as) apresentam em conseguir tempo para ir aos cursos disponíveis, afinal eles(as) passam o dia trabalhando para garantir a sobrevivência. E como a qualificação técnica é exigida pelas mineradoras como um critério de contratação, essas pessoas passam a fazer parte do grupo diretamente não beneficiado pela principal vantagem da mineração que são os empregos, que garantem boa remuneração e benefícios de assistência médica e vale-alimentação (SOUZA, 2006).

Todavia, de acordo com Cruz *et al.* (2017), a mineração dificilmente contrata mulheres que moram na cidade na qual ela se instala, então ter uma qualificação não significa a obtenção do “sucesso”. Geralmente, o quadro funcional de empregos diretos ou indiretos gerados pela mineração envolve majoritariamente os homens e/ou pessoas de fora da cidade na qual se encontra a empresa (CRUZ *et al.*, 2017). Essa argumentação nos ajuda a olhar para o exemplo da professora de Bom Futuro citada pela Patrícia dos Santos. Ela é uma mulher com qualificação, porém encontra-se desempregada.

E quando não contratadas – lembrando que temos como principais exemplos as próprias interlocutoras que não trabalham e não possuem parentes atuando nas mineradoras – resta às mulheres lidar com o que “sobra” da realidade da mineração. No caso delas, há um cenário no qual elas não possuem vínculos empregatícios, mas que, como apresentamos antes, sentem os danos relacionados às atividades da mineração, uma situação que, segundo Furtado (2018), agrava a vida feminina porque os malefícios saltam à frente nessa relação entre as mulheres e as mineradoras.

Inclusive, lembremos que a Patrícia dos Santos se mudou para Barcarena com o objetivo de conseguir um emprego. Entretanto, ao não conseguir, ela não se tornou alheia a uma realidade que envolve, por exemplo, a contaminação. Tanto que ela apresenta minerais pesados em seu sangue. Nesse campo, ela foi o maior exemplo do que Queiroz e Praça (2021) e FAU AL (2021) argumentam: Contratadas ou não, as mulheres continuam sendo aproximadas da contaminação e de um eventual adoecimento físico ou mental como o estresse gerado pelo aumento de preocupação para com os outros e consigo mesma. No caso da Patrícia dos Santos, a preocupação rendeu-lhe um quadro depressivo.

Dentre as outras desvantagens citadas por elas, temos o aumento da existência de mães solo e da prostituição, dois problemas diretamente relacionados à grande presença de homens geralmente atraídos pelas indústrias da mineração. Em conformidade com Edilza Fontes (2003), os megaprojetos reúnem uma grande quantidade de trabalhadores, muitos desacompanhados das esposas, o que intensifica relações extraconjugais. A autora argumenta que há uma cultura na qual esses homens procuram estabelecer relações amorosas com funcionárias e outras mulheres das proximidades do seu local de trabalho, o que vai de encontro aos relatos apresentados por Socorro da Costa e Patrícia dos Santos.

Em relação ao aumento do número de mães solas em terras com mineração, não temos dados acadêmicos que destaquem a elevação desse quantitativo em Barcarena, haja vista que ainda não encontrei pesquisas abordando este tema. Todavia, autoras como Queiroz e Praça (2021) alegam que nas cidades onde há mineradoras, ocorre uma tendência ao surgimento dos “filhos dos megaprojetos” ou “filhos da mineração”, provenientes dessas relações amorosas envolvendo trabalhadores dos grandes projetos que estão apenas de passagem pela região. Lembremos que em Barcarena há o porto localizado na Vila do Conde, no qual homens - brasileiros ou não - transitam diariamente, o que dá forças para as interpretações das interlocutoras.

E no que se refere à prostituição, conforme já manifestado nesta tese, trata-se de uma complicação que acompanha a mineração. Existem “mercados do sexo”, cuja presença influencia diretamente no transcorrer do mercado da mineração, dado que os funcionários e empresários estão entre a clientela desse “serviço” que envolve mulheres adultas, mas também meninas e adolescentes geralmente vulneráveis financeiramente, que comumente atendem em prostíbulos ou casas adaptadas para a prostituição (QUEIROZ, 2021; SOUZA; RODRIGUES, 2019; VIEIRA, 2021).

Esta realidade existe em Barcarena e foi não somente comunicada por Socorro da Costa e Rosilda Santos ao narrarem sobre as mulheres que rumam em direção aos navios e que mudaram com destino à cidade para trabalhar em prostíbulos que posteriormente foram deslocados para o bairro da Vila do Conde, mas também já foram alvo de investigações anteriores e de reportagens denunciando este mercado.

Em cartilha produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2016), foram realizadas entrevistas com mulheres residentes de diversas áreas minerais do Brasil. Uma delas foi Barcarena, na qual há também relatos

semelhantes ao de Socorro da Costa sobre mulheres que são levadas para os navios, mas com um atenuante: o assassinato e a morte de uma mulher, cujo corpo foi jogado no rio.

Ao mesmo tempo, há também na cartilha o destaque para o fato de mulheres que mudaram para Barcarena visando se prostituir e do deslocamento dos prostíbulo devido ao aumento de empreendimentos na cidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2016). São pesquisas que reforçam o que foi presenciado e relatado pela Rosilda Santos. Lembremos que, segundo ela, diversas mulheres passaram a viver na cidade para se prostituir no Arienga, no primeiro prostíbulo de Barcarena.

Posteriormente, segundo ela, o prostíbulo foi deslocado para a Vila do Conde. Compreendo que este foi o começo da criação de 70 casas noturnas (Figura 59) denunciadas por Silva (2007). Para a autora, a explosão populacional de homens contratados pelas empresas e por empreiteiras a partir da década de 1980, corroborou para a criação de um “território da prostituição” em Barcarena, no qual as mulheres, geralmente controladas por cafetinas <sup>126</sup>, atendiam principalmente a homens estrangeiros. Neste território, segundo a autora, a rede de relações envolvia prostitutas, clientes, atravessadores<sup>127</sup>, hotéis e até policiais, sendo que os proprietários das casas sequer residiam na cidade.

Figura 59: Casas noturnas na Vila do Conde, década de 1980.



Fonte: Silva (2007)

Hazel (2015), em sua tese, apontou também a existência de mulheres que não residiam em Barcarena e que apenas migravam pendularmente, principalmente na rota Belém-Barcarena. São mulheres sem cafetina, que usufruíam da internet para se atentarem para os horários de folga dos trabalhadores e de chegada dos navios, um processo que segundo o autor, vinha diminuindo, mas que ainda existia em 2015.

<sup>126</sup> Mulher que negocia os valores do programa. Para os homens, usa-se o termo cafetão.

<sup>127</sup> De acordo com Silva (2007), os atravessadores são os homens que facilitam os programas entre os navios. Pensando nos relatos aqui apresentados, são os homens que levam as mulheres para os navios, conforme foi observado pela Socorro da Costa.

Recentemente, a prostituição também foi apontada como uma consequência do inchaço populacional masculino em minha dissertação (Ver SILVA, 2020). Constatei que essa situação gera medo em pais e mães preocupados(as) com a existência não somente dos navios, mas também das grandes carretas que transitam na região e podem atrair suas filhas, filhos e demais jovens e menores de 18 anos para a prostituição. Na época, escutei narrativas nas quais os(a) interlocutores(as) denunciaram a presença de crianças e adolescentes de 10 e 12 anos que se prostituíam pela complicada condição financeira da família (Figuras 60 e 61).

Figura 60: Reportagem sobre a prostituição de meninas pobres na Vila do Conde.



Fonte: Agência Estado (2007)

Figura 61: Prostituição de meninas na Ilha Trambioca, em Barcarena.



Fonte: G1 Pará (2016)

As imagens acima são exemplos de reportagens que denunciam a prostituição de meninas e adolescentes em Barcarena, um crime que apresenta relações profundas com a presença das mineradoras. As notícias reforçam que os homens, sejam eles trabalhadores dos navios ou moradores da cidade, se aproveitam da vulnerabilidade financeira, ou seja, da desigualdade criticada pela Patrícia dos Santos, para cometer o crime em troca de dinheiro.

Tudo isso leva as interlocutoras e outras mulheres a lutarem por melhorias para as comunidades e, por consequência, para Barcarena. Concerne a uma resistência que, se considerarmos o que foi dito por Rosilda Santos, é praticamente liderada por

mulheres, haja vista que elas não possuem vínculos empregatícios com as mineradoras, contudo sentem os danos da indústria em seus cotidianos.

Essa interpretação dela merece destaque, uma vez que, segundo Isabelle Rodrigues (2021), a luta feminina por direitos à vida e ao território é um padrão nas regiões mineralizadas, pois com os benefícios praticamente destinados aos homens e, restando às mulheres apenas o lado negativo das atividades, a resistência surge como um caminho crucial para elas.

Inclusive, no que se refere à resistência ou luta, termos que trabalho como sinônimos e apresento no decorrer desta tese, trata-se de uma iniciativa crucial ao campo da comunicação porque, de acordo com James Scott (1990), não há luta sem comunicação! Para mobilizar, organizar e atingir um objetivo maior, pessoas que partilham de inquietações e propósitos semelhantes precisam se comunicar, às vezes criando espaços para tal. Aprofundarei sobre isso posteriormente, especialmente no capítulo quatro, mas creio ser importante pontuar aqui para que fique perceptível que lutar/resistir é comunicar!

Veremos no próximo capítulo que elas resistem e precisam da comunicação para tal, todavia, nesse momento, cabe ressaltar que resistir é um movimento que apresenta os seus perigos, pois como ficou expresso nas falas da Rosilda Santos, as mulheres passam a lidar com repressões durante os atos de resistência, pois são consideradas “frágeis” e “intimidáveis”. Em alguns casos são reprimidas com violência, o que a leva a analisar que ser mulher da resistência é ter medo e coragem!

Isso ocorre porque a cultura machista se faz presente em diversos âmbitos, um deles é a rua, onde elas acampam, e outro são as empresas em que elas protestam à frente (FAU AL, 2021; GLOBAL WITNESS, 2018). Quando a mulher pensa além da casa e da família, ela passa por questionamentos e violências (QUEIROZ; PRAÇA, 2021), porém este é um assunto que será mais bem abordado no capítulo seguinte, cujo foco será apresentar a temática da resistência, ou da luta, como elas denominam.

Finalizando as reflexões sobre a categoria apresentada, as interlocutoras a refletiram pontuando o desemprego, a gravidez solo, a prostituição, a responsabilidade de liderar, o medo da repressão e a coragem de resistir como as principais consequências associadas as mulheres. Duas dizem que a prostituição existe, mas que não é algo bom, apesar de uma delas, a Rosilda Santos, analisar que algumas mulheres alcançaram uma condição financeira estável atuando neste mercado.

Somente a Rosilda Santos comentou sobre o medo de atuar enquanto liderança e que as mulheres sofrem com intimidações, ao contrário dos homens, quando estes estão se manifestando. E somente ela pontuou que as mulheres são as principais responsáveis pela resistência aos megaprojetos de Barcarena. Já a Patrícia dos Santos foi a única a argumentar que o desemprego é uma marca da parte feminina da população, o que reforça os motivos que as levam a resistir. E só a Socorro da Costa falou sobre o aumento do número de mães solo, associando-o ao fluxo de homens, principalmente trabalhadores dos grandes projetos.

### **3.7 A pandemia que intensificou as dificuldades e tornou-se um perigo a mais**

A pandemia foi outra categoria que surgiu em meio às entrevistas. Ela concerne a uma realidade que atravessou a pesquisa e as vivências das interlocutoras, apresentando características específicas dadas as consequências do coronavírus (COVID-19), os cuidados necessários e a sua presença em um campo mineralizado no qual há um conjunto de situações nas quais essas mulheres e os(as) demais moradores(as) de Barcarena já precisavam lidar diariamente.

Nessa conjuntura, a pandemia foi qualificada pelas três como uma nova mudança de rotina. Ela gerou e/ou intensificou problemas financeiros vivenciados ou observados pelas interlocutoras. Por exemplo, no caso da Rosilda Santos, ela identificou que ocorreram mortes por COVID-19 no Arienga e que várias pessoas estavam passando por necessidade financeira, o que ela tentou ajudar angariando doações de cestas básicas. Além disso, as ruas estavam vazias e as poucas oportunidades de emprego pertenciam as obras de construção da ferrovia citada anteriormente.

Nesse período ela adoeceu ao contrair o vírus, ficando praticamente três meses dentro de casa. Todavia, ela não lidou com grandes problemas financeiros, ainda mais que recebia ajudas com cestas básicas, sendo que parte delas ela distribuía para outras pessoas, como familiares e moradores(as) da sua comunidade. É o que nossa entrevistada discorre quando perguntei o quanto e como a pandemia lhe afetou:

Olha, afetou porque eu adoeci, né? Quase eu morro! Eu sou grato a meu Deus que não me afetou em muito. Mas algumas pessoas sim! Que trabalhava, perderam o seu emprego, aí ficou um pouco apertado. Mas alguns... Eu também não posso dizer que não ganhei. Eu mesma ganhei umas 10 cesta básica gigante no tempo que eu tava doente, que eu fiquei uns 3 meses só comendo. Não só eu. A minha casa era parece uma empresa. Todo dia eu dava comida pra umas 10 pessoas na minha casa. Teve perca! Eu perdi muitas pessoas que perderam a vida, isso doeu! Mas assim, em termos financeiro também não afetou muito não. A minha vida né! (Rosilda Santos, 2023).

Diferente dela, a Socorro da Costa e a Patrícia dos Santos passaram por maiores adversidades financeiras. A primeira associa a pandemia ao momento no qual ela mais passou fome na vida. Já a segunda lidou com a pandemia dois anos após encarar os impactos do transbordo de rejeitos da *Hydro Alunorte* que vitimou grande parte da sua criação de galinhas, que seriam cruciais para enfrentar a fome antes e durante a pandemia. Ademais, ela adoeceu duas vezes de COVID-19, cuidando-se em casa com a ajuda do seu marido. Para ela, a pandemia foi um sofrimento!

A pandemia afetou muito! No tempo desse transbordo eu tinha muita galinha, mas matou tudo. Aí logo depois veio a pandemia. Eu sofri! Passei muita necessidade. Adoeci. Peguei corona vírus duas vezes, mas fiquei aqui. Nem na upa eu fui. E eu fiquei aqui doente. O meu marido cuidou de mim da maneira como ele pode. Ele trabalha de dia e de noite. Ele fazia uma comida, lavava uma louça, passava uma vassoura na casa. Peguei corona duas vezes e fiquei dessa grossurinha, quase levo o farelo. (Patrícia dos Santos, 2021)

Acima, percebemos que a Rosilda Santos vinculou a pandemia à morte, o mesmo aconteceu com a Socorro da Costa, mas com maior proximidade, exemplificada pelo luto. Parentes e amigos faleceram, nem todos(as) de coronavírus, porém a Socorro da Costa compreende que, em alguns casos, a presença do vírus atenuou e/ou acelerou as mortes. Em conversa comigo, ela citou 23 mortes de pessoas próximas, sendo uma delas o seu marido, o seu companheiro de vida e de luta que ajudava o seu cotidiano a ser mais leve.

Além disso, ela precisou conciliar o luto com as suas obrigações enquanto presidenta da Associação da Comunidade Quilombola de São Sebastião de Burajuba (ACOMQUISSB), logo não teve um tempo para descansar e vivenciar o seu processo de luto, afinal as demandas continuavam chegando à sua mesa e precisavam de soluções. Como explicita o fragmento a seguir, o luto e a luta foram conciliados.

Ah, não parei! Não parei! Eu não parei na pandemia durante os 3 anos. Só que eu não tava como presidente. 2021, eu assumi em outubro. Eu já vim tendo essas percas antes, quando o menino era presidente. Depois que eu assumi, não parou eu de enterrar. Constantemente levando e trazendo o meu marido (do hospital), internando o meu neto, enterrando outros e outros e outros, e tive um momento que eu não tirava o luto do meu celular. “Eu vou tirar amanhã!”. E quando era amanhã, morria um! Vou tirar depois da manhã! Quando morria outra... Eu não conseguia, acho que uns 2 anos, tirar o luto do meu celular! E se fosse de vontade, até hoje a gente tava de luto. Eu não parei! (Socorro da Costa, 2023)

A Patrícia dos Santos contou que só se tranquilizou depois de tomar a primeira dose da vacina. Antes disso, por já ter apresentado graves problemas depressivos, procurou evitar possíveis “gatilhos” que pudessem comprometer não só a sua saúde

mental, mas também das crianças da sua família. Diariamente, ela colocava desenhos no *Youtube* para que não tivessem a necessidade de assistir a TV e se deparar com notícias sobre a pandemia. E Patrícia dos Santos procurava assistir outras programações para se distrair:

Teve gente que piorou por causa do psicológico. Tu liga a televisão e todo tempo é pandemia. Coloca o *Youtube* aí pros meninos ver desenho. Eu já tive problema de depressão, aí eu vou ver coronavírus na televisão, eu vou é morrer mais doída. Eu assistia outra coisa pra me distrair. Assim eu vou vivendo o meu dia a dia, procurando me distrair com algo. (Patrícia dos Santos, 2021)

A pandemia também foi atrelada por Rosilda Santos ao aumento da criminalidade e do desemprego em Barcarena, especialmente no Arienga. Conforme ela, não houve policiamento, o que era complicado se lembrarmos que as ruas estavam mais vazias no auge da pandemia, logo aumentaram os assaltos e o consumo de entorpecentes. Junto a isso, ela observou que várias pessoas perderam seus empregos ao mesmo tempo em que os produtos essenciais para a vida ficavam mais caros.

Apesar do aumento do desemprego apontado por Rosilda Santos, na realidade da Patrícia dos Santos, a pandemia foi qualificada como um período de intensificação do trabalho para o catador que não vivenciou o necessário isolamento social. Ela, como presidenta da Associação dos Catadores de Bom Futuro, comentou que “aqui foi difícil, mas o catador não parou! Nem um instante! E olha, eu vou dizer uma coisa, deus traz tanto bem pra vida. Meu catador não pegou corona. Nenhum deles!”.

Diferente das demais, ela falou mais sobre a pandemia, inclusive associando-a a uma praga divina que aconteceria em algum momento. Ao mesmo tempo que a interpreta assim, a Patrícia dos Santos a qualifica como menos perigosa que a empresa. Lembremos que ela reside próximo à bacia de rejeitos da *Hydro Alunorte* e foi afetada diretamente pelo crime ambiental de 2018, portanto a sua visão sobre a pandemia tem essa especificidade.

Ó, pra te ser sincero... Diante de Deus, a gente não pode falar palavras torpicas (torpes) que venha nos prejudicar diante do senhor, porque Deus ele é o soberano. Mas a pandemia, ela foi menos perigosa de que essa empresa aí, porque a pandemia ela foi uma praga, uma praga bíblica, né? Tinha que acontecer e ainda vai acontecer mais ainda. (Patrícia dos Santos, 2023)

A pandemia gerou preocupações e dificuldades, mas no comparativo e nas reflexões sobre o dia a dia, ela lembra que a empresa, sobretudo a bacia de rejeitos, é produção humana, portanto mais perigosas e sujeitas a falhas, haja vista que em sua

perspectiva religiosa, a vida pertence a Deus e ela encerraria conforme a sua vontade, com ou sem pandemia. É o que destaca o trecho abaixo:

A pandemia foi uma coisa de Deus mesmo, né? Tinha que acontecer! Agora as empresas, não! As empresas ela é mais preocupante porque é uma coisa do homem! Não é as coisas de Deus! As coisas de Deus ele manda uma praga, na hora certa ele manda parar. Parou, acabou, ficou vivo, ficou vivo eu, você, a minha mãe, aquele rapaz ali (um jovem que estava sentado no outro lado da rua), um monte de pessoas ficaram vivo porque nós távamos na promessa de ficar vivo. E os que não estavam, Deus tirou! Essa que era a tua hora e acabou-se. Com pandemia ou sem pandemia, ele ia mesmo. Mas essas empresa aí, ela é coisa do homem, filho! É muito mais perigoso do que a pandemia, te garanto, com certeza! É muito mais perigoso! (Patrícia dos Santos, 2023)

Por fim, a última, mas não menos importante, reflexão das interlocutoras acerca da pandemia é a sua influência sobre as ações de resistência. As lutas, que serão tema do próximo capítulo, segundo a Patrícia dos Santos, foram “acomodadas” pela urgência do *lockdown*<sup>128</sup> e a obrigatoriedade do uso de máscaras. Sem a possibilidade da mobilização, ela interpreta que, de 2020 a 2023, não ocorreram melhoras na cidade porque as lideranças estavam “travadas”. A pandemia, segundo ela, tirou as forças das lideranças, amenizando as críticas sobre as empresas:

A gente ficou mais acomodado na pandemia porque a gente não podia se mobilizar. Então ficou, acho que uns três anos a gente ficou sem fazer nada né. Aí pronto! Nesses três anos que a gente ficou sem fazer nada, aí fica pior, porque quem faz a cidade girar mais um pouco e ter mais um pouco de atenção das autoridades é o povo! São os representantes, né? Como a Socorro do Burajuba, que é um marco nessa cidade.  
[...] Mas esses 3 anos que passou da pandemia, piorou muito, muito mesmo! A gente não pôde fazer nada né, aí pronto, eles pegaram a nossa força! (Patrícia dos Santos, 2023)

Essas informações são cruciais para entendermos como a pandemia foi sentida e interpretada pelas mulheres entrevistadas. Como ressaltado no tópico 3.3 que versa sobre a mineração no contexto pandêmico e as suas consequências sobre as mulheres, a pandemia surge como algo a mais a ser enfrentado porque estamos tratando aqui de mulheres que residem em municípios nos quais a mineração se faz presente.

No caso de Barcarena, nota-se que a pandemia gerou alguns desafios identificados pelas interlocutoras. Dois deles, aparecem na cartilha da FAU-AL (2021) como adversidades enfrentadas por mulheres ativistas ambientais em áreas de mineração, durante a pandemia. São eles a precariedade econômica e o medo.

<sup>128</sup> O termo condiz com um bloqueio instituído pelo Estado ou por ação judicial visando evitar aglomerações de pessoas e a proliferação de um vírus. Geralmente é uma ação tomada em contextos de pandemia. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lockdown/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

A começar pela insegurança financeira, este foi um problema apontado pelas três interlocutoras, sendo que duas delas, a Patrícia dos Santos e a Socorro da Costa foram afetadas diretamente, enquanto a Rosilda Santos observou que outras pessoas estavam passando por isso e tentou ajudá-las.

O surgimento ou o aumento da dificuldade financeira em mulheres de cidades mineralizadas durante a pandemia, segundo Bezerra e Alves (2021) e a própria FAL-AL (2021), resulta da necessidade de um isolamento social que paralisou atividades essenciais à vida, dentre elas o modo de produção das populações tradicionais que poderiam gerar aglomerações. Ficar em casa era uma medida necessária, todavia impossível para determinadas pessoas<sup>129</sup> e/ou famílias porque todo recurso adquirido era de suma importância para a sobrevivência.

Acontece que a realidade dessas mulheres não é totalmente equiparável a essas colocações recentemente publicadas por pesquisadoras(es). Por exemplo, devemos ressaltar que atividades como o plantio não são realizáveis em Barcarena, ou melhor, há quem as realize, porém, com dificuldades e receios. Isso me faz interpretar que há um aprofundamento desse desafio financeiro pelo qual elas passaram.

Se pensarmos, por exemplo, sobre a situação da fome sentida pela Socorro da Costa sem esquecer tudo o que nos foi dito e escrito até aqui, grande parte dessa dificuldade tem relação com a não possibilidade de plantar os seus frutos no seu quintal, em virtude do alto índice de contaminação. Lembremos também que a Patrícia dos Santos indagou que a única planta a resistir em seu quintal é um limoeiro. As demais não crescem e/ou produzem frutos.

Em reportagem produzida para o jornal *online* Amazônia Real, Cícero Neto (2020) destacou relatos de moradores(as) de Barcarena sobre as dificuldades enfrentadas durante a pandemia. Em um deles, há uma denúncia sobre o fato de não poder consumir o que se produz na própria terra, visto que está contaminada por minerais pesados, o que pode agravar a situação dos(as) já adoecidos(as) pelo excesso de minérios no sangue ou pela própria COVID-19.

A Socorro da Costa e a Patrícia dos Santos são inegáveis exemplos dessa realidade, uma vez que ambas salientam a presença de metais pesados em seus corpos e não conseguem plantar. Ademais, reforçemos também que, se os seres humanos não

---

<sup>129</sup> Um exemplo disso são os catadores lembrados e defendidos por Patrícia dos Santos. Quando ela diz que o(a) catador(a) não parou durante a pandemia, podemos refletir que essas são pessoas de baixa renda que dependiam dos resultados do trabalho cotidiano.

podem consumir o que a terra dispõe, os animais também não. Logo, as galinhas criadas por elas tornaram-se impróprias para o consumo.

E no que diz respeito ao medo, sentimento que se fez presente nos relatos da Patrícia dos Santos enquanto ela narrava sobre a pandemia, surge uma perspectiva deveras interessante para entendermos até que ponto a mineração afeta no cotidiano de alguém. O medo citado por ela não é provocado pela pandemia em si, mas pelo fato de morar ao lado de uma bacia de rejeitos. Ou seja, ela sentiu mais medo em relação à bacia do que a uma pandemia, cujo vírus vitimou 709.195 mil pessoas no Brasil, sendo 19.201 mil delas no Pará, segundo os dados mais recentes do Ministério da Saúde<sup>130</sup>.

Este é um fator preocupante que interpreto sob a existência do risco, categoria que, de acordo com Prates (2017), remonta a possíveis danos físicos e/ou emocionais que possam surgir na presença de grandes projetos de desenvolvimento. Mota (2014) o compreende como um elemento característico da modernidade ocidental, o que por consequência, inclui os megaprojetos como fiéis produtores de riscos que são globalmente distribuídos, especialmente, entre regiões cuja população apresenta maior vulnerabilidade<sup>131</sup> socioeconômica (MYTHEN, 2005).

Dessa forma, percebe-se que a criação das empresas e suas barragens/ bacias em si, já é a produção de um risco. Recordemos que em Barcarena, a criação das empresas seguiu narrativas políticas e empresariais que apresentavam a cidade como uma região carente de desenvolvimento, portanto de vulnerabilidade econômica. Além do mais, esses empreendimentos foram construídos sem o diálogo com os(as) barcarenenses e, com o passar dos anos, ampliaram as suas instalações para alavancar a produção mineral, portanto causaram e elevaram os riscos criados por elas (SILVA, 2020).

Dito isso, podemos considerar que a mineração e as suas bacias de rejeitos são, por si só, riscos à vida. Ter isso em mente é essencial para entendermos o motivo do medo da Patrícia dos Santos ser maior em relação a um possível rompimento da bacia do que à pandemia do novo coronavírus. Ainda mais sabendo do rompimento de barragens pelo Brasil, dentre elas a de Mariana (MG) que, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), apresentava baixo risco de rompimento

---

<sup>130</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em 28/01/2024.

<sup>131</sup> Segundo Prates (2017), a vulnerabilidade não é uma “condição” na qual alguém se encontra, mas sim o resultado de mecanismos de vulnerabilização sobre determinados grupos sociais. Em contextos como os da mineração, ela gera riscos que são negligenciados pelas empresas e por instituições públicas. Ademais, a criação de mineradoras pode ser vista como o marco inicial de uma vulnerabilização, principalmente quando ocorre o rompimento das suas barragens.

(SORIANO *et al.* 2016).

Esse medo foi explicado por ela conforme a sua experiência religiosa, e nesse momento surgiu outro ponto importante que revela não somente a presença, mas também uma especificidade desse risco. Para ela, a pandemia, além de temporária, não é uma produção humana, diferente da bacia que está ali todos os dias e foi criada por pessoas. Segundo ela, por tratar-se de uma produção humana, a bacia é falha e pode romper a qualquer momento.

Compreendo que essa análise feita por ela corresponde bastante ao risco tecnológico dissertado por José Rodrigues (2008). O autor ressaltou a existência de três tipos de riscos ambientais que englobam os grandes projetos. São eles o risco natural que tem relação com fenômenos da natureza; o social, que decorre das ações humanas e relações sociais no ambiente; e o risco tecnológico, associado a acidentes ou demais acontecimentos envolvendo um ambiente criado pelo ser humano.

Rodrigues (2008) aborda o porto da Vila do Conde como um risco tecnológico a Barcarena, fazendo uso do histórico de ocorrências envolvendo a instalação. Todavia, apesar de o autor não focar nas barragens como um exemplo desta tipologia de risco, a partir do que foi exposto no parágrafo acima, podemos entender que também se configuram como tal, pois são criações humanas que já geraram desastres ambientais na cidade, portanto danos para as pessoas (SILVA, 2020).

Dessa forma, quando a Patrícia dos Santos narra que a bacia lhe gera mais medo do que a pandemia, devido ao fato dela ser uma produção humana e falha, vem à luz todo esse histórico de situações que embasam os seus argumentos e se relacionam ao conceito de risco tecnológico.

Na sua pesquisa, Rodrigues (2008) cita que este risco no porto pode desencadear acidentes propositais ou não a qualquer momento, gerando um estado de alerta nas pessoas que residem próximo das atividades. É o que percebo na Patrícia dos Santos, pois ela vive diariamente com medo e em estado de alerta para com um possível rompimento da bacia. Enquanto isso, a pandemia lhe parece como algo passageiro, cuja existência da vacina amenizou as preocupações.

Ressalto que podemos compreender que o medo do risco tecnológico também se fez presente nos relatos de Rosilda Santos e Socorro da Costa, porém, somente a Patrícia dos Santos fez reflexões envolvendo a pandemia, categoria que estamos analisando aqui. Nas demais, percebemos que a pandemia aflorou o sentimento do luto, a sensação de sobrecarga de atividades, paralisou protestos e ampliou mazelas sociais

como o desemprego e a marginalidade.

Pensando o luto, quem o associou à pandemia foi a Socorro da Costa que relatou várias mortes de pessoas conhecidas durante esse período pandêmico que se iniciou em 2020. O luto é um processo de adaptações emocionais e comportamentais relacionados à perda de alguém que morreu, e durante a pandemia, adquiriu complexidades porque além da perda física, as pessoas precisaram lidar com a mudança de rotina e instabilidades, dentre elas a financeira, pontuada há pouco (SCMIDT *et al.* 2022).

Complementando o que é o luto, Eliany Oliveira *et al.* (2020) argumentam que ele concerne a um processo natural sustentado por um misto de sentimentos como a dor, o sofrimento e a saudade, amparados nas lembranças e relações desenvolvidas ainda em vida. Dessa forma, o luto não começa com a morte, mas sim nas memórias vivenciadas junto a quem morreu.

As(os) autoras(es) justificam que o luto não é uma doença, mas os(as) enlutados(as) precisam ser tratados com cuidado para conseguirem continuar a vida com êxito e resgatar o prazer de viver. Ademais, é um processo dinâmico que pode se manifestar de diferentes maneiras em cada enlutado(a) que precisa lidar com a nova realidade, muitas vezes procurando estratégias para evitar a dor (OLIVEIRA *et al.* 2020).

Ao compreendermos o luto e analisarmos as narrativas da Socorro da Costa, percebemos que ela lidou com diversas perdas em um curto intervalo de tempo. Foram 23 mortes em menos de três anos e isso gerou nela um processo de luto diretamente associado ao período pandêmico, por mais que algumas dessas pessoas não tenham morrido em decorrência da COVID-19 em si.

E quando, com lágrimas nos olhos, ela falou-me da perda do seu marido e que se dependesse dela, até hoje estaria de luto, mas que isso não está ocorrendo em razão de não ter conseguido “parar” por conta do seu papel de liderança, reparo que ela não pôde vivenciar e assimilar o seu luto, algo que, conforme destacado acima, é essencial para a(o) enlutada(o).

É justamente a ausência desse intervalo de autocuidado que corrobora também para que se sinta sobrecarregada. Ela não somente continuou atuando quanto liderança durante a pandemia, como perdeu o seu marido, o seu companheiro que lhe ajudava, apoiava e enfrentava as dificuldades ao seu lado. Em conversa informal comigo, ela contou que sente saudades de simplesmente ter alguém para conversar. O seu marido

era esta pessoa, portanto a pandemia se equipara a um recorte doloroso para ela.

E sobre as reflexões acerca das qualificações dadas à pandemia pelas interlocutoras, destaco a pausa nas mobilizações, em virtude do isolamento social. Conforme o exposto por Patrícia dos Santos, a pandemia alterou a dinâmica de mobilizações e protestos em rua. Ao longo do capítulo, apresentei casos envolvendo mulheres que tentaram protestar em meio à pandemia, mas que foram oprimidas por agentes estatais como a polícia. Todavia, no caso das mulheres desta tese, a medida foi tomada pelas lideranças para evitar a proliferação do vírus, o que por conseguinte, evitou quaisquer possibilidades de opressão sob o discurso de desrespeito à quarentena.

Para finalizar, resumindo a síntese aqui apresentada, todas as interlocutoras apontaram que a pandemia intensificou mazelas, sendo a principal delas a dificuldade financeira. Apenas a Patrícia dos Santos não a relacionou à morte e ao luto. Todas enfrentaram mudanças no cotidiano por conta da pandemia. A Patrícia dos Santos e a Rosilda Santos adoeceram por COVID-19 e a Socorro da Costa se sentiu sobrecarregada pelo excesso de obrigações.

Somente a Patrícia dos Santos adjetivou a pandemia como um fator de sofrimento, contudo todas elas demonstram esse sentimento como pano de fundo da realidade enfrentada. E, também, somente ela, associou a pandemia à desmobilização dos atos, por necessidade do isolamento social; e a um perigo menor do que a existência da mineração, em especial as suas bacias de rejeitos.

## **CAPÍTULO IV – COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMININA CONTRA A MINERAÇÃO: O CASO DE BARCARENA**

Este capítulo visa apresentar as resistências praticadas por mulheres em Barcarena, mediante as atividades e os danos produzidos pelas mineradoras existentes na cidade. Dá-se destaque para a resistência como um dos caminhos possíveis para as mulheres em territórios mineralizados, assim como as dificuldades vivenciadas como mulher da resistência, os propósitos e conquistas da luta, as intimidações sofridas e os dispositivos utilizados para articular essa resistência.

### **4.1 “Empurradas” para os caminhos da resistência: as dificuldades de ser uma mulher que questiona a mineração.**

Em decorrência desses impactos salientados no capítulo anterior, Isabelle Rodrigues (2021) argumenta que, para as mulheres, restam os caminhos da resistência e da luta por direitos pela equidade de gênero, pela família e pelo território. Segundo ela, a luta é um movimento não desejado e escolhido, mas necessário para garantir a sobrevivência e a vida em um contexto no qual a vivência feminina é ditada, sufocada e arrancada. A luta é resultado direto das restrições não só de gênero, mas também de classe e cor impostas sobre essas mulheres que sentem imediatamente a presença e a atuação das mineradoras em seu corpo-território <sup>132</sup> (BEZERRA; ALVES, 2021; RODRIGUES, 2021).

O “sentir imediato”, de acordo com Maria Gomes Andrade (2020), pode decorrer do confinamento das mulheres em suas casas. Como a maioria delas não é contratada pelas mineradoras, elas conseguem perceber com maior amplitude o quanto a mineração modifica as suas próprias vidas e o cotidiano coletivo. Ficar em casa lhes possibilita notar que está mais difícil ter acesso (e usar) a água, principalmente dos rios; que os animais alteraram os seus comportamentos; que a poeira presente no ar aumentou de quantidade; que as filas dos hospitais aumentaram e que faltam vagas nas escolas (BEZERRA; ALVES, 2021). A partir das suas percepções cotidianas, elas começam a assumir o que Rodrigues (2021) chama de “trincheiras de luta”.

---

<sup>132</sup> De acordo com Maria Penido (2018), a junção das categorias corpo e território se faz necessária porque há uma relação simultânea entre ambos. Os corpos constroem os territórios, da mesma forma que os territórios constroem os corpos, pois neles encontram-se os meios que garantem a sobrevivência humana, como a água, a terra e o ar. Sem o território, os corpos morrem simbolicamente e fisicamente. No caso específico das mulheres, Delmy Tania Cruz *et al.* (2017), reforçam que podemos considerar que o corpo feminino é, por si só, um território, no qual fica impresso qualquer ação e/ou alteração envolvendo o território habitado, o que, de fato, resulta em uma junção.

Todavia, de acordo com Lorena Cabnal (2010), refletir sobre as estruturas patriarcais e a forma como elas atuam sobre o corpo e a mente feminina não é uma tarefa fácil. Pensar o cotidiano e tornar-se uma mulher política e da resistência é uma decisão emancipadora, mas deveras complicada, pois abrir novos caminhos e criar epistemologias a partir da vivência e da relação específica com o território, requer muita coragem e força, principalmente emocional.

O corpo feminino que se manifesta no território pelo qual se luta - o mesmo que corroborou em sua construção, uma vez que possibilitou experiências de vida - procura empenhar-se em busca de prazer, alegria, vitalidade, plenitude e garantia de bem-estar para as futuras gerações. Contudo, ao tomar tais iniciativas de defesa do local no qual se encontra a família e a comunidade, a mulher passa a promover rupturas em toda uma estrutura criada e sustentada pelo patriarcado, o mesmo que procurará controlar, evitar e eliminar essa emancipação (CABNAL, 2010; RODRIGUES, 2021).

As mulheres da resistência<sup>133</sup> lidam com opressões que se iniciam no âmbito familiar (HERNÁNDEZ, 2016). Por exemplo, elas enfrentam dificuldades para focar na luta, pois há casos nos quais elas precisam primeiramente cuidar da casa e do conforto dos filhos e do marido, para depois conseguirem ir às mobilizações nas ruas, audiências públicas, reuniões, escolas<sup>134</sup> e afins (BRUSTOLIN; SILVA, 2021; QUEIROZ, 2021).

Soma-se a isso o fato de que elas começam o ativismo sem o direito à propriedade e a escuta em negociações, e por mais que sejam mais presentes no ativismo socioambiental, dificilmente elas são escutadas e apoiadas da mesma forma que os seus companheiros de luta porque a cultura machista se sobressai dentro e fora, não somente de casa, mas também das organizações de resistência (FAU AL, 2021; GLOBAL WITNESS, 2018).

Ao pensarem um mundo para além do lar e da reprodução, há mulheres que enfrentam questionamentos e resistências dos seus próprios companheiros, pais, filhos e até de outras mulheres, familiares ou não (QUEIROZ; PRAÇA, 2021). Este é o começo de um conjunto de violências, a princípio simbólicas<sup>135</sup>, que transcendem do espaço

---

<sup>133</sup> Consideremos resistência com base nas colocações de James Scott (2000; 2002), que define o conceito como ações individuais e/ou coletivas, organizadas ou não, praticadas diariamente ou de forma esporádica e que não podem ser idealizadas, ademais são resultados da dominação de um grupo por outro, mas que sofrem com caracterizações negativas que as colocam como rebeldia e vagabundagem.

<sup>134</sup> Inclusive, vale ressaltar que elas possuem maior possibilidade de dialogar com os mais jovens, porque elas geralmente fazem parte de projetos sociais de lazer, esporte e combate às drogas, que atendem a este grupo (BRUSTOLIN; SILVA, 2021; QUEIROZ, 2021).

<sup>135</sup> Consideremos o pensamento de Pierre Bourdieu (1989, 2012) que define as violências simbólicas como formas de poder destituídas de força física, mas que precisam de predisposições historicamente

familiar para a vida pública. Fora de casa as mulheres militantes ficam suscetíveis a difamações por desconhecidos, funcionários da mineração, empresários e políticos como mães ruins, irresponsáveis, terroristas, desocupadas e inimigas do progresso (QUEIROZ; PRAÇA, 2021; RODAS, 2020).

Todavia, a situação se torna mais delicada quando as violências simbólicas ultrapassam para o campo físico por meio de agressões, estupros, torturas e assassinatos (QUEIRÓZ, 2021). De acordo com informações da *Global Witness* (2018), a América Latina é a região mais violenta para ativistas e/ou defensores do meio ambiente. Em dados registrados<sup>136</sup> e apresentados pela instituição, em 2017 207 pessoas foram mortas em conflitos ambientais pelo mundo, 60% delas eram da América Latina, sendo 57 do Brasil, 80% em luta por terras na Amazônia brasileira.

Em novos dados lançados em 2021, a organização divulgou que 20 mortes foram registradas no ano de 2020, e que o Brasil é o quarto país que mais mata ativistas a nível mundial, sendo a Amazônia uma grande preocupação devido aos constantes massacres<sup>137</sup> promovidos por gangues, soldados, caçadores, madeireiros, pistoleiros e polícia<sup>138</sup>, somados ao avanço dos megaprojetos amparados na atuação e consentimento do governo federal (GLOBAL WITNESS, 2018).

Estes números são chocantes e relevantes porque essa violência e as suas consequências, em grande parte, são direcionadas para as mulheres. Sabe-se que os homens são presos e mortos<sup>139</sup> por se envolverem na militância, porém quando essas

construídas (Por exemplo, gênero, classe e raça) para serem praticadas sobre os corpos do outro. Há casos no qual o simbólico é tão naturalizado que o dominado passa a propagá-lo sobre os (as) seus (suas) semelhantes.

<sup>136</sup> É importante ressaltar que há dados não registrados, principalmente no solo africano, o que implicaria em um acréscimo do número de mortes estudadas pela *Global Witness* (2018).

<sup>137</sup> A *Global Witness* (2018, p. 22) relembrou que ocorreram dois grandes massacres em 2017, um no Mato Grosso do Sul e outro no Pará. No primeiro, um grupo de torturadores assassinos foi contratado por um madeireiro que estava interessado em terras ocupadas por trabalhadores rurais. Na ocasião, houve 9 assassinatos. No segundo, 10 agricultores sem-terra foram mortos por 30 policiais, após ocuparem pacificamente uma fazenda em protesto a permanência na terra.

<sup>138</sup> Um dos casos mais famosos envolvendo a participação militar, foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Sul do Pará, em 17 de abril de 1996, data na qual um grupo de 300 trabalhadores sem terras questionava a ociosidade de terras controladas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essas pessoas fecharam a rodovia PA-150, o que mobilizou um conjunto de policiais para dispersar o movimento, mas de forma agressiva, com o uso de bombas de efeito moral, atitude condenada pelos manifestantes, que responderam atirando paus e pedras. Diante da reação, a PM respondeu de forma desproporcional, disparando com metralhadoras em direção aos manifestantes acampados. 19 pessoas foram assassinadas, havendo vários feridos. Posteriormente, em 2002, 144 acusados foram a julgamento, sendo apenas 2 condenados, o coronel Mário Pantoja e o major José Maria Oliveira, a 154 anos. Ambos responderam ao processo em liberdade e ficaram presos por menos de um ano, pois foram soltos com um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

<sup>139</sup> Um dos casos recentes e de repercussão internacional envolvendo homens ativistas ambientais foi o

situações acontecem, quem carrega a responsabilidade de buscar por justiça diante da impunidade dos crimes, de reerguer as comunidades e cuidar da casa e da família, são as mulheres (GLOBAL WITNESS, 2018).

Ademais, as mulheres ativistas tornam-se alvo de assassinatos cruéis para serem silenciadas e “alertadas” de que elas não devem se envolver em papéis políticos de liderança e resistência, mas sim cuidar da casa e da família. Há vários casos<sup>140</sup> que exemplificam essa tendência, sendo um dos mais famosos o assassinato da missionária norte-americana, Dorothy Mae Stang (Figura 62) (ASSIS *et al.*, 2020).

Figura 62: Registro de Dorothy Stang. Foto: Autor não identificado



Fonte: Jornal A Verdade<sup>141</sup>

Dorothy Stang chegou ao Brasil em 1966, na cidade maranhense de Coroatá, local no qual ela percebeu uma tendência da população local em migrar para os interiores do Pará. Curiosa para entender o que acontecia, ela partiu em direção a Anapu, cidade paraense na qual ela veio a se estabelecer e a desenvolver relações religiosas e políticas com a população, as lideranças e os políticos. Na cidade ela realizou missões e incrementou projetos de cunho social e sustentável, além de defender

---

assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips no Vale do Javari, terra indígena situada no estado do Amazonas. Bruno e Dom que atuavam em prol de causas indígenas e ribeirinhas eram constantemente ameaçados por garimpeiros, pescadores ilegais, madeireiros e traficantes de drogas. Os ativistas foram esquartejados, queimados e enterrados no dia 05 de junho de 2022. Os responsáveis pelo crime foram Amarildo da Costa de Oliveira (Pelado), pescador que confessou o duplo homicídio e afirmou ter contado com a ajuda de parentes e amigos, dentre eles o Jeferson Lima da Silva (Pelado da Dinha) que colaborou no homicídio e na ocultação dos cadáveres (BIMBATI, 2022; MENDONÇA, 2022).

<sup>140</sup> Além do já citado, Furtado (2013: 15) lembra das mortes de “Nilce de Souza Magalhães, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Porto Velho (RO), lutando em defesa das populações atingidas pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau, no Rio Madeira, foi assassinada em janeiro de 2016; Maria do Espírito Santo foi assassinada em maio de 2011 por denunciar um esquema de extração ilegal de madeira na Amazônia; após seu assassinato, sua irmã, Laísa Santos Sampaio, que também luta pelo direito à terra e pela memória da irmã, começou a ser ameaçada.”

<sup>141</sup> Disponível em <<https://averdade.org.br/2014/04/metade-das-mortes-na-luta-pela-terra-e-o-meio-ambiente-foram-brasil/dorothy-stang/>> Acesso em: 29 mai. 2022.

a reforma agrária. Ela foi assassinada<sup>142</sup> com seis tiros, em uma emboscada feita em uma das estradas de terra de Anapu, município no qual ela foi enterrada. O crime ocorreu em 12 de fevereiro de 2005, quando Dorothy possuía 73 anos de idade (NOMURA, 2020).

Dados produzidos pelo Centro de Pesquisa sobre Empresas e Direitos Humanos, entre 2015 e 2020, evidenciam a preocupação que devemos ter com as mulheres em contextos extrativistas. Segundo a organização, 243 ativistas “sofreram algum tipo de violência, que envolveram desde perseguição e criminalização, até violência física e sexual, intimidação e assassinato” (FAU AL, 2021, p. 69).

Geralmente os crimes contra as mulheres ativistas vêm acompanhados de ameaças e/ou consumação de sequestro e abuso sexual, seja por grupos invasores, quanto por soldados e pela polícia, aparatos estatais que deveriam protegê-las, mas que na prática procuram intimidá-las, reprimi-las e matá-las, sejam elas adultas ou não. Outra prática que a força militar estatal comumente utiliza é a criminalização das mulheres que questionam as abordagens policiais. Há casos nos quais a criminalização gera a morte de filhos de mulheres grávidas que participam de “atividades criminosas”, pois a elas é negado qualquer atendimento médico, principalmente se forem negras ou indígenas<sup>143</sup> (GLOBAL WITNESS, 2018; FAU AL, 2021).

É importante ressaltar também que a militância feminina negra e indígena em prol do ambiente e contra a mineração, é altamente reprimida. Ser uma mulher racializada e ativista nesse contexto é ser um alvo constante para o mais intragável das violências de gênero, pois vivemos em um país altamente racista, que autoriza diversas violações sobre esses corpos, independentemente da sua faixa etária (FAU AL, 2021). Um exemplo da violência sobre uma mulher racializada e ativista contra os megaprojetos, foi a morte de Dilma Ferreira Silva (Figura 63).

---

<sup>142</sup> A sua atuação incomodou os fazendeiros Regivaldo Pereira Galvão (Taradão) e Vitalmiro Bastos de Moura (Bida) que contrataram dois pistoleiros, o Rayfran das Neves Sales (Fogoió) e o Clodoaldo Carlos Batista (Eduardo), por meio da intermediação de Amair Feijoli da Cunha (Tato), o capataz da dupla. Todos foram condenados, totalizando 117 anos de prisão. Porém, em 2021, apenas dois deles cumpriam a pena em regime fechado, o “Taradão” e o “Fogoió” que foi condenado por mais outros assassinatos (NOMURA, 2020).

<sup>143</sup> É difícil encontrar referências sobre o assunto, mas Mariana Assis (et al, 2020), ressalvam que as mulheres lésbicas, bis, transexuais ou com deficiência, são outros alvos constantes das violências físicas e psicológicas em conflitos por terras, devido a outras formas de opressão como o capacitismo, o heteropatriarcado e o etarismo. Além dessas, há o capitalismo que amplia os problemas, uma vez que ser mulher pobre, dificulta o acesso à meios de segurança.

Figura 63: Dilma Ferreira com a camisa do MAB. Foto: Arquivo MAB

Fonte: MST<sup>144</sup>

Dilma Ferreira era uma mulher negra, nascida em 1972, em Esperantinópolis, interior do Maranhão, mas que mudou para Tucuruí, no Pará, durante a criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). O seu sonho era conseguir um emprego no projeto, porém tornou-se uma das pessoas atingidas pelos alagamentos e descasos do governo militar. Depois de décadas, em 2004, ela teve contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e passou a acompanhar e participar das suas iniciativas, até que em 2005 foi convidada para compor a coordenação, momento no qual ela passou a trabalhar mais em prol das mulheres e das famílias de Tucuruí (MAB, 2019, 2021).

Em seus últimos anos de vida, Dilma encontrava-se em Baião, outra cidade do interior paraense, residindo no assentamento Salvador Allende, local adquirido por meio de ocupação camponesa, uma resistência da qual ela ajudou a organizar em 2013 (MAB, 2021). Lá ela queria implantar uma base do MAB e fortalecer o cultivo familiar da terra, duas iniciativas que incomodaram o fazendeiro Fernando Ferreira Rosa Filho (Fernandinho), pois ele considerava a atuação de Dilma um empecilho à conquista de novas terras, inclusive para implantar uma pista de pouso clandestina que ajudaria a traficar drogas (MST, 2020).

Tendo isso em mente, “Fernandinho” contratou cinco pistoleiros: Valdenir Farias Lima, Marlon Alves, Cosme Francisco Alves, Alan Alves e Glaucimar Francisco Alves (MST, 2020). Em 2019 estes homens invadiram a casa de Dilma, onde ela encontrava-se com seu marido e um amigo. Os três foram amarrados, amordaçados e esfaqueados até a morte, sendo que antes de ser esfaqueada, a ativista foi torturada com agressões físicas. Ao final ela foi atacada com um golpe de faca na garganta, mostrando que a violência sobre o seu corpo foi mais intensa, se comparada aos dois homens assassinados (ASSIS *et al.*, 2020).

---

<sup>144</sup> Disponível em <<https://mst.org.br/2020/03/22/dilma-ferreira-seu-exemplo-nos-inspira-a-lutar/>> Acesso em: 29 mai. 2022.

Vale ressaltar que a violência contra as mulheres negras e indígenas é naturalizada<sup>145</sup>, a ponto de a força policial não cogitar conversar e negociar com elas durante as suas abordagens e intervenções às práticas de resistência (FAU AL, 2021). Cruz (2020, p. 48) aponta que essas mulheres, especialmente as indígenas, “enfrentam uma hidra<sup>146</sup> de muitas cabeças”, pois o próprio Estado, por meio de suas políticas, procura reduzi-las a um espaço racial no qual não se faz presente a escuta para entender as suas demandas.

Essas mulheres, ao procurarem ultrapassar o espaço destinado à sua cor, por conseguinte, também tentam ir além do que o patriarcado lhes determina, expondo uma violência interseccional<sup>147</sup> que não pode ser esquecida em qualquer processo de análise em contextos semelhantes (CRUZ, 2020; FAU AL, 2021). Um exemplo que expõe essa junção, foi a negativa do então presidente equatoriano Rafael Correa, em receber e conversar, em 2013, com as indígenas presentes na marcha das mulheres amazônicas, movimento que questionava o avanço da indústria petrolífera nas terras indígenas do país (CRUZ, 2020).

Compreendendo os acontecimentos, podemos afirmar que a mineração é classista, racista e machista, a ponto de autoras como Faustino e Furtado (2013, p. 8) alegarem que ela “não tem trazido nenhum futuro para as mulheres”. Porém, embora ocorram os silenciamentos, são elas que mais contestam e lideram as resistências contra os megaprojetos na América Latina e na Amazônia, mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, uma realidade que só intensificou as violências até aqui apresentadas (FAU AL, 2021; GLOBAL WITNESS, 2018).

## **4.2 A luta feminina em Barcarena: significado e importância**

---

<sup>145</sup> Assis et al. (2020) lembram que a até as próprias mulheres minimizam ou não percebem o quanto as estruturas de poder agem sobre elas. Dentre os motivos que levam a isso, estão o processo de socialização heteropatriarcal; a normalização das mulheres como pessoas corajosas e que não se deixam abater; a ausência de espaços seguros e específicos para elas conversarem entre si; o medo das violências e o descaso e a deslegitimação das suas denúncias.

<sup>146</sup> A Hidra de Lerna, segundo a mitologia grega, era uma serpente gigante que possuía várias cabeças. Matá-la era impossível, haja vista que as suas cabeças renasciam após o corte e uma delas era imortal. Para vencer a batalha, Hércules precisou cauterizar as cabeças decepadas e prender a cabeça imortal em um buraco profundo, tapado com uma grande rocha (SILVA, 2010).

<sup>147</sup> Interseccionalidade, segundo Alicia González *et al.* (2020), é um conceito feminista do final do século XX, que se refere a traços ou características que definem a estratificação social e política que afligirá cada sujeito. A categoria é importante porque ajuda a analisar como cada pessoa sofre com um conjunto de desigualdades complexas e articuladas, que precisam ser combatidas de formas específicas. Por meio dela, podemos analisar as desigualdades sobre as mulheres, considerando, por exemplo, o gênero, a raça, a classe, a idade e demais características possíveis.

Segundo o dicionário<sup>148</sup>, a palavra luta é um substantivo feminino relacionado à ação de duas forças contrárias que colidem de variadas formas, dentre elas: fisicamente, intelectualmente e moralmente. Aqui nesta tese, a sua aplicação não difere deste sentido, todavia, necessito ampliar o nosso entendimento sobre a luta, que aqui surge como a quinta categoria identificada nas narrativas das interlocutoras e que nos ajudará a entender o posicionamento delas diante da existência das atividades de beneficiamento mineral em Barcarena.

Antes de adentrar nos seus depoimentos e, cumprindo a minha iniciativa de aprofundar na categoria, compreendo a luta como a intensificação de valores e a interposição diante de uma realidade difícil, ou seja, uma ação de resistência. A interpreto dessa forma, amparado nas reflexões que o antropólogo John Cunha Comerford (1999) faz acerca da expressão. Para ele, a luta é a exemplificação sumária dos valores presentes no ser humano que lida com algum tipo de sofrimento. Ela é apresentada por pessoas ou comunidades via narrativas e revelam não somente os valores, mas também os desrespeitos sentidos por elas.

Ainda conforme o autor, a luta é central para analisarmos embates, principalmente quando estes envolvem terras. E ela é proporcional ao sofrimento, quer dizer, quanto mais sofrimento, mais luta. E quanto menos sofrimento, menos luta. Essa conceituação dele é importante para esta tese porque, como o dissertado no capítulo precedente, as mulheres narraram os seus princípios e convicções sobre a mineração na cidade e denunciaram um sentimento de desrespeito e sofrimento, o que entra em concordância com os apontamentos feitos pelo autor.

Se a luta surge em contextos de sofrimento, desrespeito e demonstra os nossos valores, ela é um termo central para pensarmos a mineração em Barcarena, haja vista que ambos se fizeram presentes até aqui. Ademais, a palavra luta foi citada e qualificada diversas vezes pelas interlocutoras, o que demonstra a sua força e a necessidade de problematizarmos a resistência delas mulheres a partir desta categoria. Apresentado o que entendemos como luta, a nossa intenção daqui em diante será expor os depoimentos sobre ela e as suas nuances.

Agora, refletindo com os relatos, as primeiras qualificações sobre a luta apresentaram relação com o começo, isto é, com o pontapé inicial que levou as interlocutoras a lutarem. Duas delas, a Rosilda Santos e a Socorro da Costa,

---

<sup>148</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/luta/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

consideraram que elas iniciaram na luta a partir de acontecimentos específicos. A começar pela primeira, o naufrágio do navio Haidar<sup>149</sup>, em 2015, e o crime ambiental ocasionado pela *Hydro* Alunorte, em 2018, foram os “gatilhos” que a levaram a tal.

Em 2015, ano do primeiro ocorrido, a Rosilda Santos não era líder comunitária, mesmo assim ela ajudou a retirar parte das carcaças de bois que ficaram acostadas na praia da Vila do Conde. Segundo ela, as suas lutas eram menores nessa época, possivelmente porque ainda não era presidenta da comunidade do Arienga. Hoje em dia, por atuar como tal, as suas lutas aumentaram, mas agora ela frisa que lutará independentemente de possuir ou não essa nomeação.

Já em relação ao vazamento de rejeitos pela *Hydro* Alunorte, ela relembrou que choveu bastante no dia do ocorrido. Era de manhã e ela foi acordada por uma amiga que lhe chamou por telefone para falar que a sua casa estava sendo invadida por água, possivelmente da bacia de rejeitos. Nisso, a Rosilda Santos convidou mais duas pessoas para tentar adentrar a área da empresa na qual se encontram os depósitos de resíduos sólidos, de modo a confirmar a suspeita.

Começamos a luta em 2017! Em 2018 estourou, quando a bacia vazou, em fevereiro de 2018. Nós fizemos aqui, eu, a Josy... A maioria das lideranças não sabem nem onde fica isso aí (a bacia). Nós que fomos por dentro do mato! Me ligaram 7 horas da manhã. A dona Maria “Rosi, tá entrando água na minha casa aqui. Acho que rompeu a bacia da *Hydro*!”. Eu chamei a minha amiga que tá com câncer e descemos de moto pra lá. Pegamo por um caminho aqui, um menino levou nós por dentro do mato. (Rosilda Santos, 2021)

Acontece que o local tem acesso controlado, portanto adentrá-lo demarcou um afronte por parte dela e mais um pequeno grupo composto por dois rapazes e três mulheres, sendo uma delas a Patrícia dos Santos. Dada a dificuldade de acesso, ela narrou que subir e ver pessoalmente o que estava ocorrendo foi uma grande conquista, alcançada com a ajuda não somente das duas pessoas inicialmente chamadas por ela, mas também das outras três pessoas que aceitaram essa missão.

A primeira que foi lá fui eu, a Patrícia, o seu Antônio e a Josy. E a dona Maria e mais um menino que foi de terçado abrindo o mato pra nós chegar até lá no alto. E nesse dia tava um temporal, mano! Depois que nós ligamos pro ministério público! Primeiro foi só nós lá! É impossível entrar lá, mas nós fomos! Eu digo que isso aí foi uma conquista muito grande! (Rosilda Santos, 2021)

---

<sup>149</sup> O naufrágio do navio Haidar ocorreu no dia 6 de outubro de 2015, no porto da Vila do Conde, às margens do Rio Pará. No momento a embarcação que pertencia a empresa Minerva Foods, transportava combustível, feno e 4965 bois vivos. Cerca de 4500 deles ficaram presos nos compartimentos do navio, enquanto 40 foram resgatados e os demais morreram afogados durante a fuga. Após o fato, diversas carcaças de bois mortos ficaram nas águas e na praia do Conde, provocando mal odor e outros transtornos a moradores(as) dos entornos (SILVA; FERREIRA; SILVA, 2020).

Ir ao local ver com os próprios olhos foi uma importante iniciativa, pois, segundo ela, funcionários da empresa negaram que o vazamento estava provocando transtornos. Todavia, ela e as demais pessoas acionaram a imprensa e o Ministério Público e, a partir daí, o caso passou a ter notoriedade Brasil afora e, como destacarei adiante, virou alvo de investidas judiciais por parte da Socorro da Costa. Até hoje a Rosilda Santos guarda uma foto desse dia (Figura 64):

Figura 64: Na foto vemos Rosilda Santos e Patrícia dos Santos na área onde ocorreu o vazamento de rejeitos pela *Hydro Alunorte*, em 2018.



Fonte: Foto enviada por Rosilda Santos, via *WhatsApp*.

No que diz respeito à inserção da Socorro da Costa na luta, o acontecimento que lhe motivou foi observar que a contaminação estava mudando não somente a dinâmica da vida humana, mas também o cotidiano dos animais. Ela narrou ter sido “sacudida” pela ausência de passarinhos comendo os frutos do seu quintal. Não os ver se alimentando da goiaba foi suficiente para lhe confirmar que a luta era necessária.

Quem me sacudiu foi os pássaros! Porque assim, goiaba caindo e não deu nenhum pássaro. Tem um fator relevante. Esse fator dele é que me dá o conhecimento de que algo está estranho ali e por isso ele não veio. (Socorro da Costa, 2021)

Desde então, a luta é o seu “emprego”. Nas narrativas dela, a luta converte-se nos seus conhecimentos tradicionais, no seu alimento e na sua sobrevivência, pois é ela que possibilita manter o que entende por felicidade. É a luta que ajuda a evitar com que tudo o que aprendeu seja limitado somente às suas memórias, um conceito que destacarei adiante, mas que se faz presente como um dos incentivos à causa.

Esse é o nosso emprego! Pescar, plantar, ajudar a multiplicar fauna e flora, ser feliz! Nós somos capazes de lidar com a *Hydro* ou qualquer outra mineradora? Sim! Mas nós não queremos! Nós queremos a nossa luta, a

nossa atividade, o nosso meio de comer, de plantar, de sobreviver. Nós mais idosos. (Socorro da Costa, 2021)

E agora, pensando na Patrícia dos Santos, o principal fator que a levou aos caminhos da luta foi perceber que o desemprego é um dos males preponderantes sobre as comunidades, principalmente a dela, o Bom Futuro. Segundo ela, o fato de não ser funcionária de alguma mineradora ou do estado, apenas lhe deu mais liberdade para lutar. Dessa forma, ela conta que começou a frequentar os protestos e a se engajar na luta, mesmo sem tomar a frente em momentos de entrevistas e afins, sob o medo de ameaças que a luta traz consigo:

E como eu não sou funcionária, nem da prefeitura, nem da *Hydro* eu vou lutar pelo povo né? Aí entrei na briga! Comecei a ir pros protestos. Ia pra frente, brigava mesmo e passava dois, três dias na frente da *Hydro*. Só nunca gostei de dar entrevista pelo fato de a gente ser muito ameaçado. Então eu não gostava muito de ficar aparecendo né. Mas ia pra cima, brigava, não perdia uma reunião. (Patrícia dos Santos, 2021)

Explicitado o que as levou à luta, outras associações foram feitas por elas acerca desta categoria. Dentre elas, destaco que a luta se tornou um local de trocas, interações e ensinamentos para a Patrícia dos Santos, pois foi lutando que ela passou a conhecer melhor a história e a vida das(os) barcarenses, a estabelecer vínculos e identificar os(as) personagens envolvidos na e pela luta em Barcarena:

Eu fui me envolvendo, fui conhecendo pessoas. Cada dia eu fui conhecendo mais e me aprofundando mais e me interessar pelas pessoas. Na verdade, vou falar pra vocês. A minha briga com a empresa serviu para conhecimento. Foi tão grande o meu conhecimento que o promotor veio na minha casa. Eu recebi tantas pessoas. Repórter até de fora do Brasil vinha na minha casa. O que eu ganhei muito foi conhecimento com a Cainquiama, com promotor, com juízes, polícia, com todo mundo. Conheci todos os presidentes de associação de Barcarena. (Patrícia dos Santos, 2021)

Lembremos que ela não é barcarenense e foi criada no município vizinho de Moju, portanto a luta lhe permitiu conhecer melhor a cidade e as pessoas que nela viviam. Foi aprendendo e observando o desemprego, mais a ausência<sup>150</sup> de nomes lutando pela comunidade do Bom Futuro, que ela se colocou no papel de liderança e passou a apresentar uma rotina pautada na luta.

Eu morava em Moju! E desde que eu mudei pra cá eu comecei a conhecer as pessoas, a irmã graça, a Rosilda, a Socorro do Burajuba. Aí comecei a me interessar a brigar pelas pessoas. Eu não era liderança nenhuma! Aí como ninguém brigou pelo Bom Futuro eu entrei na justiça, a favor do Bom Futuro. Aí comecei as minhas brigas com a empresa né.

---

<sup>150</sup> Lembremos que ela mudou da cidade de Moju para Barcarena em 2005, e passou a atuar ativamente como liderança em 2018, após o crime ambiental da *Hydro* Alunorte.

[...] A minha rotina de vida é essa aí. Se tem protesto lá no Conde, eles me avisam e eu já corro pra lá. Eu não vou correr e brigar lá na frente, mas eu tô lá. A minha presença tá lá! Eu quero tá lá junto com eles, pra gente lutar por Barcarena. Lutar pelo povo carente! (Patrícia dos Santos, 2021)

Ao mesmo tempo, a luta é também um espaço de conhecimento para a Socorro da Costa, mas sob uma outra perspectiva. Ela costuma dar palestra em universidades e afins sobre a realidade de Barcarena, então ela aproveita esses momentos, nos quais há outros(as) palestrantes, universitários(os) ou não, para adquirir novos conhecimentos que possam beneficiar a sua luta por direitos. Foi o que ela fez, por exemplo, em um evento do campo do Direito, em 2018:

Outro dia, tem uns senhores que tão se formando pra advogado. Foi em 2018. Eu fui em Belém, lá em um hotel, eu fiz uma palestra. Pra mim aprender assim “ah, lei e tal”, entendeu? Porque o que falta pra mim é lei. Pra mim ter conhecimento de lei. A cobrar direitos. (Socorro da Costa, 2021)

Segundo elas, a luta é cansativa! Para a Rosilda Santos, a luta a cansa devido às inimizades que ela produz com empresários e governantes. É algo que já a fez pensar em desistir de atuar como liderança, o que não se concretizou porque as comunidades e a cidade como um todo ainda não progrediram de fato.

Eu falei até que eu queria largar porque isso é muito cansativo pra mim. Isso me faz bem, mas ao mesmo tempo não porque a gente arruma inimizade porque a gente vai brigar com esse pessoal. A gente tá vendo que tá errado mesmo. A gente quer o progresso pra comunidade, pro município. E aí a gente já começa a arrumar problema com os empresários, com o prefeito. Mas a gente tá tentando resistir aí! (Rosilda Santos, 2021)

Para Patrícia dos Santos, o cansaço da luta é resultado tanto da força mental que ela precisa ter para lidar com impactos como o desemprego e as enfermidades, quanto física, afinal ela é uma senhora de 54 de idade que lida com a depressão e dores corporais cotidianas. Seu corpo também contém metais pesados circulando seu sangue e precisa cuidar da mãe que não consegue andar normalmente. Ela resiste em meio a diversas dificuldades, o que a exige muito!

Olha meu Filho, sem emprego e com todos esses impacto, com muitas enfermidades, só pela graça de Deus mesmo, porque é uma grande resistência, um psicológico bem concentrado. Tem hora que tá meio doido, mas se concentra bem... Tenho me concentrado bastante, graças a Deus! Apesar da idade, né? Que eu já estou com 54 anos, fiz domingo passado. Tá dando pra viver! Assim, um pouco depressivo! Tem um tempo que depressão vem, pega mesmo! Que a gente fica bastante doente, né? Bastante doente! Muitas dores, meu filho! A gente sente no corpo! Muitas dores nos ossos! Olha, minha mãe não anda mais... Eu tenho noite que sinto muitas dores nos meus ossos. Então assim, é resistir pela graça mesmo. Tamo vivendo pela graça, entendeu? (Patrícia dos Santos, 2023)

E para a Socorro da Costa, o cansaço se faz não somente na sensação de estar constantemente sobrecarregada, como explicitou o capítulo anterior, mas também no fato de que há diversos “antagonistas” nessa história. Ela se sente como apenas uma pessoa em meio a um conjunto de atores que possuem maiores poderes de decisão, como as empresas e o próprio Estado. Em suas palavras, “eles são muitos, eu sou uma! Você divulga! Mesmo assim não vai resolver. Ajuda a ficar essa história para as futuras gerações, netos, tataranetos...” (Socorro da Costa, 2023).

Soma-se a isso, o fato de que parte das suas lutas estão “travadas”, ou seja, ainda não geraram os resultados almejados. Contudo, isso não impede, tampouco diminui as ameaças que ela recebe por levantar três bandeiras importantes, que são a preservação do meio ambiente, o direito à vida e o respeito ao território. Essas são as pautas de uma luta que a obriga a ficar atrás das grades de sua casa, afinal recebe ameaças, assunto que aprofundarei no tópico seguinte, mas que pode ser notado no trecho narrado abaixo:

Para cada coisa me dou um pouco, mas eu não consigo resolver! Tenho 58 anos e te dizer que tem uns 30 anos que eu estou enfrentando lutas travadas. E tá atrás de grades e grades e grades, sendo ameaçada de morte porque eu luto por direitos. Minhas 3 bandeiras, elas têm me maltratado muito, né? É uma luta muito ardida que é o meio ambiente, que é a vida, que é o território! (Socorro da Costa, 2023).

De acordo com ela, ter a minha participação divulgando a sua história é importante, mas não é a solução, afinal quem pode “destravar” as lutas e resolver os problemas são aqueles que possuem o poder em mãos, dentre eles o Estado, que na perspectiva dela, não adere à luta, ou seja, não abraça as suas causas.

O município não adere a luta! Pegue a luta e forme moradia, que vá buscar o dinheiro do governo do Estado, faça condomínio, faça casa, pegue esses funcionários que estão vindo por essas empresas... É agregar todos, mas com uma maneira de que um respeite o espaço do outro! (Socorro da Costa, 2021)

Lutar também é cansativo quando ela entende que precisa “educar” determinadas pessoas sobre problemas pessoais que elas não sabem e/ou não conseguem lidar. Por ter o seu papel de liderança, ela é uma mulher bastante acionada por moradores(as) não somente do Burajuba, mas também de outras comunidades, e isso a cansa, afinal são mais demandas, muitas delas distantes da sua alçada, mas isso não é entendido por parte das pessoas que lhe procuram e ficam chateadas quando ela não toma a frente da situação. O que é bastante levado à sua mesa são problemas e não coisas boas que a façam sorrir:

Aqui eu não posso tá rindo, porque o que eles trazem não é pra mim sorrir. Eles trazem um problema que é da casa deles, que é deles, pra minha mesa. Eu tenho que trabalhar como educadora, que só tenho a terceira série, dizer pra ele como isso é ruim. Que eu acabo tendo mais uma pessoa que não gosta de mim por eu ter que falar. O que ele quer ouvir da minha boca eu não vou falar porque minha obrigação é dizer pra ele a verdade. Aqui, da maneira que ele trouxe, não vai poder ser feito. Eu ensino como vai poder ser feito pra ele fazer. (Socorro da Costa, 2023)

O cansaço também se faz presente quando Socorro identifica pessoas trocando as suas terras por valores monetários. Para ela, sair da terra é abandonar parte da luta, e tal fato aumenta a sua sensação de solidão durante o estabelecimento de suas pautas. Às vezes, ela pensa em desistir. Em outros momentos imagina que seria melhor morrer do que lidar com a luta.

Eu te digo assim que tem hora que eu penso assim “porra, eu prefiro morrer! Eu não dou conta dessa luta, porra! Eu tô só!”. Porque entra a necessidade, eles (empresas/empresários) chegam ali com uma amiga, eles dão 10 mil, dão 5 mil, ela (pessoa que mora em Barcarena e aceita ofertas por suas terras e afins) me larga, ela vai embora! Ela abandona isso aqui! (Socorro da Costa, 2023)

É importante ressaltar que a sua sensação de solidão não significa que seja a única pessoa a resistir na cidade e que ela não reconheça a existência, importância e mobilização das demais lideranças, mas que ela se sente só quando vê pessoas abandonando e trocando a luta, que apesar de cansativa, segundo ela, também é um ato de amor que pretende não deixar de lado. Amor pelas pessoas, amor pelo passado vivido.

Eu te falo que isso é amor! É amor pelas pessoas, pelo que eu vivia, como vivia com eles. Alguns ainda tem isso e eu acho que de mim não vai desaparecer porque é uma coisa que eu gosto. É uma coisa que eu quero que sempre teja comigo e eu teja com isso. Não é bom pra ninguém (no sentido de ser cansativa), mas eu faço com amor, com carinho, com responsabilidade! (Socorro da Costa, 2023)

Ela crítica que há também aquelas pessoas que demonstram aderir a sua luta, mas que estão visando apenas o benefício próprio, exemplificado no recebimento de alguma indenização em dinheiro ou em produtos como materiais de construção e serviços de saúde. Para ela, não é todo mundo que aceita “trocar a vida pela luta”:

Alguns não tem coragem, outros se aproveitam da nossa luta e decide botar alguma coisa no bolso. Aqui em Barcarena temos muito! Emprego, uma dentadura, uma carrada de areia, enfim. Trocam a vida, trocam a luta. A empresa e o governo são apoiadores dos crimes ambientais. O governo do estado sendo o fiel depositório de nossas vida é o acionista da *Hydro*. (Socorro da Costa, 2021)

Socorro foi a única das interlocutoras a narrar uma preocupação para com os usos que algumas pessoas fazem da luta. Somente ela criticou o uso da luta para um autobenefício, afinal esse é um posicionamento que vai de encontro aos valores que ela possui. São princípios que não visam centralizar em indenizações, mas sim em reforçar a necessidade de adequação das mineradoras, de modo que os(as) moradores(as) tenham o mínimo de conforto e possibilidades de escolhas para a sua sobrevivência:

A ideia não é pegar dinheiro. É ter direito de receber tudo aquilo que foi retirado nosso! Está em Barcarena a maior empresa do mundo. Toma tudo que é nosso! Nós tamo se reduzindo um nada! Sem praia, sem saúde, sem moradia, sem ter como sobreviver o povo da floresta. (Socorro da Costa, 2021)

Ademais, pensando além do cansaço narrado por elas, a Socorro da Costa compreende a luta como a possibilidade da continuidade da identidade dela e das demais pessoa que se sentem impactadas pela contaminação, principalmente dos cursos d'água. A *Hydro* Alunorte, conforme ela, não aceita a sua identidade, logo nega a sua vida e reduz as possibilidades para as futuras gerações. Dessa forma, a luta é solidificada por meio de ações judiciais engajadas, por exemplo, por meio de entidades como a Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA):

O meu objetivo é que todo mundo tenha direito à saúde, da gente continuar com a nossa identidade. Cuidar do nosso povo e da futura geração. Que a *Hydro* não polua mais a nossa água, que ela aceite a nossa opinião e que entenda que quem tem a caneta é a CAINQUIAMA! Nenhuma ação vai sair de lá! Nós não vamos ficar com pena dela! Porque o que nós perdemos foi vida! Foi as futuras geração! (Socorro da Costa, 2021)

Caminhando para o final deste tópico, outras duas associações foram feitas sobre a luta. Temos a Patrícia dos Santos que a vinculou ao surgimento da sua depressão, dado que foi a partir da luta que passou a adquirir maiores informações sobre a realidade local. Para amenizar o seu quadro depressivo, atualmente procura se ocupar mais com outras situações que não envolvam a preocupação da luta:

Eu: Estar presente nessa linha de frente da luta te ajuda a lidar com os problemas de depressão?  
 Patrícia: Na verdade foi quando eu peguei depressão né (risadas). Foi se envolvendo com isso. Eu não tinha!  
 Ainda tenho muita depressão, mas eu já fico nessa correria de lá pra cá pra ver se desocupa a mente. Tem aquele ditado de mente vazia, oficina do inferno. Aí eu fico fazendo coisa de um, coisa de outro. (Patrícia dos Santos, 2021)

E contamos também com as narrativas da Socorro da Costa, associando a luta a uma preocupação para com a nova geração, isto é, as pessoas que comporão o futuro de Barcarena. Conforme as suas narrativas, outras lideranças e ela trocaram as suas vidas pelas vidas daqueles que estão nascendo ou que ainda nascerão. Ela espera que os mais jovens não precisem lidar com o cansaço, as ameaças e os problemas que levaram a atual geração a lutar por melhores condições de vida; e que ao fim de tudo, não esqueçam de sentir orgulho das suas raízes, da história dos seus antepassados:

A minha maior preocupação é as futuras gerações hoje! Elas nasce e já morre. Pra quem tinha fartura, charque, gurijuba, pirarucu, veado, um pão, hoje não temo nada pra comer! Meu amigo, levaram toda a nossa riqueza! É a minha história, história do meu povo. É por eles que eu luto, é por eles que eu decidi trocar a minha vida!

Eu não quero deixar a **luta** (Grifo nosso) para elas. Trabalhar agora para que as próximas gerações não tenham esses problemas, essas coisas para resolver. Ela vai trabalhar pra ela, vai ser uma trabalhadora, mesmo que ela vá pra área da tecnologia. Ela não vai esquecer a raiz dela! (Socorro da Costa, 2021)

Encerrando este tópico, a luta também foi qualificada por Socorro da Costa como algo inevitável, que precisava ocorrer. Isso reforça a minha compreensão durante anos de campo e leituras sobre Barcarena. A luta é a única forma de tentar alterar a realidade na cidade! E é por meio do empenho dessas mulheres e de outras lideranças que algumas mudanças foram alcançadas. São conquistas que reforçam a necessidade de continuar a luta, e é sobre elas que discorreremos a seguir.

#### **4.3 Luta: experiências e intimidações**

Algumas ações realizadas durante anos de luta estão muito presentes em suas memórias. Sobre isso, a Patrícia dos Santos e a Rosilda Santos narraram sobre dois acontecimentos nos quais elas estiveram envolvidas e que as marcaram nos últimos anos. A começar pela Patrícia dos Santos, ela lembrou de um ato realizado em frente à *Hydro Alunorte*, em virtude do crime ambiental denunciado por ela e Rosilda Santos.

No ano de 2018, ela passou de três a cinco dias participando de um acampamento coletivo em frente à empresa. Nesse tempo, ela viu funcionários que estavam sendo impedidos de trabalhar por conta do protesto, sendo que os principais responsáveis, que são os empresários, não estavam ali passando por esses “transtornos”.

A que mais me marcou foi a de 3 dias na frente da *Hydro* e ver aquela quantidade de pais de família pagando por uma empresa que eles não tem nada a ver. Eles foram pessoas que tiveram a oportunidade de trabalhar na empresa e nós tava lá lutando pela gente e por outras pessoas, e também prejudicando outras pessoas que não têm nada a ver com isso. Isso marcou muito, tanto que desde esse dia eu não fui mais pra frente da empresa.

[...] Foi em 2018. A gente passou uns 5 dias na frente da *Hydro*. Anoitecia e amanhecia lá com chuva e tudo. Ai começo a chegar aqueles pais de família. A gente via a tristeza no olhar deles. Ai quando disseram que houve uma redução na empresa, que mandaram um bocado de trabalhador embora porque não pode mais trabalhar por conta do protesto. Aí eu vim me embora pra casa e disse que eu não vou mais pra lá, porque eu to tentando ajudar umas pessoas e prejudicando outras. Isso me marcou muito porque eu não gosto de machucar ninguém. (Patrícia dos Santos, 2021)

E, como vemos no depoimento acima, ela ficou sabendo que alguns funcionários estavam sendo desligados da mineradora devido ao embargo judicial exigido pelo Ministério Público. Parte da sua produção foi afetada, portanto alguns funcionários estavam sofrendo com essa decisão. Com isso, a Patrícia dos Santos resolveu se retirar do protesto por julgar que a sua luta era necessária, mas que não cabia “prejudicar” outras pessoas que precisavam daqueles empregos. Desde então, a sua maneira de lutar foi recalculada.

A Rosilda Santos também participou desse protesto em frente à *Hydro* Alunorte. Ela o associa a uma conquista que foi a liberação de água potável e “cartões” para moradoras(es) das comunidades impactadas pelo vazamento de rejeitos, em 2018. Os “cartões” possuíam uma quantia, o valor abaixo do salário-mínimo criticado anteriormente por Patrícia dos Santos, e não foram distribuídos para todas as comunidades impactadas, como denuncia a Rosilda Santos. Porém, não deixou de ser um resultado da luta na qual elas participaram:

A maior conquista que nós conseguimos aqui foi quando a gente fechou a frente da *Hydro* ai, que a gente brigou, colocou muita coisa em pauta e veio cartão. Eu não peguei, a minha comunidade Arienga não entrou. A *Hydro* sacaneou e colocou só a que ele quis, escolheu a dedo. Pra minha comunidade eu não consegui, mas uma coisa que eu falo “obrigado, meu deus!” foi a água mineral. Até hoje as comunidades recebem. Bom futuro, Burajuba... E foi luta nossa! (Rosilda Santos, 2021)

Inclusive, foi a partir dessa luta que a Rosilda Santos destacou que a *Hydro* Alunorte começou a tomar algumas iniciativas recentes em benefício das comunidades. Ela julga que por mais que sejam poucas, é um começo para a mudança, afinal as empresas, principalmente a citada, começaram a desenvolver ações e abrir vagas de empregos para moradores(as) das comunidades, dentre elas o Arienga:

Então, a maior conquista foi o cartão pra esse povo e agora como a *Hydro* tá mandando um pessoal. Agora mesmo eu tava falando contigo e marcando com um pessoal da *Hydro* uma ação aqui na comunidade, dia 30, pela empresa Buenos. Agora a *Hydro* tá mandando nas comunidades. Lógico que ainda falta muito. Isso aí é o mínimo que eles tão fazendo.

[...] Agora, a partir de abril, nós tivemos uma reunião daqui do Arienga que iam trocar uma tubulação e que ia gerar algumas vagas de emprego pra comunidade. Então, nesses tempos de pandemia a gente até agradece, sabe?

Do caso da mineradora da *Hydro*, ela reuniu com o pessoal da empreiteira que ia fazer o serviço pra ela e abriram umas vagas aqui pra comunidade. Então eu já fico muito feliz por isso, pela nossa luta. Pelo menos abriram umas vagas de emprego pra uns pais de família e pra umas 5 ou 4 mães de família. Isso já foi um avanço muito grande! (Rosilda Santos, 2021)

Um outro episódio da luta no qual ela participou e associa a uma conquista é o extinto “leilão da Codebar”. A Codebar, conforme apresentado no primeiro capítulo, foi um dos órgãos institucionais responsáveis por desocupar e lotear terras para empreendimentos em Barcarena (MAIA, 2017). Rosilda Santos não lembrou a data exata, mas narrou que a Codebar estava leiloando terras sob o nome da *Hydro* Alunorte, que afirmava tê-las comprado. Acontece que essas terras estavam ocupadas e eram herança de família:

Rosilda: Essas terras aqui era nossa antes, dos nossos avós e tudo. A *Hydro* falava que tudo isso aqui era dela. A *Hydro* comprou, né? Da Alunorte, da Vale do Rio Doce (durante o processo de privatização). A empresa da Noruega comprou, então dizia que essas terra era dela, aí a Codebar fazia leilão pra vender. Isso já faz tempo! Foi em 2010... Não, foi em 2006, 2007, 2008... Foi nesse período. Não recordo muito o ano. (Rosilda Santos, 2023)

Na época, junto a uma amiga, ela participou de um dos leilões realizados em Barcarena, no Cabana Clube. Juntas, questionaram as vendas de terras, ressaltando que estavam ocupadas, ao contrário do que a Codebar pregava. Parte das terras já havia sido retomada por moradores(as), inclusive dando espaço para novas comunidades, dentre elas a de “São José” que foi nomeada por Rosilda Santos:

Aí eu fui a primeira pessoa, eu Rosilda Ferreira dos Santos, e a Sol, foi a única pessoa, quando o primeiro leilão dela foi aqui no Cabana Clube. Nós chegamos e viramos bicho, só nós duas e Deus gritando lá que nós necessitava! Que quando comprava o terreno do pessoal da Vila do Cabanos, eles: “Não tá morando gente, eu: “tá morando gente!” Virava o bicho aí, porque eu que coloquei o nome da São José, que é essa comunidade aqui, que nós invadimos! Vamo pegar o que é nosso por direito! Que tomaram dos nossos antepassados! Foi aí que começou a nossa luta! (Rosilda Santos, 2023)

Fazendo um adendo, quando ela fala sobre “terreno do pessoal da Vila dos Cabanos”, Rosilda está se referindo a terras que foram desocupadas e inseridas no projeto de construção desta vila voltada para funcionários e empresários das mineradoras (RODRIGUES; COELHO, 2007). Todavia, quando a Vila dos Cabanos foi construída, parte das terras permaneceram inalteradas, ou seja, o projeto não as alcançou.

Com isso, moradores(as) iniciaram o processo de retomada. E foi assim que surgiu a comunidade do São José, que foi criada por um conjunto de pessoas que

queriam as suas terras de volta e tomaram a iniciativa de “invadi-las” e, desde então, passaram a morar ao lado de pessoas que, segundo Rosilda Santos, em sua maioria, se sentem superiores às demais por residir na Vila dos Cabanos, a área mais urbanizada da cidade.

Aí a Codebar não pôde mais vender porque nós se assumimos, nós tomamos, nós invadimos, virava o bicho aí! E tudo era mata, mata virgem! Nós queria morar! Tanto que tá aí! Virou bairro, virou comunidade! Nós queria morar! Não tinha onde morar, entendeu? Aí acabou o “bambambã” aí da Vila! Que só era os bambambã aí da Vila! (Rosilda Santos, 2023)

Após as “invasões”, a luta tomou outras proporções, alcançando a cidade de Belém. Ela e a sua amiga se uniram a mais duas mulheres que ajudaram a mobilizar um grupo de pessoas que se deslocaram duas vezes de ônibus no sentido Barcarena-Belém, decididas a interditar a principal via da capital, a avenida Almirante Barroso, aspirando chamar a atenção das principais autoridades sobre a luta contra o leilão da Codebar em Barcarena. Abaixo ela narra como foi esse processo de mobilização e o ato em si:

Fechamos a Almirante Barroso duas vezes, em Belém! [...] Fomos pra lá, pra Almirante Barroso. Chegamos lá! Pegamos 2 ônibus na época. Fomos embora, chegamos lá! Levamos mala e digo “Nós vamos se acampar aqui em frente!”. Chegamos lá, ligava pra repórter, os repórter iam pra lá, era SBT e tudo! Se procurar no YouTube, tu vai encontrar sobre isso. Tem até uma reportagem que eu tô dando lá!

Então, aí nós fechamos a Almirante Barroso! Era imprensa, era helicóptero da polícia por cima, da polícia lá embaixo. Pegava, colocava as nossas malas. Deitamos no meio da pista! A doutora Conceição Bastos que tava com a gente, a doutora Regina daqui. Fechamos e aguentamos lá! Era carro pra um lado e polícia do outro lado da pista. Ninguém vai entrar pra comprar leilão da Codeba aqui (Em Barcarena)! A luta foi nossa! Primeiramente, Deus! Eu na frente! Eu na fé! A gente, só doutora Regina, doutora Conceição Bastos. Foi nós 4! Nós levava era um ônibus cheio daqui, entendeu? Nós que lutamos, tu tá entendendo? Pra acabar! Quem acabou com o leilão da Codebar, pode colocar, fomos nós! (Rosilda Santos, 2023)

Além dessas, outra luta que Rosilda Santos considera como uma conquista coletiva foi o trancamento do Trevo do Peteca, o trecho que interliga as vias PA-483 e PA-481. Conforme ela, o propósito do protesto era pressionar o poder público a realizar obras de infraestrutura nessa via que apresenta um alto tráfego cotidiano de veículos de grande porte e diversos óbitos.

E uma outra **conquista** (Grifo nosso), quando nós fechamos o Trevo do Peteca pedindo pra ajeitar a rua ali, a PA-483 e a PA-481. Ali não tinha acostamento, é muita carreta! Já teve muito óbito vindo da alça até o Trevo do Peteca. Foi uma conquista muito grande que agora tem meio-fio. Quando a gente passa lá, tem acostamento. Eu digo obrigado meu deus porque eu fui a primeira mulher, junto do rapaz lá do Conde que fechamos só nós dois. Que colocamos logo os pneu. (Rosilda Santos, 2021)

Soma-se à interdição da rua os vídeos-denúncia feitos por ela e outros moradores sobre a situação da PA-481, e encaminhados para a Rede TV Belém<sup>151</sup>. Parte da via é comprometida pela Ziran Norte, uma empresa de transportes que não zela pelo local no qual atua, tampouco dá ouvidos aos reclames de Rosilda Santos. As atividades da transportadora têm gerado bastante poeira e lama, conforme podemos perceber na figura 65. Por isso, essa questão é um dos novos alvos da sua luta!

Figura 65: Fachada da Ziran Norte gravada por Rosilda Santos.



Fonte: *Print* de vídeo enviado por Rosilda Santos, via *WhatsApp*.

Com respeito à Socorro da Costa, ela não narrou sobre um acontecimento em si que a tenha marcado, mas, a partir das nossas interações, posso destacar aqui alguns momentos nos quais ela esteve à frente ou participou, e que exemplificam parte da sua luta em prol da comunidade quilombola do Burajuba e arredores. Dentre eles, temos a ação de vacinação e teste de COVID-19 realizada junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) na sede quilombola situada em sua casa.

Ela me encaminhou registros (Figura 66, 67 e 68) dessa ação que ocorreu em 2022, e neles podemos ver que o espaço é utilizado em prol do bem-estar coletivo. Como ressaltai no capítulo um, São Sebastião do Burajuba carece de espaços de socialização e afins, portanto a Socorro da Costa procura usar a sede quilombola para realizar iniciativas de interesse coletivo. Na época, a pandemia estava em seu pico, mas a vacinação já estava liberada. O uso da sede foi importante para avançar nesse propósito.

<sup>151</sup> A reportagem pode ser encontrada no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rGgz27qtqL8>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Figura 66: Ação de vacinação realizada junto ao SUS, em Burajuba.



Fonte: Enviado por Socorro da Costa, via *WhatsApp*.

Figura 67: Sede quilombola em frente à casa de Socorro da Costa, espaço no qual ocorreu a ação.



Fonte: Enviado por Socorro da Costa, via *WhatsApp*.

Figura 68: Socorro da Costa se fazendo presente no dia da ação.



Fonte: Enviado por Socorro da Costa, via *WhatsApp*.

Outra ação que ela participou foi uma roda de conversa (Figura 69) com uma turma do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, em maio de 2022. Em diálogo informal comigo, relatou que os estudantes apareceram em sua casa para conhecer um pouco da sua história e da sua resistência. Ela os recebeu no espaço da sede e lá pôde repassar um pouco dos seus conhecimentos a esses(as) jovens.

Figura 69: Socorro da Costa após bate-papo com estudantes universitários.



Fonte: Enviado por Socorro da Costa, via *WhatsApp*.

E outras duas experiências recentes que a envolveram foram o processo contra a *Hydro Alunorte* em terras europeias e o curta metragem “Socorro”<sup>152</sup>, dirigido pela cineasta Susanna Lira e apresentado no 51º Festival de Cinema de Gramado (RS), em 2023. Em relação à primeira, trata-se de uma ação civil coletiva na corte holandesa, movida pela Associação dos Caboclos Indígenas e Quilombolas de Barcarena (Cainquiama), que é presidida pela Socorro da Costa. O processo visa reparações pelo crime ambiental de 2018 e surgiu como uma alternativa do que ela interpreta como uma inércia da justiça brasileira (NETO, 2022).

E o curta metragem “Socorro” (Figura 70) é um documentário que visa apresentar as lutas de Socorro da Costa contra a contaminação em Barcarena. Durante conversa anterior a uma de nossas entrevistas, ela contou que foi procurada pela produtora que fez o curta e a ajudou a participar do festival. Participar do evento e ver a sua história exibida na tela, segundo ela, “foi muito emocionante pra mim eu ver passar no filme uma coisa que é a minha realidade, a realidade do meu povo. A realidade do meu povo, gente, é essa!” (Socorro da Costa, 2023).

---

<sup>152</sup> Sinopse: Um grito de socorro da líder comunitária Socorro do Burajuba, do município de Barcarena, no Pará, considerado como uma “zona de sacrificio” ambiental e social. O curta metragem está disponível no Youtube, a partir do link: <https://www.youtube.com/watch?v=p-xCgdfQo-o>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Figura 70: Poster do curta metragem “Socorro”.



Fonte: Enviado por Socorro da Costa, via *WhatsApp*.

Apesar dessa luta aqui apresentada ter um fim coletivo, não é raro que pessoas as julguem negativamente e as tratem de forma pejorativa. As três narraram situações desagradáveis pelas quais elas e/ou outras pessoas da luta já passaram. Como primeiro exemplo, há aqueles(as) que denominam as pessoas da luta como ‘vagabundos’.

Segundo a Patrícia dos Santos, parte dessas pessoas são as mesmas que receberam os cartões conquistados a partir da resistência que ela participou. Trata-se de um grupo que defende as mineradoras, em especial a *Hydro Alunorte*, considerando-a como uma “mãe”, devido às oportunidades que ela gera para os(as) habitantes da cidade, mas que também recebem os benefícios conquistados.

Quando veio o cartão eu fiquei mais feliz ainda porque muitas pessoas ficaram felizes. Até quem chamava nós de vagabundo. “Vão trabalhar seu monte de vagabundo! Ficam brigando!”. Tinha pessoa que falava pra mim “Patrícia, larga isso de mão! Pelo amor de deus, a *Hydro* é uma mãe”. Digo “Meu amigo, só se for a sua mãe porque a minha não é! Porque mãe dá leite pro filho e essa daí não me dá nem água!”. Então assim, foi surgindo esse interesse. (Patrícia dos Santos, 2021)

Além de ‘vagabunda’ ela também já foi chamada de irresponsável, sem-vergonha, sem caráter, bandida e outras coisas mais. Uma situação que ela lembrou envolveu uma compradora de recicláveis que estava acusando – sem provas – um catador de roubo. No caso, a mulher e seu marido a xingaram, o que a magoou e a fez refletir sobre o que tem recebido em troca por sua luta.

A mulher do nada me chamou de irresponsável, de sem caráter, de sem-vergonha que foi uma palavra que me doeu na alma. Sem-vergonha, sem caráter, faccionada, bandida! São essas coisas que eu recebo! As vezes isso me abate, as vezes não. (Patrícia dos Santos, 2021)

‘Vagabunda’, também é um xingamento que Socorro da Costa já recebeu. Ela criticou que essas pessoas são as mesmas que não aderem à luta e preferem utilizar as redes sociais para publicar denúncias descabidas. Dentre as situações, há quem diga que a associação Cainquiama e a própria Socorro se aproveitem da luta para adquirir dinheiro em benefício próprio, o que ela critica e se posiciona da seguinte forma:

A ideia da Cainquiama é lutar por vida, não encher o bolso! Tem muito vagabundo, filho da puta que não adere a nossa luta, mas vai no grupo de *WhatsApp* se corromper e diz que nós colocamos dinheiro no bolso. Não! Eu sou Socorro! Me prove alguém que colocou dinheiro no bolso! Não vendo a luta! Não vendo a luta da Cainquiama!

Outra vez falaram “ai, dona Socorro pegou 1 milhão”. Dona Socorro pegou o dinheiro não sei daonde. Gente, ninguém dá 1 milhão, dá 10 milhão, dá 5 milhão pra ninguém se não tiver um motivo. Pra um pobre eles nunca vão dar. Eles dão pra grande, pra empresário. Pra pequeno eles não dão. (Socorro da Costa, 2021)

Nessa realidade, as conquistas ganham ainda mais importância, pois é justamente por causa delas que essa relação vem mudando aos poucos. É o que compreendo a partir do que foi narrado por Rosilda Santos. Ela contou que está há cerca de cinco anos atuando na liderança do Arienga, mas agora que as pessoas estão começando a agradecê-la, o que cria uma relação mais harmoniosa.

Entretanto, há quem persista alcunhando e até cometendo crimes virtuais, em virtude da visibilidade e relevância adquirida por uma mulher da luta. É o que denuncia Socorro da Costa, que ressaltou que atualmente é reconhecida como ativista, inclusive sendo convidada para dar palestras, contudo, há uma pequena parcela de pessoas que atacam até a sua aparência, fazendo montagens com suas fotos nas redes sociais:

E daí eu comecei a ser convidada para vários lugares. Hoje eu sou reconhecida como ativista, palestrante. Alguns me criticam, mas são muito poucos. Muitos falam das minhas qualidades, o que eu faço, do que eu sou capaz de fazer. Antes não tinha nada disso.

Teve uma vez que eles colocaram no face, a cara do leão com meu rosto. Assim, o cabelo do leão. Não sei o que mais do leão. Colocaram o meu rosto. Ai vai descobrir quem foi? Não sei. (Socorro da Costa, 2021)

Trata-se apenas da “ponta do *iceberg*”, uma vez que a luta traz para o cotidiano dessas mulheres, intimidações, ameaças e medos, sobretudo para a Patrícia dos Santos e a Socorro da Costa. A primeira, narrou que já foi ameaçada de morte por um homem desconhecido que tentou descartar entulhos no lixão pelo qual ela é responsável, por atuar como presidenta da associação de catadores. Como a área é voltada apenas para descartáveis, ela o questionou e ele tentou intimidá-la com uma arma de fogo. Em suas palavras:

Um senhor chegou num carro e começou a jogar entulho, aí o tesoureiro correu aqui e avisou “dona Patrícia, tem um homem jogando entulho lá. Eu fui lá e ele tá muito brabo!”. Eu disse “mas o senhor que é homem e ele tá brabo”. Ele “ah, mas a senhora é a presidente, vá lá!”. Quando eu cheguei lá ele me olhou, muito bravo o homem, não sei se ele era mineiro, tinha um carrão sabe. Ele olhou e falou assim “a senhora também já vem encher o meu saco?”. Eu disse “não, eu não vi encher o seu saco, eu só vim lhe falar que eu tenho uma ordem da prefeitura que não pode jogar entulho aqui, tem um outro lugar pra aí que pode. Mas como o senhor já tá jogando, pode continuar jogando o seu entulho”. O senhor acredita que ele puxou uma arma pra mim? Eu disse calma moço, não precisa, eu não vim brigar com o senhor. Ele disse “toma, 50 reais. É dinheiro que tu quer? Pega!” Com a arma na mão. Eu peguei os 50 reais e dei pro tratorista tirar o entulho de lá. Muitas coisas acontecem... (Patrícia dos Santos, 2021)

E no que tange à Socorro da Costa, ela classifica a luta como o que lhe fez “famosa”, pois além de ser reconhecida como ativista e ser convidada para palestrar, ela já foi para a Europa, apareceu em revistas, participou de um curta metragem etc., entretanto, como bagagem, surgiram ameaças que mudaram a sua rotina, a ponto de ela evitar pegar ônibus ou simplesmente se sentir desconfortável para ir ao supermercado ou a um shopping.

Até para a Europa eu ia! Até fazer um livro, capa de revista, fazer um filme. Então assim, foi uma proporção, um passo muito grande. Mas isso não é fácil! Isso tá custando eu atrás da grade. Não posso ir de ônibus. Gostaria de tá lá nas audiências, mas não posso ir de ônibus. Eu vou ter que me cuidar e me vigiar. Se não a gente perde a luta aqui embaixo. Enfim, porque a luta ainda tem isso, né?  
Isso me faz mal, pô! Acha que eu não tenho vontade de ir lá no shopping, em Belém? Então meu dia a dia nunca mais foi o mesmo! (Socorro da Costa, 2023)

Na narrativa acima ela afirma estar vivendo atrás das grades. Isso acontece porque, em 2010, ela sofreu com ameaças e tentativa de homicídio durante um assalto à sua casa. Desde então, Socorro acredita que criou um trauma que é intensificado na sua atuação como liderança, que gera uma visibilidade e críticas por parte daqueles(as) que não concordam com os seus posicionamentos.

Atualmente a sua casa possui grades em todos os cômodos, de modo a evitar situações semelhantes que a relembram do que ela passou. Contudo, essa é uma iniciativa que provoca sofrimento nela, tendo em conta que isso dói. Dói o fato de imaginar que alguém queira matá-la. Esta é uma das maiores dificuldades da sua luta!

Segundo ela, não há luta sem o surgimento de rivalidades, afinal os embates envolvem diferentes atores, dentre eles a prefeitura, as secretarias de órgão públicos, as empresas de mineração e afins, o governo estadual e federal, mais a polícia militar que, de acordo com ela, esteve presente em uma situação preocupante. Atualmente, viaturas

da Polícia Militar são obrigadas a passar em sua residência para confirmar se está bem, devido ao fato de ela ter uma medida protetiva. Na ocasião, um policial reclamou por precisar “vigiá-la”:

Mas a maior crítica vem da polícia. Um dia com a polícia, um policial falou para outro “porra, ainda tenho que vigiar a casa dessa mulher?”. É, quer dizer, ele é um policial, não deveria falar aquilo, mas falou pra uma pessoa e a pessoa me falou. Porque como eu tenho medida, de vez em quando a viatura tem que passar. Então, acaba no fim, que amanhã eu vou dizer isso. Eles não passam! Eles não gostam de mim, não. Pra ti tá numa luta dessa, com essas bandeira, tu tem que ter rival. Tem que ter rival que são coletivos, não é mais um. Não é mais só a CODEBAR quando foi pagar nessa terra. (Socorro da Costa, 2023)

Ademais, o seu medo também é intensificado pela presença de reportagens que citam Socorro da Costa como uma das mulheres ativistas mais ameaçadas. Segundo ela, o programa do Fantástico<sup>153</sup>, da TV Globo, apresentou uma matéria que a destaca como tal, e isso a faz se questionar sobre os motivos, haja vista que ela não é a responsável pela contaminação de Barcarena e crê não estar fazendo mal aos outros:

Dona Socorro tem muito rival. É a mulher mais ameaçada do mundo, segundo a matéria no fantástico. Eu não sei como eles descobriram, mas enfim, fazem muita pesquisa, né? De uma maneira, de outra que a gente nem sabe. A mulher mais ameaçada do mundo. Mas porque eu? Dói porque eu não joguei veneno na água de ninguém! (Socorro da Costa, 2023)

E para finalizar este tópico, todas essas situações são compreendidas por ela como frutos do ativismo, ou seja, da luta. Segundo ela, ser ativista, portanto, uma mulher da luta, “é ter coragem, é ir pra cima, é não recuar, seja ele um relâmpago, um trovão, um juiz, o que for!”. É pensando nessa coragem que usarei o tópico a seguir para apresentar os caminhos dessa resistência.

#### **4.4 WhatsApp: um dos dispositivos da luta comunicacional**

O cientista político e antropólogo James Scott (1990), em seu livro “*Los dominados y el arte de la resistencia*”, afirmou que não há resistência, conseqüentemente, não há luta, sem comunicação. Para ele, espaços necessitam ser criados ou utilizados para que as pessoas da resistência possam se comunicar, de modo a se organizar em prol de um objetivo.

É óbvio que o autor estava pensando sobre e em um contexto diferente do cenário que investigo. Por exemplo, na época em que ele escreveu este livro, não havia

---

<sup>153</sup> Não encontrei a reportagem citada, mas há na internet, matérias produzidas pelo jornal independente Amazônia Real, denunciando ameaças sofridas por mulheres de Barcarena, dentre elas a Socorro da Costa.

uma nova tecnologia que, segundo Santos (2020), é o principal meio de comunicação e denúncia utilizado por lideranças de Barcarena. Estamos falando do *WhatsApp*.

O *WhatsApp*, de acordo com Juarez Neri (2015), é um aplicativo de comunicação instantânea geralmente utilizado em *Smartphones* e *Ipeds* conectados à internet. Ele permite trocar mensagens via texto, vídeos e imagens diretamente para um destinatário ou para um grupo, que é outro recurso que ele dispõe. Além disto, atualmente ele é o aplicativo mais usado em 140 países, devido a sua praticidade e baixo custo, afinal não há cobranças adicionais para enviar uma mensagem (NERI, 2015; SOUZA; ALTOÉ, 2016).

Durante o trabalho de campo visando esta tese, o *app* foi citado pelas três interlocutoras como o principal espaço utilizado por elas para informar e mobilizar os(as) moradores(as), em especial outras lideranças, sobre denúncias, demandas e ações necessárias para a continuação das lutas. Dessa forma, ele surge como a nossa sexta e última categoria de análise, considerando o recorte estabelecido.

Dito isso, adentrando nos depoimentos, começo destacando a associação do *WhatsApp* à comunicação pela Rosilda Santos. Durante a pesquisa exploratória (realizada pelo próprio *WhatsApp*), perguntei quais os meios de comunicação utilizados por ela e as demais lideranças para organizar as resistências. Como resposta, ela narrou o seguinte depoimento:

Escutando o teu áudio sobre como nós se comunica. É por telefone né, por *WhatsApp*. Tem vários grupos de liderança. Aí tipo, nós tamo se organizando agora pra nós fechar a rua porque tá muito feio aqui a PA-483. Então é tudo pelo *WhatsApp*, mas antigamente não era. Como não tinha nada disso do progresso, era horrível. Agora não. A gente se organiza por telefone. Eu tenho contato de várias lideranças, elas têm o meu contato. É assim! (Rosilda Santos, 2021)

Percebe-se, a partir do seu relato, que o aplicativo facilita uma função crucial da luta que é a organização/mobilização coletiva. No trecho transcrito, ela narra a existência de diversos grupos compostos por lideranças e dá exemplo de uma iniciativa organizada por meio do *app*. É o trancamento da PA-483 que foi destacado no tópico anterior e que, na época da nossa conversa, estava sendo organizado em grupos no aplicativo.

Patrícia dos Santos também o associou à comunicação quando perguntada sobre como elas se organizam para resistir. Em sua resposta, indagou que o *WhatsApp* é a rede social utilizada para a comunicação das lideranças. Ao perguntá-la se o *Facebook* seria uma outra rede social possível, ela narrou não ter o costume de usar a plataforma,

sendo o *WhatsApp* o principal dispositivo utilizado para a organização das lutas.

Eu: Por onde vocês se organizam?

Patrícia: Nós usa as redes sociais, o *WhatsApp*!

Eu: *Facebook*, não?

Patrícia: Não! Pra comunicação, não! Eu não sou muito chegada a *Facebook*. É mais *WhatsApp* mesmo. A gente tem um grupo da *Hydro* desde 2018. É o grupo da *Hydro*, todos os presidentes de associação tão nele. Tem muitas pessoas nele. Polícia, promotor...

Então a gente se organiza pelos grupos, mas não por esse. É no PV mesmo. “Olha, Patrícia, tal dia vai ter uma reunião. Vem aqui!”. Aí um vai avisando o outro. Olha, a Rosilda não deu o meu número pra você? Então! A gente se organiza assim! Aí “Ai Patrícia, tal repórter quer falar contigo, já dei teu número pra ele”. Eles não pergunta se eu quero ou não, sabe? (risos). É assim que nós se comunica e se reúne! (Patrícia dos Santos, 2021)

Percebe-se no trecho acima que há um cuidado para com o repasse de informações. No grupo citado, não há uma organização das lutas, afinal ele não é composto somente por lideranças. Diante disso, possivelmente este é um grupo somente para informes sobre o “caso *Hydro*”, sendo as mensagens relacionadas às lutas, direcionadas a grupos específicos ou de forma privativa, o citado “PV”, que é a mensagem diretamente encaminhada para um destinatário.

Quem aprofundou nesta reflexão foi a Rosilda Santos quando ela qualificou o *WhatsApp* como o meio mais seguro para as lideranças se organizarem. Em relato, ela afirmou existir um pacto entre as lideranças de não combinar e publicar protestos no *Facebook* porque a rede social contém “olheiros” que denunciam a movimentação para a Polícia Militar que, por conseguinte, reprime o ato. No *WhatsApp* há uma sensação de segurança porque elas podem controlar quem faz parte dos grupos e existe um acordo contra o vazamento de informações:

Eu tenho *Facebook*, mas o problema é que nos liderança, a gente combinou. Se a gente colocar, no outro dia a polícia chega com tropa de choque e tudo! Sempre tem um “olheiro”, então nós combinamos assim de não vamos colocar na rede social. Se a gente coloca em “face”, Deus o livre. Vamos mais pelo grupo de *WhatsApp*. A gente cria grupos de lideranças e a gente conversa lá “que não saia daqui”. A gente usa o *WhatsApp* pra isso. (Rosilda Santos, 2021)

O *app* também é classificado como um meio acessível de comunicação. Quem o compreende desta forma é a Patrícia dos Santos, que expressou que ele a ajuda a economizar tempo e dinheiro, afinal ela não precisa comparecer a todas as reuniões, porque as informações e as opiniões são publicadas e recolhidas nos grupos virtuais. O aplicativo a ajuda a não limitar a sua vida, ou melhor, o seu cotidiano, somente à luta.

Na verdade, o *WhatsApp*, ele é o nosso melhor meio de comunicação né. O *WhatsApp* que a gente tem se comunicado porque as reuniões, às vezes... Eu mesmo não tenho ido muito em reuniões, porque eu já gastei muito dinheiro

com reunião, ia para Belém e voltava de Belém. Era reunião, uma em cima da outra, que eu não tinha tempo. Eu não tinha tempo nem pra minha casa mais, só pra reunião e lutar pelo povo. Agora já não vou muito em reunião por condições financeira né. Aí já uso meu *WhatsApp* que já gasta menos, né? (Patrícia dos Santos, 2021)

Durante as entrevistas com a Socorro da Costa, notei que ela sempre estava com o celular à mão. Em alguns momentos, fazíamos pequenos intervalos para que ela pudesse responder as mensagens que notificavam o seu celular sob um som típico do aplicativo. Essa observação demonstra a força que o *app* possui como um dispositivo da luta e motivou a minha pergunta sobre qual a importância do *WhatsApp* para ela.

Em resposta, Socorro da Costa disse que “o que eu faço, eu posto nele!” (Socorro da Costa, 2023). Ela reproduziu alguns áudios recebidos em grupos, para evidenciar o seu potencial de informação e mobilização da luta. Em um dos áudios, uma mulher dizia concordar com Socorro e cobrava um posicionamento dos demais membros sobre algum tema que estava sendo debatido. Em outro, um homem opinava sobre problemas relacionados à construção da ferrovia destacada por mim no capítulo anterior. E em um terceiro áudio, em outro grupo, um homem comentava sobre desapropriações e conflitos com outra empresa que não consegui identificar.

Assim como as demais interlocutoras, ela está em diversos grupos que, segundo seu depoimento, a ajudam a conhecer as demandas de diferentes pessoas e a fomentar o debate entre elas. Mostrando-me a tela do seu celular, ela relatou estar inserida em grupos especificamente voltados para as lideranças, quilombolas, pessoas com deficiência (PCDs) e tantos outros. Os grupos nos quais ela menos participa são os compostos por moradores das ilhas que fazem parte de Barcarena, mas ressaltou que a sua voz os alcança porque um amigo está presente e repassa as suas informações para essas pessoas.

Encerrados os depoimentos sobre a categoria, resalto que este uso do aplicativo como um espaço de mobilização somente reforçou o que Scott (1990) afirmou sobre a necessidade de criar e/ou usar espaços para comunicar a resistência. No caso desta pesquisa, o *WhatsApp* surge como um espaço virtual, complementando o pensamento do autor que não especifica em seu livro se o espaço seria obrigatoriamente físico ou não, até mesmo porque o contexto no qual ele estava inserido era outro.

Junto a isso, ao longo desses quatro anos, me foi apresentado o comunicólogo José Luiz Braga (2017) que compreende a comunicação como o compartilhamento de diferenças criativamente enfrentadas em prol de alguma finalidade e/ou objetivo

próximo e distante. Essa interpretação apresentada por ele, complementa a perspectiva do Scott (1990), pois, na medida em que a comunicação é definida como uma partilha, ela ocorre justamente em espaços, como afirmava o antropólogo.

Há também outro fato na produção de Braga (2017) que me instigou. Trata-se da sua perspectiva sobre a comunicação ocorrer por meio de ‘dispositivos interacionais’ que podem ou não gerar um ‘circuito comunicacional’. A começar pelos dispositivos interacionais, eles são processos e modos de ação que não se limitam à tecnologia tão presente no mundo atual, e que contam com estratégias e influência das experiências vividas em determinada realidade. Ele é o meio pelo qual ou no qual ocorre a interação comunicativa (BRAGA, 2017).

Dessa forma, ele ampliou o meu olhar sobre os espaços comunicacionais de Scott (1990). E isso me levou a interpretar o *WhatsApp* como um ‘dispositivo interacional’, afinal - considerando a explicação acima – essa rede social rende interações e ajuda na organização e continuação das lutas. Consegui observar algumas dessas interações em um grupo composto por lideranças e moradores(as), no qual eu fui inserido por Rosilda Santos, em 2020. Essa presença no grupo me permitiu analisar o potencial do *WhatsApp* enquanto um dispositivo interacional que faz parte de circuitos comunicacionais, em Barcarena.

Circuito comunicacional, de acordo com Braga (2017), é o resultado da interação de diferentes dispositivos interacionais. Segundo ele, todo dispositivo rende um episódio comunicacional que significa “o próprio dispositivo em momento de realização” (BRAGA, 2017. p. 38), ou seja, são as interações realizadas entre os indivíduos presentes no dispositivo interacional observado e que resultam em um “produto<sup>154</sup>” ou memórias. E quando esses episódios “extrapolam” os limites do dispositivo no qual surgiram, dá-se início a outros episódios comunicacionais e dispositivos. Quando há essa relação, temos o que Braga (2017) denomina como circuito comunicacional.

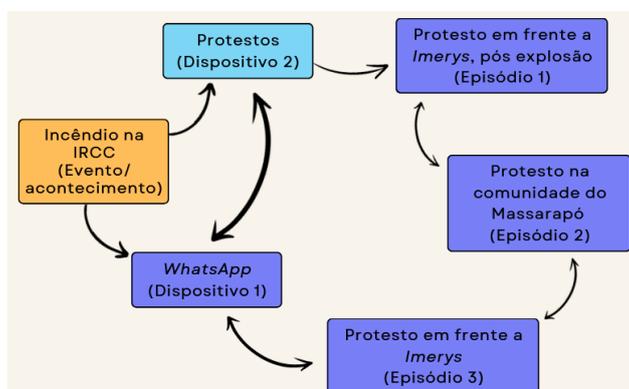
Apresentados os conceitos defendidos por Braga (2017) e entendendo o *WhatsApp* como um dispositivo interacional que se conecta a outros dispositivos, formando os circuitos comunicacionais, observei as mensagens presentes no grupo e identifiquei um circuito comunicacional que nos ajuda a perceber os caminhos assumidos pela luta. Para melhor visualização do circuito identificado, elaborei o

---

<sup>154</sup> De acordo com Braga (2017), o produto pode ser um registro, texto, vídeo, gravação sonora, anotações etc.

fluxograma abaixo (Figura 71):

Figura 71: Fluxograma com os dispositivos interacionais e o circuito comunicacional identificado



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos conceitos de Braga (2017)

A partir desse fluxograma, nota-se que o circuito comunicacional se iniciou na existência de um evento, ou melhor, de um acontecimento, se considerarmos os conhecimentos de Muniz Sodré (2009). Segundo o autor, o acontecimento é um fato (algo comprovável) temporal presentificado por meio de narrativas que o convertem em experiências, portanto em comunicação.

Essa conversão, de acordo com Paul Ricoeur (2010), ocorre porque a experiência é o acontecimento interpretado e narrado sob a perspectiva de mundo que cada um de nós, seres humanos, temos. Toda experiência é única porque faz parte da nossa tentativa de compreender o mundo e o que nele acontece, e quando narrada, torna-se uma referência, o que evidencia a ocorrência do processo comunicativo que, agora, observamos ser composto pelo *WhatsApp*.

Dito isso, o acontecimento identificado foi o desastre envolvendo a mineradora *Imerys*. No dia 06 de dezembro de 2021, por volta das 19 horas, houve um incêndio em um dos galpões da empresa, onde estava armazenado o Hidrossulfato de Sódio, um pó químico branco-acinzentado de forte odor que se espalhou pelas comunidades do entorno (G1 PA, 2021), provocando transtornos que prontamente foram temas abordados no grupo do *app*.

O desastre em si pode ser interpretado como o evento/acontecimento que gerou ações, portanto, interações, primeiramente dentro da própria empresa, envolvendo os funcionários. Lembremos que Braga (2017) afirma que os dispositivos não se resumem a tecnologias e são influenciados por estratégias, logo o incêndio, enquanto acontecimento, gerou fluxos comunicacionais por meio dos dispositivos '*WhatsApp*' e

‘protestos’ porque pessoas em interação precisaram lidar com o evento.

Ao mesmo tempo, o incêndio é um episódio comunicacional, haja vista que ele foi o “dispositivo em momento de realização” (BRAGA, 2017. p. 38) e resultou em “produtos” que o extrapolaram. Do incêndio, surgiram ‘inferências’ (interpretações acerca de informações), que segundo Braga (2017), é o elemento central da comunicação e dá à luz a ‘códigos’ (elementos compartilháveis) que depois auxiliam no surgimento de ‘referências’ (memórias sobre os elementos compartilhados e inferidos) que podem dar início a novas inferências em outros dispositivos.

O incêndio (acontecimento), circulou pelos dispositivos um e dois que são, respectivamente, o *WhatsApp*, cujos membros do grupo já debatiam o ocorrido; e a prática do protesto. Atente-se para o fato de que o protesto em si, isto é, o ato de protestar, configura-se como um segundo dispositivo interacional, afinal, assim como o primeiro, ele rendeu interações comunicativas e corroborou para o surgimento de diferentes tipos de protestos, que aqui são todos interpretados como episódios. Dessa maneira, o ‘protesto’, ou seja, a ação de protestar é o dispositivo que demarca uma comunicação interpessoal, além do grupo de *WhatsApp*.

Conforme mostra o fluxograma acima, esses dois dispositivos se relacionam porque foi mobilizado um primeiro protesto em frente a IRCC<sup>155</sup> (episódio 1), logo após a queima no galpão. As convocações foram feitas no aplicativo e esse protesto ganhou outras interpretações na medida em que registros audiovisuais, ou seja, seus “produtos”, foram enviados no grupo do *WhatsApp*, dando surgimento a novas inferências.

Como exemplo de mensagens trocadas no grupo, uma das primeiras foi de uma pessoa denunciando que havia um pó saindo da fábrica e invadindo a sua casa, e perguntando se mais alguém estava sentindo o odor. Em outras mensagens encaminhadas no grupo, pessoas se queixavam de tosse e dores na garganta e no nariz. O pó se espalhou pelos arredores (Figura 72) e várias pessoas que apresentaram mal-estar foram atendidas por Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em frente ao complexo esportivo e cultural da comunidade da Vila do Conde (Figura 73).

---

<sup>155</sup> A mineradora Imerys Rio Capim Caulim.

Figura 72: Registro de uma das ruas após o incêndio



Fonte: Enviada por membro do grupo de *WhatsApp*, no dia do incêndio.

Figura 73: Pessoas são atendidas por UTI móvel em frente ao complexo esportivo da Vila do Conde.



Fonte: Enviada por membro do grupo de *WhatsApp*, no dia do incêndio.

Enquanto isso, algumas pessoas protestavam em frente à *Imerys*, mas foram coagidas e intimidadas pela Polícia Militar. Vídeos sobre a coerção foram enviados no grupo, gerando opiniões de alguns membros. Uma das pessoas comentou que os policiais sempre defendem o patrimônio privado com as armas em mãos, mas não olham para a situação da população. Outras mandaram áudio concordando com essa crítica e engajando protestos.

Essas fotos acima também foram enviadas no grupo e tornaram-se referências para o surgimento de novos episódios comunicacionais. São exemplos os protestos na comunidade do Massarapó (episódio 2) e em frente à *Imerys* (episódio 3), o primeiro realizado no dia posterior ao incêndio, e o segundo três dias após, em 09 de dezembro de 2021.

Ambos foram organizados por meio do *WhatsApp* (dispositivo 1), ou seja, são o que Braga (2017, p. 43) denomina como “elementos de saída de um episódio (decisões, encaminhamentos, ideias, sentimentos expressões, objetivos)” que começaram a circular e dar ainda mais corpo ao circuito comunicacional apresentado no fluxograma acima.

Todos os encaminhamentos realizados em grupos de *WhatsApp* renderam o

surgimento dos episódios dois e três. Durante e ao fim de cada um deles, novos registros (Figuras 74 e 75) foram enviados no grupo no qual estou presente, o que gerou novamente outras inferências porque membros começaram a opinar positivamente sobre as iniciativas e a cobrar mais apoio popular porque havia poucas pessoas participando dos protestos.

Figura 74: Moradores(as) interditam via na comunidade do Massarapó em protesto ao desastre na IRCC.



Fonte: Enviada por membro do grupo de *WhatsApp*, no dia 06 de dezembro de 2021.

Figura 75: Moradoras(es) protestam em frente a *Imerys*.



Fonte: Enviada por membro do grupo de *WhatsApp*, no dia 09 de dezembro de 2021.

As duas fotos exemplificam encaminhamentos que nasceram durante debates em grupos de *WhatsApp*, novamente reforçando o papel e importância do aplicativo na organização das lutas. Na primeira imagem, temos um grupo de pessoas interditando uma via de acesso com pneus para pressionar os órgãos públicos, e na segunda aparecem pessoas, a maioria mulheres, erguendo cartazes com palavras de ordem exigindo justiça, o fim dos crimes ambientais, o respeito a Vila do Conde (local afetado diretamente pelo pó), a natureza, as pessoas e as suas vidas.

Dessa forma, encerro a apresentação deste circuito comunicacional evidenciando que o *WhatsApp* aparece como um dispositivo que fomentou interações, episódios, inferências e referências, enquanto o protesto também apareceu, mas se subdividindo em três episódios. Possivelmente, o circuito não cessou por aí, mas

consegui identificá-lo apenas até este ponto. Também reforço que os depoimentos nos sugerem outros dispositivos e circuitos, entretanto, identificar os seus componentes sem ter participado ou presenciado as situações, tornou-se um desafio que não tentarei desvendar neste momento.

Ademais, minha orientadora e eu, refletindo após o término dessa redação sobre o *WhatsApp* e o protesto como dispositivos interacionais, observamos que a minha relação com as interlocutoras gerou entrevistas que também podem ser compreendidas como dispositivos e episódios. O ato de entrevistar seria o dispositivo interacional porque gerou interações influenciadas por experiências narradas pelas interlocutoras. São experiências que me revelaram diversos acontecimentos e permitiram a escrita desta tese.

Creio ser importante relembrar aqui que interpreto a experiência amparado em Muniz Sodré (2009). O autor a compreende como um conjunto de fios (acontecimentos) com elementos sutilmente conectados e presentificados na narrativa, permitindo com que o passado e o futuro sejam sentidos, tanto por quem narra, quanto por quem lê ou escuta a narrativa. Aqui eu fui aquele que escutou as narrativas, portanto que adquiriu contato e conhecimentos com as experiências trocadas, narradas, ou melhor, comunicadas a mim, afinal, o autor defende que compartilhar é comunicar.

Com base em Walter Benjamin (1985), eu entendo que a experiência é também o “tesouro” adquirido pelo narrador que viveu um conjunto de acontecimentos e decidiu compartilhá-lo para gerar uma reflexão que só pode ser feita com o passar do tempo. Para ele, a experiência é a fonte do narrador! Isso é dito em outras palavras por Paul Ricoeur (2010), quando afirma que a experiência é o acontecimento narrado sob horizontes únicos, ou seja, a partir de perspectivas e referências de mundo que somente o narrador possui.

E o compartilhamento, ou seja, essa comunicação de experiências vividas por elas, gerou em mim ações, dentre elas a de escrever esta tese e comunicar a você, leitor(a), sobre as experiências narradas durante as entrevistas, o que só consolida o ato de entrevistar como um outro dispositivo interacional identificado durante a escrita desta tese. Coincidentemente, cada entrevista realizada tornou-se um episódio. Dessa forma, tivemos oito episódios no total, que podem ser interpretados como os momentos no qual o dispositivo esteve em ação e gerando um “produto” (esta tese), conforme orienta Braga (2017).

Desses episódios também surgiram inferências nelas e em mim, ou seja,

interpretações sobre o que foi comunicado. No meu caso, eu interpretei as narrativas para escrever esta tese, portanto ela é resultado das minhas inferências. Tudo o que está escrito nela é o código (elemento compartilhável) e, por fim, a referência (memórias sobre os elementos compartilhados e inferidos) também é a própria tese, primeiramente inferida por minha orientadora e pela banca de defesa, posteriormente inferida por qualquer pessoa que venha a lê-la.

Agora, encerrando este tópico, creio que, ao fim desta tese, surgirão novos dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais que não conseguirei identificar, mas que serão exemplos ímpares de que a comunicação ocorreu durante a investigação e continuará ocorrendo, mesmo após a elaboração e defesa desta tese.

#### **4.5 Síntese interpretativa final sobre o capítulo.**

Destinei este tópico para a síntese interpretativa necessária para o encerramento do procedimento metodológico e aprofundamento dos relatos apresentados durante o capítulo. Duas categorias foram trabalhadas, a luta e o *WhatsApp*, sendo que a segunda surge inserida na primeira. Talvez por isso, eu tenha optado por apresentar aqui uma síntese geral, ao contrário do capítulo anterior no qual cada categoria possuía o seu tópico e resumo interpretativo separadamente.

Isso posto, durante a elaboração dos tópicos e capítulos antecedentes, percebi que a luta e os dispositivos utilizados por ela resultam de um conjunto de fatores que aqui podem ser relacionados a categorias teóricas. Dentre elas, identifiquei seis, que são: território, corpo-território, territorialidade, memória, narrativa e resistência. Esses conceitos que se correlacionam, se fazem presente neste campo, e é a partir deles que resumirei brevemente este tópico.

A começar pelo território<sup>156</sup>, se ele condiz a um espaço físico apropriado e fruto de relações e afetos estabelecidos sobre, com e a partir dele (GUATTARI; ROLNIK, 1996), temos aqui três mulheres que apresentaram vínculos muito específicos para com o seu território. Temos a Rosilda Santos que vê no Arienga o local no qual ela nasceu e cresceu, há a Socorro da Costa que reside em um quilombo e tem uma ligação muito forte com a natureza; e conhecemos a Patrícia dos Santos que se mudou para o Bom Futuro, passou a viver ao lado dos depósitos de resíduos sólidos e estabeleceu relações com moradores(as) da comunidade e da cidade como um todo.

---

<sup>156</sup> Lembremos que o conceito já foi apresentado no capítulo, portanto já apresentei um pouco sobre a minha perspectiva do que é o território.

As três comunicaram os seus elos, afetos e olhares sobre como o território, especialmente as suas comunidades e as pessoas que nelas residem, deve ser tratado, tanto pelos empresários que estão à frente das mineradoras, quanto pelo governo que é o responsável por atuar em prol dessas vidas e que pode fazer algo mais efetivo diante da realidade enfrentada.

Percebo que o território, por ser um espaço apropriado e vivenciado, como afirmado anteriormente, pode ser compreendido também como o espaço do comum, isto é, da comunicação, seguindo os ensinamentos de Muniz Sodré (2014). Segundo ele, os humanos são comunicantes, não somente porque podem falar, mas também porque se relacionam e organizam símbolos e diferenças, haja vista que somos únicos(as). O ser humano é aquele que partilha algo e partilhar significa comunicar.

Portanto, foi comunicando ao longo dos anos que o território ganhou essa potência, a ponto de criar laços imediatos com o corpo e fazer surgir o que entendemos por corpo-território<sup>157</sup>. Este conceito se ampara na relação simultânea entre ambos, ou seja, um constrói o outro (PENIDO, 2018). Essa conexão é tão profunda que o corpo passa a ser parte do território, a tal ponto de que os impactos sobre ele são sentidos no corpo (CRUZ *et al.*, 2017). É o que aconteceu com as interlocutoras, pois, em seus depoimentos, elas denunciam a contaminação e as doenças provocadas por ela. São dois exemplos crassos de impactos sentidos no território e no corpo.

Os impactos mudaram os elos construídos e estabelecidos até então. As mineradoras foram erguidas e passaram a desenvolver e impor uma nova forma de ver e viver o território, isto é, uma nova territorialidade. Este termo corresponde à maneira como vivemos, lidamos e somos construídos(as) a partir dos nossos territórios. Territorialidades podem ser criadas em meio a experiências e vivências históricas e culturais, mas também podem ser impostas por algo ou alguém (LITTLE, 2002). E é na imposição que surgem os conflitos, em outras palavras, a luta (WANDERLEY, 2009).

Maia (2017), defendeu em sua tese que as comunidades de Barcarena, em especial os quilombos estudados por ela, apresentavam territorialidades específicas, ou seja, formas de lidar e vivenciar com e no território, que foram encurraladas e alteradas pelo avanço da mineração, o que levou as pessoas a resistência. Percebo a mesma situação em relação as interlocutoras desta tese, uma vez que as suas lutas começaram por conta dos impactos sobre os seus corpos-territórios e territorialidades.

---

<sup>157</sup> Este conceito também já foi apresentado anteriormente, no começo deste capítulo.

Observo também que a luta é um resultado das memórias dessas mulheres, afinal a memória é fruto da nossa capacidade psíquica de conservar, organizar e atribuir sentidos a impressões e informações do passado, de modo a lidarmos e interpretarmos o presente, assim como vislumbramos as possibilidades do futuro, sem desconsiderá-las (GRISALES, 2011; LE GOFF, 1990).

Como expõem este e os capítulos anteriores, elas lembram dos desastres ambientais que aconteceram e interpretam os impactos provocados por eles em suas vidas. Dessa forma, elas agem e lutam no presente, entrelaçando as suas perspectivas sobre o passado, mas visando um futuro melhor para elas e, principalmente, para as novas gerações, conforme ressaltou a Socorro da Costa. Assim, a memória torna-se a fonte de respostas ou reações às mudanças, nesse caso, provocadas pela mineração (JELIN, 2002).

Elizabeth Jelin (2002) compreende que memória é também o passado narrado a quem demonstra o interesse em conhecê-la, e que a trabalhar é envolver-se com recordações, esquecimentos, silêncios, ações, conhecimentos e emoções de seres humanos inseridos em diferentes contextos sociais. Essa noção abrange bastante os relatos, ou melhor, as narrativas apresentadas no caminhar desta tese, pois temos três mulheres que revelaram lembranças, saberes, sentimentos e ações, exatamente o que a autora afirma compor a memória.

Ademais, de acordo com Llana Heineberg, Conceição Ferreira e Sandra Assunção (2020, p. 11), “contar a vida é um ato de memória” que não se faz sem a presença de um(a) narrador(a) que criativamente organiza o fluxo caótico da vida e a transforma em narrativa<sup>158</sup>. Inclusive, esta, segundo Ciro Cardoso (1942)<sup>159</sup>, corresponde a um termo sinônimo a relato<sup>160</sup>, palavra bastante utilizada por mim para me referir aos trechos transcritos das entrevistas. Dessa forma, esta tese é a apresentação de um conjunto de narrativas criativamente organizadas por três mulheres que acionaram as suas memórias para compartilhar parte das suas vidas. Isso é comunicação, afinal, na perspectiva de Ricoeur (2010) e Sodré (2014; 2017),

---

<sup>158</sup> Outro autor que nos direciona para uma definição sobre narrativa é Luiz Gonzaga Motta (2013) que a observa como um meio para a compreensão do sentido da vida e das experiências humanas, que deve ser estudada por seis motivos. São eles: entender quem somos, como criamos representações e apresentamos o mundo, esclarecer o que é verdade e ficção, como enunciamos diferentes fenômenos, como as pessoas se familiarizam com o que desconheciam e para melhor contá-las.

<sup>159</sup> O autor também afirma que relato e narrativa fazem parte do comportamento comunicacional humano, logo, uma pesquisa que as apresenta tem potencial comunicacional, o que é importante para o programa no qual esta tese está sendo realizada.

<sup>160</sup> Também utilizo bastante a palavra depoimento.

compartilhar diferenças, símbolos, experiências e memórias por meio de narrativas é comunicar!

E se considerarmos a análise feita por Ángeles Bernal e Adso Espinoza (2021) sobre narrativa conforme as obras de Hannah Arendt, as narrativas aqui apresentadas podem ser também compreendidas como resistência e luta, porque contar sobre o que se passou e está presente em nossas lembranças é permitir com que outras pessoas consigam interpretar e ampliar o alcance de acontecimentos, em alguns casos traumáticos, que elas não vivenciaram. Isso reforça novamente a presença e importância da comunicação enquanto partilha do comum. Você torna ‘comum’ as suas diferenças ao organizá-las e compartilhá-las com o outro, isto é, ao comunicá-las (SODRÉ, 2014).

Sendo assim, quando essas mulheres narram para mim - um pesquisador que não nasceu, cresceu ou reside em Barcarena – e para os(as) eventuais leitores(as) dessa pesquisa, as suas perspectivas sobre a mineralização da cidade, elas estão ampliando o alcance das suas lutas e as suas motivações. Resumindo de acordo com Comerford (1999), é nas narrativas que a luta ganha força! E se narrar é comunicar (SODRÉ, 2009), conforme defendemos até aqui, é com e na comunicação que a luta se constrói e se potencializa!

Enfatizemos também que a resistência é uma ação de negação contra uma outra ação, ou seja, ela é mais do que uma mera “resposta” por parte de grupos subalternizados (PEREIRA, 2017)<sup>161</sup>. Ela é fruto da sensação de apropriação material, desigualdade, desrespeito, injustiça e de um conjunto de emoções que ao serem assimiladas e articuladas, geram a luta que pode se dar de diversas formas, todas elas relevantemente engajadas na mudança da realidade enfrentada (HONNETH, 2003; PEREIRA, 2017; SCOTT, 1990).

Em Barcarena, tal como o demonstrado neste capítulo, uma dessas formas é justamente o uso de dispositivos interacionais como o *WhatsApp*, que é utilizado para evitar o controle e repressão as lutas por parte da polícia militar. Essa iniciativa é um exemplo de como o campo da resistência é complexo porque as tentativas de dominar quem resiste apresenta diferentes facetas que exigem a criatividade destes(as) últimos(as) (SCOTT, 1990).

No *WhatsApp* há a opção de criar os grupos que são os verdadeiros espaços

---

<sup>161</sup> Segundo Edir Pereira (2017), a resistência torna-se e cria novos territórios e territorialidades. Dessa forma, podemos considerar que as mulheres de Barcarena criaram territorialidades da resistência, ou seja, novas relações com o território, nas quais a resistência é crucial para a sua continuidade.

coletivos de discussão. Analisando essa atitude com base em Scott (1990), é neles que o sujeito da resistência socializa as suas críticas e ganha adesão e força coletiva, haja vista que neles há outras pessoas que também apresentam as suas inquietações ao se sentirem à vontade por estarem presentes em um espaço composto por pessoas que compartilham de indignações semelhantes.

Tendo isso em mente, podemos compreender que há um conjunto de sensações e emoções que também são comunicação, no sentido de que elas resultam de acontecimentos e experiências que, quando compartilhadas por meio da narrativa, configuram o ato de comunicar (RICOEUR, 2010; SODRÉ, 2009). As emoções aqui apresentadas só foram percebidas por que as interlocutoras me narraram as suas experiências, o que me permitiu tentar compreendê-las (RICOEUR, 2010).

As sensações e emoções alimentam os questionamentos e inquietações das interlocutoras e demais pessoas sobre a presença e os impactos ocasionados pela mineração em Barcarena, sendo os grupos de *WhatsApp* o dispositivo utilizado para compartilhar e organizar ações de negação, ou seja, as lutas, que aqui são exemplificadas nas denúncias à imprensa e ministério público, ações no centro comunitário quilombola de Burajuba, no curta-metragem “Socorro”, na ação judicial contra a *Hydro Alunorte* em andamento na corte holandesa e nos atos coletivos em público, inclusive em frente a empresas como a *Imerys*.

E finalizando, nós temos três mulheres da luta que adquirem inimizades, olhares “atravessados” e comentários negativos que em alguns casos transformam-se em intimidações e ameaças que as entristecem, mas não as paralisam porque a resistência tem se apresentado como o único caminho viável para a almejada mudança.

Hoje há a Rosilda Santos comemorando algumas vagas de emprego para a comunidade, a Socorro da Costa se orgulhando que a sua luta ajudará as futuras gerações a entenderem a si mesmas e a própria história, e a Patrícia dos Santos observando a luta como um âmbito de trocas de conhecimento. A luta, conforme afirmado por Socorro, é inegociável!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Escrever sobre as histórias e as resistências praticadas por Socorro da Costa, Rosilda Santos e Patrícia dos Santos, foi um desafio. Praticamente, todos os dias eu me questionava sobre como fazer isso, afinal as três apresentam trajetórias tão singulares e,

observar os efeitos da mineração sobre as mulheres é não somente algo novo para mim, mas também uma temática com poucas referências, principalmente quando pensamos em Barcarena.

Creio que com esta tese, apenas dei início a uma pesquisa que precisa ser desenvolvida posteriormente, com mais calma e tempo. O que aqui apresento é apenas uma gota, diante de um mar de possibilidades a serem abordadas. O debate sobre as mulheres, a mineração e as resistências tem a sua relevância e utilizo esta tese para convidar e ajudar outros(as) pesquisadores(as) a se arrisquem no tema, seja em Barcarena ou em outras localidades.

Percebi a importância de escutar as três lideranças femininas e ter a oportunidade de aprender mais com os seus conhecimentos e perspectivas sobre a natureza, o território e a vida em Barcarena. São mulheres que inspiram pessoas e avançam na luta em prol das suas convicções, mesmo sentindo tristeza ou medo diante de julgamentos, ameaças e represálias que surgem diante da mulher que resiste.

Posso dizer que cada uma delas têm as suas interpretações sobre a mineralização de Barcarena e os impactos que ela provoca sobre elas e o território. Que as suas trajetórias na luta se conectam, inclusive todas utilizam o mesmo dispositivo para tal. E que elas são mulheres da resistência, mas são mães, filhas, irmãs, trabalhadoras e cidadãs que no momento estão lutando por seus direitos e apresentam sonhos. Portanto, elas possuem vida além da resistência.

A mineração existente na cidade precisa ser repensada. Como eu pude perceber, a existência dela não é classificada como um problema, apesar da triste história envolvendo a sua criação que deslocou e desapropriou muitas pessoas das suas terras. Ela foi ressignificada e hoje é vista como importante para a economia e a vida de alguns sujeitos. Dessa forma, o que é compreendido por elas como um problema é a forma como elas atuam, sem o necessário cuidado para com a natureza e a priorização do bem-estar de quem reside no município.

É isso que faz com que elas questionem o progresso e lutem por respeito e direitos. A resistência/luta é o único caminho viável para chamar a atenção de empresários e governantes para os seus anseios e demandas. Todavia, lutar leva tempo e é cansativo, a ponto de fazê-las cogitar desistir, o que só não acontece porque

conquistas, por mais que mínimas, foram alcançadas. Em frase proferida por Socorro da Costa: (lutar) não é bom pra ninguém, mas eu faço com amor, com carinho, com responsabilidade! (Socorro da Costa, 2023).

Essas são reflexões que eu fiz logo após escrever todos os capítulos apresentados até aqui. Porém, após releitura, minha orientadora e eu consideramos ser bom retomar os meus objetivos e hipóteses de pesquisa, assim como falar da importância que eu, enquanto pesquisador, vejo em participar desse processo e escrever sobre essa luta fundamentalmente pautada na comunicação, conforme vimos no decorrer desta tese.

Em relação aos objetivos, fui a campo pensando em atender a cinco demandas, sendo elas: a) descobrir como é o cotidiano e como a mineração impacta em suas vidas; b) compreender e analisar as críticas e estratégias dessas mulheres que resistem contra os megaprojetos; c) identificar a existência e importância de ‘dispositivos interacionais’ utilizados na resistência, enquanto práticas comunicacionais; d) Compreender o circuito comunicacional a partir dos dispositivos interacionais identificados; e) explicar como a pandemia da COVID-19 influenciou suas vidas e as ações de resistência aos projetos de mineração.

No que se refere ao primeiro objetivo, creio que as narrativas aqui apresentadas conseguiram mostrar que o impacto se faz presente no dia a dia dessas mulheres. Os problemas se iniciaram nos deslocamentos de antigos(as) moradores(as), por parte de órgãos do Estado, interessados em terras para a criação dos grandes projetos. E, com o passar dos anos, novos impactos surgiram, sendo o maior deles a contaminação, que desencadeou um conjunto de problemas para a população local, sendo alguns deles muito específicos às mulheres, como o desemprego, o aumento dos índices de gravidez solo e da prostituição adulta e infantil, a responsabilidade de liderar e resistir às mineradoras, o medo a repressão militar durante os protestos, uma vez que as mulheres são condicionadas a julgamentos machistas; e a necessidade de ter coragem para resistir!

Sobre o propósito de compreender e analisar as suas críticas e estratégias de resistência à mineração, esta tese apresenta dois capítulos exclusivamente destinados a isso. No terceiro, há uma redação amparada em quatro categorias que são vida, empresa,

mulher e pandemia, todas baseadas em relatos que associam as mineradoras a termos e sentimentos negativos como o preconceito, o sofrimento e o medo. E no quarto, por meio das categorias luta e *WhatsApp*, destaca-se a importância da resistência e os seus caminhos, profundamente vinculados a comunicação. Defendemos que a luta só existe e ganha força, graças a presença da comunicação nesse processo, que se dá a partir de dispositivos interacionais como o ‘*WhatsApp*’ e o ‘protesto’, compondo um circuito comunicacional, conforme as reflexões de Braga (2017).

Isso responde parte do terceiro e do quarto objetivo, respectivamente focados em identificar dispositivos interacionais e elaborar um circuito comunicacional da resistência. Como dito acima, o *WhatsApp* e o protesto foram dois dispositivos interacionais identificados que compuseram um circuito comunicacional. Ambos estão presentes em um fluxograma que apresenta o evento/acometimento que desencadeou interações e episódios comunicacionais que fizeram a comunicação acontecer, dentro e fora de um grupo virtual observado.

Essa análise foi feita com base nos estudos do comunicólogo Braga (2017) e, após a escrita e descrição deste primeiro circuito, minha orientadora e eu nos desafiamos a pensar que as próprias entrevistas com as interlocutoras é também um dispositivo interacional, portanto é comunicação! Assim o fizemos, fechando um capítulo com três dispositivos interacionais, sendo um deles diretamente relacionado a minha atuação como pesquisador que interagiu e escutou narrativas das interlocutoras, portanto, que se comunicou, afinal narrar é comunicar, segundo Sodré (2009) e Ricoeur (2010).

E em rela o ao último objetivo, no capítulo três há uma explica o sobre como a pandemia impactou as vidas e resistências dessas mulheres. Lembremos que a pandemia surgiu como categoria, porque foi analisada e citada pelas três interlocutoras. Ao fim, a pandemia intensificou problemas financeiros e o medo de mulheres que residem próximas às bacias de rejeitos minerais, principalmente da mineradora *Hydro Alunorte*. São pontos importantes que conseguem responder aos objetivos elaborados antes e durante as idas a campo.

Recordemos que as idas a campo para a produ o desta tese foram realizadas após experiências de campo e leituras anteriores. Por isso, tivemos como hipótese

central a compreensão de que as mulheres de Barcarena lidam com efeitos específicos e particulares da mineração. Essa hipótese foi destrinchada, dando luz a quatro hipóteses auxiliares, que são: 1) as lutas femininas envolvem não somente os questionamentos sobre a poluição por parte das mineradoras, mas também contra o silenciamento feminino, o desemprego e o bem-estar da família e da comunidade; 2) as mulheres são os principais nomes das resistências das comunidades porque elas não são priorizadas pelas indústrias, principalmente no quadro funcional; 3) as mulheres são as principais denunciantes dos impactos ambientais; 4) elas sofrem com ameaças, intimidações e violências pelo fato de serem mulheres.

Com base em referências e nas narrativas das interlocutoras, essas hipóteses foram confirmadas. De fato, as interlocutoras apontam que a poluição é o principal problema enfrentado por elas, inclusive gerando outras dificuldades como o surgimento de enfermidades. Ao mesmo tempo, elas enfrentam o desemprego que aflige principalmente as mulheres, apesar de algumas iniciativas de empresas como a *Hydro Alunorte*, explicadas anteriormente.

Também há uma tentativa de silenciá-las, por meio de ameaças, julgamentos e repressão aos protestos, isto é, a luta. E elas se preocupam constantemente com a família, as amigadas, os(as) demais moradores(as) das comunidades e a natureza, inclusive adquirindo problemas psicológicos com o excesso de preocupação. A luta é cansativa, mas precisa ser feita e passada adiante por alguém.

As mulheres realmente são os principais nomes da resistência à mineração em Barcarena, principalmente porque elas não são priorizadas para o quadro funcional das mineradoras. Os homens, por terem maior acesso aos empregos, apresentam receios na hora de se posicionar e criticar os empresários e o Estado. Dessa forma, confirma-se que elas são as maiores denunciante dos impactos socioambientais. Inclusive, há no capítulo três, a exposição de como ocorreu a denúncia do crime ambiental praticado pela *Hydro Alunorte*, em 2018. O caso ganhou notoriedade graças à coragem e compromisso que Rosilda Santos, Patrícia dos Santos e Socorro da Costa tiveram com a luta.

Terminando de destacar que as hipóteses foram confirmadas, encerro esta tese ressaltando que participar desse processo foi de grande importância para mim. Fui a

campo com o medo de não conseguir desenvolver uma pesquisa de cunho comunicacional, mas com o avançar das orientações, leituras, análises, interpretações e da escrita, percebi que a tese é completamente um resultado comunicacional.

Primeiro porque eu observava a comunicação como uma partilha, amparado principalmente nas reflexões do Braga (2017); segundo porque eu passei a interpretar que resistência não existe sem comunicação, amparado em Scott (1990). Posteriormente, tive contato com outros autores estudados no PPGCOM, dentre eles o Ricoeur (2010) e o Sodré (2009; 2014) que veem na narrativa a expressão central da comunicação. Para eles, narrar é compartilhar experiências, conhecimentos e perspectivas de mundo. É tornar comum o que é único a cada um de nós! É comunicar!

Essas interpretações somente enriqueceram o meu olhar e a minha pesquisa, afinal eu parti a campo em busca das narrativas dessas mulheres, ou seja, das suas perspectivas sobre o mundo e o que nele ocorre. Elas aceitaram narrar para mim, e esses momentos nos quais eu me sentava à frente ou lado delas para escutá-las, proporcionou interações que deram luz a esta tese.

Foi na partilha das suas experiências, primeiramente entre elas que estão na luta, portanto se comunicando, e posteriormente comigo, que a comunicação se fez presente e ganhou ainda mais força, permitindo a escrita deste trabalho que apresenta, de acordo com o pensamento de Braga (2017), inferências, códigos e referências. Este último - que um dia eu sonhei ser para alguém - será o pontapé para novas inferências, logo a comunicação acerca dessas narrativas, não cessará por aqui!

Esta pesquisa foi um grande aprendizado para mim. Antes de realizá-la, eu não havia me atentado para o fato de que as mulheres são os principais nomes da resistência em territórios mineralizados, especialmente em Barcarena, cidade na qual pesquiso desde 2018. Certamente, ocorreram observações que me inquietaram, pois em 2019 eu percebi que mulheres que eu entrevistei para a dissertação de mestrado, não possuíam vínculos empregatícios com as mineradoras. Ao contrário de alguns poucos homens, que ainda conseguiam atuar em empregos de cunho braçal.

Contudo, somente no doutorado, durante as orientações com a prof. Vânia Torres, essa ficha caiu de fato. Ela me incentivou a focar nas mulheres, a entrar em contato com eventuais interlocutoras e investigar publicações que trabalhassem essa

temática. Conforme mostra a introdução desta tese, encontrei na internet apenas um artigo abordando especificamente a atuação de lideranças femininas em Barcarena, o que demonstrou uma grande lacuna. Perguntas surgiram na minha mente, como por exemplo, por que acadêmicos(as) não estão pesquisando isso? E, se estão, onde encontramos essas pesquisas? Caso existam, como podemos facilitar o acesso a elas? São questionamentos sem respostas concretas e que me motivaram a mergulhar na temática.

Ao mesmo tempo, eu, quanto homem, me senti inseguro em não conseguir atender aos objetivos esperados, afinal de contas, poderiam surgir assuntos nos quais interlocutoras se sentissem mais confortáveis contando para uma mulher e com os quais eu não soubesse lidar. Outro ponto interessante de se destacar sobre essa sensação de insegurança foi a minha dificuldade inicial de conseguir aguçar uma reflexão sobre os impactos da mineração nas vidas dessas mulheres. Precisei fazer adaptações no momento das perguntas, pois eu sentia que não estava alcançando resultados efetivos com questionamentos “abertos”. O que me ajudou a conseguir os resultados aqui dissertados foi apresentar exemplos e observações feitas por mim durante as idas a campo.

Lembro do dia que perguntei a Patrícia dos Santos se ela sentia que as mulheres e os homens eram impactados de forma diferente pela mineração. Em resposta, ela narrou que ambos sofriam igual. Porém, ao considerar tudo o que eu já havia lido e visto até então, refiz a pergunta apresentando um fato observado. Comentei que, durante as visitas a Barcarena, desde 2018, todas as mulheres com as quais conversei, não possuíam vínculo empregatício com as mineradoras, independentemente de atuarem como liderança ou não. Após esse comentário, ela disse “realmente, agora com você falando isso...” e, em seguida, desenvolveu uma narrativa sobre o desemprego relacionado às mulheres. Esse é apenas um exemplo, mas houve outras situações que, ao meu ver, foram ensinamentos mútuos ocasionados pela pesquisa.

Ademais, esta tese ajuda a ampliar o quantitativo de estudos sobre a relação entre mulheres e a mineração, e traz à tona, narrativas de mulheres como a Patrícia dos Santos e Rosilda Santos, cujos nomes eu ainda não havia encontrado em publicações acadêmicas. Aqui eu apresento um pouco das suas histórias, quem elas são, as suas

lutas, perspectivas de mundo, experiências e sonhos. No fim, sinto que consegui contribuir de alguma forma e isso me deixa feliz.

Ao mesmo tempo, aprendi que há situações específicas pelas quais as mulheres passam e que nós dificilmente nos atentamos. Como exemplificado acima, até elas mesmas não percebiam algumas situações rotineiras, mas a pesquisa aguçou as suas reflexões, tanto que consegui elaborar esta tese. Também percebi, durante a apresentação das minhas pesquisas em eventos ou grupos de estudos, que várias pessoas se demonstravam surpresas ao descobrir os impactos específicos da mineração sobre os corpos femininos. E eu só consegui pontuá-los, analisá-los e conhecê-los, porque tive contato com referências e essas mulheres com narrativas tão fortes e difíceis de escutar.

Reflito que a mineração, na Amazônia ou não, apresenta tensas e complexas problemáticas. Algumas delas listadas aqui, mas com certeza há muito mais que não consegui descobrir, mas que podem ser identificadas e criticadas por outros(as) pesquisadores(as) que se interessem pelo tema. Barcarena é um campo rico de estudos e garanto que há outras pessoas querendo ser escutadas e abraçadas em suas lutas.

Por fim, dentre algumas lacunas que podem ser investigadas por quem apresentar interesse, considero, por exemplo, que seja importante ocorrer pesquisas com as funcionárias das mineradoras para descobrir como elas são tratadas e quais as suas condições de trabalho. Também existe a possibilidade de investigar mais a fundo a rede de prostituição, afinal, quem são e como é a vida de mulheres que se prostituem em meio ao mercado da mineração? E quais os motivos que as levaram a tal? Se a mineração é uma forma de desenvolver e progredir, por que isso acontece?

As próprias comunidades precisam ser estudadas mais a fundo, afinal eu conversei apenas com as lideranças. Nesses locais, há outras mulheres que, com certeza, têm muito a compartilhar. Quem são essas pessoas? Quais as suas experiências na comunidade? O que elas podem narrar sobre a mineração? Quais os seus sonhos?

São Sebastião do Burajuba é uma comunidade quilombola, portanto, pesquisar mais a fundo, considerando conceitos importantes como raça, quilombo/quilombismo, negritude etc., pode ser uma vertente interessante para se abordar. Há também as mulheres e famílias que residem na comunidade da Vila do Conde e foram impactadas diretamente pelo porto do Conde, mas que não foram foco desta tese. Há aquelas(es)

que estão lidando com os projetos ferroviários recentes, um evento recente que está rendendo novas e traumáticas experiências. Existem mulheres que perderam as suas terras, então onde elas estão? Como elas encararam essa mudança?

No fim, há muito “pano pra manga”, ou seja, muito a ser dito. Precisamos de pesquisadores(as) ávidos(as) a encarar essa dificuldade. Carecemos, juntos(as), olharmos para essa parcela da região amazônica e fortalecer a luta dessas pessoas, da nossa gente! Entrego esta tese não somente como uma etapa para concluir o curso, mas também como uma parcela dessa luta e um pedido para que você(s), leitor(a), pesquisador(a) ou não, também abrace essa causa e se permita investigar populações amazônicas, principalmente mulheres, que residem ao lado de grandes projetos como os de mineração.

## REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e o exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 84-105, 2014.

\_\_\_\_\_. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. *In*: ZHOURI, Andrea (Org.). **Mineração: violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 157-177.

AGÊNCIA ESTADO. Prostituição é o que resta às meninas pobres do interior do Pará. **Bem Paraná**, Paraná-PR, 24 nov. 2007. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/brasil/prostituicao-e-o-que-resta-as-meninas-pobres-do-interior-do-para-49676/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, v. 9, n. 25, p. 30-35, 1996.

AMAZÔNIA REAL. “Eu não quero ser assassinada!”, diz Socorro do Burajuba sobre as ameaças que enfrenta em Barcarena. **Amazônia real**, [S. l.], 29 jul. 2020. Disponível

em: <https://amazoniareal.com.br/eu-nao-quer-ser-assassinada-diz-socorro-do-burajuba-sobre-as-ameacas-que-enfrenta-em-barcarena/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ANDRADE, Maria Júlia Gomes. As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio. In: ALVES, Murilo da Silva *et al.* (Orgs.). **Mineração: Realidades e resistências**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2020. p. 225-258.

ANDRADE, Lúcia M. de. Apresentação. In: BELLINGER, Carolina; ANDRADE, Lúcia M. (Orgs.). **Retratos da pandemia: Perspectivas das mulheres quilombolas**. São Paulo, SP: Comissão Pró-Índio, 2021. p. 09-10.

ANTONINO, Lucas Zenha. A participação do estado no processo mutiescalar e territorial da mineração. In: II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS. 2, 2017, Salvador-BA. **Anais [...]**. Salvador: SBGA, 2017. p. 1-13.

ARÁOZ, Horacio Machado. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras... Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 5, n. 11, p. 21-33, 2013.

ARATANGY, Victor Leão Ferreira. Dados secundários. In: PERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINGER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca. (Orgs.). **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 74-89.

ASSIS, Mariana Prandini; ARGENTA, Milena; SACRAMENTO, Mônica; XAVIER, Lúcia. E ainda assim nos levantamos: luta e resistência das mulheres em defesa dos direitos humanos. In: SANTOS, Layza Queiroz *et al.* (Orgs.) **Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2020. p. 82-93.

BARBOSA, Catarina. Vazamento de rejeitos da Hydro Alunorte causa danos socioambientais em Barcarena. **Amazônia Real**, [S. l.], 23 fev. 2018. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/vazamento-de-rejeitos-da-hydro-alunorte-causa-danos-socioambientais-em-barcarena-no-para/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BARRETO, Helena Marroing. **Debate crítico sobre extrativismo: dependência e avanço da mineração no Equador e na Bolívia**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena- Pará.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia. *In: SEDUC/ IDESP.* (Org.). **Estudos e problemas amazônicos:** História social e econômica e temas especiais. Belém: IDESP, 1989. p. 89-114.

BERNAL, Ángeles Ma. del Rosario Pérez; ESPINOZA, Adso Eduardo Gutiérrez. Narração, resistência e sentido em Hannah Arendt e Gilles Deleuze. **Cadernos de Letras UFF**, v. 32, n. 63, p. 150-164, 2021.

BEZERRA, Rosemayre Lima; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Mulheres amazônicas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia. *In: OLIVEIRA, Tatiana.* (Org.). **Mulheres amazônicas:** ecofeminismo, mineração e economias populares. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, 2021. p. 88-127.

BOGDWIC, Stephen. Participant observation. *In: CRABTREE, Benjamin; MILLER, William.* (eds.). **Doing qualitative research.** Newbury Park: Sage, 1992. p. 45-69.

BORDALO, Carlos; FERREIRA, Diego; SILVA, Flávia. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: o caso das bacias hidrográficas dos rios Murucupi e Dendê no município de Barcarena-PA. *In: I CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA.* 1, 2017, Campinas – SP, **Anais [...].** Campinas-SP: CNGF, 2017. p. 323-334.

\_\_\_\_\_.; SILVA, Flávia Adriane Oliveira da; SANTOS, Viviane Corrêa. Por uma gestão dos recursos hídricos no estado do Pará: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Murucupi no município de Barcarena. **Revista Geonorte**, v. 3, n. 4, p. 1216-1228, 2012.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-compós**, v.14, n. 1, p. 1-33, 2011.

\_\_\_\_\_. Matrizes interacionais. In: BRAGA, José Luiz *et al.* (Orgs). **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. P. 17-64.

BRUSTOLIN, Cíndia; SILVA, Sislene Costa da. Territórios, Mulheres e Megaprojetos: Um estudo de caso sobre a Estrada de Ferro Carajás - MA. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. (Orgs.). **Mulheres atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto PACs, 2021. p. 105-135.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR; CABNAL, Lorena. (Org.). **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR - Las Segovias, 2010, p. 11-25.

CARMO, Eunápio Dutra do. **“O território educa e politiza na (s): Os processos sócio-culturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena”**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro. 2010.

\_\_\_\_\_. Contrainformação e conhecimento emancipatório como práticas educativas no enfrentamento da economia de desastres da mineração em Barcarena (PA). **Revista Brasileira de História & Ciências sociais – RBHCS**, v. 12, n. 23, p. 177-195, 2020.

CARMO, Monique Bruna Silva do. **A singularidade do urbano de Barcarena, como cidade ribeirinha da região amazônica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos - SP. 2015.

CASTILHOS, Zuleira; CASTRO, Nuria Fernández. Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamem. In: CASTILHOS, Zuleira; LIMA, Maria Helena Machado Rocha; CASTRO, Nuria Fernández. (Orgs.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 2006, p. 41-64.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

\_\_\_\_\_. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Org.). **Amazônia: Região Universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.

\_\_\_\_\_. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017, p. 19-48.

\_\_\_\_\_. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e "zonas de sacrifício". In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do. (Orgs.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA, 2019, p. 19-34.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marte Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p. 13-18; 2014.

CHIZENGA, Anselmo Panse. **Mineração e conflito ambiental: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2016.

CRUZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. **Revista de Filosofía Iberoamericana**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2016.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Mapeando el cuerpo-territorio**. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito, Ecuador: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

\_\_\_\_\_. Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. In: CRUZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. (Coords.). **Cuerpos, territorios y**

**Feminismos:** Compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito-Ecuador: ABYA-YALA, 2020. p. 45-62.

DILGER, Gerhard. Extrativismo e ambições atômicas: O modelo de desenvolvimento brasileiro e os alemães. In: BARTELT, Dawid Danilo. (Org.). **Um Campeão Visto de Perto:** Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012. p. 148-159.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.). **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

DUSSEL, Enrique. **1492:** O encobrimento do outro - A origem do “mito na modernidade”. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. (Edi). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p.63-79.

ESTUMANO, Jacobson; POÇA, João; GUIMARÃES, Luiz; ANJOS, Roberto. **Barcarena, cidade da gente.** Barcarena, Pará: Didáticos Editora, 2018.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e Violações de Direitos:** O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia, MA: Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2013.

FERNANDES, Tamiris. Termo de Ajuste de Conduta (TAC): no que consiste e quais seus requisitos. In: **Jusbrasil.** 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/termo-de-ajuste-de-conduta-tac-no-que-consiste-e-quais-seus-requisitos/1172774014>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERNANDES, Vanessa. Bingo para garimpeiros tem ouro e até 'uma mulher' como prêmios. **G1 RR,** Boa Vista-RR, 24 mai. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/05/24/bingo-para-garimpeiros-tem-ouro-e-ate-uma-mulher-como-premios.ghhtml>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira; FIGUEIREDO, Germana Fonsêca. “Lá Onde o Rio Está Enterrado”: Itacuruba, identidade e memória em um “não-lugar”. *In: 30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*. 30, 2016, João Pessoa – PB. **Anais** [...]. João Pessoa – PB: RBA, 2016. p. 1-15.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 6, n. 1, p. 65-82, 2003.

FAU-AL (FUNDO DE AÇÃO URGENTE PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE HISPÂNICO). **Extrativismos, pandemia e outros mundos possíveis: Recuperação econômica e alternativas a partir das defensoras de território na América Latina**. Colômbia: FAU-AL, 2021.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia, MA: Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**, 2013.

FURTADO, Fabrina. ‘Nem nossos corpos, nem nossos territórios: Mulheres, desenvolvimento e conflitos ambientais. *In: 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 42, 2018, Caxambu - MG. **Anais** [...]. Caxambu – MG: ANPOCS, 2018. p. 2-28.

G1 PARÁ. Homem é preso por induzir vulneráveis à prostituição no Pará. **Rede Liberal**, Belém-PA, 05 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/11/homem-e-preso-por-induzir-vulneraveis-prostituicao-no-para.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

G1 PARÁ. Vila do Conde é tomada por fumaça branca após incêndio em galpão de mineradora, em Barcarena. **Rede Liberal**, Belém-PA, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/12/06/vila-do-conde-e-tomada-por-fumaca-branca-apos-incendio-em-galpao-de-mineradora-em-barcarena.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre - RS: L &PM, 2019.

GARCIA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; CRUZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios. *In*: CRUZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. (Coords.). **Cuerpos, territorios y Feminismos**: Compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito-Ecuador: ABYA-YALA, 2020. p. 23-44.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (Edis.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GELLERT, Paul; LYNCH, Barbara. Mega-projects as displacements. **International Social Science Journal**, v. 55, n. 175, p. 15-25, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GLOBAL WITNESS. **A que preço**: Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017. Inglaterra: global witness, 2018.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 15, n. 29, p. 38-55, 2016.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. A gestão do silêncio. Os artefatos da memória na Colômbia. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p.01-10.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUINALZ, João Paulo. **Trabalho, alienação e adoecimento na produção de alumínio em Barcarena**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2007.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

\_\_\_\_\_. Deslocamentos forçados no complexo industrial-urbanístico-portuário de Barcarena, Pará. *In: IV Encontro Internacional de Política Social. 11º Encontro Nacional de Política Social*, 4, 2016, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória, ES: EIPS, 2016. n.p.

\_\_\_\_\_.; RODRIGUES, Jondison; CRUZ, Jaqueline; SOUZA, Alex; SENA, Thais. Capital Internacional na Amazônia: A exploração do caulim pela empresa Imerys em Barcarena. *In: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. (Orgs.) Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena*. Belém: NAEA, 2019. p. 149-168.

HEINEBERG, Ilana; FERREIRA, Conceição Coelho; ASSUNÇÃO, Sandra. Pensando as narrativas memoriais e pós-memoriais em tempo de vulnerabilidade. **Revista Letras Raras**, v. 9, n. 2, p. 10-21, 2020.

HÉBETTE, Jean. A questão da terra. *In: SEDUC/ IDESP. (Org.) Estudos e problemas amazônicos: História social e econômica e temas especiais*. Belém: IDESP, 1989. p. 115-128.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HYDRO recebe inscrições em programa voltado a mulheres. *In: BRASIL: mineral*, 2023. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/hydro-recebe-inscricoes-em-programa-voltado-a-mulheres>. Acesso em: 25 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. Cartilha Mulheres e mineração no Brasil: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, 2016. Cartilha. Disponível em: [https://ibase.br/publicacoes\\_ibase/mulheres-e-mineracao-no-brasil/](https://ibase.br/publicacoes_ibase/mulheres-e-mineracao-no-brasil/). Acesso em: 31 de janeiro de 2024.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid - Espanha: SIGLO XXI, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

JÚNIOR, João Paulo Martins. A Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. *In*: PERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINGER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca. (Orgs.). **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 23-31.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 21-53, 2014.

LIMA, Kellen; FARIAS, André; SOMBRA Daniel. Barcarena (PA) - Sistema rodofluvial do Porto de Vila do Conde. **LARC (NUMA/UFPA)**, Belém-PA, 2016. Disponível em: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/mapas/item/54-barcarena-pa-sistema-rodo-fluvial-do-porto-de-vila-do-conde>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LIMA, Maryellen Milena de. **“Aqui não é o nosso lugar”**: Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2018.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, sv, n. 322, p. 251-290, 2002.

LÔBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia**: o caso ALBRÁS-ALUNORTE. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A história social e econômica da Amazônia. *In*: SEDUC/ IDESP. (Org.). **Estudos e problemas amazônicos**: História social e econômica e temas especiais. Belém: IDESP, 1989. p. 9-56.

MADEIRO, Terezinha de Jesus Arnaud Torres; GOMES, Vera Lucia Batista. A flexibilização das relações de trabalho na Albrás e suas consequências para a família dos trabalhadores. *In*: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, 2007, São Luís - MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: JOINPP, 2007. p. 7-8.

MAIA, Rosane de Oliveira Maia. **Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento**. 2017. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

\_\_\_\_\_; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. *In: 38º Encontro Anual da ANPOCS*, 38, 2014, Caxambu-MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2014. n.p.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **Cadernos pagu**, v. 52, sn, np. 2018.

MALDONADO, Fernando Goya. Um pouco mais ao sur: extrativismo, neo-extrativismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. *In: Rojas, Lucero Ibarra; CASTRO, Ma. Ovidia Rojas. (Orgs). **La privatización de lo público: el manejo y la ampliación de los recursos del Estado**. México: Coletivo Emancipações, 2013. P. 157-170.*

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.*

MELLO, Carlos Affonso dos Santos. **Finitude, tecnologias e ritos digitais: uma análise sobre a morte e o luto no Facebook**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In: CLACSO. (Edi.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54.*

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?, *In: 37º Encontro Anual da Associação*

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia-SP. **Anais** [...]. Águas de Lindóia, SP: ANPOCS, 2013. p. 119-148.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 61-77.

MINING WATCH CANADA. **Vozes da terra**: Como a indústria da mineração global está se beneficiando da pandemia de COVID-19. Canadá: MWC, 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abrel. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005a.

\_\_\_\_\_. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 141-187, 2005b.

\_\_\_\_\_. Mineração e desenvolvimento: a valorização do caulim na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 288, p. 1-46, 2011.

MORICEAU, Jean Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.

MOTA, Renata. Risco e Modernidade Uma nova teoria social?. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, n. 86, p. 15-27, 2014.

MOVIMENTO BARCARENA LIVRE. Barcarena Livre Informa: 37 anos de desastres socioambientais em Barcarena. **Movimento Barcarena Livre**, Barcarena-PA, 01 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/38789515/37\\_ANOS\\_DE\\_DESASTRES\\_SOCIOAMBIENTAIS\\_EM\\_BARCARENA](https://www.academia.edu/38789515/37_ANOS_DE_DESASTRES_SOCIOAMBIENTAIS_EM_BARCARENA)>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. Dilma Ferreira Silva: uma vida inteira de luta. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, [S. l.], 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.mab.org.br/2019/04/22/dilma-ferreira-silva-uma-vida-inteira-luta/#>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. Dois anos sem Dilma Ferreira: Conheça a trajetória de luta da defensora do território amazônico. **Movimento**

**dos Atingidos por Barragens**, [S. l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://mab.org.br/2021/03/22/dois-anos-sem-dilma-ferreira/#>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Dilma Ferreira: seu exemplo nos inspira a lutar. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, [S. l.], 22 mar. 2020. Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/03/22/dilma-ferreira-seu-exemplo-nos-inspira-a-lutar/>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MYTHEN, Gabe. From 'Goods' to 'Bads'? Revisiting the Political Economy of Risk. **Sociological Research Online**, v. 10, n. 3, n.p, 2005.

NASCIMENTO, Paulo Altemar Melo do. **Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental) - Programa de Pós-Graduação de Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad de León, Florianópolis. 2010.

NASCIMENTO, Maridalva; FREITAS, Thaís Chada de. **Gestão urbanística no município de Barcarena Pará, entre 1998 e 2009**. Monografia (Especialização em Planejamento, Desenvolvimento e Integração regional) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. O Licenciamento Ambiental da Hydro Alunorte: o que há entre Desastres, Licenças e Expansões Produtivas?. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. (Orgs.) **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA, 2019. p. 91-104.

NERI, Juarez Heladio Pereira. Mídias sociais em escolas: uso do Whatsapp como ferramenta pedagógica no ensino médio. **Revista Estação Científica**, v. 1, n. 14, p. 01-25, 2015.

NETO, Cícero Pedrosa. Em meio à pandemia, quilombolas de Barcarena denunciam abandono. **Amazônia Real**, [S. l.], 24 jun. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/em-meio-a-pandemia-quilombolas-de-barcarena-denunciam-abandono/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NETO, Cícero Pedrosa. Hydro, de Barcarena (PA), também é processada na Europa. **Amazônia Real**, [S. l.], 31 ago. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/hydro-e-processada-na-europa/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

NOMURA, Bruno. Dorothy Stang: condenados por matar missionária estão fora da cadeia 15 anos depois. **TERRA**, [S. l.], 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dorothy-stang-condenados-por-matar-missionaria-estao-fora-da-cadeia-15-anos-depois,a2aa0a4d3eec26264badde308e4e9559gfvingh9.html>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré *et al.* “Aquele adeus, não pude dar”: luto e sofrimento em tempos de COVID-19. **Enferm. Foco**, v. 11, n. 2, p. 55-61, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Clariana Pinto. **Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: o caso da mineração no Pará**. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2008.

PANDOLFO, Clara. Os recursos Naturais. *In*: SEDUC/ IDESP. (Org.). **Estudos e problemas amazônicos: História social e econômica e temas especiais**. Belém: IDESP, 1989. p. 71-88.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PENIDO, Maria de Oliveira. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. **Revista brasileira de geografia**, v. 63, n. 2, p. 38-51, 2018.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. Resistência descolonial: estratégias e táticas territoriais. **Revista Terra Livre**, v. 2, n.p, p. 17-55, 2017.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Liderança Comunitária - Trabalho e Empoderamento. *In*: REDOR - ENCONTRO DE REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 20, 2018, Salvador-BA. **Anais [...]**. Salvador-BA: REDOR, 2019. p.54-69.

PRATES, C. G. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

PROGRAMA oferece capacitação e inserção de mulheres em trabalho no setor industrial de Barcarena, no Pará. In: G1 Pará, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/08/01/programa-oferece-capacitacao-e-insercao-de-mulheres-em-trabalho-no-setor-industrial-de-barcarena-no-para.ghtml>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Belendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

PIZA, Suze de Oliveira; PANSARELLI, Daniel. Sobre a descolonização do conhecimento – a invenção de outras epistemologias. **Revista Estudos de religião**, v. 26, n. 43, p. 25-35, 2012.

PRESSLER, Neusa; MATHIS, Armin. Da ação social à relação social: estudo das práticas de comunicação no Complexo Industrial de Barcarena. In: MATHIS, Armin *et al.* (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA, 2007. p. 47-72.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

QUEIROZ, Ana Luisa. A operação da Vale S. A. no Morro D’Água Quente, Catas Altas, e seus impactos específicos sobre os direitos humanos das mulheres. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. (Orgs.). **Mulheres atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto PACs, 2021. p. 82-103, 2021.

\_\_\_\_\_.; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. (Orgs.). **Mulheres atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto PACs, 2021. p. 09-20, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra-Portugal: Edições Almedina, 2009. P. 73-117.

RAMALHO, Yara; FERNANDES, Vanessa; OLIVEIRA, Valéria. Menina Yanomami de 12 anos é assassinada depois de ser estuprada por garimpeiros. **G1 RR**, 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/26/menina-ianomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiros-afirma-lideranca.ghtml> >. Acesso em: 03 jun. 2022.

RÊGO, José Fernandes do. Amazônia: Do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência hoje**, v. 25, n. 147, p. 1-6, 1999.

REIS, Rejane Costa dos. **Políticas e tensões entre o porto e o espaço escolar em Vila do Conde – Barcarena/Pa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

RESÍDUO da Albras é transformado em matéria-prima para cimenteiras. *In*: Revista mineração & sustentabilidade, 2021. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2021/04/06/residuo-da-albras-e-transformado-em-materia-prima-para-cimenteiras/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

REUNIÃO debate melhorias para porto de Vila do Conde, no PA. *In*: Revista mineração & sustentabilidade, 2018. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2018/01/25/reuniao-debate-melhorias-para-porto-de-vila-do-conde-no-pa/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Militares, antropologia, desenvolvimento. (Uma abordagem preliminar). **Antropologia & Indigenismo**, sv, n.1, p. 87-96, 1989.

\_\_\_\_\_. Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília – DF: ABA, 2014. p. 50-70.

RIBEIRO, José Cláudio Junqueira; SILVA, Leila Cristina do Nascimento e. A Mineração no Estado do Pará e as Barragens de Rejeito: o Paradigma Entre a Exploração e os Impactos Negativos Decorrentes. *In*: V CONGRESSO

INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PAN-AMAZÔNIA – INTEGRAR E PROTEGER” E DO “I CONGRESSO DA REDE PAN-AMAZÔNIA, 5, 2018, Belo Horizonte – MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte – MG: Editora Dom Helder, 2018. p. 122-139.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v.11, n.22, p. 5-30, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará. *In*: ZHOURI, Andréa *et al.* (Orgs.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, Pará: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 227-264.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e práticas. **Illuminuras**, v.9, n.21, np, 2008.

ROCHA, Everaldo Pereira Guimarães. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RODAS, Jonatan. Las mujeres van al frente de las luchas. Conversación con doña Felisa Muralles del Movimiento de Resistencia Pacífica La Puya, Guatemala. *In*: CRUZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords.). **Cuerpos, territorios y Feminismos: Compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Quito-Ecuador: ABYA-YALA, 2020. p. 313-332.

RODRIGUES, José Edilson Cardoso. **Risco tecnológico: uma análise do porto de Vila do Conde como área potencial de ameaça ao vazamento de óleo para comunidades em situação de vulnerabilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2008.

\_\_\_\_\_. Novos Corredores e Projetos de Infraestrutura Logística e Apontamentos para Novos Desastres em Barcarena. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. (Orgs.)

**Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena.** Belém: NAEA, 2019. P. 189-204.

RODRIGUES, Roberta Menezes; COELHO, Maria Célia Nunes. Vila dos Cabanos e suas transformações. *In: MATHIS, Armin et al. (Orgs.). Poder local e mudanças socioambientais.* Belém: NAEA, 2007. p. 135-155.

SAAVEDRA, Maria da Paz Correa. Imerys em Barcarena: os Efeitos Colaterais Perversos da Mineração nos Recursos Hídricos do Município. *In: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. (Orgs.) Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena.* Belém: NAEA, 2019. p. 169-178.

SANTOS, Andressa Arielly de Souza. **Comunicação e Resistência: Meios e usos da comunicação por grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2020.

SANTOS, Andrey Henrique Figueiredo dos. Decolonialidade, Questão agrária e Neoextrativismo mineral: o teatro da Hydro-Alunorte na Amazônia paraense. **Contraponto**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, sn, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. O Medo Contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 23, n. 2, p. 48-55, 2011.

SANTOS, Layza Queiroz. A pandemia de COVID-19 e os seus reflexos na defesa dos direitos humanos. *In: SANTOS, Layza. Queiroz et al. (Orgs.) Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.* Curitiba: Terra de Direitos, 2020. p. 33-45.

SANTOS, Protásio César dos. **“Discursos da mídia impressa sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís, Maranhão”.** 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2010.

SARMENTO, Thaise Rachel; PASTORE JR, Floriano. **Produção não-madeireira e desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Brasília: Projeto ITTO - UNB, 2006.

SCMIDT, Beatriz *et al.* Perda, Luto e Resiliência na Pandemia de COVID-19: Implicações para a Prática com Famílias. **Pensando famílias**, v. 26, n. 1, p. 03-17, 2022.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos**. México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1986.

SILVA, Andréa Cardoso da. As mudanças nas comunidades rurais – Montanha e Curupeté a partir da implantação do complexo industrial de Barcarena. *In*: MATHIS, Armin *et al.* (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA, 2007. p. 277-300.

SILVA, Alexandra Martins. **Megaprojetos, conflitos e processo decisório - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte**. 2015. Tese (Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. 2015.

SILVA, Danielle Wagner *et al.* Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, sn, p. 557-577, 2016.

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. **Por uma gestão das águas na bacia hidrográfica do rio Murucupi-Barcarena-Pa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.

SILVA, Grace Kely do Rosário da. **Transformações socioambientais na comunidade de Dom Manuel – Barcarena/PA**. 2013. Dissertação (Mestrado em educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, Leonardo de Souza. **Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!": A percepção dos 'filhos de barcarena' (PA) sobre os megaprojetos de alumínio e caulim**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2020.

SILVA, Sabrina Forte e. O território da produção mineral e a evolução do território da prostituição em Vila do Conde, Barcarena. *In*: MATHIS, Armin *et al.* (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA, 2007. p. 259-275.

SILVA, Rayana Alexandra Sousa da; FERREIRA, Erika Mourão; SILVA, Leonardo de Souza. Narrativas do desastre: o caso do naufrágio do navio Haidar em Barcarena, Pará. *In*: IV SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 4, 2020, Brasília-DF. **Anais [...]** Brasília-DF, 2020. p. 1036-1056.

SILVA, Simone. Os impactos da mineração na vida das mulheres. **Brasil de Fato**. Bom Jesus da Lapa-BA, 01 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/01/artigo-or-os-impactos-da-mineracao-na-vida-das-mulheres/>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SIMONIAN, Ligia. A ilha Trambioca através da história: Recursos, ocupações humanas e cultura. *In*: SIMONIAN, Ligia. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)**. Pará: NAEA/UFPA, 2004. p. 73-136.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SORIANO, Érico *et al.* Rompimento de barragens em Mariana (MG): o processo de comunicação de risco de acordo com dados da mídia. **Revista Comunicare**, v. 16, n. 1, p. 52-62, 2016.

SOUZA, Francisca Érica do Santos; RODRIGUES, Jondison. A resistência de bromélias e vitórias-régias: Narrativas femininas frente à mineração. **InterEspaço**, v. 5, n. 16, p. 1-26, 2019.

SOUZA, Kátia Balduino de; ALTOÉ, Giovanni. O Whatsapp como Ferramenta de Transformação das Interações Sociais. *In*: XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 18, 2016, Goiânia-GO. **Anais [...]**. Goiânia-GO: INTERCOM, 2016. p.01-15.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

SOUZA, Wellington Cezar de Andrade. **Vinte e cinco anos depois. Efeitos Sociais do Projeto ALBRÁS/ ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

STEINBRENNER, Rosane Albino; BRAGANÇA, Pedro Loureiro de; NETO, Guilherme Guerreiro. Mídia e Desastre Socioambiental I: Análise da Cobertura Midiática do Vazamento da Hydro-Alunorte em Barcarena. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. (Orgs.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA, 2019. p. 123-135.

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina”. *In*: Observatorio Social de América Latina – OSAL. (Org.). **Movimientos socioambientales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 15-38.

\_\_\_\_\_. **Debates Latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependência y populismo**. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TANNUS, Júlio Cesar Gibrail. Planejamento de pesquisa. *In*: PERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINGER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca. (Orgs.). **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 58-73.

TERENA, Luiz Eloy. Povos Indígenas e o recrudescimento da violência de Estado no Brasil. *In*: SANTOS, Layza. Queiroz. *et al.* (Orgs.) **Vidas em luta: criminalização e**

**violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2020. p. 117-124.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.) **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 98-109.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade; BARBOSA, Estêvão José da Silva. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 20, n. 2, p. 349-363. 2016.

VAINER, Carlos. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: Elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *In*: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11, 1998, Belo Horizonte-MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, ABEP, 1998. p. 819-835.

\_\_\_\_\_. “O que é o «Grande Projeto»? Características econômicas, territoriais, políticas e sociais”. *In*: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. (Org.). **Seminário grandes obras e migrações.** São Paulo: SPM, 2011. p. 33-45.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres:** uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VAZ, Elisa. Setor empresarial de Barcarena prevê melhorias com construção de ferrovia. *In*: **O Liberal.** Belém-PA, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/setor-empresarial-de-barcarena-preve-melhorias-com-construcao-de-ferrovia-1.482198>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VELÁSQUEZ, Javier Fernando Villamil. Consolidación de la gran minería transnacional em Latinoamérica. **Revista Theomai**, v. 13, n. 25, p. 46-57. 2012.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Megaprojetos e mulheres: O caso de Belo Monte. *In*: QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin. (Orgs.). **Mulheres atingidas:** Territórios atravessados por megaprojetos. Rio de Janeiro: Instituto PACs, 2021. p. 137-157, 2021.

VIEIRA, Larissa; GUIMARÃES, Lethicia Reis de. Violações de direitos e violência contra defensoras/es em contextos de mineração. *In: SANTOS, Layza. Queiroz. et al. (Orgs.) Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.* Curitiba: Terra de Direitos, 2020. p. 110-117.

ZHOURI, Andrea. Introdução: Produção de conhecimento em um ‘campo minado’. *In: ZHOURI, Andrea (Org.). Mineração: violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.* Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 7-25.

\_\_\_\_\_. & OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. *In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Orgs.). A Insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. np.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Mineração no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: Aspectos institucionais e corporativos. *In: WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maria; MILANEZ, Bruno. (Orgs.). Essencialidade forjada e danos da mineração na pandemia da COVID-19: Os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil.* Brasília, DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021. p. 18-58.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. *Revista IDeAS*, v. 3, n. especial, p. 475-509, 2009.

WENZEL, Fernanda. “A Amazônia já era!?”: como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. *(O)eco*, [S. l.], 04 out. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história.* São Paulo: EDUSP, 2005.